POPULISMO e COMUNICAÇÃO

José Marques de Melo
coordenador

CORTEZ EDITORA

INTERCOM

POPULISMO E COMUNICAÇÃO

Copyright © do organizador

Capa: Carlos Clémen

Produção editorial: Helen Diniz

Revisão: Geraldo O. Fernandes e Rosane Scoss Nicolai

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

P868 Populismo e comunicação / José Marques de Melo, organizador ; [autores] Maria Lígia Prado ... [et al.]. — São Paulo : Cortez, 1981.

Trabalhos apresentados ao III Ciclo de Estudos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

1. Comunicação de massa — Aspectos políticos — Brasil 2. Populismo — Brasil I. Prado, Maria Lígia. II. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

81-0637 CDD-329.00981 -301.160981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Comunicação de massa : Sociologia 301.160981
2. Brasil : Populismo : Ciência política 329.00981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida
ou duplicada sem a prévia autorização
do organizador e do editor.

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 — Tel. (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

1981
Impresso no Brasil

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares
da Comunicação

José Marques de Melo
(coordenador)

POPULISMO E COMUNICAÇÃO

Maria Ligia Prado
Neusa Meirelles Costa
Jeanne Marie Interlandi
Guita Grim Debert
Maria Lucia Montes
José Manuel Morán
J. S. Faro
Carlos Eduardo Lins da Silva
Maria Helena R. Capelato
Elysabeth Carmona
Geraldo Leite
Luis Fernando Santoro
Maria Dora Genis Mourão
Lindinalva S. Oliveira Rubim
Edmir Perroti
Mirna Pinsky
Ligia Chiappini Moraes Leite
Moacir Gadotti
Vera Lúcia Gói
Raquel Pereira Chainho Gandini

CORTEZ EDITORA

São Paulo
1981

Os autores

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA — Mestre em Comunicação (Michigan State University). Professor visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

EDMIR PERROTI — Bacharel e licenciado em Letras (FFLCH-USP). Mestrando em Comunicação pela ECA-USP. Professor da Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior.

ELYSABETH CARMONA — Bacharel em Rádio e Televisão (ECA-USP). Pesquisadora do IDART — Departamento de Informação e Documentação Artística da Prefeitura Municipal de São Paulo.

GERALDO LEITE — Bacharel em Rádio e Televisão (ECA-USP). Produtor e Apresentador de Programas da Rádio Bandeirantes — FM.

GUITA GRIM DEBERT — Mestre em Ciência Política (FFLCH-USP). Professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP.

JEANNE MARIE INTERLANDI — Mestre em Comunicação (ECA-USP). Professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP.

JOSÉ MANUEL MORÁN — Bacharel em Filosofia. Mestrando em Comunicação pela ECA-USP. Professor da Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior.

JOSÉ MARQUES DE MELO — Doutor em Comunicação (ECA-USP). Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP. Coordenador do Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior.

JOSÉ SALVADOR FARO — Bacharel em História (FFLCH-USP). Mestrando em Comunicação e professor da Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior.

LIGIA CHIAPPINI MORAES LEITE — Doutora em Teoria Literária (FFLCH-USP). Professora do Departamento de Letras da FFLCH-USP.

LINDINALVA RUBIM — Bacharel em Comunicação (UFBA). Professora do Departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal da Paraíba.

LUIS FERNANDO SANTORO — Bacharel em Rádio e Televisão (ECA-USP). Mestre em Comunicação (Universidade de Paris). Professor da Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior.

MARIA DORA GENIS MOURÃO — Mestre em Comunicação (ECA-USP). Professora do Departamento de Cinema da ECA-USP.

MARIA HELENA R. CAPELATO — Mestre em História (FFLCH-USP). Pesquisadora do jornal *Folha de S. Paulo.*

MARIA LIGIA PRADO — Mestre em História (FFLCH-USP). Professora do Departamento de História da FFLCH-USP.

MARIA LUCIA MONTES — Mestre em Ciência Política (FFLCH-USP). Professora do Departamento de Ciências Sociais FFLCH-USP e da UNICAMP.

MIRNA PINSKY — Bacharel em Jornalismo (FCS Cásper Líbero). Crítica de livros infantis do jornal *Shopping News.*

MOACIR GADOTTI — Doutor em Filosofia da Educação (Universidade de Genebra). Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP. Diretor do CEDES — Centro de Estudos de Educação e Sociedade.

NEUSA MEIRELLES COSTA — Doutora em Ciência Política (UNICAMP). Professora do Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior.

RAQUEL PEREIRA CHAINHO GANDINI — Mestre em Educação (UNICAMP). Professora da Faculdade de Educação da UNICAMP.

VERA LÚCIA GÓI — Mestranda em Educação (UNICAMP). Pesquisadora do CEDES — Centro de Estudos de Educação e Sociedade.

Sumário

Populismo e comunicação 11
José Marques de Melo

Estado, Populismo e Comunicação no Brasil 17
Documento básico, elaborado pela comissão que organizou o temário do III Ciclo de Estudos da INTERCOM

A questão do populismo — a emergência do populismo no contexto latino-americano 25
Maria Ligia Prado

Poder local e populismo 35
Neusa Meirelles Costa

A herança e os herdeiros: deslocamentos de uma fala cansada 49
Jeanne Marie Interlandi

A questão do populismo — populismo e participação política .. 53
Guita Grim Debert

O discurso populista ou caminhos cruzados 61
Maria Lúcia Montes

A comunicação populista — populismo, totalitarismo e políticas de comunicação: o referencial nazi-fascista 77
José Manuel Morán...

A comunicação populista no Brasil: O DIP e a SECOM 85
J. S. Faro

A comunicação populista de Aluísio Alves — Rio Grande do Norte, 1960-1980 95
Carlos Eduardo Lins da Silva

Populismo na imprensa: *UH* e *NP* 117
Maria Helena R. Capellato

Rádio, povo e poder: subserviência e paternalismo 125
Elysabeth Carmona e *Geraldo Leite*

Tendências populistas na TV brasileira ou as escassas possibilidades de acesso às antenas 135
Luiz Fernando Santoro

O cinema brasileiro e o populismo na década de 30 145
Maria Dora Genis Mourão

Ciclo baiano e populismo 151
Lindinalva S. Oliveira Rubin

Getúlio Vargas para crianças: a exceção e a regra 167
Edmir Perroti e *Mirna Pinsky*

O conto na década de 70: popular ou populista? 177
Ligia Chiappini M. Leite

O populismo e a educação: uma tentativa de síntese 183
Moacir Gadotti

A educação no Estado Novo 191
Vera Lúcia Góis

Notas sobre industrialização, populismo e educação 197
Raquel Pereira Chainho Gandini

Anexos

III Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 207

Lista de participantes 211

Nota sobre a INTERCOM 217

POPULISMO E COMUNICAÇÃO

José Marques de Melo

Por que o interesse em discutir um fenômeno social e político hoje historicamente defasado?

Esta a pergunta que se fizeram muitos dos participantes do III Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, promovido em 1980, em Taboão da Serra (SP), pela INTERCOM — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Em certo sentido o questionamento tinha sua razão de ser, uma vez que, entendido em sua acepção restrita, o populismo corresponde a um movimento de massas legitimador da aliança de classes que se esboça na transição do capitalismo agrário para o capitalismo industrial brasileiro.

Como diz Weffort:

> A peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de *vazio político*, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la. (...) Na adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a idéia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários.[1]

Octavio Ianni é mais explícito na localização histórica desse conceito de populismo.

1. Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 159.

> O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados. Desde 1930, pouco a pouco, vai se estruturando esse novo movimento político. Ao lado das medidas concretas, desenvolveu-se a ideologia e a linguagem do populismo. Ao mesmo tempo que os governantes atendem a uma parte das reivindicações do proletariado urbano, vão se elaborando instituições e símbolos populistas. Pouco a pouco, formaliza-se o mercado de força de trabalho, no mundo urbano-industrial em expansão. Ao mesmo tempo, as massas passam a desempenhar papéis políticos reais, ainda que secundários. Assim, pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também, denominações. Borghismo, queremismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro. No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. *Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político.* Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorrem numa fase determinada das transformações verificadas nos setores industrial e, em menor escala, agrário. Além disto, está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira. Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, *o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país.*

Ianni conclui dizendo que o colapso do populismo brasileiro ocorre a partir de 1964, quando "venceu um regime político determinado pela dependência estrutural" e "substituiu-se o princípio da defesa nacional pelo princípio da segurança nacional".[2]

Há, contudo, uma outra compreensão mais ampla do fenômeno populista, que consiste na tentativa das classes dominantes se acercarem das classes subalternas, procurando manipulá-las politicamente, em momentos de crise, para engendrar novos pactos de poder que assegurem a continuidade da sua dominação.

Laclau defende a tese de que

> ... o populismo surge historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante que é, por sua vez, parte de uma crise social mais geral. Esta crise pode ser, quer o resultado de uma cisão no bloco de poder, em que uma classe ou fração de classe necessita, para afirmar sua hegemonia, apelar ao povo contra a ideologia vigente em seu conjunto; quer o resultado de uma

2. Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*, 2.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 209-11.

crise na capacidade do sistema para neutralizar os setores dominados — isto é, uma crise do transformismo.

No seu entender, o populismo consiste, portanto, "na apresentação de interpelações popular-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante".[3]

Foi partindo desse conceito genérico de populismo que a INTERCOM entendeu significativa a discussão sobre os novos matizes do cenário político brasileiro, procurando analisá-los em suas evidências explícitas, mas também interpretando as experiências do passado. Uma questão se coloca de modo autônomo: até que ponto o *cortejo das massas* pelo governo da Abertura representa uma recuperação daqueles mecanismos responsáveis por uma certa popularização da ditadura Vargas?

Nesse contexto, uma variável assume dimensão especial: o apelo à comunicação de massa como instrumento capaz de propiciar arregimentação favorável a governantes que o povo não legitimou pelo voto. No período do Estado Novo, verifica-se a combinação da propaganda do DIP com certas concessões econômicas e sociais aos trabalhadores. No momento presente, essa combinação não ocorre, uma vez que continua em vigor a política econômica de arrocho aos salários. Tanto assim que Fernando Henrique Cardoso sugere estarmos diante de uma "caricatura do getulismo".[4] No entanto, avulta a utilização de toda uma parafernália publicitária tendente a mudar a imagem do governo e a criar uma sensação pública de sua aceitação popular.

O papel atribuído à comunicação na emergência desse novo surto populista é portanto decisivo. Busca-se romper o isolamento dos governos militares (pós-64) em relação ao povo, uma vez que o projeto de abertura política pressupõe o retorno ao sistema plebiscitário, com a realização de eleições diretas para o poder executivo, pelo menos no plano estadual. Continuando inalterada a estrutura social e econômica, traduzida pela tendência à concentração de renda, tenta-se neutralizar o ímpeto da resistência popular, com artimanha da participação abstrata das massas na vida política do país, orquestrada pela imprensa, rádio, televisão, cinema, *outdoor*.

Para tanto, criou-se até mesmo um órgão especializado no âmbito do governo federal — a SECOM (Secretaria de Comunicação Social)

3. Laclau, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista — capitalismo, fascismo e populismo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 179-82.

4. Cardoso, Fernando Henrique. A caricatura do getulismo. In: *Folha de S. Paulo,* 12-2-81.

—, com *status* de ministério, que logo se reproduziu nas estruturas dos governos estaduais e municipais, ensejando também serviços congêneres nos órgãos da administração direta e indireta. Verbas polpudas são colocadas à disposição desses organismos de propaganda, dos quais se espera o milagre de convencer a população nacional a vir apoiar o atual governo.[5]

Mas, o simples manejo de um aparatoso mecanismo comunicacional seria suficiente para gerar o renascimento do populismo?

Boris Fausto responde negativamente. Na sua opinião,

> ... o quadro que se desenha em nossos dias parece ser outro. O nível de organização dos setores populares é maior, assim como é crescente sua consciência da necessidade de autonomia diante do Estado. Por outro lado, vistas as coisas do lado deste, não se constrói vínculos populistas apenas com técnicas publicitárias, por mais que sirvam para dimensionar os traços convencionais da figura humana de um presidente.[6]

Se não estamos diante de um fenômeno populista com características semelhantes aos episódios anteriores do seu florescimento na vida nacional, é óbvio que presenciamos um fato novo, com nítidas evidências da tentativa de se manipular as massas populares, principalmente do setor urbano, com a intenção de dissimular os insucessos sociais de quase duas décadas de governos militares.

Alex Gambirasio chama de "era da persuasão" essa tendência que se prenuncia para os anos 80 no palco dos acontecimentos políticos do país.

> Será a década da persuasão, em contraste com a década anterior, marcada pela imposição. O governo, premido por uma importante crise na área econômica, durante os primeiros anos 80, dependerá de uma certa coesão social e de uma certa solidariedade nacional para avançar com seus programas indispensáveis de purgação inflacionária e renovação energética. Terá de explicar minuciosamente os seus objetivos e terá de ser convincente.[7]

---

5. Ainda que tenha sido extinto, em fins de 1980, o cargo de ministro da Comunicação Social, com a exoneração do Sr. Said Farhat, e a própria Secretaria de Comunicação Social tenha passado por alterações burocráticas, o certo é que sua estrutura operacional permanece ativa e atuante. Ou seja, permaneceu intocada a máquina de programa do atual governo, independentemente da fragmentação que sofreu, com a transferência de alguns órgãos para o âmbito da Casa Civil e outros para a esfera do Ministério da Justiça.

6. Fausto, Boris. O populismo não se constrói apenas com técnicas publicitárias. In: *BOLETIM INTERCOM, 18*:24-25. São Paulo, março de 1980.

7. Gambirasio, Alex. A era da persuasão. In: *IstoÉ*, 26-12-79.

Procura-se, portanto, construir canais de comunicação unidirecionais (flexíveis, no entanto, à identificação e absorção de eventuais dissonâncias no seio das organizações populares), de modo a quebrar o impacto das reivindicações oposicionistas, dando a impressão de avanços democráticos, sem contudo ameaçar a hegemonia da elite tecnocrática que se revesa no poder.

A configuração de tais aspectos da cena política, em que a presença da comunicação se mostra nítida e realçante, constituiu razão por si própria suficiente para motivar o III Ciclo de Estudos da INTERCOM, que reuniu cerca de oitenta participantes: professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação de várias universidades brasileiras.

A dinâmica do Ciclo obedeceu a uma articulação temática, desenvolvida sob a forma de simpósios, que procuraram dar conta dos diversos aspectos da questão populista. Partiu-se da discussão conceitual básica (populismo e neopopulismo) para a identificação das especificidades do seu discurso, confrontando-o diacronicamente. Atribuiu-se alguma ênfase às estruturas comunicacionais a que tem recorrido o populismo para atingir as massas, seduzindo-as com uma mensagem cativante e paternalista. Analisou-se, enfim, manifestações típicas do discurso populista — nos meios de comunicação de massa, na arte, na literatura e na educação.

Além dessas abordagens sistemáticas, vários outros trabalhos foram apresentados nas sessões reservadas aos temas livres, onde surgiram questões específicas ou se esboçaram perfis de casos concretos.

Surpreendeu, aliás, os organizadores do evento a riqueza das contribuições relatadas e discutidas. É que a tradição dos estudos de comunicação no Brasil não tem atribuído grande interesse às conexões entre comunicação e política.

Infelizmente nem todas as contribuições levadas a Taboão da Serra puderam ser recuperadas para divulgação neste volume. Alguns dos participantes fizeram exposições orais e não consideraram suas reflexões suficientemente amadurecidas para serem colocadas no papel. Outros estão realizando pesquisas para trabalhos de pós-graduação e não atingiram ainda conclusões possíveis de merecerem difusão no mundo acadêmico. Deste modo, os estudos aqui reunidos não oferecem uma mostra integral do que se expôs, discutiu e comentou no III Ciclo da INTERCOM. Mas sem dúvida contém os trabalhos mais importantes ali apresentados.

Populismo e comunicação representa, assim, uma busca do significado político da comunicação nos processos de manipulação das massas em governos que buscam legitimação para projetos reformistas destinados a neutralizar a ascensão hegemônica das classes trabalhadoras.

Como todo produto de reuniões acadêmicas, o livro não contém uma visão uniforme, acolhendo pontos de vista diferentes e até divergentes. Talvez nessa pluralidade, que tem sido uma constante nos ciclos de estudos da INTERCOM,[8] esteja justamente sua maior virtude.

8. Os dois ciclos de estudos realizados anteriormente pela INTERCOM tiveram como temas básicos, 1978, Santos — Estratégias de ensino em comunicação; 1979 — São Paulo — Modos de comunicação das classes subalternas. Os documentos apresentados naqueles eventos ensejaram respectivamente a publicação dos seguintes livros: *Ideologia e poder no ensino de comunicação* (São Paulo, Cortez & Moraes, 1979) e *Comunicação e classes subalternas* (São Paulo, Cortez, 1980). Está previsto para setembro de 1981 o quarto ciclo, cujo tema central será Comunicação, hegemonia e contra-informação.

DOCUMENTO BÁSICO *

I

A noção de populismo está diretamente relacionada com as transformações políticas e econômicas pelas quais o Brasil passou no período que se estende de 1930 a 1946.

Para os analistas que estudaram esse período é somente em 1930 que se dá no Brasil a "liquidação do Estado oligárquico", cuja base social era a grande propriedade agroexportadora. A partir de então inicia-se a formação de um "Estado democrático", apoiado nas massas populares urbanas e nos setores sociais ligados à industrialização.

É interessante, no entanto, conhecer o processo que leva a essa alteração. Segundo Celso Furtado, a decadência da economia de exportação no Brasil *não* levou a um conflito aberto entre setores urbanos e tradicionais. O que ocorreu aqui, de acordo com o que afirma Francisco Weffort, nada tem a ver com a formação clássica do "Estado ocidental", alguma coisa que interpretamos como a Revolução Burguesa Clássica. O Estado surgido da decadência da oligarquia é, na verdade, um Estado de compromisso entre os dois setores, na medida em que mesmo em decadência no plano político, a oligarquia — em função de suas atividades econômicas — ainda detém

* Documento prévio, elaborado pela comissão que organizou o temário do III Ciclo de Estudos da INTERCOM. Sua primeira versão foi discutida em reunião pública dos sócios, em dezembro de 1979, recebendo ali acréscimos, alterações e supressões. A redação final (aqui transcrita integralmente) foi distribuída com antecedência a todos os participantes do Ciclo.

parcela considerável de poder na sociedade brasileira. O que ocorre é que, a partir de 1930, criam-se condições para o crescimento do capitalismo industrial com a transferência para o conjunto da população dos prejuízos da economia cafeeira (ainda segundo Furtado).

Weffort, partindo dessa premissa, afirma mesmo que é essa situação que caracteriza "o processo histórico brasileiro: marginalidade e dependência econômicas do processo de industrialização em relação à estrutura agrária tradicional e em relação ao mercado interno".

Essa situação de compromisso seria garantida por uma estrutura de poder que só pode ser entendida com o estudo em profundidade do comportamento das várias classes sociais no período que antecede a Revolução de 30. Desse estudo, ressalta o papel que as classes médias urbanas tiveram no processo de liquidação do Estado oligárquico como depositárias das aspirações liberais-democráticas que irão conduzir toda a agitação política verificada nos anos 20 (tenentes, especialmente). A Revolução de 30 teria sido o ponto culminante da pressão política desses grupos, embora sua fragilidade orgânica e ideológica não permita a consecução das aspirações liberais. Weffort aponta pelo menos três debilidades dos grupos médios: inexistência de condições para uma ação autônoma: são grupos presos a atividades subsidiárias da estrutura social da grande propriedade; inexistência de um programa político original: adotam o liberalismo que é, ao final das contas, o mesmo horizonte ideológico dos grupos dominantes, negação romântica da sociedade: o exemplo da Coluna Prestes. Nesses limites, os setores médios urbanos, em 1930, apenas têm condições de redefinirem suas relações com o quadro institucional.

Essa redefinição é a responsável pelas características da estrutura de poder que surge após 1930. Esse Estado, no entanto, tem uma característica que consideramos fundamental: ele se forma no quadro de uma crise de hegemonia (Poulantzas), isto é, nenhuma força social tem condições para se constituir no fundamento de uma nova estrutura do Estado e, por isso, tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade (Weffort). Nessa situação a única fonte de legitimidade dessa nova estrutura serão as massas populares urbanas. É relativamente simples explicar como as massas chegam a desempenhar o papel de contraponto de uma crise de hegemonia: passa a existir uma espécie de relação recíproca entre massas e poder. De um lado, o poder só pode ser mantido se se tornar receptivo às aspirações populares; de outro, o próprio Estado, por força de sua necessidade de apoio, passa a reconhecer nas massas o direito das reivindicações. Apesar disso, no entanto, até porque não se trata efetivamente de um Estado das massas, o poder procura

controlar a sua dinâmica: a estrutura sindical, a legislação trabalhista, a ideologia paternalista, a repressão.

Trata-se de um Estado que só tem suas condições de existência garantidas através de mecanismos de manipulação — comunicação, instituições financeiras, controle das exportações etc. —, que lhe permitem atuar acima dos grupos economicamente dominantes. Repetimos: a contrapartida para a inexistência de um único grupo social ou de um conjunto deles articulados no poder é a política voltada para as massas. Weffort chega a afirmar que esse Estado passa à condição de "árbitro" que decide em nome dos interesses nacionais, aberto a todas as pressões sem se subordinar — exclusivamente — aos objetivos imediatos de qualquer delas. Não é um Estado oligárquico e também não é o Estado burguês tradicional. É um tipo de Estado de massas, resultado da crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular manipulada.

II

A situação descrita anteriormente, no entanto, não é linear para todo o período que se estende de 1930 a 1964. É possível fazer nela pelo menos um corte correspondente ao fim do Estado Novo, em 1945, e o processo de democratização que tem início na mesma data. O que diferencia esses dois subperíodos é o fato de no primeiro, em razão do caráter ditatorial do poder, a manipulação ser exercida diretamente sobre as massas ou sobre os grupos econômicos; enquanto que no segundo, em conseqüência da democratização, o Estado cria intermediários entre eles e as massas. Isso significa, segundo Weffort, que não mudou a essência do Estado brasileiro entre um e outro período; apenas suas formas de atuação.

O entendimento desse processo só é possível a partir da análise do significado da democratização em 1945: embora ela possa ter parecido "o início da verdadeira democracia brasileira, sonho acalentado desde a década de 20 pelas classes médias urbanas", na verdade ela "revelou-se uma definitiva frustração..." ou, como quer Alain Touraine (citado por Weffort), "uma democratização por via autoritária".

De fato, os mecanismos de manipulação têm de ser aperfeiçoados. E as lideranças populistas surgidas juntamente com os partidos políticos nada mais seriam do que "anexos do próprio Estado", antes que realmente autônomos. Para Weffort, o mesmo se dá com os sindicatos.

Nesse sentido, também se configurou o populismo das massas no período analisado. Partidos e sindicatos, em que pese a mobilização popular que conseguem, nada mais são do que apêndices do poder, especialmente se analisadas as duas grandes correntes que formam o grande esquema do poder entre 1945 e 1960: PSD-PTB. Mesmo as organizações partidárias surgidas à margem desse esquema só têm sua fonte de mobilização popular a partir de suas posições de poder (exemplo: Ademar de Barros — PSP). A única exceção, fenômeno populista de larga penetração, Jânio Quadros, transforma os partidos políticos de então em aparelhos secundários eleitoralmente.

É interessante observar, assim, o caráter a-ideológico desses partidos e o sentido personalista das disputas eleitorais. Para Weffort, o próprio nacionalismo passa a ser apenas uma forma de "consagração do Estado, uma transfiguração teórica do populismo".

Obviamente esse quadro não se explica por si só. Ele é conseqüência das formas que a estrutura social adquiriu no Brasil: um processo de massificação antecipada (ainda Weffort), isto é, a ascensão à vida urbana e ao processo político das camadas populares do interior e do campo, ao crescimento das cidades, dissociado do crescimento da industrialização, à conseqüente dissolução (caótica) dos padrões de submissão rural, ao processo conseqüente de politização das massas. Nesse sentido, toda a insatisfação social decorrente dessas circunstâncias é canalizada pelo apego ao "chefe" e aos estereótipos que ele representa (honestidade, bondade, moralismo, energia, preocupação com os pobres etc.). Mistifica-se, assim, a figura do dirigente político, tanto quanto ela é mistificada pela prática do populismo. A contradição mais visível (e que se revelou, de fato, a responsável pelos acontecimentos políticos da década de 60) desse sistema é a que esbarra nas posições de classe que a vida política democrática permitia aflorar no cenário nacional:

> (...) desde que o líder populista (ou o Estado) encontre-se impossibilitado de oferecer algum grau de satisfação às aspirações sociais concretas (embora nem sempre conscientes) derivadas dessas posições de classe, sua imagem popular começa a se diluir perante a massa (...)

III

Com efeito, quais teriam sido as condições que permitiam a persistência do fenômeno populista até a primeira metade dos anos

60? A resposta mais uma vez parece estar na análise da estrutura econômica brasileira: a inexistência de uma burguesia capaz de assumir a hegemonia do poder. O Estado no Brasil, entre 1930 a 1964 (vale repetir), legitimou-se através de uma política de massas que arrefecia, mais do que solucionava, os conflitos sociais inerentes ao modo capitalista de produção.

Em que pese, no entanto, o caráter protelador da estrutura de poder, o fato é que o funcionamento das instituições políticas liberais, notadamente no período que se segue à queda do Estado Novo, não faz mais que aumentar a pressão das massas sobre si, ou por outro, "grupos... que vêem o Estado como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas" (Weffort). A crise que o populismo atravessará nos anos 60 está relacionada com a ineficácia que essa estrutura de poder mantém em relação às dificuldades que a economia brasileira passa a viver então. De um lado, porque o processo de industrialização no Brasil, o que se convencionou chamar de "modelo substituidor de importações" (C. Furtado, Maria da Conceição Tavares), chega aos limites "de sua coexistência com os setores 'arcaicos' da sociedade", o que aumenta a expectativa dos vários grupos sociais em relação ao Estado. De outro lado, porque a reprodução desse modelo econômico, fundamentalmente calcado nas perspectivas do mercado interno, só seria possível na medida em que se promovessem profundas reformas sociais, capazes de abalar as parcelas de poder de que dispunham tanto os setores arcaicos como o setor industrial das classes dominantes (ainda Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*). Será essa a contradição responsável pela profunda crise institucional que o país viverá em 1964: o compromisso rompido, ou o Estado pressionado pelos interesses particularistas e pelos interesses das massas (que o populismo estimula). A respeito do desfecho dessa crise, diz Weffort: "(...) com a ascensão dos militares, o processo de democratização do Estado através do populismo chega ao fim". E conclui:

> Isto não significa dizer que estão cortadas em definitivo as possibilidades de que as pressões populares se façam sentir no poder. Significa, porém, que já não subsistem condições para que a pressão popular mantenha sob sua forma espontânea, a mesma eficácia que possuía.

IV

Da análise anterior salta à vista a idéia de que o fenômeno populista não se esgota num ato de vontade de poder. Trata-se de

um pacto e de um compromisso onde a mobilização das massas não é garantida exclusivamente por um projeto de propaganda. O mesmo Weffort, num artigo publicado na revista *Isto É* (n.º 137, 8-8-79), afirma que

> (...) as diversas formas concretas de populismo dependem sempre da existência prévia de um processo de emergência popular. Expressando-se em reivindicações explícitas — como no caso das reivindicações operárias de antes de 1930, absorvidas, a seu modo, por Getúlio Vargas depois da revolução — ou simplesmente em demandas difusas, ignorâncias, a emergência popular acarreta, de modo inevitável, pressões de baixo para cima sobre o sistema político. Se uma liderança ou agrupamento político decide buscar respostas que satisfaçam, embora parcialmente, a estas pressões, já se configura um processo posterior, do plano da política, com possibilidades as mais diversas. O certo, porém, é que, mesmo numa forma política tão autoritária como o populismo, tratar as massas populares como *absolutamente* (grifo nosso) manipuláveis consiste simplesmente em grosseiro equívoco.

As dificuldades políticas vividas pelos governos militares depois de 1964 residem, em parte, nesse erro. Daí porque o recurso à repressão como forma de legitimar o Estado, diante das tentativas fracassadas de reeditar o fenômeno populista.

Para Weffort, no entanto, o populismo no Brasil acabou — por sua tradição em nossa vida política — impregnando "o estilo político em geral". Para o Estado autoritário, assim, à alternativa de repressão como forma de garantir a essência do regime, restaria a saída canhestra de "popularizar" os dirigentes da nação, como se se esgotasse nisso a legitimação que o populismo permitia. Daí o uso abusivo dos meios de comunicação social nessa empreitada. "Mas como em política nem tudo se resume em fazer propaganda, as possíveis pretensões de uma reciclagem populista do regime ficam ao desamparo", conclui Weffort.

V

O acerto dessa tese parece ter sido comprovado pelos acontecimentos de Florianópolis, em 1979, vistos como um marco no comportamento do governo do general Figueiredo, além de uma série de declarações de personalidades públicas, que se seguiram, a respeito da conduta do governo brasileiro em relação à opinião pública (justificativas e críticas ao neopopulismo).

Nesse sentido, pareceu ter sido colocada na ordem do dia a seguinte contradição: depois de um prolongado período de autoritarismo, durante o qual se avolumaram as dificuldades econômicas de uma parcela bastante ampla da população, e sem que houvesse a contrapartida das manifestações políticas que tal situação exigia, o governo passou a perseguir o objetivo de ampliar suas bases sociais de apoio sem, no entanto, alterar a essência do regime. Em outras palavras, depois de caminhar em direção a um gravíssimo isolamento social e imerso numa crise econômica de sérias proporções (com causas internas — o esgotamento do "modelo" — e com causas externas — a depressão internacional) o Estado busca um ponto de equilíbrio que pode ser desdobrado em três níveis: o político (ampliação do quadro partidário), anistia (maior liberdade de manifestações), o social (alterações na legislação salarial, reconhecimento tácito do direito de greve) e o econômico (alterações superficiais no "modelo"). Pairando acima das medidas concretas que têm sido tomadas em cada um desses níveis, está a tentativa de conquistar o apoio das massas através da promoção de uma imagem "popular" dos dirigentes da nação. Exceção feita ao período do governo Médici, durante o qual uma conjuntura econômica favorável permitira a valorização oficial de certos mitos da nossa cultura (futebol) ao lado de uma intensa repressão a qualquer movimento de oposição, nenhum momento de nossa história assistiu a uma tentativa semelhante de popularizar um governo. Em nenhum outro momento também a comunicação social foi objeto de tratamento tão sofisticado. No entanto, em que pese a aparente coerência desse projeto oficial, ele está envolvido numa contradição que, para nós, parece bastante clara.

Apenas a título de simplificação, diríamos que a raiz dessa contradição encontra-se no plano econômico. Basicamente o modelo econômico brasileiro não se alterou: ele continua alicerçado em alguns elementos que formam a sua essência, quais sejam, o controle dos aumentos salariais como forma de impedir o crescimento da inflação, o recurso ao capital estrangeiro, o estímulo a um processo industrial perfeitamente adequado ao caráter concentrador desse modelo. Apesar disso, contudo, esses mesmos elementos já não apresentam a mesma eficácia do início da década de 70. Por razões internas e externas, como dissemos, esse modelo parece ter entrado numa fase de esgotamento já reconhecida inclusive em nível oficial: balanços de pagamentos e balanços comerciais deficitários, pouca liquidez de capitais, os preços internacionais do petróleo, níveis elevadíssimos de inflação etc. são fatos que impedem qualquer veleidade de sucesso na área econômica.

Ora, a manutenção do mesmo modelo econômico num quadro de crise estrutural faz com que todas as alterações verificadas no plano institucional sejam extremamente controladas. Daí o sentido acanhado das alterações que se promoveram tanto no plano político como no plano social. Reformula-se, por exemplo, o quadro partidário, mas ele não chega a ser efetivamente pluripartidário; concede-se a anistia, mas ela não chega a ser efetivamente uma anistia e é compensada por uma rigorosa reedição da Lei de Segurança Nacional; reformula-se a política salarial, mas ela não chega efetivamente a recompor o poder aquisitivo das camadas assalariadas. Nesse sentido, as medidas anunciadas e executadas pelo governo geram apenas ansiedades que continuam não encontrando canais de manifestação. Popularizar o governo, nessas circunstâncias, é uma tarefa que exigirá — caso o projeto siga em frente — muito mais do que temos visto até agora em termos de tentativa de manipulação da comunicação social.

Justamente porque é preciso vender uma imagem para a qual não há contrapartida no plano das necessidades materiais e políticas da população, especialmente da população que forma nossos centros urbanos mais desenvolvidos. O que chamamos de "neopopulismo" — um projeto deliberado de legitimar o regime através da manipulação da comunicação social —, nasce assim com um caráter extremamente debilitado.

Transformar essas afirmações em elementos que possam ser comprovados sociologicamente será a preocupação central do III Ciclo de Estudos da INTERCOM.

São Paulo, fevereiro de 1980

A QUESTÃO DO POPULISMO

A EMERGÊNCIA DO POPULISMO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Maria Ligia Prado

O conceito de populismo tem suscitado muitas controvérsias e tem pretendido dar conta de realidades históricas diversas no tempo e no espaço. Lembrem-se, entre outros, os assim denominados, populismos russo e norte-americano, ambos do fim do século XIX. O populismo russo propunha uma revolução, pensando como sociedade ideal, aquela livre da "modernização" capitalista e com valores profundamente agraristas. O populismo norte-americano defendido por pequenos proprietários rurais também fazia críticas ao capitalismo, mas não pretendia transformações radicais na sociedade.[1]

O objeto desta apresentação, no entanto, se restringe ao populismo latino-americano,[2] fenômeno amplo, e, ainda este, bastante polêmico. Não se intenciona aqui uma discussão do conceito de populismo;[3] objetiva-se, apenas, uma reflexão sobre a emergência

1. Ver, sobre populismo, como fenômeno amplo, Ionescu, Ghita e Gellner, Ernest (org.). *Populism. Its meaning and national characteristics.* Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1969.

2. Para Octavio Ianni (*A formação do Estado populista na América Latina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975), pode-se falar em Estado populista no México, com Lázaro Cérdenas (1934-1940), na Argentina, com com J. D. Perón (1946-1955), no Brasil, com Vargas (1937-1945, 1951-1954) e Goulart (1961-1964), na Bolívia, com V. P. Estensoro (1952-1956, 1960-1964) e H. Silas Suazo (1956-1960), no Equador, com Velasco Ibarra (nas cinco vezes em que governou, entre 1934 e 1972).

3. Para uma discussão do conceito de *populista,* veja-se José Álvaro Moisés (*Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina.* Niterói,

do populismo nas situações históricas concretas do México e Argentina e a análise ideológica de algumas das manifestações populistas, no nível do discurso e da prática política.

O México, no contexto da América Latina, desponta como país peculiar; sua história está marcada por uma revolução — pelo menos, no sentido de um levante social armado — que convulsionou o país por 10 anos (1911-1920) e em que houve participação efetiva do campesinato e dos operários urbanos. Isto bastaria para indicar a especificidade mexicana na América Latina, onde as camadas populares estão, em geral, alijadas das manifestações políticas. Ainda mais, esse campesinato — liderado por Emiliano Zapata e Francisco Villa — apresentava e lutava por reivindicações concretas, isto é, exigia terra.

Ressalte-se que durante o processo de independência (1810-1821), as lutas no México foram também marcadas pela presença camponesa organizada num peculiar exército de "esfarrapados", liderado pelos padres Hidalgo e Morelos. Chama-se a atenção para essa singularidade da história mexicana, no cenário latino-americano, para que se compreenda a figura de Lázaro Cárdenas (no poder entre 1934-1940), expoente do populismo mexicano.

A revolução camponesa de 1911 assumiu proporções radicais, não apenas do ponto de vista das lutas sangrentas (1 milhão de mortos), mas também com relação às reivindicações sociais, muitas delas confirmadas pela Constituição de 1917. Todavia, se os agentes primordiais da revolução foram os camponeses, na verdade, a direção política do movimento ficou nas mãos da burguesia. Desarmados os camponeses, assassinados seus líderes, apaziguados os ânimos, a burguesia fez concessões políticas (veja-se a própria Constituição de 1917), mas não abriu mão da condução do processo revolucionário, engendrando o mito da revolução já realizada e concluída.

Durante a década de 20, a burguesia, pressionada interna e externamente, procurou frear as conquistas camponesas e operárias, muitas consagradas na Constituição, transformando esta em letra morta. A reforma agrária, uma das vitórias do movimento camponês, continuou a processar-se na década de 20, mas de forma extremamente lenta e burocratizada.

Com a crise de 1929, o México, como de resto toda a América Latina, enfrentou problemas econômicos e sociais: a produção caiu,

---

Cadernos do Centro de Estudos Noel Nutels, n.º 5, set. de 1976) e Laclau, Ernesto (Para uma teoria do populismo. In: *Política e ideologia na teoria marxista.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).

o comércio se deteriorou, o número de desempregados aumentou e o descontentamento cresceu. O grave momento vivido suscitou muitas críticas à situação mexicana e a idéia da revolução inconclusa tomou vulto.

Lázaro Cárdenas assumiu a presidência da nação em 1934, tendo como pano de fundo o quadro tão sumariamente exposto. O cardenismo representava a retomada dos ideais aburguesados da Revolução Mexicana. Cárdenas se pretendia o verdadeiro tradutor dos interesses das massas mexicanas, admitindo e defendendo sua participação no jogo político e entendendo como fundamental seu papel na sociedade.

Seu programa para o México resumia-se à luta para conseguir seu progresso — por ele entendido como desenvolvimento econômico. Para consegui-lo, devia contar com o apoio e o incentivo de toda a sociedade: de um lado, com a atuação "da classe capitalista", responsável pelo crescimento da produção; por outro, pelas massas, que eram vistas como o motor do progresso de uma sociedade. Ao Estado, caberia o importantíssimo papel de responsável pela conciliação social, pois só o Estado tinha um interesse geral e podia, assim, subordinar os interesses privados às necessidades do progresso do país.

Cárdenas queria, para o México, um desenvolvimento que fosse nem capitalista, nem socialista, na medida em que via a Revolução Mexicana como síntese dos dois sistemas. As classes sociais deviam conviver dentro de um projeto nacional comum, que seria garantido e protegido pelo Estado.

Colocando em prática suas idéias, o presidente pôs em marcha amplos planos de reforma, patrocinando o Estado um vasto programa de obras públicas que beneficiava a burguesia e dava trabalho a um grande número de trabalhadores. O Estado assumia as empresas mais arriscadas e menos lucrativas e deixava à burguesia as atividades empresariais mais estimulantes.

Por outro lado, Cárdenas promoveu, durante seu governo, uma inigualável distribuição de terras, de acordo com a lei de reforma agrária; entre 1915 e 1934, foram distribuídos aproximadamente 10 milhões de hectares a 1 milhão de camponeses, e de 1935 a 1940, portanto, sob Cárdenas, distribuíram-se 18 milhões de hectares a 772 mil camponeses. Tem-se, aqui, a medida do dinamismo da atuação cardenista e de seu empenho em levar à frente os postulados da revolução.

Nas cidades, o governo populista desenvolveu uma política de respeito às reivindicações operárias, permitindo que as greves ocorressem sem qualquer interferência repressiva por parte do Estado.

O número de greves, no seu período governamental, ultrapassou a de todos os demais períodos posteriores à revolução. Segundo Cárdenas, as greves representavam a legítima manifestação dos operários na busca de melhores condições de vida.

Afirmava Cárdenas, em 1937:

> (...) apesar dos desejos do governo e dos nobres anelos do povo, percebem-se (atividades) em forma de insidioso trabalho e de descontentamento contra as conquistas populares, traduzindo-se em surdos rumores que inquietam as massas de trabalhadores por anunciar agitações em projeto; murmurações demagógicas anunciam que se falseiam as instituições, que o regime social desmoronará até o caos se não se puser fim às atividades das massas que demandam a terra ou das que pedem um justo melhoramento de seu exíguo salário.[4]

Continuava seu discurso, enfatizando que "o povo deseja o império da democracia" e que ele, Cárdenas, seguiria em frente, na consecução de seus ideais junto com o povo, sem temor dos oportunistas "que julgam a nação ultrajada, ainda que sensivelmente a vejam progredir".[5]

Neste discurso, o presidente via o Estado, sob sua direção, ao lado do povo, compartilhando com ele dos mesmos ideais e dos mesmos sonhos; em oposição, estavam os demagogos, os oportunistas que, na verdade, aparecem mais claramente identificados em outros discursos, com a burguesia ou uma fração da burguesia, que não aceitava as medidas sociais postas em prática pelo governo. Mas o Estado cardenista não abria mão de sua posição, consagrando o direito de reivindicação e a legitimidade das lutas (pacíficas, dentro da lei) para a obtenção das aspirações camponesas e operárias.

Em fevereiro de 1936, Cárdenas, falando aos diretores do Centro Patronal de Monterrey (grande núcleo industrial), indicava sua postura com relação a operários e patrões, entregando ao Estado o papel de árbitro e regulamentador da vida social do país. Nesse discurso, percebe-se a perspectiva progressista do chefe do governo, ao lado de seu propósito de harmonizar as classes, alicerçado no respeito da integridade de cada uma delas e no princípio da mútua não interferência. Dos 14 pontos fundamentais desse discurso, aqui reproduzimos três:

---

4. Cárdenas, Lázaro. *Los presidentes de México ante la nación (1821-1966)*. México, Imprenta de la Cámara de Diputados, t. IV, p. 73-74. (Cit. por Córdova, Arnaldo. *La política de masas del cardenismo*. México, Era, 1974, p. 191.)
5. Cárdenas, L. Ob. cit., p. 74. (Cit. por Córdova, A. Ob. cit., p. 192.)

1. Negação profunda de toda faculdade de a classe patronal intervir nas organizações dos trabalhadores, pois não cabe aos empresários direito algum de invadir o campo da ação proletária.

2. Os fanáticos que assassinam professores têm feito à nação mais danos que os comunistas; fanáticos esses que se opõem ao cumprimento das leis e do programa revolucionário, e, no entanto, temos que tolerá-los.

3. Os empresários que se sintam fatigados pela luta social podem entregar suas indústrias aos trabalhadores ou ao governo. Isto será patriótico: a greve, não! [6]

Nestes três pontos, pode-se destacar a crença de Cárdenas na capacidade do papel do Estado de intervir no campo da luta entre as classes sociais, estabelecendo os limites de atuação de cada uma delas. Ele pretendia garantir a neutralidade do Estado, seu lugar acima das classes e assegurar condições viáveis para o desenvolvimento através da conciliação de interesses divergentes, mas empenhados num único projeto nacional. Como Cárdenas acreditava nessa composição, ele não temia o comunismo e não o responsabilizava por todos os males existentes no México — como em geral fazem todos os dirigentes latino-americanos.

O terceiro ponto, quando menos, é inédito na história latino-americana; não parece comum encontrar-se um presidente burguês afirmando que os operários podiam fazer greve, mas que os patrões não tinham o direito de parar as fábricas, pois isto seria impatriótico.

Coerente com seu projeto, Cárdenas esclarecia o móvel fundamental de suas proposições. Ele indicava de forma límpida sua perspectiva a respeito da situação histórica mexicana, neste discurso feito a empresários:

> Precisamente porque conheço, como revolucionário, em que circunstâncias se incubam as explosões de sentimento popular, recomendo que a classe patronal cumpra de boa fé com a lei, cesse de intervir na organização sindical dos trabalhadores e dê a estes o bem-estar econômico a que têm direito dentro das máximas possibilidade das empresas; porque a opressão, a tirania industrial, as necessidades insatisfeitas são os explosivos que num momento dado poderiam determinar a perturbação violenta tão temida por vocês.[7]

Assim, os limites de sua política social estavam dados. Ao lado de uma retórica algumas vezes socializante — um artigo da Constituição, modificado no seu governo, propunha até mesmo uma

6. Cárdenas, L. *Ideario político.* México, Era, 1976, p. 190-91.
7. Cárdenas, L. *¡Cárdenas habla!* México, La Impresora, 1940, p. 65. (Cit. por Córdova, A. Ob. cit., p. 194.)

educação de tipo socialista — não promoveu alteração básica na estrutura econômico-social do México, que permaneceu dentro dos parâmetros impostos pela acumulação e reprodução do capital.

O peronismo é um fenômeno mais conhecido no Brasil e apresenta outros desdobramentos históricos, pois mesmo depois da queda de Perón, em 1955, mantêm-se organizações peronistas influentes, especialmente ligadas aos sindicatos operários.

Retomem-se alguns antecedentes à chegada de Perón à presidência; a década de 30 se abriu, na Argentina, com um golpe militar ultraconservador que derrubou do poder Hipólito Yrigoyen, da União Cívica Radical. Esse partido, surgido em 1891, por oposição ao Partido Conservador, conseguiu congregar os oposicionistas argentinos sob uma vaga bandeira de reivindicações liberais e democráticas. O partido estava no poder desde 1916 e representava uma oposição, ainda que tênue, às oligarquias exportadoras.

Os militares, pouco depois do golpe de 1930, passaram o poder aos civis, isto é, à fração da classe dominante diretamente ligada à exportação e aos capitais externos. A década de 30, também conhecida como década infame, assistiu a um pacto econômico extremamente comprometedor entre aqueles que estavam no poder e a Inglaterra, suportou fraudes constantes nas eleições, num arremedo de legalidade constitucional e calou-se diante das perseguições, prisões e espancamentos dos líderes operários mais combativos (especialmente anarquistas, socialistas e comunistas).

Em 4 de novembro de 1943, outro golpe militar derrubava o presidente e declarava publicamente a restauração da democracia. No entanto, num compromisso secreto, os chefes militares do golpe se afirmavam autoritários e preocupados com a hegemonia argentina na América Latina. O grupo de oficiais que conspirou e tramou o golpe, o GOU (Grupo de Oficiales Unidos), manifestava simpatias pelo Eixo, se declarava nacionalista e antidemocratas.

Ao GOU estava ligado Perón que, à época do golpe, servia em Mendoza, próximo dos Andes, sob as ordens do general Farrel. Com a ascensão deste à direção da nação, Perón fez uma carreira política rápida, chegando a ministro da Guerra, e vice-presidente, além de estar à frente da importante Secretaria de Trabalho e Previdência.

Em fins de 1943, o regime deixava claro seu conservadorismo e autoritarismo, ao dissolver todos os partidos políticos e suprimir o laicismo escolar. Com relação à questão operária, a Secretaria de Trabalho e Previdência tomava uma série de medidas dirigidas a ganhar o apoio do proletariado urbano; entre outras, concedeu aumentos salariais e instituiu o aguinaldo (uma espécie de 13.º sa-

lário). Por outro lado, Perón desenvolvia uma política com o fim de desarticular os sindicatos mais politizados e combativos ligados aos socialistas e comunistas, através dos mais variados meios — da cooptação à violência e arbitrariedade.

Em 1945, depois do conhecido episódio de sua prisão e libertação por pressão das massas que saíram às ruas, Perón surgia como candidato à presidência da República, pelo recém-constituído Partido Laborista. Este partido congregava, especialmente, setores da classe operária ligados a Perón; também o apoiavam uma ala minoritária da União Cívica Radical, grupos nacionalistas, católicos e setores importantes do Exército. Em oposição, constituiu-se a União Democrática, composta pela ala majoritária União Cívica Radical, os socialistas, os comunistas, o Partido Democrático Progressista, contando com o apoio silencioso dos conservadores. Perón obteve a vitória nas urnas, por pequena diferença de votos, assumindo a presidência da Argentina em 4 de junho de 1946.

A polêmica em torno das análises do peronismo tem sido sempre apaixonada. As interpretações são variadas: há aqueles que defendem Perón e o vêem como motor do "progresso" social argentino. Outros, acusam-no de fascista, por suas perspectivas antiliberais e nacionalistas, salientando, ainda, o apoio por ele recebido da Igreja, do Exército e da pequena burguesia.

Perón reconhecia, no interior da sociedade argentina, a existência de classes sociais, bem como admitia o conflito entre seus interesses. Contudo, acreditava que esse conflito não implicasse a destruição da organização social, e sim a harmonização daqueles interesses mediante a ação tuteladora do Estado. No entanto, privilegiando o Estado, julgava ser este a única entidade capaz de realizar os "supremos interesses" do indivíduo e da Pátria. Na verdade, os "interesses" dos indivíduos estavam identificados e eram sintetizados pelos "interesses" da Pátria. Tal como se pode depreender do seu discurso:

> A terceira posição argentina, pois, começa por dignificar a vida do indivíduo em cada conglomerado nacional. E o faz mediante a justiça social, quer dizer, equilibrando dentro de seu seio, mercê à suprema tutela do Estado, suas duas forças dinâmicas e opostas: o trabalho e o capital. Não o faz mediante o sacrifício de uma em benefício da outra; persegue sua conciliação e o consegue antepondo às ambições de cada uma delas o nobre imperativo de respeitar sobre todas as coisas os supremos interesses do indivíduo e da Pátria.[8]

8. Perón, J. D. *La tercera posición argentina.* Buenos Aires, Ediciones Argentinas, 1973, p. 13. (Cit. por Altman, Werner. *El proyecto nacional peronista.* México, Estemporáneos, 1979, p. 111.)

Em outro discurso, declarava Perón:

> Para que o desenvolvimento das relações jurídicas, econômicas e sociais entre patrões e trabalhadores tenha lugar em pacífica convivência, nem os primeiros podem livrar-se da vigilância do Estado, para fugir ao cumprimento de seus deveres, nem os trabalhadores podem pretender o predomínio sindical e arrogar-se faculdades que são privativas do Estado.[9]

Aqui, Perón salientava, mais uma vez, que o Estado se colocava acima das classes; para ele, não podia haver predomínio sindical, pois os sindicatos deviam dobrar-se aos imperativos do Estado. Os patrões também deviam estar subordinados à vigilância do Estado, pois era este que paternalmente decidia a sorte da sociedade e fazia convergir interesses diversos para o bem da nação.

Na prática, o governo populista concedeu benefícios aos trabalhadores — como aumentos salariais (nos quatro primeiros anos), férias efetivamente pagas, seguro de vida, regulamentação das condições de trabalho, aposentadoria garantida —, quase nunca com a aprovação ou o beneplácito das classes dominantes, temerosas das conseqüências deste tratamento diferenciado. No entanto, Perón, como Cárdenas, também estimulou o desenvolvimento capitalista — especialmente a industrialização —, favorecendo, nesse sentido, os interesses da burguesia nacional.

Em seus discursos, Perón se referia, muitas vezes, aos operários de forma paternal: "(...) se o trabalhador é aquele que constrói e realiza, há que respeitá-lo e dignificá-lo, e, além disso, cuidá-lo, alimentá-lo e levá-lo adiante, porque é, em síntese, a grandeza da nação".[10] Não há, neste discurso, um tratamento dispensado ao trabalhador, muito diverso do que se daria a uma criança. O operário se constituía na riqueza da nação e, como tal, o Estado deveria ajudá-lo a seguir adiante, pois sozinho o operário parecia não ter condições de, ao menos, sobreviver. Eram-lhe imputadas tal passividade e incapacidade de lutar por seus direitos — absolutamente desmentidas pela prática política operária — que ao governo populista cabia assumir, ou melhor, justificar a assunção do seu destino. Portanto, concluiu-se que os sindicatos deviam estar atrelados ao Estado, seu condutor por natureza.

Estabelecendo-se as relações entre a postura autoritário-paternalista do Estado peronista com seu projeto político "terceirista", entende-se o racioeínio de Perón relacionado às soluções possíveis e

9. Perón, J. D. *Doctrina peronista.* Buenos Aires, Ed. de la Presidencia, s/d, p. 33. (Cit. por Altman, W. Ob. cit., p. 61.)

10. Perón, J. D. *La tercera posición argentina,* p. 32. (Cit. por Altman, W. Ob. cit., p. 62.)

viáveis para a Argentina: "(...) Se nós não fizermos a revolução pacífica, o povo fará a revolução violenta (...) E a solução deste problema tem que se levar avante, fazendo justiça social às massas. Esse é o remédio que ao suprimir a causa suprime também o efeito".[11] Nas palavras finais, Perón se referia aos abusos do capitalismo como causa do descontentamento social que fazia emergir o comunismo. Assim, dizia ele, eliminada a causa (capitalismo) — já que a Argentina adotava o regime "terceirista" —, estava derrocado também o efeito (comunismo). Saliente-se, ainda desta vez, a mesma visão de Cárdenas ou do nosso Antônio Carlos (em outro contexto), isto é, façamos a revolução, antes que o povo a faça. Com efeito, os dirigentes argentino e mexicano tinham presente a injustiça, a miséria, a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores, sob o regime capitalista, e pretendiam resolver todos esses males com um regime político paternalista, conclamando a todos para se unirem num pacto de classes em que cada uma teria vez e voz.

O móvel fundamental dessa posição parece ter sido o medo de uma revolução, levada às últimas conseqüências, liderada pelas massas trabalhadoras. Para evitar o momento de choque, pretendia-se um regime que, ao nível do discurso, dirigiu-se às massas e a elegia como interlocutor político, e, ao nível da prática política, fazia concessões aos trabalhadores, legislava em seu benefício e procurava contornar alguns de seus problemas.

Pretendeu-se, assim, apontar duas vertentes do populismo latino-americano: o mexicano, com uma prática política mais democrática e uma ideologia mais progressista; e o argentino, autoritário, conservador e repressivo. No entanto, para a classe operária os resultados dos dois regimes populistas não foram tão diversos. No México, uma reformulação no único partido existente, o Partido Nacional Revolucionário, transmutado por Cárdenas, em Partido da Revolução Mexicana (mais tarde Partido Revolucionário Institucional), promoveu uma divisão do partido em setores (setodes operário, camponês, militar e popular) que terminou por cristalizar um vínculo oficial e institucional entre os sindicatos e o Estado, via partido oficial. Na Argentina, o Estado quebrou a autonomia política dos sindicatos, estabelecendo fortes vínculos entre eles e o Estado.

Em suma, os populismos mexicano e argentino no afã de escapar aos dois sistemas — o capitalismo e o socialismo — contribuíram, de um lado, para o crescimento e o fortalecimento da burguesia e, de outro, para o atrelamento dos sindicatos e das organizações político-partidárias das classes populares ao Estado burguês.

11. Perón, J. D. *El peronismo ayer y hoy*. México, Ed. Diógenes, 1974, p. 13-14. (Cit. por Altman, W. Ob. cit., p 113.))

PODER LOCAL E POPULISMO

Neusa Meirelles Costa

INTRODUÇÃO

A política local é conduzida através de um jogo de relações e inter-relações de poder e influência, abrangendo elementos de grupos dominantes do local e de fora. Por intermédio deste conjunto de relações, interno à estrutura de poder, é promovida a integração da política municipal na conjuntura política maior, especialmente estadual, de maneira a assegurar o atendimento aos objetivos colimados pelos que participam do poder.

Assim, a definição da política local [1] é, em grande parte, resultante da atuação de grupos diferenciados na estrutura do poder, cuja prática se caracteriza por: *a*) permeabilidade e flexibilidade em face das contradições sociais emergentes na área política, em todos os níveis; *b*) sensibilidade ante as tendências políticas observadas na sociedade global e, especialmente, ao nível estadual; *c*) sensibilidade para avaliação das condições peculiares do eleitorado local; *d*) atendimento formal às normas, praxes e exigências institucionais.

Em outras palavras, a orientação da política local implica a adaptação das tendências políticas nacionais às condições do eleitorado local, em desenvolver uma práxis que assegure a manutenção do poder, garantindo os interesses de classe, de resto, nem sempre conscientemente assumidos.

O populismo, como diz Weffort,[2] é um fenômeno de participação política das classes populares, urbanas, "particularmente en-

1. Costa, Neusa Meirelles. *Poder local, aparência e realidade.* Tese de Doutoramento, UNICAMP, 1968.

2. Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

raizado naquelas cidades de maior ritmo de crescimento, mais fortemente atingidas pelo desenvolvimento industrial e pelas migrações". A discussão sobre poder local e populismo coloca-se, pois, no contexto das relações entre sociedade global e local. A permeabilidade e aderência do poder local, em relação às tendências expressas na política estadual e federal, refletem-se da "pressão orientadora" [3] exercida pela sociedade global, como fulcro de mudança, sobre a local em transição. Condições institucionais, inclusive, acentuam esta "pressão": basta mencionar a restrita autonomia municipal e a conseqüente dependência do poder local face aos níveis superiores de poder e decisão, estadual e federal.

Por outro lado, são as condições sociais concretas, emergentes ao nível político, que se constituem em pré-condições ao livre curso ali das tendências políticas expressas na sociedade global, tanto a nível estadual como federal. Portanto, embora a relação entre populismo e poder local esteja situada no contexto das contradições entre sociedade global e local, o nível privilegiado para sua compreensão é o das condições concretas que explicam o sentido do voto populista no interior e na metrópole.

Ao nível das cidades interioranas, o populismo é garantido pela barganha política entre segmentos dos grupos dominantes, internos à estrutura do poder e elementos externos, através de práxis coerente com as condições do eleitorado. A votação populista apresenta-se como um fato concreto; manifestação do mesmo processo de convergência da participação política popular. Mas, além desta manifestação concreta, há que buscar as vinculações de sentido entre o comportamento político das massas urbanas e o comportamento político da população urbanizada do interior; segmentos que vivem condições diferenciadas do mesmo processo de desenvolvimento capitalista.

Em síntese, em um primeiro nível de aproximação, pode-se admitir a correspondência entre o comportamento político das massas urbanizadas da metrópole e do interior, mas ao focalizar o comportamento político no interior constata-se a existência de toda uma "manipulação política" no sentido de "adaptar", "adequar" a mensagem do líder populista urbano às condições concretas e "preocupações" do eleitor local.

Neste trabalho procura-se discutir o sentido desta "adaptação", as condições que a explicam, no contexto das contradições do pro-

3. Beiguelman, Paula. O processo político brasileiro de 1945 ao Plebiscito. In: *Pequenos estudos de ciência polictica.* São Paulo, Ed. Centro Universitário, 1967, p. 79.

cesso brasileiro de desenvolvimento capitalista, onde se situa a participação política popular.

POPULISMO E ESTRUTURA DE PODER LOCAL

As comunidades do interior não são imunes ao chamamento populista, vários destes políticos tiveram no eleitorado interiorano parcela substancial de seus votos. A questão é entender o sentido desta votação, compreendê-la no contexto da estrutura de poder local. Recoloca-se o problema cujos termos, simplificadamente, podem ser apontadas na polarização poder local e política nacional. Contudo, este problema não se esgota ao nível político.

A inscrição dos termos da polarização no processo que lhes empresta cor e vida permite apreender-lhes o sentido. Ambos respondem às condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, de cujas modificações adaptativas, operadas após 1929, no pós-guerra e após 1964, resultaram a especificidade do processo de emergência de classes sociais, a atuação peculiar do Estado e, finalmente, o sentido do poder local.

O desenvolvimento capitalista no Brasil resultou diferenciações de áreas e estágios de evolução capitalista. É importante notar que em todos os níveis e regiões, mesmo onde coexistem formas capitalistas mais elaboradas e pré-capitalistas, registra-se a presença do Estado como agente da "racionalidade econômica" e, em níveis crescentes de abrangência, esta participação do Estado assume, após 1964, papéis dúplices: ao mesmo tempo agente de mudança provocada — através do planejamento e inversão — e agente econômico, operando em condições especiais no mercado.

Nestes termos o próprio conceito de "local", indicando situação no espaço, refere-se a uma pontuação neste mosaico cuja integração é promovida pelo Estado.[4] Essa "integração" é, ela mesma, um processo de combinação das contradições inerentes à coexistência dos vários estágios e estruturas produtivas com interesses próprios.

O espaço político local é, portanto, contingenciado por este processo de integração dos vários estágios e condições de expansão e desenvolvimento do capitalismo nacional. Nele o exercício do poder realiza o movimento dialético entre as contradições das condições políticas e sociais concretas, naquele espaço pontual, e as condições abrangentes, movidas pelo Estado, no processo de integrar as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo nacional.

4. Ver, a respeito, Weffort, F. Ob. cit.

Neste sentido é que se pode falar de uma "pressão orientadora", de fora para dentro, ou seja, da sociedade maior sobre a local. E pode-se falar igualmente de um processo de "adequação", "adaptação" das tendências políticas nacionais para a sociedade local, como característico do exercício do poder local. Em realidade essa atuação, situada no processo de "integração" já mencionado, realiza-se como mediação entre a realidade política concreta e a pressão dos processos globais.

O nível concreto é que induz as mediações ao processo global; estas, quando enfocadas do ponto de vista da realidade local concreta, representam manipulações: das tendências globais e daquelas condições emergentes, na sociedade local, numa práxis utilitária e eficiente que assegura, aos grupos dominantes, a manutenção do poder.

Coloca-se, pois, como questão pertinente ao tema, a compreensão do chamado processo de transição (rural/urbano-industrial), na medida em que ele é a concretização, para o nível local, do processo de expansão do capitalismo no Brasil e na medida em que permite uma primeira aproximação no entendimento das formas sociais e políticas organizadas e em mudança.

TRANSIÇÃO RURAL/URBANO E PODER LOCAL

O crescimento do setor urbano-industrial na economia brasileira se fez, notadamente no centro-sul, mantendo os vínculos estruturais com o setor primário voltado para exportação. Foi na acumulação gerada com a produção agrícola para mercado externo que teve origem o capital industrial.

Estes vínculos de dependência que, em última instância, decorrem das condições especiais de desenvolvimento do capitalismo nacional, refletem-se nas peculiaridades da estrutura de classes emergente: de fato o processo de divisão social do trabalho não é completo na emergência das classes urbanas. O segmento industrial não é suficientemente vigoroso para absorver o contingente de força de trabalho que se desloca. Isto significa que o desenvolvimento do setor urbano não é autônomo, mas dependente do setor agrário, sofrendo os efeitos das crises que afetam àquele. Em síntese, a urbanização não acompanha a industrialização, o desenvolvimento das forças produtivas.[5]

5. Ver, a respeito, Francisco Oliveira. *A economia da dependência imperfeita.* Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

As etapas posteriores do processo de desenvolvimento urbano-industrial vão, *grosso modo,* manter este padrão de baixo grau de autonomia "endógena". As condições histórico-estruturais de desenvolvimento do capitalismo nacional vão acentuar o grau de inserção do processo no capitalismo internacional, com efeitos profundos ao nível interno, tanto no que respeita à estrutura econômica quanto no que respeita ao processo de composição da estrutura de classes e, conseqüentemente, ao comportamento político e estrutura do poder.

É a dinâmica de descontinuidade espacial e setorial do capital, em busca da realização da acumulação, que o impulsiona em direção ao interior e, conseqüentemente, impulsiona a transição rural/urbano nas áreas locais. Todavia o processo não é completo nestas áreas, assim como também não o é nos centros dinâmicos.

O avanço da industrialização implica duas tendências principais nas áreas do interior: transformação do setor industrial, no sentido dos ramos fora da competição dos centros, e a transformação da agricultura, no sentido de uma especialização para consumo dos grandes centros, produção de matérias-primas e insumos para consumo industrial.[6] As transformações da infra-estrutura econômica significam a ampliação do centro urbano, êxodo rural e desequilíbrios no balanço oferta/demanda no mercado de trabalho local.

O avanço da urbanização no contexto da economia local encontra resistência da estrutura social à mudança, provocando a emergência de formas sociais e políticas adaptativas nos padrões, normas e expectativas de comportamento. Conseqüentemente revelando-se no recorte da estrutura de classes emergente.

A permanência dos componentes tradicionais é fundamental na emergência da estrutura de classes, contingenciada pela nova divisão de trabalho. Conseqüentemente coexistem os segmentos sociais tradicionais e modernos na estrutura de classes e os valores e expectativas de comportamento respectivamente correspondentes, em que pese o "moderno" ser o idealizado, o "ideal", enquanto norma de comportamento real. É de resto a coexistência velho/novo que permite a especificação do moderno.

Os segmentos urbanos da estrutura de classes são os mais sensíveis e diretamente atingidos ao se instalarem os novos padrões, assim como também é no setor urbano da estrutura social que estão presentes as tendências às adaptações, às sobrevivências dos padrões

6. Singer, Paul. *Desenvolvimento econômico sob o prisma da evolução urbana.* Tese de Doutoramento, USP, 1966.

tradicionais. É importante notar que na área local, ao longo do processo de transição que não se completa, sobrevivem as formas sociais novas, coerentes com as mudanças concretas operadas na estrutura de produção e sobrevivem as formas tradicionais. Ora, o segmento tradicional termina por ser deslocado pelo novo, em que pese as especificidades de que isso se reveste. Portanto, as formas sociais coerentes com o fulcro urbano-industrial em expansão são incorporadas, pela estrutura social local, e sobrevivem conciliadas com as tradicionais, muito embora não existam, ao nível local, as condições sociais concretas existentes nos centros de difusão.

Neste sentido, as condições concretas em que se opera o chamado processo de transição rural/urbano caracterizam-se, no plano político, pela combinação de opções políticas de natureza diversificadas (tradicional e moderna) e, mais concretamente, pela manipulação das opções políticas através de mecanismos concretos de manutenção do poder, combinados em seus componentes tradicionais e urbanos.

É o que se verifica, por exemplo, ao nível político, naquilo que se convencionou chamar "comportamento político de massas": a exigüidade do que se poderia designar como "massas urbanas", ou "proletariado urbano" ao nível das áreas locais não permite que se observe ali comportamento coerente com essa categoria social ao nível dos grandes centros, de onde se irradia o processo. Contudo isto não significa que as áreas não sejam permeáveis às palavras de ordem, aos temas mobilizadores das categorias urbanas emergentes nos grandes centros.

De fato observa-se, ao nível local, formas adaptativas entre o "tradicional" e o moderno, entre o "rural e o urbano", coerentes com a morosidade com que se operam as transformações da economia e estrutura social. Estas "formas adaptativas" representam, afinal, mediações no processo dialético de transformação da estrutura econômica e social, ou, ainda, mediações no processo de "transição". A transição rural/urbana se faz, assim, sob impulso dos centros dinâmicos do capitalismo nacional e, por ser incompleto o processo, mas ao mesmo tempo, por ser histórico-temporal, introduz, ao nível da estrutura social e de classes local, alterações que representam adaptações às condições em mudança A essas adaptações, por sua vez, vão corresponder formas políticas concretas que podem ser consideradas mediações no processo de superação dialética do tradicional, sob impacto da transformação capitalista. O "político do interior", "político de clientela", o "coronel de cidade" [7] seriam exemplos con-

7. Ver Costa, N. M. Ob. cit.

cretos e típicos destas formas adaptativas mencionadas. Da mesma forma o populismo, enquanto tendência de comportamento político das massas urbanas, sofrerá, ao nível local, um semelhante processo adaptativo.

Em síntese, nas áreas locais em transição, ao nível do comportamento político concreto, pode-se chegar à identificação de ajustamentos combinando padrões de comportamento político distintos e irredutíveis: populismo não é um coronelismo de cidade,[8] evidentemente, mas líderes populistas se valeram e legitimaram coronéis de cidade, sendo por eles garantidos no poder. O comportamento político concreto combina, na práxis, elementos do "modelo" urbano-industrial e do rural-tradicional. É o comportamento concreto que representa a mediação concretizada. Representa, enfim, o movimento de transição captado em um momento: a tentativa de conciliar contradições, sem resolvê-las. O comportamento político concreto nas áreas locais e, portanto, o exercício do poder local, situa-se nesta transição rural/urbana incompleta, conquanto em expansão, no bojo das especificidades do desenvolvimento do modo capitalista no Brasil, refletindo deste as contradições histórico-econômicas ao nível da estrutura de classes e do poder.

O personalismo, o contato pessoal entre político e eleitorado, a rede de favores, amizades e inimizades que compõem parte significativa dos recursos tradicionais de controle político, estão em uso permanente na política local. É através destes mecanismos que, na política local, divulga-se a pessoa do líder populista, aproximando-o de seus adeptos, suas idéias e propostas, privilegiando-se, sobretudo, as "vantagens" que a eleição deste trará a cada grupo.

Desta forma, através de mecanismos tradicionais que integram a práxis de manutenção do poder, por parte dos grupos dominantes locais, adapta-se o populismo às condições concretas, específicas da sociedade local. Estão, contudo, presentes neste processo os mesmos componentes do populismo na sociedade nacional:[9] *a*) a personalização do poder; *b*) necessidade de participação política das classes urbanas; *c*) imagem da soberania do Estado sobre a sociedade.

Destes três componentes apontados por Weffort, o último completa-se nos anteriores: a imagem de um Estado soberano, distante da sociedade, mas ao mesmo tempo realizando os objetivos aí emergentes, representa uma abstração do poder personificado. Na sociedade local não é o Estado, como categoria abstrata, que realiza

8. Weffort, F. Ob. cit.
9. Weffort, F. Ob. cit.

objetivos, mas o "Governo", através da figura do líder populista. Neste sentido, também na sociedade local mascaram-se as contradições dos objetivos de classe, diluídos no populismo, não obstante seja o populismo uma forma de participação política das classes urbanas emergentes no próprio processo de transição.

A presente discussão, da especificidade do populismo ao nível local, conduz a redescobri-lo como objeto do mesmo processo de adaptação às condições sociais concretas da sociedade local, emergentes no processo de transição rural/urbano, no contexto da expansão capitalista nacional. Por outro lado, conduz igualmente a redescobri-lo como forma de participação política aberta à sociedade civil em relação a um certo modelo de Estado. Assim, através do populismo, as classes emergentes no capitalismo brasileiro expressam expectativas políticas face ao Estado, mantendo-se mascarado o conteúdo de classe.

A persistência dos mecanismos tradicionais de controle político, ao nível da práxis utilitária da estrutura de poder, é coerente com as condições concretas de desenvolvimento do processo na sociedade local, bem como coerente com os padrões do exercício do poder face ao modelo de Estado.

Esta linha de raciocínio leva a colocar uma segunda pergunta: em que medida as alterações verificadas no período de 1964 para cá, tanto ao nível institucional como histórico-econômico afetaram o quadro até aqui trabalhado?

PODER LOCAL E O MARCO DE 1964

O período que se estende a partir de 1964 vem acentuar as tendências já apontadas ao longo desta discussão. As mudanças político-institucionais, operadas ao longo do período, vêm introduzir modificações significativas na estrutura de poder local e conseqüentemente no significado do populismo local.

A transição rural/urbana, sob expansão do capitalismo nas áreas locais, na década de 50 e primeiros anos da de 60, se fez sob patrocínio do Estado, em grande parte como resultado de pressão sobre ele exercida pelas classes urbanas: é o Estado desenvolvimentista industrial.

Tanto nas grandes cidades, como nas cidades do interior, a industrialização, sobretudo no que respeita à geração de novos empregos urbanos, foi tema mobilizador de campanhas eleitorais. A pressão sobre o Estado, árbitro dos interesses de classe e, ao mesmo

tempo, mentor do desenvolvimento, constitui-se componente do populismo. De outro lado, nas áreas locais, o nível de personalização do processo político permitiu também que mensagens paternalistas e individualistas, acenando com empregos e mobilidade, ao nível individual, tivessem livre curso e sucesso. Assim, segmentos tradicionais e não-tradicionais da estrutura de classes vêm a ser alvos do populismo através das mensagens diversificadas.

O período pós-64 é marcado por mudanças no modelo de desenvolvimento econômico, equilíbrio de forças políticas e arcabouço institucional do Estado representativo, restringindo a participação política das classes mais amplas a limites mínimos.

Os esquemas conciliatórios que pressupunham o apoio das classes populares, notadamente as urbanas, foram limitados à busca de sustentação em eleições aos cargos legislativos. Neste sentido o populismo tradicional desaparece do cenário político nacional, mantendo-se as tentativas eventuais de popularização das lideranças políticas cooptadas. Nas áreas locais, onde foram mantidas as eleições diretas ao Executivo, permaneceram os mecanismos anteriormente efetivos de manutenção do poder, adaptados às novas regras do jogo político. Neste sentido pode-se compreendê-los como mediações no processo de participação política, no novo sistema de poder, por sua vez, coerente ao modelo de desenvolvimento econômico.

O processo de expansão capitalista, a partir de 1964, é consentâneo ao fortalecimento do Estado sob regime centralizador. A autolegitimação autoritária do Estado tornou-se insensível à pressão popular, de resto, coerente com o modelo de crescimento excludente e tecnocrático. Assim, enquanto o Legislativo depende do sistema representativo e, portanto, notadamente da manifestação das classes urbanas, o Executivo autolegitima-se no aparente apoliticismo tecnocrático.

Neste quadro acentua-se, no período, a dependência do poder local em relação ao Estado, representado na burocracia tecnocrática e cooptados pelo poder central. Para a ascensão ou manutenção do poder torna-se fundamental a vinculação dos "mandatários locais" com o poder central, estadual e, se possível, federal; ao mesmo tempo é fundamental contar com o apoio popular, na medida em que permanece o sistema representativo para o Executivo e Legislativo municipais.

A barganha entre poder local, estadual e federal passa a envolver o componente tecnocrático característico do período. Conseqüentemente as vinculações do poder local com a burocracia governamental torna-se um componente significativo e novo na manutenção

do poder, especialmente porque a autonomia municipal sofre sensíveis limitações com o centralismo do período. Estas vinculações permitem o trânsito nos órgãos públicos, liberações de verbas, implantação de programas, projetos etc., que caracterizam o planejamento tecnoburocrático do período.

Por outro lado, permanecem, especialmente ao nível do Legislativo, as praxes tradicionais de manutenção do poder, ou seja, os favoritismos, empreguismos, veiculação de uma imagem popular do candidato ao cargo, estabelecimento de ligações pessoais com o possível eleitorado, mecanismos efetivos para manutenção do poder não somente ao nível local. Todavia, com o bipartidarismo, estas praxes favorecem aos elementos da situação, evidentemente, visto que contam estes com acesso aos círculos de decisão. A oposição, em que pese adotar, regra geral, as mesmas praxes, não contou com tais "trunfos" na mesma medida.

É importante notar que, ao nível municipal — para se ater somente a este nível —, o bipartidarismo representou uma polarização formal, imposta pelo regime e como tal acatada. Aliás, em vários municípios, situação e oposição estavam representadas por facções do mesmo grupo dominante, cujas contradições intestinas eram, desta forma, expressas com uma pseudo-aparência ideológica.

Os "coronéis de cidade", chefes políticos locais, conseguiram não só construir esta gangorra do poder, como se equilibrarem nela, assegurando, assim, a manutenção do poder através do controle e influência sobre ambos os grupos. Nisto favoreceram igualmente suas ligações com a estrutura do poder estadual e federal ou, mais precisamente, com o grupo de poder ao qual estão vinculados a nível estadual e federal.

O embate situação/oposição, que a nível global expressa, no conteúdo ideológico, interesses de classe conflitantes na sociedade capitalista industrial é "adaptado" coerentemente às condições sociais concretas existentes na sociedade local, onde as contradições do sistema permanecem mal explicitadas e envolvidas na persistência dos componentes tradicionais da estrutura social.

O fortalecimento da oposição, marcado pelas eleições de 1974, vem expressar o descontentamento contido das classes urbanas com o sistema. De fato, os mecanismos tradicionais abrem oportunidades individuais de mobilidade, na medida em que abrem brechas nas barreiras erguidas pelo modelo excludente, à custa dos compromissos assumidos pelo indivíduo, enquanto portador de uma opção que é alienada, com o poder. A estreiteza dos canais é apontada pela oposição. É a oposição que veicula a mensagem de ampliação de

oportunidades, de "melhoria das condições de vida do povo", possível através da mudança do sistema de poder e conseqüentemente do modelo econômico. Neste sentido, o fortalecimento da oposição se faz como expressão de interesses das classes urbanas excluídas do acesso aos canais de mobilidade. De qualquer forma instala-se um período de pressões no sentido da reformulação do sistema. A "ameaça" de eleições diretas em 1982, para cargos executivos, reforça o sentido das pressões que vêm sendo expressadas ao nível da sociedade civil, bem como alerta para a necessidade de "garantir as bases", ou seja, trabalhar junto ao possível eleitorado, atendendo ou, ao menos, acenando com a possibilidade de atender às reivindicações.

O campo aberto ao debate político, nas atuais condições de autoritarismo tolerante, é duplamente limitado: ao norte pelas posturas de exceção, não totalmente extintas, utilizadas ainda como ameaça para fazer valer as prerrogativas do sistema; ao sul, pelas reivindicações das classes urbanas, cuja representação é fundamental para fins político-eleitorais. Situação e oposição movem-se neste campo de forças.

Conseqüentemente, pelo menos ao nível do ideário, os partidos políticos emergentes da concessão pluripatidária tinham de ser interpenetrados, incorporando, os de situação, temas levantados pela oposição, nestes dezesseis anos, junto às classes urbanas. Os de oposição atenuam as propostas, obedecendo os limites aceitáveis pelo poder autoritário.

Disto resulta a proximidade, a nível global, das mensagens dos ideários dos partidos: a situação incorpora, a nível de ideário, temas levantados pela oposição, especialmente aqueles que sensibilizam as classes urbanas, no que respeita a participação política; a oposição mantém a crítica global à situação, sem propostas globais que terminariam por explicitar desconfortáveis semelhanças com as opções políticas adotadas pelo governo. As oposições atuam neste sentido, através de uma crítica sistemática e global ao sistema e propostas pontuais, de forma a garantir a sustentação popular, sem ferir as idiossincrasias do autoritarismo e, internamente, sem acirrar contradições entre suas facções, nem explicitar inviabilidades das propostas levantadas. As condições especiais ao momento político incidem também ao nível da prática, limitando as possíveis opções, tornando mais claras as contradições inerentes às concessões ao autoritarismo e seu conteúdo ideológico.

Em síntese, o período atual da chamada abertura e redemocratização abrange, de fato, caminhos devidamente traçados, nos quais é ensaiado o projeto de contornar as contradições estruturais emergentes no momento histórico. Neste ensaio, afinam-se os interesses

de classe representados pela situação e oposição, levando à interpenetração do ideário dos partidos e afinidades na prática. Do ponto de vista estratégico, de luta pelo poder, as posições são distintas, evidentemente: ensaia a situação a legitimação do regime com preservação do sistema de poder; tentam os partidos da oposição a mudança do sistema de poder com reforma do regime, caracterizando-se, sobretudo, a reforma pelo "retorno às tradições democráticas".

De fato, o "retorno à democracia", em certo sentido, interessa a todos os segmentos partidários, pois desemboca no afastamento, do cenário político, de certos segmentos do atual sistema de poder e, revivescência do populismo como práxis utilitária de preservação dos interesses da classe através da conciliação, ao nível do Estado, das contradições emergentes ao momento histórico. Neste sentido, aliás, organizaram-se os "novos" partidos, preservando tanto quanto possível as respectivas identidades históricas e acomodando os remanescentes líderes populistas.

Em resumo, as condições emergentes na sociedade brasileira, neste período de "redemocratização" são, à primeira vista, coerentes com as formas populistas de exercício do poder, notadamente no que respeita a ampliação das classes urbanas, emergentes do processo de expansão capitalista recente e incompleto, sensível aos apelos da sociedade de consumo e, conseqüentemente, pressionando politicamente no sentido de mobilidade social. É interessante notar, contudo, que a pressão é exercida hoje, pelas classes urbanas, junto ao sistema de poder, dirigida ao "modelo de desenvolvimento econômico". eufemismo para designar o próprio Estado, autoritário e tecnocrático.

Em outros termos, as pressões das classes urbanas, bem como de outros segmentos da sociedade civil, se fazem no sentido da participação política e não representando uma expectativa em torno de líderes que ocupem o governo. Há portanto uma diferença sensível entre a atitude política contemporânea e a anterior: não se concentra mais a expectativa em torno de um Estado forte, reformado, que promovesse simultaneamente a industrialização e a conciliação de interesses contraditórios das classes no sistema capitalista, preservando, contudo, os interesses das classes emergentes. O mito do Estado conciliador e desenvolvimentista dos anos 50, e em parte dos 60, não tem mais a força aglutinadora de antes. Da mesma forma o planejamento tecnocrático não é mais apontado como panacéia para os problemas concretos que decorrem das contradições essenciais do sistema.

Estas diferenças, explicitadas nos movimentos reivindicatórios de segmentos das classes urbanas, são um componente novo no pro-

cesso político e, como tal, terá de ser assimilado no jogo pelo poder nos anos 80, especialmente nas áreas de concentração urbano-industrial.

Ao nível local, este novo componente se reflete no processo político, na medida em que estejam ali presentes as condições concretas das quais emerge nos centros industriais. Mais concretamente, na medida em que se deu, internamente à estrutura social local, a superação dos componentes tradicionais, ao longo do processo de transição rural/urbano. Todavia persistem os mecanismos tradicionais de manutenção do poder, os favoritismos, as soluções individuais para "os amigos", distribuições de verbas etc. Da mesma forma a oposição explora as vinculações possíveis, bem como as "trocas de favores". Neste sentido, situação e oposição interagem no jogo político local de forma semelhante. As condições políticas locais permitem ainda a veiculação de mensagens do tipo populista paternalista.

Em resumo, as contradições internas à estrutura social, na expansão do capitalismo sobre as áreas locais, marcam decididamente a práxis do poder nas cidades do interior. Por outro lado, as tendências políticas da sociedade brasileira refletem-se na sociedade local como contradições externas ao processo político. A dinâmica do poder local situa-se, pois, no contexto destas contradições internas e externas; é neste campo que se define a práxis utilitária dos grupos dominantes, no sentido da manutenção e ascensão ao poder.

Neste sentido, ao enfoque do poder local e populismo coloca-se também uma questão de ordem metodológica, implicando tomá-lo como processo dotado de dinâmica própria, e não como um simples reflexo da sociedade nacional. Enfim, como realidade concreta, cujo sentido só pode ser apreendido de dentro para fora, ao nível das contradições internas e externas, espaço em que se define a práxis utilitária do poder.

A Herança e os Herdeiros: Deslocamentos de uma Fala Cansada

Jeanne Marie Interlandi

A perplexidade caracteriza o momento atual: tentativas de explicação, apenas esboçadas, cunham denominações que rapidamente se transformam em lugares comuns, os quais, à força de repetição, no vazio da inépcia, ganham a investidura de conceitos e passam a constituir precário fundamento de trabalhos. As estruturações mais elaboradas, mais complexas, prontamente são taxadas de abstrações. Resulta uma fictícia oposição entre o que seria "simples" e "concreto", rotulado de prática, e o que seriam abstrações irrealizáveis, as teorias. No campo das comunicações as coisas se complicam mais ainda. A exigência do fazer imediato está posta como premissa, complementando-se com a ausência de teorias consistentes. As soluções que se delineiam, ingenuamente, se acorrem da economia política, tentando transpor os conceitos que dão conta do modo de produção e das relações sociais aí geradas às comunicações ou, não saberia dizer se melhor ou pior, seguem fielmente o receituário prescrito pelas informações funcionalistas, acrescido periodicamente pelos modismos em voga. Fala-se de alienação, mercadoria, fetichismo, condições de produção, níveis de consciência, luta de classes etc., como se estivesse falando de frutas e verduras na barraca de um feirante; fala-se de sistemas, canais, *media,* público, massa, manipulação, inventando-se com essas denominações um grande quebra-cabeça ao qual faltassem as regras de montagem.

No entanto, a despeito disto, o motor da história continua roncando, grupos emergindo, revoltas gritantes ou silenciosas se sucedendo. As primeiras páginas dos jornais, perplexas e surpresas, escrevem as novidades de todos os dias. Não é em vão que se proí-

bem os pontos de exclamação nos títulos. São dispensáveis. As caixas altas dão conta do susto permanente.

Sem muita segurança e afirmações, pois ainda nos começos de uma fala que se constrói, procuramos pensar a herança deixada por Getúlio Vargas, trilhando outras vias que nos permitissem o desvio dos artifícios das oposições, do simplismo dos empréstimos ou da ingenuidade das receitas. Escolhemos pensá-la através do legado dos discursos e dos efeitos que produziram, reunindo os traços dispersos e tratando-os como inerentes a um processo mais amplo, atravessado pela ideologia, construído pela história e sustentado por um eixo que dá a comum medida: a linguagem.

Não pensamos o populismo como um estigma aposto a esse movimento mais amplo e, por isso mesmo, passível de ser isolado. Não estou certa se a classificação — populismo — é conseqüente. Se se pretende com isto designar a emergência do povo enquanto categoria política na história, o que significa a designação de um momento, talvez o seja. Mas, em todo caso, se se o supõe como algo aposto e isolável, isto não é pertinente. Faz parte do domínio da ficção teórica.

"Saio da vida para entrar na História" foram as últimas palavras, literalmente escritas em sangue, que transformaram as imagens do presidente em configurações que, no imaginário, dão força e vida aos mitos e às lendas, e suas palavras em lei. Ato que institui a diferença.

Essa a herança de Getúlio Vargas: uma imagem mítica, promessa presente no universo político brasileiro, e a lei que estabelece diferenças, estabelecendo direitos, e ao fazê-los permite a emergência de um lugar de cidadania a grupos que estavam ausentes do jogo político, das alianças: os trabalhadores.

Dois elementos isolamos aqui: o imaginário e o lugar de inscrição da lei, que chamamos lugar simbólico. Esses dois lugares não se estruturam sem a incidência de um terceiro, na verdade o lugar gerador: o real.

Esses três lugares, três instâncias, constituem o domínio em relação ao qual pensamos a herança: o discurso. Consideramos assim o discurso como o domínio onde de alguma forma o real emerge na lógica do simbólico enrolado nas tramas do imaginário, e por isso o lugar em que a história incide sobre a linguagem recortando significações depositadas nas suas redes, gerando outras, criando espaços de identificação, deslocando.

Lugar de rearticulações constantes, ligadas por laços de múltiplas causalidades ao real, que no entanto só se deixam conhecer pelos seus efeitos: efeitos de deslocamentos.

No entanto isto não é aleatório, não se constrói por acaso, tampouco é dirigido por uma intenção ou por uma vontade, antes indica que algo que faltava emerge, que um ponto cego se desfez. Indica que uma ponte se estabeleceu entre a história feita e a história que se faz. A primeira história falhada, aos tropeços, a segunda silenciosa e submersa. Não é uma ponte de uma conciliação, mas uma ponte que constrói um sentido não isento de contradições. O sentido se faz pela via de um intérprete. Intérprete que se possa colocar nas vertentes das duas histórias, traduzindo as falas de uma nos dizeres da outra. É nessa tradução que as rupturas se verificam, possibilitando os deslocamentos, ou seja, possibilitando que se toque as bordas do real. Caso contrário, palavra vazia, tiro perdido.

Os discursos do Estado Novo, posteriormente estigmatizados pela denominação *discurso populista*, caracterizam-se justamente por terem apreendido nas suas redes algo que faltava e que, no entanto, estava presente na agitação do real. Marca-se pelo trabalho de construção de laços sociais através dos quais uma identidade — a forma sujeito — se estabeleça a partir de um contrato: o contrato de trabalho.

A questão social, controvertida expressão, que antes do Estado Novo apontava para as delegacias de polícia, para a não-identidade dos marginalizados, passa a indicar as delegacias do trabalho, a cidadania do trabalhador. Não importa que repetidamente a inversão se dê, que o reconhecimento falhe, o importante é que o deslocamento institui o lugar do conflito, tornando ambíguos os desvios que ocorrem.

O contrato de trabalho é porém genérico: neles se incluem os trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos, as massas trabalhadoras, os profissionais, o presidente, as Forças Armadas. Ficam de fora os ociosos, os vagabundos, os traidores da pátria, os demagogos, os politiqueiros. Aos primeiros se abrem as redes de significações que constroem as promessas de justiça social, de ordem, de saúde, no futuro.

No entanto, a particularização — trabalhadores — torna esse processo uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que cria a identidade ideológica atrelada ao poder de Estado, aponta para o lugar do trabalho, da prática específica, da contradição, isto é, aponta para a diferença dada pela apropriação do produto do trabalho,

o que implica a identidade calcada no real, fazendo surgir outro aspecto da múltipla causalidade.

Assim, quando no momento seguinte, a pressão para eleições (1945) leva à organização do código eleitoral e, conseqüentemente, ao estabelecimento de novo contrato social, novo deslocamento se verifica, outro espaço de interpelações é criado, agora mais amplo e mais abrangente, subentendido pela categoria povo, que acede à cidadania pelo direito do voto. No entanto a particularização — trabalhadores — permanece condensada na categoria povo, conferindo-lhe uma feição determinada.

Temos desta forma dois momentos de formação de laços sociais: o primeiro, que se dá através do contrato de trabalho, organizando os trabalhadores, e o segundo, que se dá através do código eleitoral, deslocando-se na condensação da categoria povo. A primeira aponta para o lugar da contradição, no inverso da sua face, o segundo aponta para a luta política.

O patrimônio legado não é assim um bloco de idéias e práticas conservadas e passíveis de serem apropriadas e reativadas na mesma intensidade, mas um intrincamento de laços sociais que, laçando intérpretes e interpretados, estabelecem o pacto, marcam diferenças. Diferenças que, inscritas na demarcação simbólica, permitem o lugar da identidade e do reconhecimento, contraditórios.

Difícil hoje a delegação da fala. Dificilmente hoje "o orador operário que foi o intérprete dos sentimentos de seus companheiros" (GV, 1938) cederia o lugar para "a eloqüente e expressiva saudação que o Ministro do Trabalho em vosso nome e a vosso pedido acaba de me dirigir" (GV, 1939).

A diferença está marcada e o lugar demarcado. O interpretado é intérprete. Ao apelo *povo*, não responde a massa indiferenciada. Inútil a luta dos herdeiros. À força dos deslocamentos sucessivos esgarçaram-se os laços que prendiam os trabalhadores ao pedestal do Estado.

A diferença estabelecida só permite o intrincamento das alianças. Aí o problema colocado: ao se pensar em alianças está posta a questão da hegemonia: hegemonia fundada na articulação das diferenças.

A QUESTÃO DO POPULISMO

POPULISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Guita Grim Debert

Populismo [1] é um termo que apresenta uma série de ambigüidades justamente pela diversidade de fenômenos que denomina. Se tem, por um lado, como referência movimentos sociais concretos, certos tipos de ideologia ou certos tipos de Estado, por outro lado tem sido atualmente usado de maneira ainda mais extensa e difusa, referindo-se às tentativas dos meios de comunicação de massa de "popularizar" líderes políticos, buscando estabelecer entre eles e seu público uma relação mais direta e pessoal.

Populismo, nesta última acepção, traz sérias dificuldades para a análise, dada a ampliação do conceito. Seríamos levados a chamar "populistas" grande parte das lideranças políticas atuais. Seria impossível marcar diferenças entre líderes do tipo Carter, Khomeini ou mesmo Figueiredo no início do seu governo.

Com isto não estou querendo dizer que as demais utilizações do termo sejam menos ambíguas. *Populismo* é usado para denominar movimentos sociais e políticos que ocorreram em épocas e países diferentes. Movimentos como, por exemplo, o *narodnik* russo, o dos granjeiros americanos ou ainda os ocorridos na América La-

1. Este trabalho foi elaborado a partir de discussões realizadas no seminário sobre populismo, no curso ministrado por Ruth Cardoso. Sua primeira versão foi discutida com Elizabeth Mercadante, Maria Claudia P. Izique e Marcia Regina da Costa.

tina apresentam características muito diferentes, de forma que é difícil legitimar a utilização de um mesmo termo para denominá-los.[2]

No Brasil, a questão é mais problemática. *Populismo* faz referência à emergência das classes populares na vida política do país. Essa emergência é freqüentemente analisada como um processo de manipulação das classes populares, que passariam a ter um comportamento de massas. Este comportamento é explicado quer pelo atraso dessas classes, quer pelo oportunismo dos líderes políticos.

Mesmo quando os autores concordam que seria um equívoco tratar as massas populares como absolutamente "manipuláveis", nas análises a ênfase quase nunca é colocada no que o chamado período populista poderia ter significado em termos de abertura de um espaço para a participação política popular, e os elementos de satisfação dos interesses reais destas camadas naquela conjuntura são subestimados.

Em movimentos sociais como o *narodnik* ou o dos granjeiros americanos a questão da manipulação quase não aparece, e se aparece não faz referência ao caráter conspiratório da relação do líder com seu público, mas antes a uma ingenuidade de ambas as partes.[3]

No caso brasileiro, a ênfase dada ao aspecto manipulador que teria existido no populismo leva a duas conseqüências que me parecem fundamentais:

Em primeiro lugar faz com que todas as vezes que a imagem de um determinado líder é construída de forma a popularizá-lo perante um público, o medo ao populismo reaparece e o fantasma de uma massa amorfa de indivíduos, presas fáceis de qualquer demagogia, passa a ser visto como tendo grandes possibilidades de concreção.

Em segundo lugar, toda vez que as reivindicações próprias das camadas populares, ou de um setor delas, extravasarem o âmbito restrito dos que estão diretamente com elas envolvidos, o medo da demagogia reacende: as classes populares estariam correndo o risco de serem desviadas de seus interesses reais, estariam perdendo a oportunidade de criar uma organização própria e de desenvolver uma estratégia autônoma.

---

2. As dificuldades envolvidas na utilização do termo *populismo* está discutida de maneira extremamente interessante no trabalho de E. Laclau. Para uma teoria do populismo. In: *Política e ideologia na teoria marxista.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

3. Ver Worsley, P. O conceito de populismo. In: Tabak, F. (org.). *Ideologia populismo.* Liv. Eldorado, Tijuca, 1973.

Isto nos remete a dois problemas cuja análise detalhada parece fundamental quando se trata de discutir a questão da participação política:

O primeiro deles diz respeito a esta concepção do chamado período populista, com a qual estamos discutindo. Acabamos por desprezar o fato de que é neste período que as classes populares, pela primeira vez, passam a ter peso na vida política do país. Pela primeira vez adquirem direitos. E, por mais precários que estes possam ser, representem ou não uma necessidade do desenvolvimento do sistema capitalista, apareçam como uma doação do Estado ou de alguns líderes ou, ainda, como uma conquista do povo; o fundamental aí é que se constitui um espaço onde as reivindicações políticas, econômicas e sociais passam a ter ressonância. A questão social deixa de ser uma questão exclusivamente de polícia e as lideranças, que pretendem a mobilização e o apoio dessas classes, terão que fazer pelo menos alusão às suas condições de vida, às diferenças que separam essas classes das outras camadas da população e apontar caminhos para a superação destes problemas. O simples fato de haver uma concorrência política faz com que estes elementos tenham que ser continuamente definidos e redefinidos pelas lideranças que disputam o apoio popular. O povo, constituído e constituindo-se agente político, não se identificaria continuamente com qualquer tipo de discurso, nem com qualquer tipo de aliança.

Certamente neste período as classes populares não têm um tipo de participação política tipicamente classista, os líderes, por sua vez, estão também empenhados em estabelecer uma aliança de classes. A proposta de uma aliança de classes não se faz sem uma neutralização dos conflitos entre elas existentes. Entretanto, a idéia de massificação acaba antes por encobrir do que por revelar a especificidade da participação popular no período.

O fato de os discursos falarem em nome do povo e não chamarem as classes enquanto classes não nos pode levar a concluir, imediatamente, que se trata de um processo de massificação ou que toda vez que estamos diante do termo *povo,* trata-se de um encobrimento dos conflitos e que a questão social está sendo relegada e desprezada frente à questão nacional. Isto nos levaria a perder de vista o caráter político que o termo assumiu no período.

Povo não traduzia o conjunto da população, nem era sinônimo do conjunto de habitantes de uma área geográfica, mas um termo que tem a ver com a esfera da política, seja para ampliá-la ou para restringi-la.

- ● -

Em trabalho anterior procurei mostrar como era justamente este o significado que o termo assumia nos discursos mobilizadores, das mais variadas tendências, neste período.

É interessante notar que mesmo nos discursos não-mobilizadores das classes populares da época, *povo* tem como referência a política.

Antônio Saturnino Braga, Chefe da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra, em 1963, define *povo* nos seguintes termos: "(...) povo é a parte da população global de uma Nação, que tem consciência política, isto é, que tem noção do que se relaciona com os problemas de direção da comunidade nacional" (ESG C-07-63, p. 11). Ou seja, *povo* é um termo que por mais diferente que seja sua definição está sempre em ligação com a esfera da política.

Com o termo *povo,* os diferentes discursos procuram estabelecer um laço político entre indivíduos que ocupam diferentes posições no processo produtivo. A batalha entre eles travada é justamente no sentido de destituir o termo *povo* do conjunto de conotações nele presentes e fazer com que denote e signifique quem terá maior ou menor poder na esfera da política. É uma luta no sentido de definir quem faz parte de uma aliança de classes e o lugar que cada uma das partes que compõem esta aliança terá na esfera do poder.

- ● -

O segundo problema que parece fundamental é a forma através da qual os discursos aparecem como parte constitutiva das práticas políticas, uma vez que é justamente na relação entre práticas discursivas e práticas sociais que se tem procurado captar a especificidade do populismo. Embora teoricamente tenhamos claro a impossibilidade de uma separação entre essas práticas, as análises freqüentemente acabam por privilegiar uma delas.

No período que chamamos *populista,* os discursos mobilizadores mais combatidos, em 1964, tinham, sem dúvida, como palavra chave "as Reformas de Base". A presença deste termo permitia imediatamente identificar a tendência política do orador. As reformas de base eram a reforma agrária, a reforma urbana, reforma universitária, reforma financeira etc.

Tomando, por exemplo, a reforma agrária, estavam a ela associadas um conjunto de significações que implicavam uma redistribuição de terras, uma série de direitos do trabalhador rural, melhoria das condições de vida no campo etc.

Mas nunca foi divulgado um projeto pronto e acabado de como esta se realizaria, e se fosse, não teria sido talvez um tema tão aglutinador agindo no sentido de uma adesão tão imediata. Depois de 1964 é criado o INCRA, um instituto voltado para a realização da reforma agrária. Independente do que o INCRA possa ter realizado em termos substantivos, o que é importante notar é que depois de 1964 o tema e a questão são levantados mas não mobiliza, não gera o debate popular.

O mesmo em relação às outras reformas pós-64, por exemplo, o Fundo de Garantia. Não se pode negar que frente a forma como a estabilidade era posta em prática o FGTS correspondeu aos interesses dos trabalhadores, mas não houve massas aplaudindo os responsáveis, nem massas protestando, é o silêncio, a desconfiança que temos tanta dificuldade em qualificar.

As reformas que antes só poderiam ser pensadas com a legitimação popular, agora realizadas sem o povo, desprezando seu apoio e sua legitimação.

Enfim, não podemos, por um lado, absolutizar o poder das palavras, mas também, por outro lado, é importante considerar que reações, por mais que correspondam aos interesses de setores das classes populares, não geram, enquanto tal, um apoio, uma mobilização, uma identidade, uma legitimidade.

- ● -

Certamente o populismo não pode ser reeditado hoje. A nação hoje é outra, as diferenças sociais mais perceptíveis, de forma que os mesmos discursos já não estabelecem os mesmos laços sociais: os sujeitos políticos são outros e, portanto, o mesmo pacto não é mais possível.

O operariado urbano mudou não apenas quantitativamente, compreendendo hoje uma parcela maior da população do país, mas também qualitativamente, apresentando hoje reivindicações mais tipicamente classistas. Aquele projeto pequeno-burguês de ascensão individual através das fissuras do Estado ou da sociedade como um todo não tem mais a mesma legitimidade que anteriormente. Isto é de certa forma válido também para as classes médias no momento em que passam a ter clara predominância de assalariados. O modelo econômico é outro, a situação no meio rural é outra, enfim,

4. *Ideologia e populismo.* São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

a sociedade urbano-industrial brasileira se expandiu muito nestes último dezesseis anos.

Entretanto, embora as diferenças sociais estejam cada vez mais claras, isto não quer dizer que uma aliança de classes está fora da agenda. Isto seria decretar o fim da política.

Tentativas de "popularizar" líderes políticos através dos meios de comunicação de massa é algo que teremos sempre que enfrentar num momento em que os meios de comunicação de massas atingiram um desenvolvimento do porte hoje alcançado no Brasil. Certamente é impossível pensar na atualidade em uma liderança nacional sem a participação dos meios de comunicação de massas em sua constituição.

Portanto a questão fundamental é a de saber em que medida as práticas discursivas e as práticas políticas têm correspondido a estas mudanças ao nível da sociedade.

Se compararmos os discursos políticos de hoje com os do período anterior a 1964, os temas são em grande parte recorrentes. A desconfiança em relação aos partidos foi e é atualmente grande. Antes, o apoio era dado sobretudo aos líderes políticos e não aos partidos propriamente ditos. Hoje, a desconfiança permanece em relação aos partidos criados de cima para baixo, bem como está presente em relação aos políticos surgidos ou que reaparecem num regime fechado.

Uma das conseqüências desta desconfiança é a de levar o que tem sido chamado de *sociedade civil* — todos os setores que estão conta o Estado e/ou regime, e/ou o sistema, ou parte de cada um deles — a uma organização constituída em torno de questões particulares, que vão desde a luta de moradores de bairros por luz, água, esgoto, centros de saúde etc., até a luta pela libertação da mulher, dos homossexuais, dos negros etc.

Nesse tipo de organização há, sem dúvida, pontos positivos, frente ao silêncio fruto do amordaçamento em que vivemos durante todo este período, e na crença de que interesses coletivos devem ser coletivamente reivindicados.

Entretanto, o que deve ser melhor discutido é a relação destas reivindicações particulares com a sociedade como um todo, para não cairmos num movimento do tipo dos granjeiros ou dos *narodniks*, estes também chamados populistas.

Hoje todos aplaudimos essa revivescência dos movimentos sociais no Brasil pela forma pura e espontânea através da qual são

organizados. Resta o problema de saber se deste tipo de reivindicações esses passarão a fazer reivindicações mais amplas que englobem os problemas da sociedade como um todo; se delas automática e espontaneamente será gerada uma consciência socialista; e se nelas o tipo de prática desenvolvida lançará as bases para a criação de um partido realmente popular. Ou se, pelo contrário, gerarão no Brasil um tipo de consciência e um isolamento próprio do trade-unionismo, por exemplo.

Tradicionalmente é do partido que se espera uma articulação dos interesses particulares com os gerais, e destes com o Estado. Entretanto, os partidos hoje não parecem ter acompanhado o conjunto de transformações ocorridas ao nível da sociedade. Mesmo os partidos de oposição permanecem presos às práticas políticas anteriores a 1964.

Bastaria examinar os temas centrais. Redistribuição de renda *versus* concentração de renda; o capital estrangeiro antes, hoje as multinacionais; aliança do Estado com o capital estrangeiro antes, hoje aliança do Estado com a burguesia internacional associada. Remessas de lucro; concentração da popriedade da terra; inflação; submissão dos setores da burguesia ao imperialismo; participação política popular; uma verdadeira democracia, são temas que permanecem. É claro que questões como a libertação da mulher, o bóia-fria, das minorias, vêm agora com mais força, mas resta a dificuldade dos partidos de realmente se reestruturarem no sentido de abrir espaço para uma participação real dos interessados nestas questões e de criar novas formas de articulá-las.

Entretanto o que, sem dúvida, falta agora e foi possível no período populista é transformar essas questões e termos como *povo* ou *reformas de bases* em cadeias significantes, capazes de articular uma série de significações que realizavam de fato uma articulação de interesses, uma união da diversidade e um mútuo reconhecimento.

Enfim, o que estou procurando mostrar é que a dificuldade que o governo encontra hoje na tentativa de popularizar certos líderes é a mesma da oposição no sentido de constituir uma aliança de amplos setores da população em torno de problemas comuns. O populismo, de uma ou de outra forma, conseguiu isto, mas certamente a velha receita já não serve para uma sociedade tão diferente.

O Discurso Populista ou Caminhos Cruzados

Maria Lúcia Montes

Tomo o tema em seu desafio: o discurso populista. Mas *o que é* este objeto esquivo, quando já na interpretação do fenômeno mais amplo, "populismo", deslisa a definição, caracterizando o termo ora uma forma de política ou estilo de movimento social, ora a natureza de um tipo de Estado, ora uma forma de ideologia característica de um modo de fazer política que, contraditoriamente, se afirma ser "não-ideológico"?

À indefinição da caracterização do populismo acrescenta-se outra dificuldade, esta sim pertinente à definição do nosso objeto — seu discurso. Quase invariavelmente as interpretações referem-se à "manipulação" que estaria na base do fenômeno populista, "manipulação" das aspirações das classes subalternas, dissolvidas por isso mesmo no anonimato das massas, "atreladas" a um "Estado de massas", vítimas assim de uma política "não-ideológica", que as submete ao poder carismático do chefe, cuja imagem só aparece na estereotipia de suas qualidades excepcionais, fazendo apelo à "ignorância" e à "irracionalidade" das massas "atrasadas", obstando assim ao desenvolvimento de uma "verdadeira consciência de classe" etc. etc. — seria inútil prosseguir a lista dos temas afins.

É evidente, nesse tipo de interpretação, a questão crucial que se coloca com relação à comunicação — a ela cabe a função de instrumento dócil da manipulação ou então de instrumento de luta pela expressão da verdade. Ora, cabe antes de mais nada avaliar os pressupostos de uma tal colocação. Estranhamente, os comunicadores, trabalhadores da linguagem, que é veículo da informação, parecem ignorar a especificidade de seu campo de trabalho — o discurso. A partir da enumeração dos elementos estruturais e de minuciosas análises de conjuntura que levam em conta as especificidades da na-

tureza do capitalismo dependente, do processo de industrialização e urbanização, do desenvolvimento da luta de classes, da crise de hegemonia do sistema político brasileiro — a partir de dados como esses parece ser possível *deduzir* a natureza do discurso populista. E, instrumento de manipulação que é, esse discurso mente: ele é o que vem *depois* do real, dito *sobre* ele, escamoteando-o, atrelando nesse ato seus destinatários à estratégia de um poder mistificador, pois quem manipula não pode ser ao mesmo tempo objeto da manipulação. Desancorado do real, sobreposto a ele, o discurso por assim dizer circula solto, dependendo sua eficácia da intenção ou competência de quem o veicula, de modo a encobrir o real, mistificando-o ou, ao contrário, de modo a desvendá-lo a céu aberto, coincidindo com ele, como expressão de sua verdade. Eis, nesse caso, a comunicação que é o avesso da manipulação. Alternativamente, a eficácia do discurso pode também ser posta na dependência do outro pólo da comunicação, não o emissor, mas o receptor da mensagem. Contudo, no ouvinte, só cabe detectar a competência. Não por acaso a idéia de manipulação vai de par com uma concepção da "consciência" (do ouvinte, naturalmente), que, ignorante, quando não alienada ou mistificada, por graus sucessivos, poderá a um certo momento alcançar sua forma adequada, como "consciência de classe" por exemplo, que atinge "verdadeiramente" o real, coincidindo com esse "real". "Real" que, na verdade, freqüentemente não tem outra substância senão a realidade de uma teoria, enunciada por aquele que "sabe" à revelia daquele que "não-sabe", embora em seu benefício.

O que se perde, nessas colocações, é precisamente a especificidade do discurso, como elemento *constitutivo* do real, aquilo que recorta, em constelações de significantes cujas conotações são variáveis, em circunstâncias histórica e socialmente determinadas, certas categorias com as quais os indivíduos interpretam e dão sentido a sua experiência, e em função das quais orientam sua prática. Nesse sentido, não há "real" sem o discurso que lhe confere uma "realidade" específica, assim como não há "ação" sobre o real sem uma "representação" dele. Por isso mesmo o discurso *constitui* o real, criando laços sociais. Tomemos um "fato" ou um "evento" como referente — uma data, 1.º de maio, Dia do Trabalho. Será o mesmo dia, de luta e reivindicação dos operários da República Velha — com seu inevitável cortejo de inquietação, violência, porões sombrios de prisões, ao tempo em que a "questão social" era considerada "caso de polícia" — será o mesmo dia essa data festiva do Estado Novo em que se comemora, com o dia do trabalhador, a consolidação do Estado Nacional, na harmonia ordeira da colaboração de todas as classes no trabalho em prol da grandeza da pátria? A ação, do governo ou do trabalhador, nesse dia, sobre esse evento "real", não depende da interpretação da sua "realidade", do discurso que, num e noutro caso,

organiza seu sentido? É essa especificidade do discurso o que se perde, a especificidade do elemento ideológico, que nada tem a ver com engano, mistificação, alienação ou falsa consciência, mas que, ao contrário, define para os agentes, ao nível da vivência de sua prática, o horizonte *real* de sua ação *política*. Não há ação política fora da prática de atores sociais, e não há prática exceto no universo da ideologia. Nele se inscrevem integralmente a dominação e as formas de sua contestação.

É a partir daqui que retomo o tema em seu desafio — o discurso populista. O que é ele? E não se trata de questão acadêmica, já que nos propomos pensar confrontos, o ontem e o hoje, questão política que nos remete ao horizonte da ação.

Se nossa concepção se fechasse no terreno da interpretação tradicional, do discurso populista como produtor de um "efeito de manipulação", então teríamos uma clara resposta: trata-se, ainda hoje, de partir à caça às bruxas que, como ontem, continuam sua empresa de mistificação para melhor garantir a dominação. Mas a questão é mais delicada: antes de decidir o que fazer sobre o discurso populista hoje, é preciso saber, hoje como ontem, o que ele é. E a questão é delicada sobretudo porque os especialistas no assunto parecem apontar para o fato de que falar de um "discurso populista" é, num certo sentido, uma exorbitância teórica, já que existiriam tantos "discursos" quanto "líderes" de uma política populista ou, pelo menos, tantos "discursos" quantos "estilos" de populismo.

Em busca de um terreno mais geral no qual pensar a natureza do discurso populista, talvez pudéssemos nos colocar a questão propriamente política da sua eficácia. Por que "funcionou" esse discurso, a nossos olhos às vezes tão transparentemente enganador? Quais os títulos de sua credibilidade, qual o segredo do seu poder, já que, dentro dele ou no seu horizonte, desenvolveu-se a vida política do país por mais de trinta anos? O que faz dele, ainda hoje, uma imagem tão poderosa, fantasma que assombra nosso presente, a ponto de estarmos hoje, aqui, a discuti-lo? Quem sabe puxaríamos um fio dessa intrincada meada perguntando-nos se, e por onde, os caminhos do "populismo" se cruzam com outros, que transitam pelo "popular". Será "popular" o discurso "populista"? Em que sentido? E por quê?

Colocar essas perguntas significa não pensar o discurso populista exclusivamente da ótica do Estado, que o enuncia, mas também da ótica de seu destinatário, o "povo" que, no ato de ouvi-lo e nele se reconhecer, confere por isso mesmo ao Estado e ao discurso que dele emana seu poder. Como e por que se dá esse reconhecimento, do "povo", dos subalternos, num discurso que se enuncia do lugar do poder, para legitimá-lo? Tentaremos mostrar que não seria impos-

sível atribuir grande parte da eficácia do discurso "populista" precisamente aos elementos *populares* que ele é capaz de articular, sem que para isso concorram a ignorância, atraso ou mistificação daqueles que nele se reconhecem. Enunciado do lugar do *poder* (o Estado), esse discurso articula num espaço propriamente *político* elementos dispersos, esparsos, que constituem parte significativa do acervo do saber do senso comum popular, dando ao "povo" uma imagem de si que lhe é familiar, mas projetada agora no espaço próprio da política, como *identidade política* em que se reconhece, mas que é reconhecida e legitimada no mesmo ato também pelo outro, graças ao lugar de poder de onde este outro a enuncia. Se o discurso populista tem no "povo" a base de sua legitimação, no momento mesmo em que a conquista ele cria e legitima a identidade do "povo" como ator político, e nisso reside, para ambas as partes, seu poder, isto é, a eficácia e os limites desse discurso que as constitui a ambas, e uma para a outra. É nesse sentido que o discurso cria laços sociais.

De onde vem esse discurso? Em que pesem as aparências, ele não brota subitamente no solo da cultura política brasileira com a Revolução de 1930. A título de exemplo, tomemos algumas características do discurso político que a análise do fenômeno populista deveria poder definir como lhe sendo peculiares. Negando a problemática de classe, o Estado populista se constitui num Estado de massas, fundado na manipulação das aspirações populares e numa política não-ideológica que se sustenta graças a uma visão paternalista do Estado e aos estereótipos que definem o chefe político por suas qualidades morais. "Massa" como soma ou agregado de indivíduos, poder de Estado visto como "autoridade paterna", relações de poder transpostas para o plano ético — eis alguns temas que pelo menos três outros discursos, na Europa como no Brasil, articulam e veiculam, pelo menos desde o século XIX. Em primeiro lugar, o que poderíamos chamar, de modo genérico, o discurso da literatura, tão velho quanto a modernidade e a sociedade burguesa, que criou, junto com elas, um novo gênero, o romance, o da "grande literatura" bem como o da "literatura popular". Em segundo lugar, de modo mais específico e no espaço propriamente político, o discurso graças ao qual o pensamento sobre a questão social se enraizou e ganhou forças no Brasil, através da tradição da filosofia positivista francesa do século XIX. Em terceiro lugar, cruzando com os dois precedentes, impregnando a ambos, o discurso da ética cristã, tal como passou a ser utilizado, com funções sociais definidas, a partir do século XVIII.

Na literatura, desde o século XVIII se estabelece o paradigma. Moralistas e pensadores sociais, os criadores do romance moderno na Inglaterra, Richardson, Fielding, Sterne esboçam amplos panoramas sociais, analisando com cuidado as ações dos homens em suas di-

ferentes situações para melhor perscrutar a identidade da alma humana, meditando sobre as incongruências das posições sociais e das qualidades morais dos indivíduos. *Pamella, ou a virtude recompensada,* de Richardson, que por assim dizer inaugura o gênero, narra a estória de uma jovem criada, bela e virtuosa, que o patrão tenta seduzir. Resistindo ao seu assédio, conquista-lhe o amor e acaba por desposá-lo. Eis a virtude recompensada. A virtude? Reconhecer sua posição social subalterna mas sobrepor a ela a superioridade moral, que leva o patrão, ao reconhecê-la, a recompenhar essa virtude, desposando a jovem, que assim vem a ocupar o lugar social ao qual a destinava a nobreza de sua alma. Reconhecer e aceitar a diferença social é um modo de superá-la, quando se reconhecem os verdadeiros valores, de ordem moral, que devem reger as relações entre os homens. Com variações menos ou mais complexas, esse paradigma, no essencial, se repete na vastíssima produção literária que rapidamente se populariza ao longo do século XVIII. Produzidos em série, em verdadeiras "fábricas", a "má qualidade", na opinião dos críticos, é a característica essencial desses romances. Entretanto, mais que um juízo estético, o que eles afirmam é a extraordinária popularidade do gênero, numa evidente demonstração da democratização da cultura ou, pelo menos, do hábito da leitura entre as classes médias e até mesmo entre as classes baixas nesse período, com a conseqüente difusão da visão do social e do poder que o romance veicula. Com o desenvolvimento de outro veículo de comunicação de massa, o jornal, antes do fim da primeira metade do século XIX o romance expande ainda mais seu público, agora na forma de leitores de uma narrativa parcelada, publicada quotidianamente, que "continua no próximo capítulo" e na próxima edição do jornal — o folhetim. A difusão popular dessas narrativas e seu potencial político subversivo são atestados pelo fato de Louis Bonaparte, logo após 1851, ter proibido a circulação de folhetins, pensando sem dúvida em casos como o de *Os mistérios de Paris* em que, ao tentar descrever as "classes perigosas", Eugène Sue acaba de fato pintando a miséria da condição de vida do proletariado, as "classes laboriosas", que nesse retrato se reconhecem. Da Inglaterra e da França, ao longo do século XIX, essa tradição literária passou integralmente para o Brasil, na forma de traduções de romances, folhetins e peças de teatro, influenciando, como paradigma, a criação de uma "literatura nacional". Paradigma dos antigos "dramalhões" que circulam até hoje na periferia da cidade através dos circos-teatros ou circularam até pouco tempo atrás nas radionovelas, para desespero de nossa "cultura" ante tal prova de "mau-gosto", tanto a forma como a substância dessas narrativas persistem, com redobrada eficácia, na nossa popularíssima novela da televisão.

Não por acaso, no mesmo momento em que o folhetim ganha conotações de melodrama ultra-romântico, atenuando as tintas de sua pintura dos dramas sociais, quando não os eliminando inteiramente, desenvolve-se na França um pensamento social conservador, cujo expoente máximo, senão em termos de grandeza, ao menos em termos da influência que exerceu no Brasil, e Auguste Comte. Na verdade, é difícil caracterizar o pensamento comtiano e o positivismo como integralmente conservadores. Dividido entre a influência do socialismo de Saint-Simon e Proudhon, testemunha das revoluções de 30 e 48. Comte acaba por formular uma teoria política antiparlamentar e antiliberal, paradoxalmente nacionalista em nome da devoção à humanidade, intervencionista em matéria de questões econômicas, ao mesmo tempo autoritária e socializante. A ilusão da soberania popular, segundo Comte, tem por efeito diluir a consciência política dos cidadãos, restringindo seu exercício ao momento da delegação do poder pelo voto, graças ao qual de fato se estabelece o monopólio da ação política, controlada pelo grupo parlamentar. Daí concluir que: "1) O Governo deve ser republicano e não monárquico; 2) A república deve ser social e não política; 3) A república social deve ser ditatorial e não parlamentar". O poder legislativo deve ser despolitizado, transformando-se em "assembléia orçamentária", encarregada da discussão e aprovação do orçamento, isto é, do controle da previsão de gastos por parte do poder público, tendo em vista sua destinação social, já que é este o único ponto em que se manifestam seguramente os interesses superiores da coletividade, para além das paixões desencadeadas pelo debate político estéril que se congela em posições particularistas e egoístas. Porque o verdadeiro poder a ser criado na sociedade é o poder espiritual, aquele que, elevando os corações até a altura da humanidade, possa inspirar aos homens em suas ações sentimentos de benevolência, concórdia, respeito mútuo, como condição de criação da ordem que gera o progresso. É nesse contexto que se coloca a questão social, a "questão da incorporação do proletariado à sociedade moderna", como o grande eixo da política positivista. Da indignação socialista diante da miséria do proletariado, passando pelo projeto de criação de um "poder espiritual" no âmbito do exercício de um "apostolado" pela "religião da humanidade", a questão social acaba por ser pensada como o processo educativo pelo qual se cria a figura do "bom operário" — aquele que, por seu exemplo, será capaz até de suscitar o surgimento das virtudes adormecidas no coração empedernido e egoísta do patrão, fascinado pela ganância, a competição, o lucro, os bens materiais. A aceitação da violência da luta de classes por parte do operariado é apenas um comportamento natural de imitação da atitude que têm em relação a ele os

"governos burguesocratas" e os patrões, atitude gerada pelo desespero e que deve ser objeto de nossa compaixão.

É sob esse aspecto que chega ao Brasil a "questão social", no bojo do pensamento positivista de Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, cuja influência política na fundação da República não se pode esquecer. Para se avaliar a força *progressista* dessa tendência política na Primeira República, basta lembrar como exemplo um episódio, por ocasião de uma greve nas docas de Santos em 1902. Comenta o *Jornal do Commercio*:

> Anuncia-se para hoje uma parede geral em Santos, pelo fato da Companhia Docas não ter acedido às exigências dos trabalhadores do café. Já não se trata de salário: a questão agora é o número de horas de trabalho. Os paredistas fixaram o limite em 8 horas, de acordo com o programa socialista que procuram fazer vingar com a ajuda de bombas e dinamite. Não sabemos o que o governo pensa de tudo isso. O que sabemos é que o regime das 8 horas seria a desorganiação imediata do trabalho no Brasil. Esses pruridos socialistas são obra de pura imitação e não encontram entre nós um fundamento legítimo. A polícia paulista deve saber que existem em Santos agitadores perigosos que precisam ser afastados dali em benefício da ordem pública. Qualquer frouxidão ou tibiesa da parte da autoridade em relação a esses agitadores será muito condenável.

Na seção "A Pedidos" do mesmo jornal surge a resposta de Teixeira Mendes:

> Devemos outrossim observar que já não basta alegar que se trata de *pruridos socialistas,* anarquistas, ateus etc. para condenar as reclamações do proletariado. Pois há alguém que, com a mão na consciência, possa desconhecer a impossibilidade de um homem trabalhar mais de 8 horas por dia, maquinalmente, sem embrutecer-se e invalidar-se? Pois há alguém que possa desconhecer quanto é angustiosa a situação do proletariado? É justo, é humano, que os felizes da sorte, aqueles que podem ter domicílio confortável, que podem ter família, que podem isentar suas mães, esposas, irmãs e filhas de trabalhos pesados, que lhes podem assegurar uma existência decorosa — pretendam com um traço de pena ocultar o martírio que ainda hoje sofre o proletariado?

Do mesmo modo, em 1912, Teixeira Mendes expõe sofisticados programas de previdência social e o que se poderia chamar de uma protolegislação trabalhista, defendendo o regime de trabalho de 8 horas, melhores condições de higiene e segurança no trabalho, férias anuais, a instituição de um salário mínimo, além de propor garantias aos direitos dos velhos, mulheres e crianças, isto é, os fracos e desamparados, pelos quais deve velar o Estado. Mas, ao mesmo tempo,

os positivistas se indignam contra um projeto governamental de regulamentação da mendicância pública, que consideram ingerência indevida do Estado na sociedade, tentando privar os cidadãos da oportunidade de exercer uma virtude essencial, a caridade.

É evidente que se trata aqui de uma concepção da política orientada por critérios normativos, assim como não terá sido difícil reconhecer nos valores que ela pressupõe, tal como nas virtudes decantadas na literatura, a transposição de elementos característicos de um terceiro discurso, o da ética cristã em sua versão popular.

O que têm de comum esses discursos que, partindo de diferentes lugares, da tradição filosófica, religiosa e literária, cruzam-se num mesmo campo de significantes que exprimem de modo particular as relações políticas? Parece-nos que têm em comum o fato de repousarem sobre um mesmo fundamento, a redução do universo social e em particular do que chamaríamos "a questão social", isto é, a diferença de riqueza, prestígio e poder na sociedade, ou diferenças de classe, ao universo moral, de modo que essas questões só se tornem pensáveis em termos éticos. Mas a ética é a outra face da moeda, o correlato "natural" e naturalmente "universal" da visão de mundo da sociedade moderna, capitalista e burguesa, fundada na supremacia do indivíduo. Somente entre homens, isto é, entre indivíduos, tem curso a ação moral, fruto da deliberação e da escolha. Por isso a ética é o horizonte mais geral para se pensar as relações sociais, isto é, as relações entre os homens, isto é, entre indivíduos. Arriscaria a afirmar que talvez a ideologia burguesa seja eficaz menos pela tradição clássica política da teoria liberal do Estado e do governo, da divisão dos poderes, da democracia representativa etc. do que pela sua capacidade de afirmar a supremacia do indivíduo como ser moral, fazendo deslisar para ele, isto é, para o nível do comportamento individual julgado por padrões éticos, a análise das relações de poder.

Se o poder existe naturalmente encarnado no indivíduo que o detém, é natural que se trate de dividir o mundo entre os "bons" e os "maus" indivíduos, bons sendo aqueles que exercem o poder com isenção, integridade e honestidade, mostrando senso de eqüidade e justiça, e melhor ainda quando a tudo isso se sobrepõem as qualidades do coração que, em nome de uma justiça mais alta, levam o homem de poder a procurar corrigir as desigualdades naturais e os desequilíbrios sociais, mostrando generosa preocupação com os fracos, os pobres. Ao contrário, "maus" são, por exemplo, os patrões gananciosos, os que só se preocupam em obter um lucro excessivo, ao invés de se contentar com uma remuneração justa de seu trabalho, quer para manter uma vida de luxo que ofende ao pobre, quer, por avareza, privando-se voluntariamente dos prazeres que a sociedade nega

ao pobre, atitude que repugna ainda mais do que ofende. De fato, nisso se vê uma negação abjeta da generosidade e liberalidade que tão bem se coadunam com a figura honrada do homem de posses e enfeitam seu caráter, tanto na vida pública como privada.

Contudo, generosidade e liberalidade não são privilégios dos ricos. Tal como as outras virtudes, sendo próprias do ser humano, distribuem-se igualmente entre ricos e pobres. Pobre, porém digno. Fraco, humilde, porém trabalhador e honrado. E o que conta, na falta de riqueza material a repartir, é a riqueza do coração, a generosidade que reparte o pouco que tem, a liberalidade que não mede o sacrifício ou as despesas para as ocasiões especiais, comemorações de alegria ou luto, nascimento, aniversário, casamento, morte. De que vale se privar do que se pode ter agora, uma mesa farta, boa bebida, se amanhã a doença pode vir a privar um homem de sua maior riqueza, a saúde? Por isso a avareza do rico é tão odiosa. Por outro lado, de que vale ao rico humilhar o pobre com sua arrogância ou a ostentação de seu luxo, se debaixo de sete palmos de terra se acaba toda riqueza, somos todos iguais? Afinal, não somos todos filhos de Deus?

Instâncias igualitárias, o reino da natureza ou a presença de Deus são o pano de fundo contra o qual se afirmam as diferenças sociais para melhor negá-las. Diante da regularidade cíclica da ordem natural (saúde/doença, vida/morte), qual o lugar para a intervenção voluntária da ação humana que pretendesse mudar a ordem social? Corrigem-se desigualdades excessivas, pela força de uma vontade generosa se restabelecem equilíbrios comprometidos, mas não se eliminam as diferenças, inscritas de todo o sempre na natureza humana e na ordem das coisas. De modo análogo age a presença divina. Onipresente, onisciente, Deus está em toda parte, no palácio ou na choupana, tudo vê, tudo sabe, tudo registra, e no balanço do seu sistema contábil afinal se manifesta sua dura e terrível lei, a infalível justiça divina. E em sua infinita bondade, Deus olha pelos pobres e dele a todo momento se pode esperar o milagre, a realização da promessa, ou, mais laicamente, aquela ajudazinha que leva à mudança da sorte, a sorte grande, os treze pontos na esportiva. Eis onde, para um indivíduo determinado e num determinado momento do tempo, é possível resolver as contradições, virar a mesa, mudar o rumo da vida. Momento pelo qual sempre se espera, sempre inesperado, objeto perpétuo da esperança, que sempre se esquiva e se adia: mas quem espera não desespera. E assim se toca a vida, e a espera-esperança pode ser não ideal que paralisa, mas força de ação. Afinal, Deus também disse: "Trabalha, filho, que eu te ajudarei!" E no trabalho, que enobrece o homem, se ganha força para mais trabalhar e esperar. Tal como o avarento, o vagabundo,

o parasita causa desgosto por sua abjeção. Porque nada traz mais satisfação que um trabalho bem feito, saber do dever cumprido, que permite deitar a cabeça no travesseiro e dormir tranqüilo o sono do repouso merecido. Senso de responsabilidade que leva a desempenhar a mais humilde tarefa com devoção e consciência de sua importância, pois é pelo trabalho escondido, que não se vê, que Deus mede a perfeição do homem. Em algum lugar há uma garantia de que afinal as coisas vão dar certo, o bem sempre triunfa e os maus serão punidos.

Mas, afinal, pode-se de repente perguntar: de que discurso falamos? Alinhavando segundo uma lógica meio arbitrária esses elementos, expomos verdades do senso comum, sabedoria popular, a filosofia do homem simples, padrão de interpretação da sua existência e norma de sua ação. Mas estaríamos também descrevendo um melodrama de circo, padrões subjacentes a algumas narrativas de novelas da TV, valores e verdades com os quais qualquer cientista social que pesquise as classes subalternas fatalmente irá se defrontar. Eis alguns fragmentos do universo popular. Alienação, mistificação, falsa consciência? Tal como o alienista de Machado de Assis achamo-nos na incômoda posição de precisar fechar o povo todo no hospício para confirmar a verdade da nossa consciência iluminada. Talvez fosse mais prático, além de mais honesto, corrermos o risco de parar e interrogar por um momento os títulos de verdade da nossa teoria, e repensar a partir daí a questão da eficácia do discurso político, e em particular do discurso populista.

Porque o que espanta, no caso do populismo, é reencontrar esses mesmos fragmentos articulados em um discurso que se inscreve no espaço da política, reproduzindo até mesmo o clima que impregna esse discurso popular. Assim, por exemplo, na palavra de Getúlio Vargas, as leis sociais do Estado Novo devem *"amparar* e *beneficiar* os trabalhadores"; cabe *"assegurar*-lhes *a tranqüilidade* na *invalidez* e a de seus *filhos* na *orfandade"*. Cabe ao Estado *"isentá*-los do pagamento de impostos, *providenciar"* para que todos os domínios da sua vida privada, da casa à subsistência, do vestuário à educação dos filhos sejam cobertos pela *"ação tutelar e previdente* do Estado", já que "é natural, em todo lar organizado, o desejo de ver os filhos continuar os pais na sua trajetória de trabalho honesto, repetindo em todos os lares as alegrias simples da família". Daí ser a obra do Estado Novo "de *reparação* e *justiça"*, distanciando essa política de um "passado *condenável,* que comprometia nossos *sentimentos cristãos* e se tornara obstáculo insuperável à *solidariedade* nacional". E a solidariedade, a *"colaboração* de todos os setores sociais, *idênticos* na qualidade de *trabalhadores",* é essencial para garantir os resultados de "um *trabalho fecundo,* dentro da *ordem* legal que *assegura à todos — patrões e operários, chefes de indústria e prole-*

tários, lavradores, artesãos, intelectuais — um regime de *justiça e paz*", trazendo "a *felicidade* da *Pátria brasileira*". Daí o papel do Estado, "*juiz* nas relações entre empregados e empregadores, porque *corrige excessos, evita choques* e *distribui eqüitativamente vantagens*". Daí a imagem do portador do poder do Estado na memória popular — "*pai dos pobres*".

A força dessas metáforas é tal que elas ultrapassam os quadros do discurso getulista no qual foram geradas para se encontrarem, com maior ou menor vigor, no horizonte de todo discurso populista, constituindo, por assim dizer, uma matriz que, com variações infinitas, ele repete. Tomemos a título de exemplo a definição do papel do Estado e das características da liderança política nas diversas versões do discurso populista.

Juiz, acima das paixões sociais, o Estado naturalmente exige do homem que ocupa o poder qualidades excepcionais. Assim, por exemplo, na versão do populismo lacerdista, a dura isenção daquele que distribui a justiça é a qualidade essencial do líder político capaz de realizar "um governo *austero*, no entanto *otimista*, um governo *severo* e no entanto *humano*, justo consigo mesmo porque corrige os erros e promove o bem-estar social e o desenvolvimento, *discriminando criteriosamente* entre o que *serve* e *não serve*, os elementos *sadios* e as *insidiosas perfídias* do inimigo, encarnado na *corrupção* e no *comunismo internacional*".

Mais que juiz, mas segundo a mesma lógica que o coloca acima das paixões sociais, o Estado pode ser não só o lugar desse saber universal que se exige de quem discerne e julga mas também o executor dos preceitos que desse saber decorrem, transformando-se na fonte inexaurível de onde deriva toda a justiça e todo o benefício material para o povo. Assim, na versão ademarista do discurso populista, cabe ao Estado "investir no melhor capital que é a criatura humana, *dando*-lhe *nutrição, educação, habitação condigna,* condições de *trabalho* e *emprego*", além de, tendo em vista o desenvolvimento, "*proporcionar* a *energia elétrica,* os *transportes,* as *comunicações,* os *financiamentos* e o *bem-estar social*". Que não se enganem, no entanto, os que recorrem a esse provedor inesgotável de benesses: "aqueles que nos buscam para reivindicar *posições* ou meios de *progresso pessoal*, o nosso apelo para que procurem o comércio, a indústria, as atividades particulares, porque o Estado só se abrirá para os *abnegados,* os *apóstolos do civismo,* os que não se *acomodam* com a *miséria dos humildes,* os que consideram a função pública como um *sacerdócio*".

Em sua versão mais laicizada, as qualidades que se exigem do chefe político podem não ser da ordem da devoção sacerdotal mas

antes a coragem heróica neçessária para suportar o peso dos deveres e responsabilidades que a função pública lhe põe sobre os ombros. Nesse caso, como ocorre no discurso político de Leonel Brizola ou Miguel Arraes, o que sustenta o líder é a consciência de que partilha com o povo o mesmo destino, tirando do seu apoio a força para ser um autêntico porta-voz de suas aspirações. Assim, Brizola recebe o resultado das urnas que o elegem como governador do seu Estado "com *sincera humildade*", interpretando-o como "uma mensagem, como um *apelo dos humildes* endereçados àqueles que jamais faltaram aos *ideais* e *ensinamentos* de Getúlio Vargas". Por isso pode afirmar que "sem *vaidades* e nem *pretensões*, quero apenas *cumprir o meu dever*. Não me considero melhor do que ninguém, nem ungido de condições e poderes que não aqueles inerentes à função que vou desempenhar... Venho da *humanidade comum*, das *camadas mais modestas* da população e quero permanecer *fiel* às minhas *origens*. Minhas *preocupações* estarão permanentemente voltadas para os *pequenos*, para os *humildes* e os *desamparados*. Para o governo não levo *ódios*, *rancores* e nem *sentimentos de vingança*, nem mesmo incompatibilidade com quem quer que seja. Não me considero como inimigo, nem *cultivo inimizades*. Os meus adversários, por mais intensas que hajam sido ou venham a ser nossas divergências, terão sempre uma porta aberta para o *entendimento* e a *conciliação* em torno do interesse público". É ao povo do seu Estado que dirige seu apelo:

> Ajuda-me com um grupo de ti mesmo. Preciso ao menos de uma parcela da *tenacidade* dos teus *inconfundíveis lutadores;* da *serenidade* e da *sabedoria* dos teus juízes e magistrados; do *amor*, da *fé*, dos *sentimentos generosos* dos teus sacerdotes e pastores de alma. Ajuda-me, concede-me o privilégio de possuir um pouco das tuas *virtudes* e *qualidades*, e também dos teus próprios *defeitos*. Porque assim terei a certeza de estar servindo, da melhor maneira, aos teus *grandes destinos*, *à Pátria* e à *humanidade*.

De modo análogo, é também às qualidades do povo da sua terra que Arraes faz apelo, para definir o sólido terreno onde se devem plantar os alicerces da construção do futuro, o grande desafio que a ação política coloca diante de toda a sociedade: "Ninguém é mais herdeiro das tradições do nosso passado que o próprio *povo*: mas herdeiro daquela *autêntica* e *legítima* tradição pernambucana e nordestina; tradição de *trabalho*, de *resistência* ao invasor, de *luta* pela independência; tradição da *bravura*, da *coragem* e do *heroísmo* de que deram prova *brancos, negros e índios, senhores e escravos, militares, comerciante* e *sacerdotes*, de que deu prova o povo do Nordeste, o povo de Pernambuco". A realidade atual desse povo

é *"analfabetismo, miséria e fome"* e o doloroso espetáculo de vítimas inocentes "que a *inércia criminosa* de todo um sistema de *indiferentismo* e *faz-de-conta imola* ao *viver abastado e ocioso* de *uns poucos privilegiados*". As distorções do processo de desenvolvimento econômico são responsáveis pelo fato de que "os nossos *ricos* são hoje os *ricos mais ricos do mundo,* os que mais *exibem riqueza* e *queimam dinheiro fora do país.* Mas o trabalhador, esse foi aos poucos se *aviltando* até chegar às condições de extrema *miséria* em que se encontra". Por essa situação são responsáveis os que "não têm *pudor* de *enriquecer à custa da miséria do povo,* os que não têm *vergonha* de *vender o país* à *ganância* dos grupos internacionais". Sua eleição para o governo do seu Estado, a seus olhos, manifesta a expressão de fatos novos e altamente significativos na vida política do país: a *"participação do povo"*, sua decisão de influir e impor sua vontade, vontade de exercer sua capacidade política e é isso "que explica que eu hoje aqui me encontre, não em nome do povo, mas *eu, homem do povo,* o *povo,* para assumir o governo do Estado". A tarefa é comum a todos, e ela é a construção do futuro: "O futuro de *povo livre e emancipado* econômica e politicamente, este nós teremos que *merecer*, que *conquistar* a cada hora e a cada dia. E só nos será possível merecê-lo e conquistá-lo com *trabalho e mais trabalho, sacrifício e mais sacrifício*". É para enfrentar esse desafio que se dirige ao povo, pedindo-lhe "que se *dedique ao trabalho* e me *ajude a trabalhar.* Acredito ter tudo que um homem precisa ter para o trabalho, e que outra coisa não é senão o que foi dito pelo poeta: Tenho duas mãos e o sentimento do mundo".

Tal como os fragmentos do saber popular antes mencionado, também estes são fragmentos, de um discurso político e de uma era que chegaram ao fim com a revolução de 1964. Propositadamente escolhemos como exemplo textos que foram objeto de minuciosa análise por parte de especialistas no assunto. É óbvio que não se trata, em cada um dos casos, de um mesmo e idêntico discurso. Através do discurso desses vários "populismos" recortam-se diferenciadamente as relações sociais e o espaço do poder, trazendo um apelo diferente a diferentes grupos sociais. Todos, no entanto, constroem-se a partir de elementos que fazem parte do universo popular, redefinindo-os num espaço propriamente político. Que isso confira ao "povo" uma identidade por um ato de doação, abrindo-se, assim, a possibilidade de uma manipulação dessa identidade outorgada, é certo. No entanto, menos do que como uma característica própria do discurso do populismo, talvez se pudesse entender esse fenômeno em termos do que chamaríamos de "efeito de poder" do discurso político, e que se poderia definir como o espectro dentro do qual ele é capaz de exercer seu poder de mobilização. Se con-

siderarmos, com Gramsci, a ideologia como "cimento" das relações sociais, podemos ver, no caso do discurso populista, sua elaboração em uma situação de crise, que não permite ao Estado ser intérprete de nenhuma classe em particular, como instrumento de sua hegemonia. Assim, o único lugar de onde o discurso político tira a legitimidade do seu enunciado passa necessariamente pelo próprio Estado e exige o seu reconhecimento, como forma de legitimação, por parte de *toda* a sociedade, isto é, o *povo*. Daí a *ambigüidade estrutural* desse discurso. Enunciado do lugar do poder, reconhece como *política* a identidade que outorga ao *povo* enquanto destinatário dele, reconhecendo-o portanto enquanto *ator político*. Mas é preciso que o próprio povo também nele se reconheça. Daí a função essencial da retomada de outros discursos no interior desse discurso populista, resumo de caminhos cruzados que, a seu modo, atravessam a cultura popular. Assim, se é verdade que nesse discurso se avaliam em termos de valores éticos relações sociais e de poder, que o poder, encarnado no Estado, assume uma forma essencialmente pessoal, confundindo-se com o chefe que o exerce, árbitro, doador, justiceiro etc., também é verdade que o elemento fundamental que o organiza é o *povo,* ao qual, por se reconhecer sua identidade política, também é necessário reconhecer *direitos* que lhe cabem, dando forma às suas aspirações e reivindicações que, de algum modo, será necessário atender. Por exemplo, se na legislação trabalhista dos anos 30 e 40 para o trabalhador o reconhecimento de sua cidadania se inscreve no contrato de trabalho, portanto na órbita do poder do Estado que regula sua expressão, os direitos que definem o cidadão se exercem na sociedade como um todo, fora do espaço do trabalho e da ação reguladora do Estado. Deste modo, funcionando segundo uma lógica contraditória, no duplo registro em que é decifrado, pelo seu emissor e seu receptor, o discurso populista abre espaço ao popular no momento mesmo em que procura cooptá-lo e portanto tolhê-lo, a serviço da dominação de classe.

Após 1964, sob o comando do velho binômio subversão/corrupção, a artilharia do novo discurso do poder tem como alvo precisamente esses elementos característicos do discurso populista, *contra* os quais se instaura, procurando fundar sua legitimidade não mais na esfera dos valores morais mas na crença na eficiência de uma racionalidade impessoal que é própria à lógica da tecnocracia. É evidente, pois, que nesse novo contexto, o Estado, enquanto lugar do poder, se fecha como espaço onde se abrigar, sob qualquer forma, o discurso populista. É por isso também que todas as tentativas de "personalização" do poder do Estado a que temos assistido ultimamente giram em falso, soam vazias, na medida em que a unidade indivisível do poder e seu portador, própria à lógica do discurso populista, não é algo *estrutural* ao modo *real* de exercício

do poder. Apêndice do real, como que acrescentado de fora a ele, esse discurso "neopopulista" que as vezes ainda o Estado enuncia parece não encontrar âncora na realidade do exercício do poder, mostrando assim sua ineficácia.

Assim, é noutro lugar talvez que se deve buscar a possível eficácia de um discurso populista nos dias atuais, não no discurso do Estado, mas em outros discursos enunciados do bojo da sociedade civil, como por exemplo nos setores mais progressistas da Igreja, podendo servir-nos de parâmetro a extraordinária repercussão dos pronunciamentos do Papa quando de sua recente visita ao país. Na ocasião, os meios de comunicações de massa nos proporcionaram um extraordinário espetáculo *político,* permitindo-nos decifrar, na comoção sincera que se lia no rosto dos milhões de pessoas que, dia após dia, acorriam para ouvir aquele a quem familiarmente chamavam pelo nome ou simplesmente de irmão, um profundo anseio de que, outra vez do lugar do poder, se fizesse ouvir a voz que fala pelo povo, pelos pobres e pelos humildes, a quem está reservado o reino de Deus. Talvez para essas multidões que o acompanharam por todo o país João Paulo II, encarnação visível de um novo poder diante do qual se curva até mesmo o poder do Estado, não fosse, examente senão esse porta-voz, alguém cuja palavra enunciasse não apenas diretrizes de consciência mas uma verdadeira direção política, reconhecida e aceita na medida em que retoma um discurso que fala ao povo e aos poderosos numa linguagem em que o povo se reconhece e identifica.

Se é verdade que atualmente o espaço da política é, de modo essencial, o espaço da reivindicação das diferenças e a questão política crucial que se coloca é como articulá-las sem eliminá-las, enfrentrando na prática o desafio de construir uma nova hegemonia, talvez fosse preciso retomar mais uma vez a questão gramsciana do "nacional-popular" e nesse contexto repensar o discurso populista, reavaliando os pontos em que, para o bem ou para o mal, ele cruza outros caminhos, ontem como hoje presentes ainda na cultura popular.

A COMUNICAÇÃO POPULISTA

POPULISMO, TOTALITARISMO E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO: O REFERENCIAL NAZI-FASCISTA

José Manuel Morán

Uma análise da política de comunicação do nazi-fascismo torna-se indispensável para delinear um quadro de referência do populismo no Brasil. Um governo ditatorial precisa multiplicar esforços no campo da repressão e da informação para autojustificar-se como a melhor opção para o país em determinado momento. O nazi-fascismo apodera-se do aparelho de informação — rádio, imprensa, cinema — para conseguir "uma base popular extensa com uma intervenção ideológica decisiva".[1]

O processo de captura do poder pelo fascismo corresponde ao aprofundamento e à exacerbação aguda das contradições internas entre as classes e as frações de classe dominantes. Essa contradição aumenta porque estas classes dominantes não conseguem neutralizar, através dos métodos tradicionais, o potencial jacobino das interpelações popular-democráticas. A classe operária também revela-se incapaz de articular essas reivindicações ao discurso político socialista.[2]

O nazi-fascismo desenvolve-se em uma economia em crise. Crise de transição entre o capitalismo industrial competitivo e o capital financeiro internacional de caráter monopolista. Os grupos

1. Poulantzas, Nicos. *Fascismo e ditadura.* São Paulo, Martins, 1978, p. 371.
2. Laclau, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 140.

dominantes aliam-se ao nazi-fascismo porque este representa a garantia de estabilidade econômica pela visão desenvolvimentista, sem mudança de regras, já que são solicitados a comandar a recuperação econômica. O acentuado anticomunismo garante maior apoio ao partido pela perspectiva de estabilidade política em uma época tão conturbada. O nazi-fascismo busca o domínio político através da homogeneização ideológica, subordinando a informação ao poder totalitarista do Estado. O Estado é a instância suprema da nação. "Tudo para o Estado, nada contra o Estado, ninguém fora do Estado" é, nas palavras de Mussolini, o *slogan* mais veemente de defesa do autoritarismo.

O governo precisa de apoio da população para o esforço de reerguimento econômico do país e para garantir sua própria sobrevivência política. Para mobilizar a população planeja-se uma política agressiva de comunicação, muito mais rigorosa na Alemanha do que na Itália.

Os sociólogos Robert Merton e Paul Lazarsfeld,[3] tomando principalmente como modelo o nacional-socialismo, definem três características como fundamentais para uma política eficiente de comunicação: 1. *Monopolização.* Pouca oposição aos meios de comunicação oficiais, dentro de uma estrutura política autoritária que neutraliza a contra-informação. 2. *Canalização.* Trabalhar na direção dos valores e atitudes subjacentes na população, acentuando as situações psicológicas mais simples. É difícil, a curto prazo, mudar atitudes preexistentes. 3. *Suplementação.* Os meios de comunicação não podem esquecer o contato direto com a população. A influência dos meios de comunicação reforça-se pelo contato direto com grupos, pessoas e bases. Podemos aplicar estas três características ao nazi-fascismo.

1. Monopolização dos Meios

O nazi-fascismo controla progressivamente os meios de comunicação, os partidos, os sindicatos e as demais organizações. Em março de 1933 Joseph Goebbels assume o Ministério da Informação e Propaganda. Meio ano depois, em setembro, cria o Conselho Nacional de Cultura, com diversas câmaras de cultura que estendem suas atividades aos meios, às reuniões do partido, ao turismo, literatura, artes e ao lazer.

3. Lazarsfeld, P. e Merton, R. Comunicação de massa, gosto popular e organização da ação social. In: Costa Lima, Luis. org. Teoria da cultura de massa 2.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

O CONTROLE NO CINEMA

O cinema, escreve Goebbels no seu diário, "(. . .) é um dos meios mais modernos e científicos para agir sobre as massas. Não pode ser abandonado a seu próprio destino". Em 1934 funda o Conselho Nacional do Filme. Pela nova lei do cinema todos os filmes são produzidos e realizados em estúdios do Estado — controle de produção —, aprovados para a exibição — controle de distribuição — e os roteiros examinados previamente — controle ideológico.[4]

Goebbels incentiva os filmes de diversão, porque "(. . .) a diversão tem um poder político fundamental" e "(. . .) a propaganda deixa de ser eficaz a partir do momento em que pode ser reconhecida". A produção aumenta para 130 longa-metragens de ficção. Goebbels incentiva também os filmes históricos — com ênfase na defesa de valores nacionais —, os filmes com ação intensa e ligação com a natureza e finalmente os jornais cinematográficos, alguns contra os judeus.

A partir de 1936 o controle estende-se à crítica cinematográfica. Só é publicado um resumo do filme. A crítica, segundo Goebbels, destrói o prazer estético. O uso do *press-release* generaliza-se a partir de 1939, distribuído a todos os jornais com a análise "oficial" dos filmes.

O CONTROLE NO RÁDIO

O rádio é estatal. O controle torna-se mais efetivo com a subida do nazismo ao poder. É o meio mais importante, de maior uso. O Ministério de Informação e Propaganda controla a organização e seleção dos locutores radiofônicos. Exige um exame para fornecer certificados de competência e é necessário pertencer ao partido para poder trabalhar nas emissoras.[5] O Ministério incentiva ao máximo a distribuição de aparelhos de rádio, promove doações ou vendas a preços reduzidos. Obriga restaurantes, cafés e lugares públicos a possuir um aparelho de rádio. Espalha alto-falantes em lugares movimentados para difundir os discursos dos líderes nazistas. O rádio repete lemas e ordens do partido; toca música marcial. Os discursos são programados no horário de trabalho. As empresas e fábricas suspendem as atividades para ouvi-los.

---

4. Avellar, José Carlos. O cinema durante o nazismo. *Jornal do Brasil*, 29-9-1975.

5. Hale, Julian. *La radio como arma política*. Barcelona, Gustavo Gili, 1979.

2. Canalização da Informação

As informações, os temas abordados procuram ir ao encontro das expectativas da população alemã ou italiana. O enfoque dado aos temas é positivo: partido forte, exército vencedor, promessas de um futuro melhor. Temas adequados ao momento histórico e ao inconsciente alemão: pureza de sangue, arianismo, pangermanismo, guerra entre os Estados, espaço vital, socialismo prussiano, defesa da Europa.

Hitler e Mussolini, líderes máximos, centralizam os temas positivos. O culto pessoal destaca permanentemente suas qualidades. Os problemas, debitados a grupos inimigos ou hostis. Esses inimigos recebem nomes: Churchill, judeus sujos. Acusam repetidamente e sem fundamento os comunistas, como por exemplo, de incendiar o parlamento. A não possibilidade de contra-informação impede a neutralização da acusação.

A repetição de determinados estereótipos fixa os temas principais. Utilizam o anti-semitismo como tática. "Os bacilos anti-semitas existem em toda Europa: só devemos torná-los mais virulentos".[6]

O governo deforma, quando interessa, as informações. Goebbels escreve no seu diário: "As notícias são uma arma bélica: seu propósito é lutar na guerra, não dar informação".[7] E em outro momento: "Estou destacando as notícias em nossos serviços de transmissão em outros idiomas, mas cuido de que as notícias sejam devidamente desfiguradas".[8] A propaganda nazista adapta os temas ao público. Se feminino, a promessa causa impacto: "Quando alcançarmos o poder, cada mulher alemã terá um marido".

Jean-Marie Domenach[9] destaca na propaganda nazista cinco leis básicas: *a*) *Simplificação*: inimigo único. *Slogans*, símbolos unificados (a suástica.) Individualização do adversário. Não Igreja, mas os padres. Não classe operária marxista, mas "alguns marxistas-judeus". *b*) *Ampliação* e *desfiguração*, no tratamento das informações. *c*) *Orquestração*: repetição dos temas fundamentais. Silêncio sobre erros de propaganda. Adaptação aos públicos. *d*) *Transfusão*: basear-se em expectativas ou desejos inconscientes. *e*)

6. Goebbels, Joseph. *Diário*, 1943.
7. Goebbels, Joseph. *Diário*, 10-5-1942.
8. Goebbels, Joseph. *Diário*, 15-4-1942.
9. Domenach, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.

Unanimidade e *contágio*: Goebbels concentrou toda a campanha em 1932 em Lippe-Detwold, distrito de cento e cinqüenta mil habitantes. O êxito ajudou a generalizar as possibilidades eleitorais do partido.

TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO

A *repetição* de *slogans,* estereótipos, ritos pretende criar um reflexo condicionado na população, um hábito positivo de aceitação de qualquer ordem ou informação vinda do partido.

Técnicas de *sedução* aumentam a intensidade do estímulo, da excitação das pessoas. A comunicação à massa é planejada sob a forma de *espetáculo.* Estuda-se o ritmo das grandes concentrações populares. Horário freqüente, seis da tarde. Goebbels acredita que o público está mais disposto a aceitar uma mensagem ao entardecer, mais cansado fisicamente. Cria expectativas, por exemplo, atrasando propositalmente a entrada de Hitler nas grandes solenidades. Marchas militares, rufar de tambores, luzes, tochas à noite, gestos de saudação ampliam o espetáculo e comovem a platéia.

Hitler e Mussolini falam de lugares elevados; facilita a mitificação. Mussolini enfatiza o carisma pessoal, o culto ao líder, a irracionalidade do ser humano, ao afirmar: "O homem moderno está surpreendentemente disposto a crer".

O ritmo dos discurssos é variado. Hitler alterna frases sedutoras com outras ameaçadoras; momentos de ternura com os de furiosa exaltação. No rádio revezam-se propaganda e entretenimento. No cinema predomina o entretenimento — propaganda indireta — sobre a propaganda explícita.

Trabalham-se as notícias, nas emissoras, com montagens especiais. Muitas notícias parecem vindas diretamente do *front* bélico. São, porém, feitas no estúdio, com efeitos especiais de guerra. Marchas militares seguidas de um longo silêncio preparavam a expectativa de notícias positivas.[10]

3. SUPLEMENTAÇÃO DE MEIOS

Os meios — no nazismo — tinham um papel auxiliar, suplementando o uso da violência organizada, a distribuição organizada

10. Hale, Julian. Ob. cit.

de prêmios pela conformidade e os centros organizados de doutrinação local.[11]

O partido ocupa todas as áreas de atividade do cidadão. Poulantzas destaca a "multiplicação dos aparelhos ideológicos sob o controle do partido nacional-socialista e sob a forma de diversas organizações e associações: todo o indivíduo se encontra encerrado numa rede complicada de aparelhos que cobre todos os setores de atividades".[12] Temos, como exemplo, as organizações para a juventude; o trabalho efetuado junto às famílias, como células básicas do partido nazista. Formam-se grupos e clubes no exterior. A rádio alemã organiza um serviço pioneiro internacional de cartas radiofônicas.

LIMITAÇÕES NA COMUNICAÇÃO

Há sérias limitações na compreensão da psicologia de outros povos no uso das ondas curtas de rádio. Os mesmos temas — antisemitismo, anticomunismo, arianismo, culto ao Führer — suscitam reações diferentes, dependendo dos países e dos ouvintes atingidos.

A grande limitação da comunicação nazista é que a propaganda "total" deve vir acompanhada do sucesso político e militar para triunfar a longo prazo. Os fracassos de Goebbels coincidem com os fracassos militares: a invasão da Inglaterra, sempre prometida e nunca realizada. A BBC compara os prazos de "êxito" alemão na invasão da Rússia, desmascarando as falsas promessas. A mesma BBC transmite em alemão e preocupa os nazistas, porque sua audiência aumenta à medida que as deficiências militares germânicas se acentuam. A propaganda ufanista não resiste às evidências contrárias dos bombardeamentos diários no solo alemão. Na última parte da guerra, a capacidade de mobilização popular diminui; a propaganda cai no vazio. A população obedece por medo da repressão violenta. Muitos, porém, apesar das ameaças não aceitam as ordens de lutar para defender Berlim dos aliados.

CONCLUSÃO

Esta rápida visão da comunicação nazi-fascista permite compreender melhor a comunicação populista de Getúlio Vargas. O

11. Lazarsfeld, P. e Merton, R. Ob. cit., p. 123.
12. Poulantzas, Nicos. Ob. cit., p. 371.

DIP tem semelhanças evidentes com o Conselho Nacional de Cultura de Goebbels. O tom dos discursos de Vargas pelo rádio aos trabalhadores e o processo mitificador como líder dos operários assemelha-se ao do nazi-fascismo.

A repressão política e o controle da informação também permanecem indissociáveis nos dois sistemas políticos. O paternalismo em relação à classe trabalhadora, a necessidade de mobilização para modernizar a economia têm semelhanças notáveis. Finalmente, o rádio e o cinema na Alemanha e Itália foram mais controlados que os jornais. No Brasil, apesar da censura, a imprensa escrita também conseguiu resistir bem melhor do que as emissoras de rádio e o cinema.

A Comunicação Populista no Brasil: o DIP e a SECOM

J. S. Faro

I

Parece já existir um certo consenso entre nossos historiadores em torno da idéia de que o período que se estende de 1930 a 1945 foi marcado por uma profunda crise de hegemonia no seio do Estado brasileiro. O próprio documento básico que a INTERCOM enviou aos participantes deste III Ciclo de Estudos [1] refere-se enfaticamente ao problema quando diz que "o Estado surgido da decadência da oligarquia (com a Revolução de 1930) é, na verdade, um Estado de compromisso" entre os setores tradicionais da economia, aqueles ligados ao mercado externo, e os setores urbanos ligados à industrialização. *Grosso modo,* e se considerarmos a mobilização política das classes médias em torno do reformismo tenentista e do liberalismo apregoado pelas dissidências da oligarquia, ao lado do crescimento do movimento operário, é isso o que se define como uma crise de hegemonia, isto é, um momento em que nenhum dos grupos que formam o bloco no poder tem condições de impor o seu projeto de organização nacional à sociedade brasileira. Nessas circunstâncias — é ainda o documento da INTERCOM que o afirma — o Estado tendeu a se afastar dos interesses imediatos das várias forças sociais e a se sobrepor ao conjunto da sociedade, buscando a legitimidade de sua existência na mobilização das massas

1. INTERCOM. Estado, populismo e comunicação no Brasil (Documento básico). III Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, fevereiro de 1980 (mimeo.).

populares urbanas. Assim, portanto, a prática do populismo não era um ato de vontade ou de sagacidade política dos governantes mas uma necessidade objetiva para que se garantisse o equilíbrio do poder num quadro — repetimos — de crise de hegemonia.

Essa talvez tenha sido a contradição política maior que o populismo gerou na vida nacional, pois que a receptividade às aspirações populares e o tácito (embora não liberado) reconhecimento às massas do direito das reivindicações se dá num quadro de extremo controle repressivo e ideológico, única garantia de que a dinâmica do movimento político não alterasse a estrutura do poder. Os mecanismos de manipulação serão assim a peça central do primeiro período de Vargas: o Estado como "árbitro" dos interesses nacionais, "aberto a todas as pressões sem se subordinar — exclusivamente — aos objetivos de qualquer delas. É um tipo de Estado de massas..." [2]

O Estado Novo é o momento privilegiado dessa concepção. Edgar Carone [3] refere-se ao fato de que se procura dar ao Estado, "personalizado não só no que se denomina Estado Nacional ou Nação, como também em seus expoentes e chefes", um *sentido mítico*. Até que ponto esse modelo personalista de prática política é cópia pura e simples das ditaduras fascistas é questão aberta à discussão. O que pensamos é que o modelo correspondia à dinâmica interna do aparelho de Estado em que pese a influência do nazi-fascismo.

Assim, a manipulação de símbolos nacionais, a mitificação e o enaltecimento deles articula e controla a mobilização política. Getúlio Vargas, por exemplo, "o Chefe", é visto pelos jornais de 1940 como corajoso, magnânimo e singelo, qualidades da fronteira de onde proveio, "conhecedor profundo dos homens (...) senhor de suas idéias (...) Quando é necessário um gesto, ele firmemente o executa, em plena responsabilidade e assim o declara, sem subterfúgios, à nação".[4] A vida pessoal do presidente, portanto, não é apenas aquela que mais qualidades apresenta para compor a figura do dirigente, mas confunde-se com o próprio Estado e este com a Nação. Seria cansativo repetir a que serve a mitificação desses valores, valendo no entanto insistir que ela busca estender à sociedade o enaltecimento do Estado corporativo, onde interesses particularis-

2. Idem, ibdem.
3. Carone, Edgar. *O Estado Novo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1977.
4. *O Estado de S. Paulo*, 19-4-1940. (Cit. por E. Carone. In: *O Estado Novo*. Ob. cit., p. 167.)

tas, pessoais ou de grupo cedem lugar à construção e à consecução dos *objetivos nacionais*.

II

O núcleo institucional desse processo seria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 27 de dezembro de 1939, e resultado de uma espécie de duplo amadurecimento ocorrido, o primeiro deles, no âmbito do próprio Estado e, o segundo, no âmbito da sociedade civil. De fato, o aperfeiçoamento dos meios de intervenção do Estado na área da comunicação corre paralelo com seu fechamento institucional: de um lado, amplia-se o movimento social que se opõe à permanência de Vargas no poder ou que com ele se desilude (a Guerra Paulista de 1932, o afastamento dos líderes do tenentismo e a posterior diluição desse movimento, para tomar alguns exemplos) e, de outro, a presença da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no cenário político nacional como força que define uma alternativa para os rumos da Revolução de 1930 (o movimento de 1935 teria sido o momento maior, para a época, dessa corrente). Nesse quadro, é sintomática a busca de uma instituição que faça a propaganda do Estado: em 1931 o Governo Provisório criava o Departamento Oficial de Propaganda, que se transformaria em 1934 no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. O DIP só surgiria em 1940, mas é certo que sua gestação se inicia logo depois do movimento de 1935. Paralelamente, entre 1935 e a proclamação do Estado Novo, em 1937, desencadearia um dos mais duros momentos de repressão às liberdades públicas já ocorridos no país.

É evidente que não se pretende estabelecer uma relação mecânica entre fechamento institucional e isolamento social do Estado e a intensificação da intervenção na área da comunicação. O que se quer dizer é que o projeto da comunicação populista do DIP é decorrência também da variedade e da intensidade de conflitos que afloram na sociedade brasileira no curso da mobilização política que a Revolução de 1930 havia inaugurado.

Esse projeto autoritário de manipulação representa, em sua essência, a montagem do Estado burguês que compensa a debilidade burguesa. O Estado faz as vezes do partido num quadro social extremamente variado. Para isso desarticula as lideranças regionais, formula planos econômicos, cerca-se do aparato militar, controla os sindicatos, hipertrofia-se e mobiliza intensamente os elementos da propaganda.

Nessa medida, não apenas a estrutura do DIP, mas também o conteúdo de sua ação, se estabelecem no sentido de assegurar essa montagem, mascarando os conflitos sob o peso da propaganda de uma suposta unanimidade em torno do governo, tarefa na qual a instituição se empenhará de forma avassaladora: 60 por cento das matérias dos jornais, por exemplo, eram previamente fornecidos pelo DIP através da Agência Nacional. O próprio ato de sua criação diz que suas atividades eram "fazer censura ao teatro, cinema, radiodifusão, imprensa, além de censurar, organizar, patrocinar festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística", matérias de colaboradores anônimos eram publicadas em jornais de todo o país, censores nomeados para cada jornal, um Conselho Nacional de Imprensa cuja composição era praticamente formada por elementos indicados pelo próprio Estado. A revista *Cultura política,* dirigida à intelectualidade, a *Hora do Brasil* marcando o compasso diário das mensagens governamentais.

Um balanço das atividades do DIP publicado na revista *Cultura política,*[5] em seu segundo aniversário, nos dá um quadro da concepção que nutria a propaganda oficial: a Revolução *iniciada* em 1930 atingiu o ápice de seu desenvolvimento quando o mundo se encontrava "no ponto de intersecção de duas idades — a que se desmorona, encerrando um ciclo de erros e de crimes, e a que se inaugura, tumultuosa e fecunda, ao impulso da Civilização e da Justiça". O Brasil não havia estancado, indeciso, diante desse cruzamento histórico, tampouco estava nostálgico das "ruínas" do passado. Ao contrário, "inspirando-nos, embora, *na experiência de outros povos* — consultados a *índole e a tradição brasileiras* —, inauguramos um *regime próprio,* capaz de impulsionar mais rapidamente o *progresso geral*".

O regime aparece, então, como um sistema provido de "unidade perfeita", fortalecida "por meio de contatos diários, em todos os planos de ação nacional", graças à propaganda, pois "nenhum veículo melhor que a propaganda corresponderia a esse propósito, propaganda completa pelo microfone, pelo palco, pelo *écran,* pela tribuna falada e pela escrita" para *"convencer as massas da necessidade das reformas operadas*, entrelaçando os indivíduos com as instituições". Para isso é que o DIP havia sido criado, depois dos primeiros ensaios que "não produziram os resultados visados. Faltava o clima indispensável ao desenvolvimento de um aparelho dessa natureza, que aliasse a propaganda à *defesa do Brasil,* numa ação

5. *Cultura política, 21.* Rio de Janeiro, ano II, 1942.

ao mesmo tempo vigilante e fiscal, de modo a barrar tudo o que possa atentar contra o crédito do país e as instituições nacionais".

Nesse sentido, todos os meios de comunicação, mais particularmente a imprensa, seriam visados: a imprensa vista como coisa pública, "com o conseqüente enquadramento de sua ação na órbita dos interesses da coletividade", o que abria novas perspectivas à propaganda oficial, com o afastamento dos interesses particularistas: já nas tentativas anteriores do DIP, 12 mil folhas mimeografadas por semana, "contendo notícias e comentários oportunos sobre o momento nacional", eram distribuídas a quase dois mil jornais brasileiros. Ao mesmo tempo, artigos, sueltos e pequenas notas distribuídas para mais de 2.200 jornais do exterior, inclusive os do Japão. Ao lado disso, a Agência Nacional, com seus programas diários e duas publicações: o *Jornal dos Mares,* destinado a navios estrangeiros, e o *Boletim de Informações,* editado em quatro línguas.

O rádio adquiriu, então, por força dessa intensa propaganda, um extraordinário desenvolvimento, atingindo pela primeira vez as populações distantes dos grandes centros urbanos, fato que o próprio DIP alardeava quando descrevia a praça central de muitas cidades do interior apinhadas de populares à espera do locutor da *Hora do Brasil.*

O DIP, portanto, coroava um processo ascendente de manipulação da comunicação que visava "a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira". O Departamento passou a editar o boletim *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã,* reproduzido nos jornais de quase todo o país, ao lado da intensa distribuição de crônicas feitas por profissionais a seu serviço. A par disso, o Serviço de Edições e Revisão Geral, em dois anos, editou mais de 300 trabalhos, vertidos em seis idiomas, todos eles com o timbre da interpretação oficial a respeito de temas nacionais. Conferências, sessões literárias, "cívicas e patrióticas", congressos e até cursos onde eram discutidos os discursos de Getúlio Vargas, envolviam a opinião nacional em torno do Estado Novo.

Nas décadas de 30 e 40, o cinema, o rádio e o teatro não chegavam ainda, mesmo vistos globalmente, a deslocar o papel da imprensa escrita no conjunto dos meios de comunicação. Ainda assim, o DIP estaria cuidadosamente voltado para aqueles setores. Um *Cine-jornal Brasileiro* era produzido às expensas do Departamento e exibido em todos os cinemas do país, produzindo-se nos primeiros dois anos de existência do DIP 174 filmes e 868 reportagens. Tanto quanto a produção do DIP era intensa, a censura se

estendia por toda a atividade cinematográfica: filmes, estrangeiros ou não, passavam pelas dependências do Palácio Tiradentes e os próprios cinemas eram obrigados a submeterem ao crivo dos censores sua programação diária. O mesmo valia para o teatro, para cuja atividade o Departamento valorizava ter "amparado os direitos dos artistas pela exigência de registro dos respectivos contratos".

Nesse quadro de absoluto controle dos meios de comunicação pelo Estado, a imprensa atravessaria dias difíceis. Aliás, a estrutura de funcionamento que o DIP organizou para esse setor articulava-se com uma ameaça permanente de repressão física que, em alguns casos, chegou a se concretizar, como ocorreu com o jornal *O Estado de S. Paulo,* em 1940, que permaneceu nas mãos do Estado até 1945. As regras ditadas pelo DIP aos jornais, portanto, adquiriam assim um significado diverso, na medida em que a imprensa, até pelo menos 1945, havia refletido intensamente as lutas políticas que o país assistiu. Para o setor, portanto, as atividades do DIP se desdobravam com a exigência, em primeiro lugar, do registro junto ao Departamento tanto dos jornais como dos jornalistas. Em segundo, a presença física do censor em cada redação. Em terceiro, a distribuição dos *Boletins de Informações* do Departamento, que tinham sua publicação garantida nos jornais pelo próprio decreto que havia criado o DIP: "aos jornais em quaisquer publicações periódicas cumpre contribuir, por meio de artigos, comentários, editoriais e toda espécie de noticiário, para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e reerguimento nacional". Por último, a verdadeira "empreitada de corrupção e suborno da imprensa em moldes até então desconhecidos pelo país", com a fixação de uma contribuição financeira mensal que variava de acordo com a influência do jornal e sua tiragem.

III

Não foram poucas as vezes que as análises sobre a situação política brasileira atual procuraram ver na SECOM uma tentativa de reeditar o papel que o DIP desempenhou durante o Estado Novo. Segundo essa interpretação, tratava-se para o governo do general João Batista Figueiredo de assegurar, através de ampla campanha publicitária, o respaldo social que o regime pós-64 veio perdendo na medida em que assumia, progressivamente, formas mais autoritárias de controle político.

Tal interpretação, até onde podemos compreender, não peca apenas pelo extraordinário simplismo que reduz a um mesmo nível

situações políticas diversas em épocas diversas; peca — o que é mais grave — pelo desconhecimento quase absoluto das contradições que a sociedade brasileira viveu nos anos 30 e 40 e das contradições que vive hoje. É claro que nossa comunicação não pretende ser uma exaustiva análise desse problema, mas é necessário que alguns pontos fiquem abertos à discussão para que a análise do que se tem chamado de *neopopulismo* seja feita com um grau razoável de objetividade.

Pensamos que existe entre as forças que compõem o espectro político do Estado brasileiro, hoje, uma facção liberalizante que identifica na descontração do regime a garantia de sua continuidade. Trata-se, para esse grupo, de reconquistar o apoio político de segmentos da sociedade brasileira que se afastaram do Estado em razão da hipertrofia que este sofreu e do caráter repressivo que assumiu ao longo da década de 70. O documento *Bases para uma política de comunicação social no governo João Batista Figueiredo,* publicado pela SECOM em fevereiro de 1979,[6] talvez seja a maior expressão desse componente. Nele afirma-se que: "o povo tem o direito de saber o que fazem seus mandatários, porque o fazem, que ônus e benefícios decorrerão em cada caso da ação da autoridade". E parte da idéia de que "os comunicadores sociais do governo têm o dever de *motivar* e conscientizar o público para obter sua participação *voluntária* na solução dos problemas nacionais ou mesmo locais (...)". E acrescenta que "a eficácia da decisão política depende da *compreensão* do povo e de sua *aceitação*".

No entanto, ao contrário do período Médici, onde a busca desse consenso passava pela eliminação, pela força da censura, dos conflitos que afloravam na vida política do país, agora, a "mística", o entusiasmo, a fé como elemento central do apoio popular ao governo, tem na informação livre o elemento mobilizador da vontade coletiva, embora ela esteja condicionada por fatores que limitam a aceitação por parte do público, especialmente "a noção de justiça que a opinião pública deve inferir dos atos de poder".

A própria SECOM, no mesmo documento, indicava a única via para que isso fosse possível: restabelecer a liberdade de imprensa — "o elemento *qualitativo* que mais profundamente marca as mutações políticas e sociais que o novo governo deverá encontrar". Aceita-se, desta forma e segundo a concepção dessa corrente que identificamos como liberalizante, o conflito como elemento de convivência entre o Estado e a sociedade. A interpelação, a indagação,

6. *O Estado de S. Paulo,* 12-12-1979.

o debate devem (é ainda o documento da SECOM quem o diz), assim, ser consideradas formas corriqueiras de convívio político.

Ampla divulgação das informações não-sigilosas, sinceridade no tratamento com a Imprensa etc. passaram no início a compor o novo quadro do comportamento oficial em relação aos meios de comunicação, não sem uma dose de espanto por parte de uma comunidade acostumada ao longo de muitos anos ao mutismo exacerbado.

O projeto, no entanto, não se esgotava aí: no campo das Relações Públicas é que a SECOM adquiriu projeção através da Secretaria de Projetos Especiais, responsáveis pela unificação do sistema de comunicação social do governo e suas verbas. Tratava-se, nesse âmbito, da construção de uma nova imagem para o presidente e da promoção de eventos cívicos e atividades culturais que fizessem aflorar a mística popular em torno do governante. A Secretaria não trabalhava aleatoriamente: herdava o orçamento da antiga AERP (13 milhões de cruzeiros em 1979, 70 filmes institucionais) e sua experiência (orgulho das práticas cívicas, o hino nacional etc.).

Sobre essa euforia que marcou os planos do ministro Said Farhat, no entanto, pesavam as contradições do próprio Estado, representadas por uma outra componente política, eminentemente reacionária em relação aos projetos de abertura, e que deslocava a notícia de seu sentido jornalístico e político para uma concepção "estratégica", segundo a qual a informação é uma questão de segurança nacional.

Desta forma, desde seu nascimento, o sistema de comunicação do governo tornou-se híbrido, equilibrado entre as necessidades de manutenção do autoritarismo e os projetos de liberalização, equilíbrio tão frágil que continuaram presentes às restrições públicas à imprensa, feitas generalizadamente a partir da idéia de que ela não apenas interpreta mal as notícias ("o sensacionalismo como regra de *marketing* e que, por isso, investe na crise") mas, principalmente, porque está "infiltrada". A informação, assim, passou a depender da "versão", em razão do que o governo dispende todos seus esforços, quebrando pela base o liberalismo que norteava seu projeto original.

Ainda está na memória de todos os fatos que simbolizaram essa contradição: a promoção personalista do presidente da República, no quadro de uma imprensa sem censura, provocou a reação imediata dos militares acostumados à discrição que o autoritarismo permitia; e chegou mesmo a motivar comentários irônicos ("Num país que tem um Ziraldo, um Chico, um Henfil e um Jaguar, não

se pode facilitar tanto na divulgação da imagem de uma pessoa", disse um militar contrariado aos repórteres de *O Estado de S. Paulo*). Desta forma, se a promoção tinha como base a idéia de que ela serviria como elemento legitimador dos planos políticos do governo, seu resultado foi inverso.

Aqui, entretanto, os elementos na análise devem se ampliar: na medida em que tais planos políticos não satisfaziam as aspirações de participação da sociedade civil na vida nacional e não atendiam suas reivindicações, a exposição da imagem presidencial serviu antes ao protesto e não ao apoio. O próprio secretário-geral da SECOM, Emanuel Vargas, chegou a constatar essa realidade no Seminário de Assessores de Imprensa e Relações Públicas do Governo, que se realizou em dezembro de 1979 em Brasília: "nenhum programa de comunicação social — disse ele — convencerá o povo de que tudo vai bem quando tudo andar de mal a pior, pois a opinião pública sabe identificar e punir os que tentam ludibriá-la".[7]

A saída para isso tem sido a propaganda ostensiva que consuma, ou pelo menos tenta consumar, a comunicação oficial como forma de controle social. Basta lembrar que o governo é hoje, no Brasil, seu maior anunciante. A propaganda, do ponto de vista das verbas oficiais que recebe, está entre as prioridades do Estado: 60 bilhões de cruzeiros em 1979. E o fato não é apenas responsável pelo desvio absoluto das idéias originais do projeto SECOM; ele é um elemento de crise no próprio setor privado das comunicações, de um lado pela avidez com que essas verbas são disputadas pelas agências de publicidade; de outro, pelo clima de corrupção criado na imprensa, que repete em 1980 a prática dos anos 40, segundo a qual os "jornais amigos" são os que merecem publicidade.[8]

A quais conclusões se pode chegar? A primeira delas, bastante óbvia, é a de que a legitimação obtida pelo Estado Novo através do DIP só foi possível porque vinha associada a dois elementos fundamentais: de um lado as concessões feitas às massas, elemento integrante da dinâmica populista; de outro o fechamento institucional que conferia ao conteúdo da comunicação oficial o traço autoritário responsável por sua eficácia. A segunda, referente à realidade presente, é a de que o populismo seconiano (ou o "neopopulismo") antes de atuar como elemento legitimador, revelou-se desestabilizador em conseqüência das próprias contradições em que se debate o Estado brasileiro hoje, a tal ponto que se pode afirmar que o projeto SECOM

7. Idem, 8-12-1979.
8. Idem, 14-12-1979.

acabou por impopularizar o governo, não apenas porque revelou seu caráter desarticulado, próprio das indefinições políticas que marcam os projetos oficiais, como também porque o liberalismo original do sistema de comunicação oficial acabou por se constituir numa tentativa de substituir o autoritarismo institucional pelo autoritarismo paternalista ou carismático, alheio às transformações ocorridas na sociedade brasileira e alheio especialmente à idéia de que uma política de massas pressupõe alguma fragmentação do poder, tal qual se define, na essência, o compromisso populista.

Ou como disse um jornalista de *O Estado de S. Paulo* a propósito dos incidentes de Florianópolis:

> Convém parar um pouco para pensar, convém pensar a vida política na dimensão da questão econômica e da questão social que assinalam a conjuntura e convém recolher das democracias modernas alguns ensinamentos simples. Um deles, talve o principal deles, é que os governos precisam negociar com as multidões, a fim de que os caldos radicais não criem climas propícios a essa perversa causação circular: a insatisfação social e a inexistência de negociação política (...) atiram o sistema político para zonas de sombra. Negociar com as multidões, na base do sufrágio e dos mecanismos de participação, é o melhor caminho para que se obtenha estabilidade e se criem orientações eficientes.[9]

9. Góes, Walder de. Uma tática e mais outra. *O Estado de S. Paulo*, 12-12-1979.

A Comunicação Populista de Aluizio Alves Rio Grande do Norte, 1960-1980

Carlos Eduardo Lins da Silva

INTRODUÇÃO

O estudo do fenômeno político Aluizio Alves oferece ao pesquisador, especialmente àquele interessado especificamente na questão da utilização política dos meios de comunicação, uma série de peculiaridades que, se por um lado podem tornar suas reflexões e conclusões de extrema e imediata utilidade social, por outro interpõem obstáculos poderosos a uma clara análise dos fatos, como quase sempre acontece com os que tentam interpretar fenômenos históricos que ainda estão se desenrolando.

Entre tais peculiaridades, a mais atraente talvez seja o fato de que Aluizio Alves é provavelmente o único dos líderes que podem ser tidos como característicos do fenômeno do populismo brasileiro, no período 1945-1964, que esteve no poder naquela época e tem grandes possibilidades de voltar a ele nos próximos anos. Ele também é talvez o único daqueles líderes que não deixou de atuar decisivamente na vida política ao longo dos últimos vinte anos: embora tenha tido seus direitos políticos cassados em 1969, Aluizio permaneceu no primeiro plano dos embates políticos do Rio Grande do Norte, tomando decisões, influindo no eleitorado e no aparato administrativo, mobilizando sua máquina política e preparando pessoalmente o caminho da sua volta. Por fim, Aluizio Alves sempre se utilizou intensiva e extensivamente dos meios e das técnicas de comunicação para atingir seus objetivos políticos, fazendo-o com consciência e intenção, como poucos políticos brasileiros.

Em contrapartida, lidar com o fato histórico ainda vivo e em pleno desenvolvimento é sempre arriscado. Se o trabalho de pesquisa pode influir, de alguma forma, nos próprios rumos dos acontecimentos que estuda (e isso o torna ainda mais atraente), ele também pode perder muito em precisão e rigor pela fragilidade e ambigüidade dos dados de que dispõe, das fontes a que pode recorrer e mesmo do ângulo que temos para enfocar o real, muito mais sujeito a vieses e desfocamentos do que quando se trata do fato histórico passado. Enfim: torna-se mais difícil colocar os fatos estudados dentro da perspectiva histórica, que só o passar do tempo pode proporcionar.

Tentei me precaver contra as dificuldades apontadas e resolvi correr o risco, tendo recebido a cooperação de outros cientistas sociais que trabalham no Rio Grande do Norte.[1] De qualquer forma, este trabalho está respondendo a uma necessidade de que fala José Álvaro Moisés ao refletir sobre os estudos do populismo na América Latina: a de analisar os casos concretos do fenômeno para reconstituir "as vicissitudes, os fracassos e as vitórias dos movimentos populares que foram substituídos ou reforçados pelo advento do populismo".[2] Aqui, temos a oportunidade de fazê-lo, inclusive, levando em consideração a importante variável de que o caso sob estudo encontra-se vivo e atuante e as classes populares continuam intercambiando influências com ele.

Esta é uma versão resumida do trabalho originalmente apresentado ao III Ciclo de Estudo Interdisciplinares da Comunicação. Ela foi redigida cinco meses após sua apresentação inicial. Embora não se trate de um texto que revise o original, ele não deixa de refletir o resultado das inúmeras discussões e análises realizadas por pessoas e instituições que tiveram acesso à edição mimeografada do estudo completo,[3] bem como a própria evolução dos fatos no cenário político norte-riograndense durante este espaço de tempo.

---

1. Desejo agradecer particularmente às seguintes pessoas pela cooperação: Angela Tygel, pela orientação bibliográfica e metodológica, pela revisão crítica do original e pelas dúvidas divididas diariamente; Lúcia Araújo, pela ajuda na coleta dos dados, pela documentação fotográfica e pelo companheirismo; Wilma Grossmann, pelas indicações bibliográficas sobre populismo; Albimar Furtado, pelo auxílio na localização de informações e de fontes de informações; Hermano Ferreira Lima, pelas conversas que me auxiliaram na interpretação dos fenômenos políticos norte-riograndenses; Ana Maria Cocentino Ramos, pela ajuda no contato com fontes de informação. A elas, meu sincero reconhecimento.

2. Moisés, José Álvaro. *Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina.* (mimeo.) Niterói, Centro de Estudos Noel Nutels, 1976, p 9.

3. Foram particularmente úteis e estimulantes os debates e análises com os amigos e companheiros da Cooperativa dos Jornalistas de Natal, da Associa-

Ao realizar os cortes no texto original para reduzi-lo às dimensões exigidas para publicação nesta coletânea, procurei concentrá-los especialmente na parte inicial do trabalho, que discute o conceito de populismo, supondo que os demais artigos também tratarão extensivamente da questão. A segunda parte, um histórico da carreira política de Aluízio Alves, também foi sumariada, mantendo-se quase integralmente (mais algumas adições provocadas pelos fatores acima referidos) a parte final, uma análise de conjuntura que busca escrutar os indícios que as condições da sociedade norte-riograndense oferecem para que se possa prever os eventuais desdobramentos do fenômeno que se está estudando.

O CONCEITO DE POPULISMO

Diversos autores que têm lidado com o fenômeno do populismo ressaltam as dificuldades existentes para sua conceituação precisa. Mesmo quando se procura restringir o campo de análise apenas a regiões determinadas, como a América Latina, ou o Brasil somente, as diferenças que emergem da comparação das manifestações concretas do populismo são, via de regra, tão grandes que uma generalização se torna complicada. Quando, por outro lado, se consegue isolar características comuns a diversas dessas manifestações, é difícil concluir quais são as variáveis independentes, se é que as há, pois a maioria delas aparece não apenas no populismo, mas também em outros tipos de hegemonia política registrados na história contemporânea.

Apesar da inevitável imprecisão conceitual, que evidentemente nem o Ciclo de Estudos da INTERCOM logrou superar, "o populismo não é uma peça de imaginação sociológica ou apenas uma palavra no jargão político; na verdade, ele corresponde a alguma espécie de realidade objetiva".[4] Embora seja difícil delimitar-lhe as propriedades, sabe-se que o populismo é uma forma de solucionar a questão do poder numa formação social capitalista distinta de outras: populismo não é fascismo, nem democracia burguesa. E, no Brasil, é possível mesmo fixar um período histórico em que ele foi a fórmula hegemônica dominante (de 1945 a 1964).

ção dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Diretório Central dos Estudantes da UFRN, da seção regional do Rio Grande do Norte da Associação dos Sociólogos do Brasil, da direção regional do Partido dos Trabalhadores e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, a quem registro meu agradecimento.

4. Laclau, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 149.

Na busca das peculiaridades do populismo, foi possível chegar a algumas características políticas, econômicas, sociais, ideológicas e de utilização dos meios de comunicação que são mais ou menos comuns às suas manifestações mais claras e que, se não são suficientes para restringir indiscutivelmente o fenômeno, pelo menos indicam algumas pistas para sua compreensão e para nos permitir detectar a sua ocorrência ou não num determinado momento histórico.

Da análise do trabalho de alguns cientistas sociais [5] que trataram do tema pode-se chegar às seguintes pré-condições e atributos políticos do populismo: é preciso que haja relações políticas no sistema de poder (ou seja, a dominação de classe não pode se restringir ao campo econômico, como ocorre, por exemplo, no caso do coronelismo, devendo requerer a adesão de setores das classes dominadas), uma crise de hegemonia política na sociedade com reivindicações de transformações no bloco de poder, a busca pelo voto popular, a formação de um ambíguo "Estado de compromisso" em que as classes populares são manipuladas mas têm algumas de suas ambições atendidas (aquelas que não afetem as condições de reprodução do capital, embora possam representar benefícios efetivos para os trabalhadores), a ausência ou desativação de organizações populares representativas (a relação entre o Estado e o indivíduo, feita diretamente, sem intermediários), a institucionalização de um aparato estatal paternalista; eleitoralmente, o populismo tem maior expressividade nas grandes cidades.

Em relação aos aspectos econômicos, as soluções populistas geralmente aparecem num momento em que há uma tendência à industrialização e à urbanização, com a conseqüente criação de novos setores sociais e a expansão das possibilidades de consumo (essa afirmativa não implica a aceitação de uma concepção dualista da economia, devendo ficar claro que a citada tendência não pressupõe, em nenhum momento, o esfacelamento das oligarquias rurais que sobrevivem ao próprio processo de industrialização). Condições particularmente favoráveis para a emergência populista ocorrem quando o estágio de acumulação do capital requer participação consensual das classes subordinadas ao nível da produção. Nestes casos, a necessidade da adesão voluntária dos trabalhadores extrapola a questão do voto e é exigida para a própria reprodução das condições de produção da forma esperada.

---

5. Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; Laclau, E. *Política e ideologia...*; Moisés, J. A. *Reflexões...*; Andrade, Régis de Castro. Perspectivas no estudo do populismo brasileiro. In: *Encontros com a Civilização Brasileira, 7*:41-86, jan. 1979.

Como conseqüência dessas características políticas e econômicas, a migração e a concentração urbana são fenômenos sociais que geralmente acompanham a solução populista. Os migrantes constituiriam, na opinião de alguns estudiosos,[6] público ideal para o advento de lideranças populistas: com potenciais qualidades de mudança, são, no entanto, "classes inacabadas",[7] setores sociais que apenas começam a se organizar enquanto classe e que "sem experiência de qualquer outra tradição (...) voltam-se para o poderoso defensor, o salvador, o pai do povo".[8]

As marcas distintivas do populismo sob o ponto de vista ideológico são: o mascaramento dos conflitos entre classes sociais, a ambigüidade do discurso (quanto mais ambíguo, maior o número de setores por ele abrangido), o "efeito de vacina" segundo a definição de Barthes ("o imaginário coletivo é imunizado através de uma pequena inoculação de um mal reconhecido; e defendido, assim, contra o risco de uma subversão generalizada"),[9] referência à necessidade de uma aliança de classes e o reconhecimento da igualdade fundamental dos indivíduos.

Quanto à utilização dos meios de comunicação pelo populismo, há quatro características a se destacar: eles são mais convenientes ao líder populista na medida em que, comparados a outros instrumentos de comunicação política, dificulta a reinterpretação classista do conteúdo veiculado; tenta-se explorar mais os aspectos emocionais e de personalidade que os racionais e de conteúdo do discurso; os meios de comunicação auxiliam o advento do populismo por acelerarem o processo de urbanização da economia ao disseminarem modelos culturais urbanos; os meios de comunicação são mais desenvoltamente utilizados pelo populismo quando se encontram num estágio de desenvolvimento empresarial rudimentar.

O FENÔMENO POLÍTICO ALUIZIO ALVES

Aluizio Alves iniciou sua vida pública como jornalista e radialista. Em 1942, através do jornal *A República,* lançou e organizou uma campanha de assistência aos flagelados da seca daquele ano.

6. Oliveira, Francisco de. *Nordeste, anos setenta: as hostes errantes.* (Inédito); Furtado, Celso. Uma nova política para o Nordeste. In: *Jornal do Brasil,* 10-8-80.
7. Oliveira, F. de. *Nordeste, anos setenta...*
8. Hobsbawn, E. Apud Perlman, Janice. *O mito da marginalidade.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 163-64.
9. Barthes, Roland. *Mitologias.* São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 59.

Dali até 1946, seu nome esteve envolvido em quase todos os projetos de assistência social organizados no Estado. Ao mesmo tempo, comandava dois programas da Rádio Educadora de Natal — *Oração da Ave Maria* e *Glória Brasil* —, que atingiam grandes índices de audiência.

Sua primeira candidatura foi à Câmara Federal, pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), em 1946. Foi eleito com 6.000 votos e reelegeu-se sucessivamente até 1960. Na Câmara, ganhou renome nacional, associou-se a Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, foi escolhido para o cargo de secretário-geral do partido.

Em 1950, fundou o jornal *Tribuna do Norte.* Na campanha de 1958 para a Câmara, utilizou-se fartamente do rádio, lançando a programação *Um amigo em cada rua,* através da qual Aluizio ia às diversas ruas da Capital apurando os principais problemas de cada uma delas e prometendo soluções. Obteve um terço dos votos de Natal e modificou radicalmente o perfil de seu eleitorado, agora predominantemente urbano.

Pretendeu a legenda da UDN para disputar o governo do Estado em 1960. Perdeu-a para seu antigo protetor e desde 1958 seu arquiinimigo Dinarte Mariz, que a assegurou para Djalma Marinho. Aluizio não vacilou em recorrer ao Partido Social Democrata (PSD), o maior rival da UDN a nível nacional. Para dissimular a mudança, Aluizio juntou-se a setores dissidente da própria UDN, ao PTB, ao PDC e ao PTN, criando uma coligação partidária que chamou de *Cruzada da Esperança* (embora, oficialmente, sua candidatura tenha sido registrada pelo PSD).

Candidato contra o latifundiário e usineiro Djalma Marinho, com um religioso do PSD (monsenhor Walfredo Gurgel) como companheiro de chapa, Aluizio conseguiu galvanizar o Estado, obtendo o apoio do PCB, do PS, de Djalma Maranhão (uma das mais conseqüentes lideranças de esquerda da história do Rio Grande do Norte), bem como de grupos integralistas e até do jornal *O Estado de S. Paulo.* Eleito com 53,7% dos votos, montou sua própria máquina política.

Chegando ao governo, comprou a Rádio Cabugi, de Natal, e passou a utilizar-se dela com todo o ímpeto. Obteve bons resultados nas eleições parlamentares de 1962, elegeu monsenhor Walfredo Gurgel seu sucessor e seu irmão Agnelo Alves prefeito de Natal (com 61% dos votos) em 1965. Com a extinção dos partidos, filiou-se à ARENA e elegeu-se deputado federal em 1966 com 60.000 votos num eleitorado de 300.000. Em 1969, teve seus direi-

tos políticos cassados pelo AI-5 e todo seu esquema político passou para o MDB.

Na oposição, perdeu as eleições para o Senado em 1970, quando apoiou Odilon Ribeiro Coutinho contra Dinarte Mariz, mas comprovou seu prestígio urbano vencendo folgadamente o pleito na Capital e obtendo 39,7% dos votos em todo o Estado. Seu filho Henrique Eduardo foi para a Câmara com 71.000 votos num eleitorado de 324.000 pessoas. Em 1974, apoiou o sr. Agenor Maria, que derrotou Djalma Marinho nas eleições para o Senado.

A trajetória oposicionista de Aluizio encerrou-se em 1978 quando, surpreendentemente, apoiou ostensivamente o candidato da ARENA ao Senado, Jessé Freire, embora continuasse filiado ao MDB. Pela primeira vez, desde 1960, Aluizio perdeu uma eleição na Capital, embora Jessé tenha sido eleito, graças aos votos do Interior. O desgaste de Aluizio junto ao eleitorado urbano também pôde ser sentido pela ampla derrota de seu filho Henrique Eduardo em todas as zonas eleitorais de Natal para o deputado federal Carlos Alberto, do MDB.

Extintos ARENA e MDB, Aluizio funda o Partido Popular (PP) no Estado, reatando suas antigas ligações políticas com Magalhães Pinto. Dedica-se atualmente à tarefa de organizar diretórios municipais do PP, mas está em evidente campanha eleitoral com vistas ao governo do Estado em 1982. Recentemente, rompeu (pelo menos formalmente) seu acordo com o grupo dos Maia, que detém o controle do PDS e o governo do Estado. Apesar de ter tido a imagem abalada pelo episódio de 1978, pesquisas oficiosas apontam seu nome como o preferido da maioria absoluta dos eleitores para o governo estadual.

A grande questão é se Aluizio Alves, usando o mesmo tipo de apelo populista que o consagrou em 1960, pode voltar a arrebatar o eleitorado norte-riograndense ou se as condições são hoje estruturalmente diferentes, a ponto de impedir seu retorno ao poder, apesar de todo seu apelo e da boa utilização dos meios de comunicação. O melhor caminho para se tentar responder a essa indagação é uma comparação entre o Rio Grande do Norte de hoje e o de vinte anos atrás, e a confrontação desses dois momentos históricos com as condições ideais para a formação de uma solução populista de hegemonia política, conforme visto antes.

O Rio Grande do Norte de 1960 oferecia ao observador um quadro político ideal para o surgimento de uma candidatura populista. O início do processo de industrialização provocado pela criação da SUDENE e pela energia de Paulo Afonso, embora ainda incipiente, já começava a dar sinais de que o projeto hegemônico das

oligarquias rurais, até então incontestável, poderia começar a ser questionado.

Os números da participação relativa de cada setor de atividade econômica começavam a mostrar avanços dos setores não-rurais (pela primeira vez, serviços e indústria juntos superavam a agricultura, embora com apenas 53%, ficando a indústria com 10%). As perspectivas eram de que essas tendências se acentuariam nos anos seguintes, como de fato ocorreu (em 1970, o setor agropecuário respondeu por somente 24,8% da renda interna estadual).

A nível nacional, a solução populista chegava ao seu ponto culminante, com os sucessivos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e as eleições nos governos estaduais de diversos líderes populistas. No Rio Grande do Norte, o porta-voz dos setores emergentes foi Aluizio Alves que, dois anos antes das eleições, havia rompido politicamente com seu protetor Dinarte Mariz (usineiro oligarca) e assumido um discurso de identidade com as classes trabalhadoras e os humildes.

Embora não fosse efetivamente pobre, Aluizio não pertencia a nenhuma grande oligarquia e explorou durante toda sua campanha o filão do homem simples contra os poderosos. As classes populares potiguares, pela primeira vez aduladas por candidatos ao governo, deixaram-se envolver por Aluizio. Ele lhes dizia que tinham orgulho da sua "gentinha", lhes dava canais de reivindicação, prometia melhores condições de vida e de participação política. Em troca, pedia o que elas tinham: votos.

Aluizio fez um governo tipicamente populista. Suas realizações em favor das classes trabalhadoras atenderam aos objetivos mais imediatos: casas, luz, água, escola, chegando ao caricato da distribuição de filtros e máquinas de costura. Tudo, com a marca da benesse pessoal: Aluizio dava, graças à sua benevolência, favores ao povo. Todas as pessoas tinham livre acesso ao Palácio. Mas como indivíduos, não como classes organizadas.

Já em 1962, ao negar apoio à candidatura de Djalma Maranhão ao Senado, ficou clara a sua opção pelos poderosos: o velho e lendário latifundiário Teodorico Bezerra é que ganhou a adesão do governo de Aluizio nas eleições para Câmara Alta.

Enquanto para as classes dominadas, o governo oferecia caridade, para as dominantes, havia programas de beneficiamento real e duradouro, rigidamente cumpridos: energia elétrica para o setor industrial, construção de estradas para facilitar a tarefa dos setores industrial e agrícola, criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, apoio financeiro para os grandes e médios agricultores.

Todo esse espírito populista dos anos 60 no Rio Grande do Norte foi marcantemente sublinhado pela utilização dos meios de comunicação. Embora Aluizio Alves tenha se utilizado muito (e talvez primordialmente) dos contatos pessoais, jornal e rádio desempenharam um papel vital no seu sucesso a partir de 1958.

Através do rádio, ele conseguiu superar as barreiras interpostas a ele por Dinarte Mariz, de cuja máquina política se utilizou até o rompimento entre ambos. Através do jornal, criou, lenta e seguramente, uma imagem de homem político sério e competente junto aos setores da população que são decisivos na formação da chamada opinião pública. Segundo o depoimento de seus assessores da época,[10] Aluizio sabia dosar tão bem o uso de jornais que se valia de veículos que não lhe pertenciam sempre que sentia que o faccionismo da *Tribuna do Norte* poderia prejudicar a absorção de uma notícia a seu respeito por parte de setores ainda em dúvida em relação a qualquer aspecto específico.

Hábil no manejo dos símbolos, incentivou ao máximo a utilização da cor verde em suas aparições públicas, valeu-se de valores populares já cristalizados nas pessoas (como a âncora, símbolo de grande penetração junto aos pescadores dos bairros do Canto do Mangue e das Rocas) em seu proveito, transformava ofensas em elogios (*gentinha* era uma expressão pejorativa com que Dinarte Mariz pretendia denegrir os seguidores de Aluizio, que incorporou a expressão e passou a utilizá-la em todos os seus discursos e promoções).

O prestígio conferido pela palavra impressa em jornal era manipulado por Aluizio Alves, que conquistava e mantinha adesões através da bajulação de líderes políticos da Capital e do Interior nas páginas da *Tribuna do Norte*. A viagem de férias, ao Rio de Janeiro, de um líder do PSD podia merecer uma nota de primeira página, conforme a conveniência política. A *Tribuna do Norte* não precisava ser um bom jornal, nem precisava dar lucro. Sua função era auxiliar seu proprietário a chegar ao poder. A parcialidade, o passionalismo não precisavam ser disfarçados. A *Tribuna* era muito mais um panfleto que um jornal.

Além do rádio e do jornal, Aluizio se utilizou de *outdoors* (com estilo muito próximo do realismo socialista, apontando agressivamente

10. As seguintes pessoas, nas seguintes datas, foram entrevistadas formalmente pelo autor para obtenção de dados para este trabalho: Aluizio Alves (12-8-80), Agnelo Alves 27-5-80 e 16-6-80), Ticiano Duarte (29-4-80), Hermano Ferreira Lima (25-4-80), Afonso Laurentino Ramos (2-6-80), João Ururahy (2-6-80), Cláudio Emerenciano (5-8-80) e Woden Madruga (15-8-80).

para os graves problemas da população), panfletos, bandeiras, cartazes, músicas (a *Marcha da esperança* era cantada pelas multidões que compareciam aos seus comícios), pesquisas de opinião. Enfim, todo um esquema *multimédia* foi montado para a campanha de 1960 e ampliado consideravelmente durante o governo de Aluizio Alves. No centro de tudo, a figura do líder e seu discurso.

Um discurso, diga-se de passagem, de conteúdo claramente populista. Para melhor analisá-lo, utilizei método adotado por Guita Grim Debert [11] para estudar os discursos de Ademar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda e Leonel Brizola. Nesta versão resumida, não me aprofundarei na exposição da metodologia utilizada para a análise do discurso de posse de Aluizio Alves, considerado como um exemplo significativo de seu estilo. Limitar-me-ei às conclusões chegadas.

O discurso é recheado de conceitos vagos, imprecisos, exatamente para dar margem a muitas interpretações favoráveis. A concepção de Estado que surge não é, em qualquer momento, a de que ele é um instrumento de classe. Aliás, tampouco as classes aparecem no discurso. A função do Estado mais destacada pelo discurso é a de doação de benesses ao povo, embora em alguns instantes o papel de disciplinar as relações sociais também apareça.

O povo é descrito como uma entidade que precisa de Aluizio Alves para ter seu caminho iluminado. Sem Aluizio, o povo estaria perdido. O povo não é o sujeito de sua própria transformação. Ele aparece como sujeito apenas quando delega, através do voto, a Aluizio, os encargos do Governo. Daí para frente, o povo passa a ser o destinatário da ação do Estado e, na melhor das hipóteses, pode construir o seu futuro junto com Aluizio. O lugar que o povo ocupa no modo de produção é colocado; o poder que ele tem no processo econômico não é mencionado. O povo vota, delega a outrem a tarefa de realizar o seu futuro. Só isso.

A análise de diversos momentos da vida política de Aluizio Alves e seus correspondentes discursos demonstra como ele foi deixando a retórica agressiva, denunciadora dos problemas sociais que caracterizava o candidato de 1958 (quando utilizava o poder revolucionário do povo como instrumento de ameaça contra as classes dominantes que o hostilizavam) para assumir um tom conciliador como gover-

11. Debert, Guita G. *Ideologia e populismo.* São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

nador empossado e uma postura francamente antipopular como governador às vésperas do golpe de 1964.[12]

Contudo, se neste aspecto as diversas fases do discurso de Aluizio o mostram contraditório, noutro ele permaneceu coerente ao longo dos anos. Tanto no início da década de 60 como hoje, Aluizio permanece usando um discurso que se pretende eqüidistante dos pólos ideológicos. Ambíguo, ele pretende condenar tanto o capitalismo como o socialismo. Mas a articulação desses conceitos de aparente neutralidade com outros componentes do discurso aluizista faz emergir uma concepção política, se não autoritária, pelo menos francamente contrária à conquista do poder pelas classes populares.[13]

Em resumo: se havia condições para o surgimento de uma liderança populista em 1960 no Rio Grande do Norte, Aluizio Alves soube aproveitá-las e se valeu dos instrumentos de comunicação com rara habilidade. Utilizou-os todos, empregando um discurso eficiente, conseguiu a adesão dos mais diversos setores da população, inclusive das classes trabalhadoras. Uma vez no governo, não deixou dúvidas quanto à sua lealdade aos setores dominantes, mas conseguiu manter uma imagem positiva junto ao eleitorado, a qual, entretanto, vem se desgastando a cada pleito, culminando com a derrota sofrida em Natal na eleição de 1978.

PERSPECTIVAS ATUAIS

A tendência à urbanização e à industrialização que despontava em 1960 prossegue no Rio Grande do Norte. Contudo, a economia potiguar ainda está longe de poder ser caracterizada como basicamente industrial. O setor primário ocupa cerca de 50% da população economicamente ativa do Estado, ficando o setor secundário com modestos 15%, que poderão ampliar-se a 17 ou 18% até 1982, quando talvez, pela primeira vez, o setor primário apareça com uma participação inferior (mas não muito) a 50%.

Contudo, a população urbana já é um pouco maior que a rural (55,7% contra 44,3%), o que indica altos índices de desemprego e de subemprego nas cidades: em 1970, 28% da população das cidades estava empregada; em 1980, a taxa caiu para 25%.[14]

12. Alves, Aluizio. *Sem ódio e sem medo.* Rio de Janeiro, Nosso Tempo, 1969, p. 90-199.
13. Governadores discutem reformas. In: *O Cruzeiro,* 22-6-63; A. Alves, entrevista ao autor em 12-8-80.
14. Secretaria do Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte. *Diagnóstico estrutural do Estado, 1975,* vol. IV. Natal, IDEC, 1975, p. 34.

O grande avanço da ocupação de mão-de-obra nos centros urbanos se dá no setor terciário e não no secundário, demonstrando que a urbanização no Rio Grande do Norte não ocorre em função da industrialização. De acordo com o *Diagnóstico estrutural do Estado*, os serviços — responsáveis pela expansão de mão-de-obra nas cidades — crescem em decorrência da expansão do subemprego, das atividades marginais, do empreguismo nos aparelhos burocráticos.[15] Se assim é, as conseqüências são graves para o nosso estudo, pois esses setores são mais difíceis de se organizarem, de formularem seus interesses de classe além do atendimento às necessidads mais imediatas de sobrevivência e, portanto, são mais sucetíveis a projetos hegemônicos de poder com orientação populista. A industrialização no Rio Grande do Norte continua sendo apenas uma tendência que, quando se realiza em grande escala, é porque houve uma inserção de capitais externos ao Estado, e quando se realiza com capitais internos quase sempre resulta em estabelecimentos de pequeno porte e métodos de produção artesanais.

A urbanização é uma outra tendência que se mantém. Natal e Mossoró recebem contingentes de migrantes cada vez maiores. A Capital, particularmente, concentra bens e serviços em grande escala: 48,6% da produção industrial, 57,1% das forças de trabalho industrial, 63,1% das residências servidas de água, 100% das servidas de esgoto, 64% do consumo de energia elétrica residencial.[16]

Estes dados demonstram que a concentração urbana se acentua no Rio Grande do Norte, o que poderia indicar que o terreno para um projeto populista está fertilizado. Entretanto, pelo menos no que se refere a Aluizio Alves, este poderá ser um indicador negativo, tendo em vista as votações cada vez mais baixas que os seus candidatos vêm obtendo nos centros urbanos, especialmente em Natal, seu mais importante reduto eleitoral. Outro ponto que deve ser ressaltado em relação ao fenômeno migratório é o fato de que as pessoas que abandonam os campos pelas cidades no Nordeste de hoje são qualitativamente diferentes das que o faziam em 1960. Devido à forte tendência de proletarização do setor agrário, os migrantes de hoje já não vêem realizar nos centros urbanos sua "conversão em cidadão social e politicamente ativo" a que se refere Weffort.[17] O migrante de hoje dispõe de alguma experiência de associativismo e prática política de classe.

15. Id., ibid., p. 25.
16. Id., ibid., vol. II, p. 123.
17. Andrade, R. C. Perspectivas..., p. 66.

A fragilidade dos serviços de infra-estrutura no Estado é outro elemento que pode significar a existência de vasto espaço para a expansão de movimentos populistas. Por exemplo: apenas 26,4% da população é servida de água [18] e 2,1% é servida de esgotos,[19] 6,8% dispõe de fossas sépticas e 24,5% de "fossas rudimentares".[20] Isso significa que 66,6% de toda a população do Rio Grande do Norte não conta com qualquer espécie de destinação a seus detritos. A taxa de analfabetismo no Estado para os maiores de 14 anos é da ordem de 45,5%.[21] O número de médicos para uma população de mais de 2 milhões de cidadãos é de 900 (um para cada 2.450 pessoas), de dentistas, 515 (um para cada 4.282), de leitos hospitalares, 3.858 (um para cada 574 pessoas), sendo que 58% destes leitos estão em hospitais particulares.[22] O déficit habitacional absoluto, que em 1970 era de 156.275 famílias, em 1976 passou para 163.111 famílias, das quais 69.817 vivem sem qualquer habitação e 93.294 vivem em "domicílios rústicos", de acordo com a terminologia oficial.[23]

O atendimento às mínimas condições de sobrevivência seria um prato cheio para um projeto populista colocar na mesa de negociações com as classes populares. Até que ponto, contudo, um projeto populista poderia, hoje, dar conta desses problemas, ainda que à base de soluções tipicamente paternalistas? Régis de Castro Andrade demonstrou que as concessões populistas ao povo são as que não afetam as condições de reprodução capitalista.[24] Francisco de Oliveira e José Nun, por sua vez, mostraram que a reprodução capitalista pode exigir a manutenção de setores econômicos "marginais".[25] Assim, um eventual projeto populista hoje poderá ficar diante de um impasse, dadas as atuais condições do modelo econômico brasileiro: se o modelo econômico necessita, para sua reprodução, de populações vivendo em estado de miséria, qualquer projeto político que se proponha a reduzir estes contingentes, eliminá-los ou diminuir-lhe o sofrimento poderá não ser tolerado por ameaçar sua manutenção.

---

18. Secretaria do Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte. *Diagnóstico...*, anexo, vol. I, p. 195.
19. Id., ibid., anexo, vol. II, p. 200.
20. Id., ibid., vol. IV, p 40.
21. Id. *Anuário estatístico do Rio Grande do Norte, 1978.* Natal, IDEC, 1978, p. 57.
22. Id. *Diagnóstico...*, atualização 1978, anexo, vol. II, p. 29.
23. Id., ibid., p. 40.
24. Andrade, R. C. Perspectivas...
25. Oliveira, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Estudos CEBRAP, 2*:7-78, 1975; Num, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: *Revista Latino-Americana de Sociologia, 2*:178-235, jun. 1969.

É sabido que a capacidade de formações sociais estruturadas sob a hegemonia do capitalismo monopolista (como a brasileira) de atender e absorver demandas dos setores populares é pequena, como bem o demonstram os mínimos progressos nas condições de vida do povo norte-riograndense (e brasileiro de um modo geral) nos últimos anos. Assim, pode-se concluir que, numa economia marcantemente monopolista, as chances de emergir um projeto populista são limitadas pela impossibilidade de o Estado cumprir sua parte no acordo de interesses de classes pressuposto por este tipo de projeto.

Além disso, há que se notar uma importante diferença entre a situação atual e a de 1960: as decisões econômicas são cada vez mais centralizadas em Brasília, os Estados são cada vez menos autônomos na gerenciação de seus destinos. Portanto, um governo estadual populista teria que contar com a anuência do governo federal para poder realizar o que dele se espera num Estado de compromisso populista.

Em relação ao poder político, nota-se que a crise de hegemonia que existia em 1960 hoje é ainda mais marcante. A busca obsessiva de alianças que enchem o dia-a-dia dos jornais potiguares, compreendendo esforços de reconciliação de grupos tradicionalmente antagônicos é a prova mais cabal das dificuldades de setores das classes dominantes formularem projetos hegemônicos autônomos.

Significativas frações de setores das classes dominantes (em especial a burguesia industrial) não são nem mesmo locais, em virtude das peculiaridades do processo de industrialização nordestina. Da mesma forma, os detentores do poder político nominal tampouco tiveram seu poder originado no Rio Grande do Norte, devido às idiossincrasias do regime pós-64, que localizou no Palácio do Planalto a fonte emanente de poder para o país inteiro.

E em 1982, supostamente, o poder de decisão sobre quem controlará politicamente o Estado voltará a caber ao eleitorado norte-riograndense. As eleições retornam e, com elas, os setores populares, totalmente alienados do processo decisório desde 1965, com uma força que não poderá ser ignorada pelos que se dispuserem à disputa do poder.

E nestes quinze anos, essese setores não permaneceram inertes. Pelo contrário, são inúmeras as evidências de que sua organização hoje, em sindicatos, associações, movimentos sociais, é grande, o que pode dificultar o êxito de um projeto similar ao proposto por Aluizio Alves em 1960. O próprio decréscimo de suas votações pode corroborar essa impressão.

As votações dos candidatos aluizistas em eleições majoritárias na cidade de Natal de 1960 a 1978 desenham uma curva descendente que só não é absolutamente perfeita devido ao pleito de 1974, quando a avalanche da vitória do MDB em todo o Brasil deve ter contribuído muito mais para o êxito do senador Agenor Maria junto ao eleitorado natalense do que o apoio recebido do grupo de Aluizio Alves (que, basta comparar a cobertura da *Tribuna do Norte* na campanha de 1974 com as demais, foi muito mais discreto do que o que receberam outros candidatos anteriores, como o sr. Odilon Ribeiro Coutinho, em 1970, ou posteriores, como o senador Jessé Freire, em 1978).

Não fosse o fenômeno 1974, o percentual de apoio dos candidatos de Aluizio em Natal cairia de 68,8%, em 1960, para 37,8%, em 1978, sem nenhum momento intermediário de recuperação. O mesmo acontece com a votação do deputado Henrique Eduardo Alves. Esta, ao contrário da dos candidatos a eleições majoritárias, decresce mesmo em números absolutos de 1974 a 1978 e caiu em todo o Estado, e não apenas na Capital, embora a evidência maior de seu desgaste se dê em Natal, onde ela é menor que a do deputado Carlos Alberto em todas as zonas eleitorais, inclusive naquelas que compreendem os bairros mais tradicionalmente aluizistas, como o Alecrim e a Cidade da Esperança, onde, inclusive, a vitória de Carlos Alberto sobre Henrique Eduardo em 1978 foi mais expressiva.

Em resumo: embora pareça haver condições conjunturais para um ressurgimento do fenômeno populista no Rio Grande do Norte, a evidência eleitoral indica que o prestígio do sr. Aluizio Alves, pelo menos nos conglomerados urbanos, onde a força eleitoral dos movimentos populistas é supostamente maior, está em franca diminuição.

Estes dados indicam uma destas possibilidades: ou o eleitorado urbano no Rio Grande do Norte não aceita mais a pregação populista e seus projetos hegemônicos, ou Aluizio Alves já não representa mais um projeto populista de conquista do poder. No primeiro caso, o Rio Grande do Norte estaria, pelo menos nas suas grandes cidades, pronto para um projeto hegemônico alternativo; no segundo, estaria chegada a hora para novas lideranças populistas, com discursos mais sofisticados e adequados à época e com poder de barganha mais atraente para os setores populares. Uma terceira possibilidade é que Aluizio Alves poderá tentar chegar ao poder através de uma outra formulação de hegemonia que não a populista. A solução desta dúvida exige um aprofundamento destas reflexões e a observação mais acurada dos fatos históricos contemporâneos.

Supondo-se, contudo, que o projeto aluizista ainda seja o populista, de que forma a utilização da comunicação pode se dar em

seu proveito na sua caminhada pela reconquista do poder? Existe uma relação entre o nível de consciência de classe e a ação política da população e a ação dos meios de comunicação que ainda não foi desvendada pelos cientistas sociais, especialmente no Brasil.

Por exemplo, a eleição de 1974 e o papel que teve a televisão, pela primeira e única vez na história deste país utilizada com liberdade por todos os partidos numa campanha eleitoral, ainda não foram devidamente explicados pelos cientistas sociais. Será que o senador Agenor Maria (e todos os outros senadores eleitos pelo MDB) teria obtido as mesmas margens de vitória sobre seus adversários (admitindo-se que ganhariam de qualquer forma, dadas as condições sociais e políticas da época) se não pudessem ter feito uso da televisão? Será que as condições sociais e políticas mudaram tanto de 1974 para 1978 a ponto de justificarem a sensível recuperação da ARENA neste pleito, ou será que a Lei Falcão teve alguma coisa a ver com isso? São questões que se colocam para serem respondidas pelos estudiosos dos fenômenos sociais.

Mas parece fora de dúvida que um maior volume de informações pode ser atribuído, ainda que em reduzida medida, à ação dos meios de comunicação. A liberdade de imprensa e o surgimento e disseminação de órgãos democráticos de informação podem ajudar a explicar a elevação do nível de organização e consciência dos setores populares e dificultar o êxito de um projeto populista.

As redes nacionais de televisão, apesar de hegemonicamente a serviço dos interesses das classes dominantes, também podem estar contribuindo para a elevação da consciência de classe dos setores populares, na medida em que veiculam para regiões como o Rio Grande do Norte (ainda que, quase sempre, de forma distorcida e enviesada), as lutas dos setores mais avançados das classes trabalhadoras nas regiões como São Paulo e Rio de Janeiro. Muitas vezes subestima-se a capacidade das classes subalternas fazerem uma leitura do discurso dos meios de comunicação capaz de superar os vieses nele contidos por força da hegemonia burguesa. Esta incapacidade é tomada como certa pela grande maioria das pessoas, embora não esteja cientificamente comprovada. E escapa a quase todos a evidência de que é muito mais provável que se apreenda alguma coisa quando se tem uma informação ainda que distorcida do que quando não se tem informação nenhuma.

Os meios de comunicação irão desempenhar um papel nas eleições de 1982 no Rio Grande do Norte muito mais decisivo do que o fizeram em 1960. A disseminação quase generalizada do rádio (principalmente o transistorizado, que em 1960 apenas surgia) em

todas as regiões do Estado e por todas as camadas sociais vai fazer dele, sem dúvida, o grande instrumento de comunicação daquele pleito.

Aluizio Alves está consciente disso e está se preparando. Através da Rádio Cabugi e de sua associada Difusora de Mossoró, ele pode atingir todo o Estado. No ano de 1980, vários programas de radiojornalismo foram lançados por essas emissoras. Um deles, o *Panorama político,* no final da tarde, é hoje a principal tribuna do aluizismo. É dado espaço para os líderes políticos do Interior, sedimenta-se a imagem de Aluizio como líder experiente, amadurecido e conciliador, diferente do estilo mais agressivo de 1960.

Mais idoso, menos resistente fisicamente, Aluizio pretende se utilizar muito mais do rádio do que o fez em 1960. Além disso, como hoje ele já conta com uma eficiente máquina política, poderá fazer a junção do rádio com a comunicação interpessoal, uma das mais eficientes combinações para efeitos políticos.[26]

Quanto à televisão, embora o grupo Aluizio Alves participe de um conglomerado empresarial que detém a concessão de um canal em Natal (que ainda não dispõe de nenhuma emissora de TV comercial), é pouco provável que, mesmo indo ao ar antes das eleições, a estação seja utilizada com objetivos eleitorais, pois o grupo que a controlará foi formado antes do rompimento dos Alves com os Maia e é integrado por representantes das duas famílias hoje oponentes.

De qualquer maneira, extinta a Lei Falcão, provavelmente a televisão será usada pelo menos nos horários reservados ao TRE, embora ainda não se saiba de que maneira. A experiência de Aluizio com a televisão é limitada e indireta: ele próprio nunca fez uso político dela com objetivos eleitorais. Portanto, é difícil prever como ele irá se valer dela, no caso de ser possível sua plena utilização.

Em relação ao jornal, a intenção do grupo é dar-lhe um aspecto mais sóbrio, menos apaixonado, em função não apenas da necessidade de ampliar a faixa de leitores (pois a *Tribuna do Norte* hoje se estrutura muito mais como uma empresa do que há vinte anos, tendo realizado investimentos altos que precisam ser compensados) como da própria característica do momento político em que passionalismos não são bem vistos por um eleitorado ainda majoritariamente indeciso diante das novas opções do mercado partidário.

Apesar do seu passado brilhante na utilização dos meios de comunicação, alguma coisa parece não estar indo bem para Aluizio

26. Alves, Agnelo, entrevista ao autor em 27-5-80.

Alves também nesta área. Pela primeira vez em muitos anos, a Rádio Cabugi perdeu a liderança da audiência em Natal e a *Tribuna do Norte,* apesar do intenso esforço de modernização desenvolvido (que incluiu a compra de sofisticadíssimo equipamento de compra de sofisticadíssimo equipamento de composição e impressão a frio, há um ano), continua sem ampliar significativamente seu mercado e vendendo menos que seu principal concorrente, o *Diário de Natal,* que atualmente apóia o grupo político liderado pelo senador Dinarte Mariz. Se há alguma relação entre estes insucessos no setor de comunicação com os verificados na área eleitoral é difícil precisar sem uma análise mais cuidadosa. Contudo, se houver, esta será mais uma importante evidência da rejeição dos setores populares aos projetos populistas, mesmo os não explicitamente políticos.

CONCLUSÕES

A terceira parte deste trabalho nos levou por caminhos que desembocam numa aparente contradição: a análise das perspectivas tanto econômicas e sociais quanto políticas e ideológicas oferecem alguns indícios de que um projeto populista no Rio Grande do Norte ainda pode ser bem-sucedido. Entretanto, os resultados eleitorais do mais expressivo líder populista, especialmente nos centros urbanos, têm caído significativamente, o que pode indicar uma resistência maior dos setores populares a projetos populistas, pelo menos do tipo clássico.

A tradição marxista ensina que a consciência de classe se forma na luta de classes, quando as contradições produção social/apropriação privada e capital/trabalho ocorrem. Isso pressuõe a existência de relações de trabalho tipicamente capitalistas, industriais e financeiras em particular. Seguindo essa tradição, os teóricos esperam sempre que o pressuposto para a organização das classes dominadas seja a existência de relações de trabalho desenvolvidas. Como, no nosso caso, os números, e estatísticas, a formação econômica não apontam para esta direção, assume-se que não há condições de infra-estrutura para a organização e conscientização das classes subalternas. Mas, então, como se explicaria o crescente insucesso eleitoral de Aluizio Alves? Apenas uma questão de desgaste de imagem?

Algumas peculiaridades do Nordeste contemporâneo precisam ser realçadas para que a compreensão dessa contradição aparente ocorra com maior clareza. Francisco de Oliveira faz, em trabalho recente, uma afirmação que deve receber especial atenção: "Não há mais distinção, a não ser *estatística,* entre quem está empregado e

quem não está" e aponta, espantado, a rotatividade da mão-de-obra do Nordeste, que é igual a 100%.[27]

O que isso significa? Significa que as mesmas pessoas são, a um tempo, operários especializados, noutro biscateiros, num terceiro instante desempregados, num quarto período prestadores de serviço, e assim vai. A constatação estatística de que a maioria da população economicamente ativa está sendo utilizada pelo setor de serviços, ou de que há uma significativa porcentagem de desempregados ou, ainda, de que 41% da população economicamente ativa é autônoma perde muito de sua importância no que se refere a ilações sobre consciência de classe, a não ser que se leve na devida conta a variável da rotatividade da mão-de-obra. Será que o nível de consciência de classe de um líder metalúrgico paulista diminuiria se, por uma contingência qualquer, ele tivesse que ir trabalhar como balconista? Ou ficasse desempregado? Ou se ele resolvesse trabalhar por conta própria? O que pretendo com este argumento é demonstrar que, talvez, tendo em vista esta peculiaridade regional, os números sobre a ocupação da mão-de-obra não possam servir de base para conclusões sobre consciência de classe e capacidade de organização.

Francisco de Oliveira afirma ainda que, no caso nordestino, a confrontação desses setores de trabalhadores assim tipificados acaba se dando não contra o capital, mas sim contra o Estado, diretamente:

> As classes "inacabadas" não cabem dentro do padrão capitalista e estão condenadas a cem anos de solidão, se esperarem que a expansão capitalista absorva esse enorme contingente de reserva que ele amplia ao tempo que se expande. Daí o enfrentamento com o Estado é quase direto: a luta por melhores condições de vida assume imediatamente uma dimensão *política*, trata-se afinal da questão do poder e da questão do Estado. Este é o mistério que se esconde por trás da tradição do Nordeste, que parece, exatamente por ser mais atrasado, estar sempre à frente na luta política.[28]

Deste modo, nossa aparente contradição pode não existir. Se Francisco de Oliveira está certo, então, não apesar das condições econômicas, mas por causa delas, o confrontamento político dos setores populares se dá diretamente. Este fato, em si, não significaria uma impossibilidade de soluções populistas, pois o Estado poderia resolver o confrontamento através do atendimento das aspirações imediatas dos setores populares, como aconteceu nos regimes popu-

27. Oliveira, F. de. *Nordeste, anos setenta...*
28. Id., ibid.

listas típicos. Entretanto, o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como já foi visto, impede o Estado de atender essas necessidades das classes dominadas, impossibilitando a consecução do Estado de compromiso que caracteriza o projeto hegemônico populista, a não ser que se modifique o modelo econômico vigente. Por sua vez, se os setores populares estiverem organizados, a realização do compromisso populista torna-se ainda menos viável, pois eles saberão distinguir entre seus interesses imediatos espontâneos e seus interesses estratégicos a longo prazo, e não dariam sua adesão a um projeto de hegemonia política que só atendesse àqueles e não a estes.

Quanto à questão específica dos meios de comunicação, as conclusões a que pode chegar depois deste trabalho são muitas. Uma delas é a de que a organização dos setores populares é a grande resposta para a superação de estágios como o da sua absorção por projetos políticos, como o populista, e de que uma forma de incrementar esta organização pode ser a discussão coletiva do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, o que ajudaria a superar os vieses introduzidos pela sua condição de hegemonia burguesa. Ao mesmo tempo, esse tipo de trabalho pode tornar o encontro de pessoas uma atividade mais atraente para um grande número de indivíduos que hoje não se sentem dispostos a uma discussão com seus companheiros devido à insipidez de muitas das entidades que trabalham pela organização popular.

Outra conclusão é de que há uma necessidade de se ocupar espaços na indústria cultural, aproveitar e aprofundar as brechas que ela oferece às classes dominadas, de modo a permitir que novas mensagens favoráveis a elas sejam transmitidas.

A nível das relações de produção dos bens simbólicos, é fundamental que sejam fortalecidas as entidades associativas das categorias, não só para acirrar as contradições entre capital/trabalho, como também para reforçar o sentimento de identificação entre o empregado da indústria cultural e o trabalhador.

É importante lembrar também que os profissionais que trabalham nas empresas de comunicação, para melhor poderem ocupar os espaços, devem ser competentes, isto é, têm que dominar a técnica, aprimorar-se no desempenho de suas funções. Isso implica boas escolas de comunicação, bons cursos de atualização e extensão. Às escolas, além da tarefa de serem eficientes na preparação profissional do estudante, também cabe a missão de promover, na área da pesquisa, a investigação científica aprofundada de muitos dos fenômenos aqui sugeridos (e outros).

Enfim, o profissional de comunicação deve colocar sua competência a serviço das organizações e das causas populares. Esta será a sua maior contribuição para impedir que os setores populares se vejam na contingência de serem obrigados a estabelecer "Estados de compromisso" do tipo populista por não terem outra forma de terem atendidas suas mínimas aspirações.

POPULISMO NA IMPRENSA: *UH* E *NP*

Maria Helena R. Capelatto

É preciso frisar, de início, que na abordagem do tema "populismo na imprensa" não partirei de uma concepção genérica de populismo mas de um conceito específico, historicamente determinado.

Populismo pode ser caracterizado como um fenômeno de massas desde que se esclareça que, em certas circunstâncias históricas, classes sociais determinadas tomam a aparência de massas. Isto foi o que ocorreu no Brasil no período posterior à Revolução de 1930 até o golpe de 1964.

Segundo Francisco Weffort, o populismo surge de forma embrionária no início dos anos 30 e seu aparecimento foi possível pela presença das massas trabalhadoras na cidade. No entanto, os primeiros tempos da política getulista não podem ser caracterizados como populismo. As primeiras manifestações de apelo aos trabalhadores são posteriores ao Estado Novo, quando então se inicia uma política de mobilização das massas evidenciada no movimento "queremista", organizado por Hugo Borghi com o apoio do Ministério do Trabalho; os "queremistas" reivindicavam uma Constituição com Getúlio.[1]

Esse fenômeno político que mobilizou grandes massas, principalmente urbanas, dos estratos mais humildes da população, setores operários e pequena burguesia da cidade, surgiu numa conjuntura em que a estrutura de poder oligárquico estava em crise. Após a Revolução de 1930, nenhum dos grupos participantes do poder poderia oferecer as bases de legitimidade do Estado. Nessas condições,

1. Weffort, F. *O populismo na política brasileira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

voltou-se para as massas populares urbanas, única fonte de legitimidade possível do novo Estado brasileiro.

Através de Vargas, o Estado criou uma estrutura sindical controlada, doou uma legislação trabalhista para as cidades, estabeleceu, através dos órgãos oficiais de propaganda, a "ideologia do pai dos pobres".

Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio Vargas estabeleceu o poder do Estado como instituição e este passou a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira, assumindo a condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais.

O novo Estado abre-se a todos os tipos de pressão sem se subordinar a elas. Já não é uma oligarquia mas não é também o Estado como ele se forma na tradição ocidental. Não é um Estado representante das classes, mas um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência de setores médios e da pressão popular. Trata-se enfim de um Estado que vai soldar um projeto de desenvolvimento econômico autônomo e vai nuclear uma aliança de classes.

Uma vez caracterizado o conceito de populismo, procurarei indicar como ele se manifesta através da imprensa.

Entendendo a imprensa, não como um nível isolado da realidade social na qual se insere, parto da concepção de que ela representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos.

Nesse momento histórico em que os partidos políticos que surgem no Brasil, após 1945, dependem em grande parte do prestígio popular do líder, significando pouco mais que um quadro para administração do seu poder pessoal e em que, ao mesmo tempo, os meios de comunicação de massa, como transmissores das mensagens dos líderes, tem um papel privilegiado, considero importante pensar o significado da imprensa nesse momento.

Durante o Estado Novo, a imprensa esteve sob controle de rigorosa censura. A situação foi-se modificando no final desse período, quando começaram a circular novos jornais e outros, já existentes, tentaram romper o cerco da censura. Mas é na década de 50, momento de consolidação do populismo, que surge o jornal *Última Hora,* como expressão dessa nova forma política.

O jornal *Última Hora* se define como um jornal populista. Cabe aqui, no entanto, estabelecer uma diferença entre jornal populista e jornal popular.

A tese de mestrado de Gisela Taschner Goldenstein [2] fornece os subsídios necessários para estabelecer tal distinção na medida em que analisa os jornais *Última Hora* e *Notícias Populares,* este último criado em 1963, como antídoto da *Última Hora,* conforme afirma a autora.

A *Última Hora* foi ainda objeto de análise no trabalho de Antonio Theodoro de Magalhães Barros,[3] que contém indicações importantes para a compreensão do jornal.

Como foi dito anteriormente, o Estado de compromisso que se instaura a partir de 1945 recorreu às camadas populares como fonte de legitimidade; sua participação era subordinada e dependente dos grupos dominantes, mas sua presença no cenário político implicava o atendimento, ao menos em parte, dos seus interesses.

A partir desse período, nenhum político poderia ignorá-las e todas as tensões sociais vividas pela sociedade brasileira, desde então, estariam sempre permeadas pela problemática da incorporação dessas camadas.

O processo de incorporação subordinada das camadas populares promovido pelo populismo não era visto com bons olhos por todos. A oposição liberal que se formara contra o Estado Novo, agrupada a partir de 1945 na UDN, não aceitava esse sistema em que era preciso cortejar as massas. Não reconheciam cidadania às camadas populares, que não eram apontadas como inimigas mas como incapazes de tomar decisão. Os membros da UDN combateram o populismo, deixando evidente sua posição antipopular.

Essas duas tendências, como diz Gisela T. Goldenstein,[4] explicam a história da *Última Hora* e de *Notícias Populares.*

Getúlio, após sua eleição para a presidência da República, precisava de um veículo de expressão para seus atos, o que não podia esperar da "grande imprensa", contrária a ele. Foi quando surgiu a idéia da *Última Hora.* Os contatos de Vargas com Samuel Wainer datavam da campanha eleitoral, quando este, então jornalista

2. Goldenstein, G. T. *Do jornalismo político à indústria cultural.* São Paulo, USP, Depto. Ciências Sociais, 1978, tese de mestrado. (mimeo.)
3. Barros, A. T. M. *Última Hora e a renovação da imprensa brasileira.* Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense. (mimeo.)
4. Goldenstein, G. T. Ob. cit.

dos *Diários Associados,* fora destacado para fazer a cobertura da campanha.

O financiamento do jornal, motivo de grande propaganda contra Samuel Wainer, anos depois, fora obtido através de Walter Moreira Salles, Ricardo Jafet (presidente do Banco do Brasil), Evaldo Lodi, industrial mineiro. Samuel Weiner conseguiu ainda empréstimo do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco Hipotecário de Crédito Real (Minas Gerais), através de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, e em São Paulo recebeu recurso de F. Matarazzo, inimigo de Assis Chateaubriand.

O objetivo do jornal era ser o porta-voz da política getulista.

Última Hora não se dirigia exclusivamente, mas especialmente às classes trabalhadoras urbanas operárias e não-operárias. Foi um elo estabelecido entre Vargas e elas, forjado de cima para baixo.

Em sua mensagem de abertura, sob o título "Arma do povo", o jornal afirmava-se:

> Jornal do povo para o Governo e não do Governo para o povo, esta é a ponte que estendemos hoje para a livre passagem de todas as idéias e movimentos que conduzem e ajudam os responsáveis pelos destinos do país a não frustrar as esperanças que o povo neles depositou (18-3-1952).

Eis a mensagem populista. O uso da palavra *povo,* com sua imprecisão, mostra a possibilidade de *Última Hora* ser porta-voz exclusivo das classes trabalhadoras.

A mensagem getulista expressa no jornal se caracterizava pelo nacionalismo, pelas reivindicações sociais, pela defesa do melhor nível salarial, pela luta em prol da democracia, pela liberdade contra o fascismo e, finalmente, pelo atendimento aos mitos populares: futebol, espetáculos, tudo enfim que representasse vinculação com o povo.

A apresentação da mensagem foi uma inovação.

Samuel Wainer contratou um especialista argentino — Guevara — que fez uma diagramação moderna, uma paginação acessível com cobertura de fotografias, ainda não usual na época, fez ainda a valorização de notícias através de jogos de espaços e fotos, o que fazia com que o jornal não tivesse o ar da imprensa tradicional e se apresentasse de maneira digestiva.

Para reforçar a vinculação do jornal com o público, lançou mão de prêmios, concursos e promoções.

Com *Última Hora* deu-se o renascimento da caricatura, que tem um poder de comunicação direto, por isso, de fácil compreensão e penetração nas massas. A caricatura estava de acordo com a estratégia do jornal, conquistar as massas.

Outro elemento de atração foi a apresentação de historietas em quadrinhos com temas nacionais. Houve a idéia de transformar em tiras ilustradas todas as leis trabalhistas, mas não vingou.

No aspecto editorial fez ressurgir o Folhetim, que representou a volta da literatura popular às páginas dos jornais. O Folhetim atraía o leitor que se interessava pela novela radiofônica.

Outro aspecto importante do jornal foi o colunismo. Nenhum jornal moderno criou ou projetou tantos jornalistas com a *Última Hora*. Segundo Samuel Wainer, "com o colunismo, ao mesmo tempo em que criávamos o valor individual, o associávamos ao próprio jornal. Para o leitor é mais fácil identificar-se com as pessoas do que com as instituições ou empresas. Assim o leitor que admira Sérgio Porto lê o jornal de Sérgio Porto, outro lia o jornal de Nélson Rodrigues. Era mais íntimo".

No período Juscelino Kubitschek, o mito do desenvolvimentismo dominou a imprensa. O jornal criou seções especializadas de economia e incluiu entre seus colunistas Hélio Jaguaribe, Inácio Rangel, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida (o grupo do ISEB).

Como afirma A. T. M. Barros, "a somatória das colunas, aí incluídas as de esporte, rádio, televisão, espetáculos etc. transformava a *Última Hora* numa espécie de caleidoscópio onde cada leitor de cada classe se encontrava com seu colunista, o que ia perfeitamente de acordo com os objetivos do jornal".[5]

Enquanto porta-voz de um arranjo que supunha colaboração entre as classes, *Última Hora* deveria ter uma mensagem que escamoteasse um conteúdo nitidamente classista. Na opinião de Gisela T. Goldenstein, é por esse motivo que as técnicas da indústria cultural moderna, com vistas à maximização do consumo de seus produtos e por isto mesmo tendo por eixo orientador a possibilidade de agradar a um público de composição policlassista, poderiam ser adaptadas aos objetivos do jornal.

Última Hora dirigia-se às camadas populares mas não exclusivamente a elas, por esse motivo tinha que dar coisas capazes de

5. Barros, A. T. M. Ob. cit.

atender a diversos tipos de interesses. Mas como o jornal tinha um objetivo político, as técnicas da moderna indústria cultural, técnicas de sedução do público, se configuravam como tática política.[6]

Apesar da ênfase no conteúdo político, *Última Hora* foi um jornal bem-sucedido comercialmente. Por isso a reação não tardou: feria a interesses políticos e fazia concorrência comercial a outros jornais. Carlos Lacerda, através da Globo, os Diários Associados e políticos da UDN deram violento combate à *Última Hora.*

O jornal sobreviveu à campanha mas saiu dela bastante abalado.

As dificuldades do jornal se inseriam no momento de crise do populismo. O pacto populista traz em seu bojo, desde o início, contradições que se vão explicitando durante o processo de industrialização e de urbanização, contradições que se acentuam com a mudança no padrão de acumulação a partir do governo Juscelino Kubitschek e nas condições de articulação do capital internacional em que se inicia esse novo padrão.

Essas contradições, como diz F. Weffort,[7] vão se acirrando a partir da desaceleração da economia após 1961, quando então os salários reais começam a cair. A inflação progride, os operários intensificam as greves, atemorizando com isso amplos setores da burguesia e pequena burguesia. A questão agrária, que se coloca a partir de 1962, põe de prontidão os setores de classe ligados à grande propriedade rural (como se sabe, a exclusão dos trabalhadores rurais foi uma das bases em que se assentou o pacto populista). As ligas camponesas, o Estatuto do Trabalhador Rural, a questão da reforma agrária minavam a viabilidade do pacto.

Para os reformistas, a situação política era difícil. Não podiam voltar-se para as camadas populares e ao mesmo tempo temiam perder o controle sobre elas. Para os grupos mais conservadores, como a UDN, cujo caráter antipopular se acentuara, era o momento de fazer a ofensiva final.

A UDN retomou a trilha percorrida nos anos 50 contra Vargas, refinando seus métodos de luta, utilizando as táticas de seus adversários.

É nesse quadro que surge, em 1963, o jornal *Notícias Populares,* para fazer frente à *Última Hora.* O jornal foi criação de Herbert Levy, então presidente da UDN.

---

6. Goldentein, G. T. Ob. cit.
7. Weffort, F. Ob. cit

Fernando Levy (filho de Hervert Levy) declarou, em entrevista à autora da tese mencionada,[8] que a idéia de fazer o *Notícias Populares* nasceu quando, no trabalho de contra-ofensiva política, se deram conta de que um dos instrumentos de ação perigosa no sentido de formação da opinião pública era a *Última Hora,* que ao lado da alimentação que davam ao povo — sexo, crime — jogavam idéias políticas. "E nós, em contrapartida, não tínhamos acesso ao populismo, não tínhamos um jornal popular."

Assim nasceu a idéia de se fazer um jornal popular para fazer frente ao populismo. Pretendiam dar ao público o que dava a *Última Hora,* mas sem o algo mais, ou seja, o ingrediente político.

O jornal dirigia-se às camadas populares, não para obter sua adesão política, visto que não reconhecia a elas cidadania. A intenção era apenas impedir que elas dessem apoio à *Última Hora.* Adesão política esperavam obter da classe média e foi para elas que a campanha de opinião pública da grande imprensa se dirigiu, o que preparou a população da classe média urbana do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para aceitarem antecipadamente a derrubada de Jango Goulart.

Das camadas populares, o que se pretendia era a desmobilização, anulando a atuação da *Última Hora.* O jornal não iria polemizar com a *Última Hora,* bastava impedir que a mensagem dela chegasse a seus destinatários. Tratava-se de um jornal político, que falaria o mínimo possível de política.

Na mensagem de abertura do *Notícias Populares,* dizia-se:

> São Paulo tem a partir de hoje mais um jornal. Precisamente este que você agora manuseia com o mesmo sentido crítico com que o povo forma e derruba governos. Somos os que se propõem a lhe oferecer um jornal de primeira qualidade, povo como você. Não procure nestas páginas intenções políticas, isto os cansaria sem resultados. Outro intuito não há senão o de dar a você a visão cotidiana de São Paulo, do Brasil, do mundo em que vivemos. Um mundo nem sempre bom, mas cheio de mensagens otimistas, de pujança científica, de solidariedade entre os povos, de trabalho (15-10-1963).

Contratou-se um jornalista profissional para fazer o jornal — Jean Mellé —, que concebia um jornal popular como um jornal de escândalos.

Quando surgiu o *Notícias Populares, Última Hora* já estava em crise — era o final da democracia populista —, as contradições se

8. Goldenstein, G. T. Ob. cit.

aguçavam e nesse momento *Última Hora* se apresentava como porta-voz de um arranjo ultrapassado. Debatia-se entre tentativas de conciliar o que a essa altura não era mais conciliável.

O golpe de 1964 representou o fim do jornal. Com isso esmoreceu o *Notícias Populares,* não tinha mais razão de ser.

Última Hora e *Notícias Populares* representaram concepções diferentes em termos de jornal. Em ambos, as camadas populares são vistas de cima, mas *Última Hora,* como expressão do populismo, tenta incorporá-las sob controle, e *Notícias Populares* tenta tirá-las do caminho.

RÁDIO, POVO E PODER: SUBSERVIÊNCIA E PATERNALISMO

Elysabeth Carmona e Geraldo Leite

Ao se falar sobre o rádio e sua relação com o poder em épocas políticas determinadas, temos em primeiro lugar que localizar esse meio de comunicação dentro do sistema brasileiro de telerradiodifusão.

O atual sistema de concessões de canais a particulares a título precário, por tempo determinado, é apenas um desdobramento e um requinte de todas as leis que desde o surgimento do rádio regulamentam a comunicação no Brasil. Ele exerce e sempre exerceu um rígido controle sobre a programação do rádio e da televisão, de maneira que a esses meios seja possível apenas divulgar assuntos que não possam pôr "em xeque" o Estado, o sistema capitalista e, conseqüentemente, a empresa privada. Para ser proprietário de uma emissora de rádio ou de televisão no Brasil não são necessários apenas recursos financeiros, equipamentos técnicos, idoneidade moral e uma vasta documentação.

A concessão do canal depende única e exclusivamente da decisão do presidente da República. Desde que o rádio surgiu no Brasil, em 1922, todas as constituições brasileiras afirmaram, com unanimidade, a competência da União na exploração dos serviços de telecomunicações, diretamente ou através das concessões, com o direito de rescisão pelo poder público.

Segundo Amaral Vieira, o sistema brasileiro de telerradiodifusão é a somatória das desvantagens de outros sistemas existentes. No Brasil não se conta com a relativa liberdade existente num sistema totalmente privado, como o americano, nem com a opção cultural dos sistemas europeus, como o inglês e o francês. Nos dois casos citados há também grandes desvantagens, como a ditadura imposta pelos anunciantes da TV americana ou mesmo a massificação e a

sufocação da vontade popular, com a unilateralidade da informação ditada pelos sistemas estatais europeus. Porém, o sistema brasileiro conta com o controle do Estado de par com a subordinação de toda a programação aos interesses da publicidade.

> (...) esse mesmo Estado vai adiante, determina os padrões dos programas, estabelece o que pode ser dito e o que não pode ser visto; classifica os programas mediante critérios subjetivos de moralidade, civismo e interesses de segurança nacional, subordina as emissões a esse tripé cujo conteúdo só é permitido aos censores; paternalisticamente assume as defesas do cidadão brasileiro que jamais adquire maioridade psicológica, e se dá ao luxo de graduar a moralidade, os bons costumes, o civismo e a segurança (...) Desde que o Estado que exerce o estatismo é um Estado autoritário, esse estatismo é reforçador tanto do autoritarismo quanto da repressão que o alimenta e que o sustém (...) [1]

Aqui no Brasil podemos dizer que o rádio, de uma forma ou de outra, sempre foi utilizado pelos governantes, seja através da divulgação de obras e realizações, campanhas políticas, através da censura de fatos, notícias e *scripts,* além das mensagens publicitárias reforçadoras da imagem e do poder vigente. É praticamente impossível pensarmos nos meios de comunicação de massa sem ligá-los imediatamente à política do governo em gestão. Os meios são vistos quase que automaticamente como reforçadores do *status quo,* reproduzindo as bases de sustentação do sistema em que estão inseridos.

Dentro dessa visão, em que o rádio funciona simplesmente como um meio que reproduz o discurso dos governantes, que cada vez mais manipulam e orientam a opinião pública, será que não seria possível, em algum instante, um rádio mais atuante, que consiga escapar a tanto controle? O rádio de hoje, por ter características próprias de comunicação, talvez possa, em alguns momentos, o que aliás já ocorreu ao longo de sua história, atuar através de certas brechas do sistema, onde seja possível aos ouvintes receberem mensagens não de forma passiva e alienada e sim participante.

ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO RÁDIO NO BRASIL

A primeira transmissão radiofônica brasileira foi o discurso do presidente Epitácio Pessoa, durante a inauguração da Exposição do Centenário da Independência, no dia 7 de setembro de 1922, no Alto do Corcovado, no Rio de Janeiro. A partir de 1923, temos

1. Amaral Vieira, R. A. *O papel do rádio e da TV na formação da cultura brasileira, ou da macrocefalia à atomização,* p. 39-41.

então a primeira emissora funcionando, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada pelos professores Edgard Roquette-Pinto e Henrique Moritze, trazendo a seguinte divisa: trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil. Nesses primeiros tempos, década de 20, a programação apresentada pelo rádio era bastante elitista, com música erudita, recitais de piano, palestras etc. Nessa época havia poucos aparelhos, os recursos técnicos quase não existiam e a energia elétrica não tinha sido levada a muitas regiões, além de os receptores terem um preço ainda bastante elevado. O rádio ainda não tinha consciência do que seria uma programação e era às vezes sustentado por sistemas de sociedades, onde os sócios contribuíam com 5 mil-réis por mês para manter a estação. O rádio da década de 20 foi pouco expressivo, pouco se sabia sobre suas potencialidades de comunicação.

Nos anos 30 a situação se apresentou de maneira bastante diferente. Já nessa época começam a ser reconhecidas as suas potencialidades comerciais, já que o meio influiu de maneira expressiva na expansão da sociedade de consumo, por ser principalmente um veículo de fácil comunicação e de alcance popular. O rádio era o primeiro meio de comunicação de massa a se fixar num país onde o jornalismo impresso não tinha grande força, já que grande parte da população era analfabeta.

> O rádio revelou-se desde logo como um intermediário entre as idéias, valores, crenças e interesses dos grupos no poder e a população. Atuou igualmente como agente econômico, apesar da implicação política dos objetivos econômicos buscados: a partir de 1930, o Estado passa a orientar a expansão econômica e regular o sistema industrial.[2]

Na década de 30 a programação de rádio começou a ser incrementada, com a entrada da verba comercial, através dos famosos programas humorísticos, os radioteatros, os programas de calouros, os programas de auditório, os musicais etc.

Em 1931, o governo instaurado pela Revolução regulamenta o rádio por um decreto, reservando ao Estado o direito de conceder os serviços de comunicação às empresas particulares mediante prazos estipulados anteriormente. Nessa mesma época, um outro decreto libera as possibilidades de exploração comercial. Desde aí já começam a se apresentar as estreitas relações entre os veículos de comunicação, o Estado e as empresas privadas, relações que, como já foi visto, perduram de maneira incisiva até os dias de hoje.

2. Caparelli, S. Rádio e autoritarismo, p. 82.

Em 1932, um fato político marcante vem de encontro ao rádio em São Paulo. A Rádio Record foi invadida por um grupo de estudantes, assumindo depois os ideais da Revolução Constitucionalista. Através da voz do *speaker,* César Ladeira, aliado à marcha *Paris Belfort,* ela passa a ser a *Voz de São Paulo.* Essa foi uma das primeiras vezes em que o rádio conclamou o povo por uma causa política.

Getúlio Vargas foi um político que, sem dúvida, deu atenção especial ao rádio. No dia primeiro de maio de 1937, em mensagem ao Congresso Nacional, ele falou com orgulho em ter aumentado o número de estações radiofônicas no país:

> O Governo da União procurará entender a propósito, com os Estados e municípios, de modo que, mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados rádio receptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem de idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação. A iniciativa mais se recomenda quando consideramos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes onas do interior e a maioria delas dispõe de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de caráter regional. À radiotelefonia está reservado o papel de interessar todos por tudo quanto se passa no Brasil.[3]

Ainda em meados da década de 30, entendendo a força de comunicação do rádio, Getúlio Vargas cria *A Hora do Brasil,* programa apresentado das 19 às 20 horas (horário em que toda a família se encontrava em volta do aparelho), que divulga as realizações e feitos de seu governo.

Através do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, o governo começou a se expressar e impor sua imagem através dos jornais, do cinema e do rádio, tanto na *Hora do Brasil,* como em horários extras, incrementando a propaganda das realizações governamentais.

> Voltemos, pois, a 10 de novembro de 1937: Instituição do Estado Novo e criação do famigerado DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Dolorosa memória. Havia poderes discricionários para controlar todos os meios de comunicação então existentes (...) O DIP destacava, para cada rádio ou para cada jornal, um analfabeto para censurar programas e

3. Mensagem de Getúlio Vargas enviada ao Congresso Nacional, no dia 1.º de maio de 1937. Citado por Sérgio Cabral, em Getúlio Vargas e música popular brasileira.

scripts. Algumas vezes conseguíamos "driblá-los", escrevendo coisas que eles não entendiam. E a gente explicava de modo diferente.[4]

Em 1940 um fato importante vem marcar a história do rádio brasileiro. Getúlio Vargas, ao encampar a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a empresa *A Noite,* passa a controlar ainda várias revistas do grupo, além da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Encampada ao Patrimônio da União, a emissora que aos poucos já vinha alcançando algum sucesso, concorrendo ainda com a Mayrink Veiga, tornou-se a melhor e mais bem equipada estação do país. Com o dinheiro do poder público, a Nacional mantinha um *cast* imenso: orquestras, cantores, radioatores, humoristas etc. Formou-se na Nacional uma geração de artistas notáveis; eram talentos que se entregaram por completo com o intuito de fazer da estação a maior emissora do país.

Mas qual foi realmente o papel da Rádio Nacional do Rio de Janeiro dentro do contexto político brasileiro, já que ela se apresentava como a emissora do governo? De que maneira ela foi fiel ao governo de Getúlio Vargas e como reproduzia o populismo vigente? Para a pesquisadora Miriam Goldfeder, que defendeu tese sobre a Rádio Nacional, na Universidade de Campinas, o desempenho da emissora nos anos 40-50, época áurea do rádio brasileiro, foi bastante complexo, sendo que não podemos afirmar que a Nacional funcionou simplesmente como uma emissora manipuladora das massas a favor do populismo governamental.

> A Nacional não era uma rádio política, mas servia aos interesses polticos embora não diretamente. Servia porque não impedia, não se opunha. Servia porque não entrava em contradição. A Nacional era uma forma populista de condução de uma programação mas não reproduzia o populismo do governo (...) Ela reproduzia o sistema social vigente, o que, aliás, era fácil. Basta reproduzir as bases morais do sistema — escola, família, Igreja — para se assegurar a reprodução do próprio sistema. A Rádio Nacional não fazia nenhuma oposição, embora empregasse muita gente de oposição (...) Seria superestimar a força da rádio se se dissesse que ela foi fundamental para o sistema populista se reproduzir. A ideologia da Rádio Nacional era muito mais difusa, mais espontânea, menos elaborada.[5]

Através da pesquisa teórica, análise da *Revista do Rádio* (publicação bastante significativa da época), consultas a arquivos de particulares e emissoras, depoimentos de radialistas da época, além de

4. Murce, Renato. *Bastidores do rádio,* p. 55.
5 Entrevista de Miriam Goldfer à revista *Isto É,* 10-9-80.

análises de alguns programas de rádio, Miriam Goldfeder constatou que a massa dos ouvintes da Nacional tinha alguns mecanismos de intervenção na programação apresentada. Ao mesmo tempo em que o populismo, enquanto prática política e ideológica de incorporação das massas ao sistema de dominação, acionou mecanismos de controle explícitos e formas de participação objetivamente canalizadas para seus intuitos, a Rádio Nacional, através de sua prática radiofônica, divulgou também conteúdo ideológicos que foram capazes de assimilar as formas de corrosão e resistência que surgem nitidamente quer pela penetração de uma visão de mundo anticonservadora, quer pela participação autônoma e espontânea de setores populares. Os programas de auditório realizados ao vivo, e mesmo as produções humorísticas da época, *Balança mas não cai,* PRK-30, são vistos pela pesquisadora como elementos de transgressão e corrosão dos padrões veiculados na época.

Devido a uma série de fatores, a Rádio Nacional aos poucos entrou em declínio e foi perdendo a sua hegemonia, ao mesmo tempo em que a televisão começou a se firmar como a grande novidade em termos de comunicação.

Nos anos 60 o rádio se viu de certa maneira como um meio desprestigiado, se limitando a veicular música e informação, esta última em menor escala. Em 1964, o regime vigente toma algumas precauções, cortando do *cast* da Nacional uma série de radialistas que poderiam criar problemas e contradições ao governo. É o caso de todos esses radioatores que foram há pouco anistiados. Nessa mesma fase ainda podemos assinalar a falta de investimento publicitário no rádio e, conseqüentemente, a falta de investimento na produção e no surgimento de novos valores, pois a maioria dos antigos profissionais já estava na televisão.

Os anos 70 mostram um rádio um pouco mais atuante, o jornalismo começa a ser mais expressivo em algumas emissoras que voltam a se preocupar com o rádio mais sério, mais bem feito, produzido. Por outro lado, o sistema político da época reduziu bastante as potencialidades informativas do rádio, na medida em que a censura esteve presente de forma sensível nas redações de emissoras.

> Os atos de censura afastaram o radiojornalismo da cobertura dos fatos mais importantes da vida brasileira e desenvolveram nas redações das emissoras ou a aversão pelas notícias consideradas como mais "delicadas" ou um permanente exercício de escolha: "E isso, será que pode?" [6]

6. Cadernos de Jornalismo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre. *Radiojornalismo,* p. 10.

Enfim, épocas de maior ou menor abertura sempre caracterizaram a política brasileira e dentro de todo esse sistema os produtores culturais vivem sob o tal exercício permanente de fazer o jogo, tentando sempre ultrapassar, mesmo que seja um pouco, as barreiras. O processo radiofônico caminha ainda de uma forma um tanto desordenada, o que talvez facilite a comunicação do rádio com seus ouvintes, tornando-a menos agressiva, paternalista e, quem sabe, mais atuante e participante.

O RÁDIO DE HOJE

Hoje a quase totalidade dos domicílios brasileiros possui um aparelho de rádio (85%) e isto significa uma audiência de aproximadamente 80 milhões de pessoas, com mais ou menos 40 milhões de aparelhos. Contamos no Brasil com mais de mil estações de ondas médias, cem emissoras de freqüência modulada e mais cento e cinqüenta em fase de instalação. Sendo assim, o rádio está presente em praticamente todos os pontos do país, principalmente depois do surgimento do transístor, que substituiu a energia elétrica, trazendo ainda um baixo custo dos aparelhos.

As potencialidades do rádio como meio de comunicação são muitas, principalmente por ser um meio de características próprias (a instantaneidade, a utilização da linguagem intimista, a abertura à imaginação, o baixo custo de produção). Na atual situação o rádio oferece um bom número de opções, já que nos grandes centros, como São Paulo, são vinte e oito emissoras procurando aos poucos públicos diferentes, dirigindo cada vez mais suas mensagens a grupos específicos, falando de maneira bastante próxima, através da linguagem intimista peculiar ao veículo.

A audiência do rádio hoje é fragmentada, dividida, porém bastante forte, principalmente se pensarmos na individualidade da escuta.

> Com o crescimento e a expansão da FM (...) restará então um espaço maior para o rádio produzido e falado, o rádio comunitário, o rádio das comunicações personalizadas. Nesse sentido se explica de maneira clara a afirmação de que o rádio é mais aberto à criatividade dentre todos os meios de comunicação (...) A existência de cerca de 25 emissoras nas principais cidades do país, e de dez nas quinze capitais mais importantes, permite uma extrema diversificação na programação, com vistas a tais micropúblicos, que, somando, formam grandes contingentes significativos de mercado (...) Quanto maior for a criatividade e a capacidade de se comunicar com vários micropúblicos existentes no macro, maior será o espectro, a ação e a missão do rádio, podendo o tradicional meio de comunicação conseguir uma

penetração quantitativa nunca atnigida por qualquer outro meio de comunicação.[7]

Nesses termos, notamos portanto que o rádio é um meio aberto à imaginação e à comunicação, e, justamente por não ter o impacto e a densidade da TV, é talvez menos controlado e menos problemático na realização de seus trabalhos. É através da exploração de potencialidades próprias que o rádio pode promover uma escuta mais participante, menos alienada. Uma programação radiofônica pode ser bastante útil a uma comunidade na medida em que ela estimule seus ouvintes através da exploração da própria linguagem do rádio. O estímulo sonoro deve promover a co-participação do ouvinte na formação de suas verdades, fazendo com que exista entre emissor e receptor um processo de diálogo onde a imaginação e a ampliação do raciocínio e da consciência sejam constantes.

Sabemos entretanto que essas possibilidades no Brasil não são tão abertas, na medida em que há toda uma dependência do Estado e mesmo dos empresários de radiodifusão para que um programa se realize. Porém, relativamente, o rádio de hoje oferece um espaço e necessita da dedicação de novos produtores culturais que possam atuar nas brechas desse sistema, explorando devidamente as potencialidades de comunicação existentes no processo radiofônico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Amaral Vieira, R. A. *O papel do rádio e da TV na formação da cultura brasileira,* ou *da macrocefalia à automização.* Rio de Janeiro, Editora FACHA, 1978. (Faculdade de Comunicação e Turismo Hélio Alonso.)

Cabral, Sérgio. Getúlio Vargas e música popular brasileira. In: *Ensaios de Opinião.* Rio de Janeiro, Editora Inúbia, 1975.

Cadernos de Jornalismo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre. *Radiojornalismo* — As emissoras sob controle, com medo das concessões e um veículo forte à espera de programas criativos e populares.

Caparelli, Sérgio. Rádio e autoritarismo. In: *Comunicação de massa sem massa.* São Paulo, Cortez Editora, 1980.

Carone, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945).* Rio de Janeiro, Difusão Européia do Livro, 1977.

Goldfeder, Miriam. *Manipulação e participação — a Rádio Nacional em debate.* Tese de mestrado, Departamento de Ciências Sociais do IFCH, UNICAMP, 1977.

7. Cadernos de Jornalismo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre. *Radiojornalismo,* p. 16. Texto de Artur da Távola.

Lago, Mário. *Bagaço de beira de estrada.* (Memórias da Rádio Nacional do Rio de Janeiro.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

Lopes, Saint Clair. *Comunicação, radiodifusão hoje.* Rio de Janeiro, Temário, 1970.

Murce, Renato. *Bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e hoje.* Rio de Janeiro, Imago, 1977.

Pinheiro, Paulo Sérgio e Rosa Freire D'Aguiar. Marlene e Emilinha acabaram na UNICAMP. In: *Isto É,* 10-9-1980.

Tendências Populistas na TV Brasileira
ou
As Escassas Possibilidades de Acesso às Antenas

Luiz Fernando Santoro

Ao pensarmos na relação entre televisão e populismo no Brasil, gostaríamos de apontar algumas maneiras pelas quais esse meio foi enquadrado em projetos de "traços populistas". Até 1964, data do fim do populismo no Brasil, a utilização da TV pelas classes dominantes como instrumento de manipulação da opinião pública era pouco expressiva, se comparada com o rádio, o jornal e a revista. Isso devia-se menos aos propósitos dos proprietários das emissoras do que ao pequeno número de aparelhos receptores existentes entre a população. Calcula-se em pouco mais de 1 milhão os aparelhos de TV em uso no Brasil no início dos anos 60, evidentemente distribuídos entre as camadas sociais mais abastadas. Diante desses números é errôneo pensarmos em líderes populistas utilizando a TV, sobretudo pela irrisória penetração do meio entre as classes mais baixas. As tentativas dos governantes objetivando atingir as grandes massas urbanas via TV, seja diretamente (através de publicidade) ou indiretamente (pelo conteúdo latente dos programas), acentuaram-se com a estabilização do regime pós-64.

A simples tentativa de "ida ao povo", inexistente na TV brasileira quando de sua inauguração, passa a ser sua principal característica a partir da expansão do mercado de receptores de TV na década de 60. Essa tentativa, que Gramsci caracterizou na literatura como uma "tendência populista", pode ser entendida no caso da TV brasileira como o projeto de uma classe hegemônica que, para manter e aprimorar sua hegemonia, assimila e reflete em suas produções parte da ideologia proletária. Enfim, uma espécie de aliança com interesses unilaterais, bastante aprimorada, que dá ao outro lado a ilusão de participar. Esse traço é característico da

política brasileira de 1945 a 1964, quando o emergente poder político do proletariado foi canalizado num empreendimento dos setores dominantes.

Autores como F. Weffort delimitam o populismo brasileiro exatamente no período acima citado, momento histórico em que puderam estabelecer-se certas condições gerais para o populismo: *a*) a massificação, resultado da intensa migração interna em direção aos centros urbanos, ocasionando um conglomerado de indivíduos relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica, mas que pelo seu tamanho adquiriu um peso político; *b*) a transformação da classe dirigente em dominante, "parasitária"; *c*) a presença de um líder dotado de carisma de massas.[1] Ainda que tais condições não caracterizem a noção de populismo, que é sem dúvida muito mais complexa, deixam prever que podem repetir-se em outros momentos históricos, sobretudo com o auxílio de um potente meio de comunicação como a TV de massa, que tem por sua própria natureza a capacidade de amplificar sobremaneira os itens *a* e *c*. Daí, nada mais natural que sua utilização na tentativa de integrar as diferentes camadas da população, principalmente o proletariado, cujo peso político aumenta cada vez mais e que atualmente possui, em sua quase totalidade, um receptor de TV em casa. Mas seria precipitado acreditar que tais indícios possam delimitar o ressurgimento de uma forma de populismo. Afinal, entre outras coisas, o populismo pressupõe uma adesão da massa ao líder de maneira livre, não admite governantes impostos. Como diz Boris Fausto, o populismo se define por uma política do Estado que procura promover uma tentativa no plano econômico de desenvolvimento nacional autônomo, reunindo em torno de si diferentes classes sociais, desde a burguesia industrial até as grandes massas populares, espontaneamente.[2]

Dentro dos parâmetros acima definidos, os estudiosos têm o populismo como um capítulo encerrado na história do Brasil, mas nada impede que certos estilos políticos possam ter traços característicos do populismo, ainda que isolados.

Gramsci fala em "tendência populista" no que se refere à tentativa de uma classe hegemônica "falar a linguagem do povo",[3] procurando assim manter tal hegemonia. A idéia de "falar com

1. Weffort, F. *O populismo na política brasileira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 26.
2. Fausto, B. Populismo: capítulo encerrado. In: *Ciclo de cinema e populismo,* 1976. (mimeo.)
3. Gramsci, Antonio. *Literatura e vida nacional.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 132-33.

simplicidade para que o povo entenda" e de "fazer coisas simples para um povo simples" é retomada por Glauber Rocha quando ataca aquela arte popular que se justifica por comunicar apenas o que o povo entende, mantendo-o em sua alienação. Nesse sentido, poderíamos pensar numa característica "populista" da TV brasileira. O tratamento dado a certos problemas políticos e sociais, principalmente em programas humorísticos, vão do ridículo ao engraçado, fazendo com que o povo morra de rir de sua desgraça. Tudo isso ocorre com o premeditado aval do governo, que faz com que determinados problemas, sob a luz de uma abordagem satírica, deixem de ser apresentados em toda sua extensão. Sempre com a justificativa de que o povo só entende "coisas simples", a TV continua a comunicar as alienações do povo, numa proposital confusão entre complexidade e abordagens mais profundas de temas diretamente ligados à sua exploração e miséria. Nas palavras de Glauber Rocha, "comunicando ao povo seu analfabetismo".[4]

Até 1964, a televisão brasileira tinha o seu alcance social relativamente limitado. Desde a primeira regulamentação da propaganda política pela TV, em 1955, o aparecimento dos políticos no vídeo sempre esteve sujeito aos esquemas de poder das classes dominantes e ao seu relacionamento com os proprietários das emissoras. A propaganda eleitoral paga, anterior a 1962, não possibilitava um acesso eqüitativo dos candidatos às emissoras de rádio e TV. Além do preço a ser pago, nada obrigava as emissoras a aceitar propaganda de candidatos que não tivessem interesse em apoiar. O governo, dono das concessões dos canais, utilizava o seu poder de pressão sobre os proprietários das emissoras, sempre em prejuízo das oposições. Já em 1953, Carlos Lacerda movia intensa campanha que denunciava o comprometimento das emissoras de rádio com o poder executivo. Lacerda inclusive é tido como o primeiro político a descobrir as vantagens do uso da TV nas campanhas políticas. Bolívar Lamounier, em artigo sobre a Lei Falcão, fala sobre Lacerda: "(...) o então deputado Carlos Lacerda que encantava a classe média carioca com suas aparições no vídeo, assume na UDN a luta pela igualdade de todos os partidos no acesso ao rádio e TV. Baseado numa lei do Estado Novo, o ministro do governo Kubitschek, Armando Falcão, proibira Carlos Lacerda de comparecer a programas de televisão".[5] De qualquer forma, tais aparições eram bastante esporádicas e controladas para que possamos antever

4. A essa arte paternalista (ou populista) o cineasta oporia o Cinema Novo que, colocando em foco o problema da criação, rechaça o cultivo da certeza comunicativa da arte populista, reduzindo assim suas possibilidades de comunicar as mesmas alienações ao povo e, conseqüentemente, de manobrá-lo.

5. *Jornal do Brasil*, 13-4-80.

aí algumas relações mais concretas com os projetos populistas que, sem dúvida, exigem mais do que ocasionais aparições de políticos na TV. Diante disso, não foi através da TV que os líderes populistas falaram aos trabalhadores ou deram-lhes voz, mas sim por meio do rádio, jornais, contatos diretos e representações legais. A idéia de "participação popular" sempre esteve presente no populismo e a capacidade de pressão popular direta era grande, pois afinal seus representantes existiam de fato, ainda que representassem instituições onde preponderavam os interesses das classes dominantes. Por necessitar do apoio das massas, o Estado, ou aqueles que o personificavam, reconhecia nessas massas o direito de reivindicar, mas sempre tomando o cuidado de controlar a dinâmica desse processo. As massas, ao se relacionarem com os líderes populistas, criavam uma idéia simbólica de participação, onde as vitórias pareciam conquistas e não doações. Fernando H. Cardoso dá um exemplo:

> (...) todo o setor rural brasileiro não foi tocado pelo populismo na época de Getúlio, o PSD controlava. Agora, no governo Médici foi ampliado o sindicalismo rural e foi dada a aposentadoria ao trabalhador rural. Isso se fosse feito nas mãos de Getúlio ou de Jango seria um instrumento de poder, de mobilização. Feito pelo governo autoritário atual não mobiliza nem arrasta lealdades nem simpatias. Quer dizer: não basta dar, é o modo de dar.[6]

A popularização do *medium* TV deu seus primeiros passos no governo de Juscelino Kubitschek, a partir da industrialização de produtos voltados à nascente sociedade de consumo brasileira. Além de ser ela mesma um objeto de consumo, a televisão seria doravante privilegiada pela publicidade. Mas as funções hoje desempenhadas pela TV ainda eram do rádio e principalmente da imprensa. Consciente das inevitáveis mudanças, Jânio Quadros, logo após tomar posse como presidente, em 1961, iniciou uma política para melhor controlar a telerradiodifusão, criando o Conselho Nacional de Telecomunicações, diretamente subordinado à presidência da República. Uma das finalidades do órgão era estudar com mais profundidade o sistema de comunicações e acabou por determinar um menor prazo para as concessões (3 anos), numa evidente tentativa de ter os proprietários das emissoras devidamente sob controle, com o risco de perderem a concessão. Assim é que logo após sua renúncia os empresários fundaram a ABERT para a defesa de seus interesses e conseguiram, após 1963, dilatar o prazo das concessões para 15 anos. Nessa mesma época começou a gestação do acordo Globo/

6. Cardoso, Fernando H. *Populismo: uma crise no Estado.* Cadernos de Debate, 1, História do Brasil.

Time-Life, perfeitamente inserido numa tentativa de resistir à tendência reformista de João Goulart, cuja política assentava-se fundamentalmente na organização das massas nos sindicatos e num partido político, o PTB.

Surgiu então em 1963 o Plano Nacional de Telecomunicações, que tinha por finalidade "dotar o país de um sistema de telecomunicações integrado, capaz de satisfazer as necessidades de desenvolvimento e segurança nacionais, assegurando comunicações rápidas, eficientes e econômicas, e possibilitando o efetivo controle e fiscalização do mesmo pelo governo".[7] As então recentes inovações tecnológicas, notadamente o vídeo-teipe, contribuíram sobremaneira para tais objetivos, pois os programas passaram a ser estocados e distribuídos pelas diversas emissoras do país. Apesar de a TV ter sido implantada inicialmente nos pólos mais desenvolvidos do país (o eixo Rio-São Paulo) era grande sua dependência dos norte-americanos no campo tecnológico e de programação (especialmente pela importação de séries filmadas). Dentro desse contexto, o acordo Globo/Time-Life viria reforçar o crescente domínio norte-americano no mercado mundial da informação nos anos 60, com a penetração sistemática do capital estrangeiro nas estações de TV latino-americanas. O objetivo não é uma integração direta, tipo Aliança para o Progresso, mas indiretamente através da cultura de massa. Após 64, o novo governo fez "vista grossa" ao recente acordo e, como se não bastasse, ofereceu, através da EMBRATEL, toda a infra-estrutura técnica necessária ao empreendimento, instalando um sistema nacional de transmissão que possibilitou a TV Globo mandar o seu *Jornal Nacional* ao vivo para todo o país. Como conseqüência desse acordo tácito tivemos nos anos 70 uma televisão que limitou-se a repetir o discurso do poder, integrando-se completamente no esquema de anestesiar a população, aliada à repressão policial, ao futebol e à censura.

Quanto à propaganda política no rádio e televisão, apenas em 1962 observou-se um avanço no sentido de sua maior democratização, com a instituição da propaganda gratuita. A nova lei garantia-lhe duas horas diárias nos 60 dias anteriores às eleições, mas mantinha, paralelamente, a propaganda paga. Poucos anos depois, em 1966, um retrocesso: o horário reservado pelas emissoras à veiculação da propaganda política gratuita foi autorizado a estender-se até as 23 horas. Isso foi uma vitória para as emissoras, do ponto de vista comercial, pois elas optaram por cumprir o horário de propaganda noturna após as 22 horas, agora sem prejuízos para a programação

7. ABEPEC. *Pesquisa sobre a televisão brasileira,* p. 34.

nobre. Entretanto, o alcance político das comunicações perdeu-se em função dos menores índices de audiência determinados pelo avançado da hora de veiculação.

O uso da TV modificou-se substancialmente a partir dos anos 60, quando ganhou um novo peso social devido ao aumento significativo do número de aparelhos receptores (hoje estimado em cerca de 20 milhões). A televisão passou a fazer parte das preocupações dos sucessivos governos militares, em especial visando sua legitimação diante da população, vendendo uma imagem de otimismo e, o que é mais importante, dando a essa população a ilusão de participar do processo político que se desencadeava, por meio de intensas campanhas que alardeavam os recentes sucessos da revolução de 64, aliadas à repressão e ao terror. A reação armada e a crítica política foram eliminadas pela intimidação e censura. Fernando H. Cardoso afirma que "a busca da legitimidade (do governo) deslocou-se do plano político para o plano econômico, onde um ambicioso programa de 'Brasil-potência' passou a orientar as metas e a propaganda do governo. E o que fora preocupação com a legalidade se transformou em inculcação ideológica".[8] Projetos governamentais de grande impacto (PIS, PROTERRA, FUNRURAL, Transamazônica etc.) eram alardeados de forma unilateral, concomitantes com um rígido controle sobre a imprensa, que impedia ou dificultava a circulação de toda e qualquer informação que viesse a prejudicar a imagem da expansão econômica oficial perante a população. Houve incentivo ao uso dos meios de comunicação numa tentativa de ação mais efetiva sobre a opinião pública, o que levou a uma maior dinamização da AERP.[9] Segundo artigo da revista *Visão,* de 1970, "o governo está vendendo um produto: uma imagem positiva de si próprio e da vida no Brasil de hoje. Como um empresário moderno, recorre a técnicas sofisticadas de comunicação e recria no plano político-social um sistema de persuasão tipicamente publicitário".[10] A AERP optou pela criação de belas imagens, "tão autônomas e convincentes que sejam consumidas independentemente da realiddae que deveriam refletir", isto é, com o conteúdo das informações governamentais despolitizado. As novas mensagens não são diretas e têm efeito sutil, se comparadas ao tradicional e impositivo *spot* publicitário. Conseguem, todavia, profunda penetração social, pois exploram o mecanismo das associações inconscientes do indivíduo. O objetivo básico das campanhas é a "criação de uma mística nacional, sob a inspiração do desenvolvi-

8. Cardoso, Fernando H. *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 188.
9. Assessoria Especial de Relações Públicas.
10. *Visão,* 10-10-70, p. 19.

mento, baseada nas virtudes do homem brasileiro, nas potencialidades físicas do país, na constatação real do progresso já alcançado e na necessidade de sua aceleração. O que se deseja é a formação de um espírito nacionalista, altivo, realista e empreendedor".[11] Determinados eventos, carregados de euforia, foram habilmente canalizados para tais campanhas. Um exemplo foi a conquista da Copa de 70, quando diante de uma situação social caracterizada pelo pessimismo, vimos ressuscitar uma postura ufanista na população. O governo Médici tratou de associar o feito futebolístico às realizações oficiais.

Essa utilização bastante consciente dos meios de comunicação de massa, sobretudo da TV, como instrumentos de controle social, como forma de "chegar ao povo", ainda não se prestou a projetos populistas de maneira efetiva no Brasil, mas deixa antever um imenso potencial no que tange a esses mesmos projetos. Seu amplo poder de penetração atual, aliado à sua capacidade de criar no espectador uma ilusão de participação, à credibilidade da qual estão investidos e à capacidade de levar a imagem de um líder crismático a todo o país, pode, por vezes, amplificar as qualidades desse líder. As pesquisas sobre os debates políticos na TV são ricas em analisar a força do *medium* nesse sentido. Jean Cazenéuve[12] afirma que a *sinceridade* dos candidatos é muito mais importante do que os argumentos que utilizam. Essa credibilidade (ou até capacidade de atuar) e poder de persuasão adquirem importância ainda maior quando sujeitas às regras de penetração e recepção da televisão.

Prevendo o poderoso instrumento que a oposição teria nas mãos para denunciar a falência do "milagre brasileiro" na campanha eleitoral de 1974, o governo eliminou toda e qualquer propaganda eleitoral paga no rádio e na TV. O que poderia ter sido até um fator positivo em direção a uma maior eqüidade ao acesso às antenas acabou por ser a preparação da antidemocrática Lei Falcão, em 1976. As eleições de 1974 provaram que as mensagens da oposição sensibilizaram a população num grau acima do esperado, pois o partido do governo foi implacavelmente batido nos grandes centros urbanos. As intensas campanhas desenvolvidas nos anos anteriores em cima das mentiras e ilusões não foram, enfim, suficientes para esconder o fracasso do "milagre brasileiro". Problemas que puderam ser contidos pela repressão e minimizados pela propaganda oficial reapareceram com toda sua força e o descontentamento, a inflação e o arrocho salarial falaram mais alto. Precavendo-se de nova vitória oposi-

11. Idem, p. 20.
12. Cazenéeuve, Jean. *Les pouvoirs de la télévision*. Paris, Gallimard, 1970, cap. VIII.

cionista em 1976, o governo resolve acabar de vez com os gritos da oposição na TV através da Lei Falcão. Esta lei proibia a propaganda política no rádio e TV, limitando-a à apresentação do *curriculum,* número, nome e foto do candidato. Ao invés de acarretar prejuízos a ambos os partidos envolvidos na disputa, acabou por favorecer o partido da situação que, além de calar a oposição, usou de outros meios exclusivos:

> (...) o presidente Geisel se empenha pessoalmente na disputa, empreendendo intensa programação de visitas aos Estados, da mesma forma que os governadores, recorrendo ao conhecido método de inaugurar obras públicas às vésperas do pleito. Não menos intensa era a propaganda oficial do governo, vazada em tom patriótico nos meios de comunicação de massa.[13]

Nos últimos anos, temos observado um lento e gradual retorno dos políticos ao vídeo (principalmente em programas jornalísticos), perfeitamente harmonizados com a "abertura política" empreendida pelo governo, ou melhor, sob total controle: em decorrência do sistema que aí está tais políticos não poderiam deixar de pertencer aos grupos ligados ao poder. O retorno da possibilidade do contato "direito" com os políticos (ainda que mediatizados pela TV) dá margens a especulações em torno do surgimento de um neopopulismo, um termo que não engloba as condições sociais delimitadas pelo populismo de 1945 a 1964, mas que alerta para as possibilidades de uma utilização a nível pessoal de um meio tão potente como a TV. Afinal, até agora, foram poucos aqueles que conseguiram esse privilégio em meio à rígida legislação dos sucessivos governos militares.

A TÍTULO DE EPÍLOGO

Diz a manchete de uma reportagem da revista *Veja* de julho de 78: "Figueiredo vai à rua..." Acreditando instintivamente em sua popularidade, ao ser escolhido presidente, fez visitas e participou de debates afirmando entre explosões de irritação que: "os brasileiros devem me conhecer melhor. Na rude franqueza do meu linguajar, que tanto prezo e que reflete a sinceridade de minhas convicções".[14] O presidente fala como se a credibilidade popular pudesse ser conquistada apenas por palavras, e ainda por cima partindo de alguém absolutamente desprovido de carisma pessoal. Em sua frase, procura

13. Duarte, Celina R. A Lei Falcão: antecedentes e impacto. In: *Voto de desconfiança.* Petrópolis, Vozes, 1980, p. 188.
14. *Veja,* 5-7-78, p. 20.

identificar-se de forma primária com o povo, numa postura paternalista, tentando obter popularidade e ser reconhecido por esse povo como um de seus elementos. Curiosamente a revista usou o termo *populismo relativo* para uma atitude pesquisada e fabricada segundo parâmetros sempre presentes nos antigos líderes populistas, numa vã tentativa de promoção, de conquistar o apoio das massas em momento de crise *sem que alterações substanciais nos planos político e social, e muito menos no econômico, sejam observáveis.* Contrariando a austeridade de seus predecessores, que insistiram em promover a revolução de 64 e suas obras, Figueiredo partiu para uma estratégia inédita, numa tentativa de reconhecimento popular do governo que estava por iniciar-se: se o povo não o escolheu, que ao menos o aceite como presidente. Para isso usou e abusou dos meios de comunicação de massa. Os tempos felizmente estão mudando e as sucessivas derrotas eleitorais do partido do governo nos últimos seis anos provam a ineficácia de uma propaganda baseada em dados estatísticos duvidosos e em projetos de interesses apenas governamentais. O descontentamento do povo o predispôs a aceitar como verdades as intermináveis denúncias da oposição, apesar da propaganda e dados oficiais. Na falta de uma ordem legal que legitimasse o governo atual, restou a tentativa de legitimá-lo através da popularização da figura do presidente, cuja agenda está abarrotada de visitas, inaugurações, recepções e outras atividades aparentemente mais sociais do que políticas. O sistema continua basicamente inalterado, apenas a estratégia mudou, apresentando agora traços aparentemente mais populistas. Resta saber se existe contexto para a volta às apelações populistas. Acreditamos num limite: a sociedade atual não comporta mais uma liderança imposta de cima para baixo, paternal.

Calma, isto sim, por uma organização partindo de suas *bases,* em direção a uma participação cada vez maior no poder político, e cujos direitos e vitórias não provenham de doações, mas sim de conquistas.

O Cinema Brasileiro e o Populismo na Década de 30

Maria Dora Genis Mourão

Para o desenvolvimento deste trabalho tomaremos como premissa a definição de Boris Fausto sobre populismo, ou seja, "o populismo latino-americano se define como uma política do Estado e uma possibilidade de realização dessa política, tanto no plano da realidade econômica como no plano das classes sociais. É um estilo de política onde o Estado aparece como figura de grande importância". Não podemos deixar de lado, também, colocações de outros estudiosos do assunto que vêem o populismo no Brasil se confundindo com a ascensão da burguesia ao poder a partir dos anos 30.

É dentro deste panorama que passaremos a refletir sobre qual seria o papel do cinema como meio de comunicação de massa e, portanto, capaz de influenciar, neste começo do que chamamos de populismo no Brasil.

É muito difícil fazermos uma análise através dos filmes propriamente ditos, uma vez que os filmes de longa-metragem produzidos na época eram de um gênero que poderíamos chamar de "popularesco". Para citarmos um exemplo podemos nos deter nas produções realizadas pela Companhia Cinédia S.A., cuja história se desenvolve de forma paralela à de Getúlio Vargas e o Estado Novo.

A Cinédia é fundada em 1930 por Adhemar Gonzaga, um dos nomes mais importantes do cinema brasileiro, intimamente ligado a Getúlio Vargas e com pleno acesso ao Palácio do Governo.

A maioria dos longa-metragens tem como história situações leves, engraçadas, geralmente comédias musicais, assim como o famoso *A voz do carnaval* (1933), de direção de Adhemar Gonzaga e Humberto Mauro, estreando no cinema Cármen Miranda. Este filme teve um grande sucesso de público, através do qual ganha-se, momenta-

neamente, a luta contra a invasão de filmes estrangeiros no mercado nacional. A Cinédia passa a ser o que há de mais importante no cinema brasileiro, fazendo com que o público se interessasse novamente pelos filmes nacionais, o que não acontecia até então por causa do monopólio exercido pelo cinema estrangeiro e, principalmente, o norte-americano.

Entre 1933 e 1946 eram realizados trabalhos feitos por encomenda do governo, o que dava uma relativa segurança econômica à empresa. É a Cinédia que faz o *Cinejornal brasileiro,* filmes feitos para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que eram produzidos e distribuídos por ela.

Em 1941 temos a inauguração da Atlântida Cinematográfica, cuja produção básica era a chanchada. O público lota os cinemas, os lucros aumentam e o cinema brasileiro retoma o fôlego.

Moacyr Fenelon, também cineasta, dizia o seguinte:

> Os filmes nacionais dos anos 20 e 30 eram baseados em histórias eminentemente brasileiras, com um sabor inteiramente popular, onde o anedotário e as músicas da época tinham sempre preferência. Com o passar do tempo, o cinema brasileiro foi tomando um caráter cosmopolita, relegando-se a um plano secundário as nossas coisas.

É lógico que podemos dizer que este tipo de gênero servia aos interesses de uma política populista por se tratarem de filmes despretensiosos, sem nenhum caráter de crítica social, política ou econômica ou mesmo de reflexão mais aprofundada, portanto eles serviriam como mascaradores da realidade.

Por outro lado, para analisar o cinema nesta fase, é necessário pensarmos na ansiedade dos cineastas em criarem uma indústria cinematográfica brasileira. O mercado cinematográfico estava totalmente voltado para o filme estrangeiro, principalmente o norte-americano.

Até 1932 não havia nenhuma lei que favorecesse o filme nacional. O meio cinematográfico era composto por diletantes sem nenhum tipo de organização a não ser uma revista, a *Cinearte,* surgida em 1926 e dirigida por Adhemar Gonzaga e Mário Behring.

Adhemar Gonzaga, através de uma seção da revista, chamada "Filmagem Brasileira", inicia uma luta incessante pelo cinema brasileiro e, principalmente, pelo cinema de enredo (ficção), uma vez que desconfiava dos documentários na época encomendados pelo governo — "esses filmes em geral nos mostram o Estado mais atrasado do que está". A sua personalidade era tão forte que, pater-

nalisticamente, passa a interferir em todos os problemas que surgem nos centros que começavam a se interessar por cinema. Tudo girava em torno dele.

Num artigo de 1925, na revista *Para Todos*, uma de suas colocações mostra bem a situação que se encontrava o cinema brasileiro:

> Temos idéias magníficas sobre o assunto para contar aos leitores e notícias que os surpreenderão, mas o fato é que se não sente a vontade tratá-las, porque ainda impera a verdadeira patifaria no nosso meio cinematográfico. Os leitores devem mesmo ficar intrigados porque se tem dito que o fato essencial é afastar essa canalha, em vez de cuidar dos elementos essenciais (...) Mas é disso que se precisa. Outros há que não são ladrões nem patifes, mas que muito desacreditam o cinema em nossa terra.

Em 1926, lança um *slogan* que vai acompanhar toda a campanha a favor do cinema brasileiro: "Todo filme brasileiro deve ser visto".

A idéia de todas essas campanhas era desembocar na criação de uma indústria cinematográfica nacional.

Somente em 1934 é publicada no *Diário Oficial* lei que pretende defender o filme brasileiro, a qual obriga a exibição de um curta-metragem nacional antes de qualquer filme de longa-metragem.

Getúlio Vargas é aclamado como o benemérito número 1 do cinema brasileiro. A Associação Cinematográfica de Produtores Brasileiros promoveu uma manifestação na qual Getúlio Vargas pronuncia um discurso no qual coloca o seguinte:

> (...) A técnica do cinema corresponde aos imperativos da vida contemporânea. Ao revés das gerações de ontem, obrigadas a consumir largo tempo no exame demorado e minucioso dos textos, as de hoje e, principalmente, as de amanhã entrarão em contato com os acontecimentos da história e acompanharão o resultado das pesquisas através das representações da tela sonora. Os cronistas do futuro basearão seus comentários nesses segmentos vivos da realidade, colhidos em flagrante no próprio tecido das circunstâncias.
>
> Se nos centros de civilização milenar, já exerce o cinema tão alta função, muito maior será a sua importância nos países novos, a exemplo do nosso. Amparando a indústria cinematográfica nacional o governo provisório cumpriu ditame imperioso e irrecusável. Por sua desmesurada grandeza geográfica, depara o Brasil, ao estadista, uma série de problemas complexos de ordem econômica política e social, cujas soluções dependem da análise rigorosa de certos dados fundamentais, em geral obscuros e indecisos.

> O papel do cinema, nesse particular, pode ser verdadeiramente essencial. Ele aproximará, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República. O caucheiro amazônico, o pescador nordestino, o pastor dos vales do Jaguaribe ou do São Francisco, os senhores de engenho pernambucanos, os plantadores de cacau da Bahia seguirão de perto a existência dos fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais, dos criadores do Rio Grande do Sul, dos industriais dos centros urbanos; os sertanejos verão as metrópoles, em que se elabora o nosso progresso, e os citadinos, os campos e os planaltos do interior, onde se caldeia a nacionalidade do porvir.
>
> (...) O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, em que as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescendo a confiança nos destinos da pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva.
>
> Para os letrados, para os responsáveis pela nossa administração, será essa uma admirável escola de aprendizagem.
>
> Associando o cinema ao rádio e o culto racional dos esportes, completará o governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que, assim, se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu.

Está instituída a intervenção do Estado na exibição de filmes no país.

Se até este momento tivemos a presença marcante do cinema estrangeiro, agora ele divide seu espaço com o Estado. Portanto o cinema brasileiro continua ainda sem uma indústria cinematográfica independente, livre de quaisquer pressões.

Por outro lado temos os produtores necessitando dessa intervenção para poderem criar um espaço de exibição do filme nacional e, por outro, não tendo a liberdade suficiente para produzirem de forma independente pela necessidade que havia de cumprir os decretos para garantir esse mercado (eram necessários 400 filmes por ano), uma vez que a produção de filmes na época não era suficiente para cobrir todo o território nacional e a pressão contrária ao decreto por parte dos exibidores era muito grande.

Como resultado temos, na prática, um cinema de ficção altamente descompromissado com a realidade brasileira e imitador do produto estrangeiro e documentários de uma certa ingenuidade propagandística. Isto pelo fato de não haver uma política real que conduzisse o cinema a objetivos determinados pela própria dinâmica da produção cinematográfica.

Os documentários do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não passavam de meras demonstrações de poder e força, primitivos como propaganda política. Como exemplo podemos citar, entre muitos outros, a *Parada de 7 de setembro* ou o *Discurso de Getúlio Vargas, no 1.º de maio,* filmes que se preocupavam basicamente com a grandiosidade do acontecimento.

O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criado em 1934 e dirigido por Lourival Fontes, era embrião do DIP. Estava destinado a estudar e orientar a utilidade do cinema e dos demais processos técnicos que servissem como instrumento de difusão cultural e, ainda, estimular a produção, favorecer a circulação e intensificar a exibição em todos os meios sociais de filmes educativos, classificando-os para prover a sua intensificação por meio de prêmios e favores fiscais. Era ligado ao Ministério da Justiça.

Henrique Pongetti foi nomeado por Lourival Fontes para ser redator do Departamento de Difusão Cultural. Posteriormente foi convidado para dirigir o cinema do Estado Novo, até então, segundo ele, "entregue a um cinegrafista inculto, mas dócil às ordens de cima".

A produção era de apenas um jornal semanal, *Jornal Nacional,* de exibição obrigatória em todos os cinemas do Brasil. De vez em quando se realizava um filme especial sobre o Sete de Setembro ou alguma viagem importante de Getúlio Vargas.

Num depoimento prestado por Henrique Pongetti a Regina Maria Dias da Silva (ex-aluna do curso de Cinema da ECA-USP), ele conta como, sem consultar ninguém, pois tinha carta branca, filtrou os assuntos e passou a dar-lhes um tratamento aceitável.

Conta ele:

> Getúlio gostava de jogar golfe no sítio de seu amigo Argemiro Machado na estrada de Itaipava para Teresópolis. Estava longe de ser um campeão e suas bolas não queriam nada com o buraquinho. Dei instruções a Ramon Garcia, *cameraman,* destacado sempre para glorificar o homem, que pedisse a um bom jogador para fazer umas espetaculares jogadas e filmasse Getúlio dando porretada na bola. Fizemos uma montagem perfeita e o povo, que tinha certa simpatia pelo baixotinho risonho, bateu palmas no Metro do Passeio.
>
> (...) Um dia filmamos um almoço de Vargas com a fina flor das Forças Armadas e fui fazer a censura de rotina. Descobri-lhe entre os dentes um palito que ele fazia voltear caprichosamente com movimentos dos lábios (...) Meu trabalho era evitar uma cena de chanchada na austeridade do documentário.

Aos poucos Henrique Pongetti tenta introduzir outro tipo de documentário que falasse mais de coisas gerais: Santos Dumont, Debret e o Rio de hoje, Canudos etc. Por outro lado, em cada número do cinejornal ele incluía uma indústria brasileira importante mas pouco conhecida do povo, tentando ampliar e poder sair da rotina dos jornais cinematográficos e estadonovistas do DIP.

Quando Lourival Fontes foi substituído na direção, o ambiente se tornou insustentável e Henrique Pongetti sai do DIP.

Nota-se por tudo isto que na realidade não podemos falar de um cinema populista na época do Estado Novo, de um cinema que tivesse uma estrutura consolidada e que, portanto, tivesse um objetivo específico.

CONCLUSÃO

Não havendo uma estrutura montada, uma coesão ideológica no meio cinematográfico que o amparasse das investidas do cinema estrangeiro e da intervenção estatal, o cinema brasileiro estava muito mais voltado para uma luta pela criação de uma indústria cinematográfica que pudesse trabalhar mais sistematicamente e desse condições ao meio de sobreviver, do que voltado para preocupações mais criativas ou mais engajadas politicamente.

Portanto os filmes não possuíam uma unidade ideológica que pudessem nos levar a detectar a presença de uma ideologia oficial. Por outro lado, a falta de uma política concreta para os meios de comunicação fazia com que os filmes viessem a reboque de uma discussão, esta sim fundamental, da criação de uma indústria cinematográfica brasileira.

BIBLIOGRAFIA

Apostila. *Ciclo de cinema e populismo.* Outubro de 1976, DCE — Livre Alexandre Vanucchi Leme, USP.

Associação Cinematographica de Productores Brasileiros. *Relatório da Directoria.* Relator: Armando de Moura Carijó, Rio de Janeiro. 1937.

Ciclo Baiano e Populismo

Lindinalva Silva Oliveira Rubim

> (...) o movimento cinematográfico da Bahia não é um acontecimento isolado. Para o compreendermos, e para que ele próprio se compenetre, será necessário situá-lo num conjunto de fenômenos artísticos e sociológicos no tempo e no espaço. Será preciso repensarmos tudo, do barroco à Petrobrás, a fim de vermos organizarem-se as linhas de um acontecimento de importância nacional e para o qual a única definição cabível será a de renacença baiana (Paulo Emílio Salles Gomes).[1]

As palavras colocadas acima, escritas por um dos maiores estudiosos do cinema brasileiro, não foram arbitrariamente escolhidas. Elas significam antes de tudo uma orientação a ser seguida em nosso anteprojeto (e em sua realização).

Com elas Paulo Emílio indica uma forma concreta para estudarmos uma manifestação específica da supra-estrutura. Ou seja, pensar esta manifestação como parte de uma totalidade concreta, determinada por ela, mas também influenciadora desta totalidade.

É dentro desta perspectiva que esboçamos este quadro geral, vendo o comportamento das instâncias econômica-política-cultural das sociedades brasileira e baiana no período imediatamente anterior e contemporâneo do movimento de cinema da Bahia.

Indiscutivelmente, 1930 é um "divisor de águas" da sociedade brasileira, iniciando uma nova etapa, em nossa história. Do ponto de vista econômico, "a Revolução 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira; o fim da hegemonia

1. Gomes, Paulo Emílio Salles. Perfis baianos. In: *A grande feira*. Salvador, Associação dos Críticos Cinematográficos da Bahia, 1963, p. 15.

agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que esta predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura (...)"[2] Na verdade esta hegemonia se manifesta claramente em termos políticos, não pela participação direta da burguesia industrial no movimento de 1930 ou no Estado pós-revolução, mas pela política econômica do governo Getúlio Vargas, marcadamente pró-industrialização, beneficiando nitidamente os setores da burguesia industrial.[3]

O Estado interfere na economia basicamente em três níveis: 1. regulando a relação entre o trabalho e o capital, através das leis trabalhistas, inicialmente restritas ao âmbito do urbano e que vão servir de base ao "mito de doação", um dos pilares que possibilitam a manipulação populista; 2. a intervenção do Estado na esfera econômica, fixando preços, dando subsídio, enfim distribuindo os ganhos e perdas nos diversos setores das classes dominantes como, por exemplo, através do "confisco cambial", beneficiando os setores industriais, além de se tornar ele próprio produtor; 3. nova articulação do papel de agricultura. De um lado, o setor de produtos de exportação sendo incentivado para permitir a importação da maquinaria necessária ao processo de industrialização, de outro, o controle do setor de produtos de consumo interno para que seus preços não afetem o custo de alimentação das populações urbanas, nem o custo da matéria-prima industrial.

O novo Estado, entretanto, não é expressão imediata de um setor das classes dominantes, como no período da Velha República, mas atende de forma variada os interesses de vários grupos e classes sociais presentes na sociedade brasileira.

A passagem da agricultura de exportação para a indústria como setor dinâmico da nossa economia não é acompanhada de grandes e severas rupturas políticas.

Ao contrário da revolução burguesa "clássica", a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresárias industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Isto

2. Oliveira, Francisco de. A economia brasileira: crí,tica à razão dualista. In: *Seleções CEBRAP, 1.* São Paulo, Editora Brasileira; Edições CEBRAP, 1976, p. 10.

3. Weffort, Francisco. El populismo en la política brasileña. In: *Brasil: hoy.* Buenos Aires, Siglo XXI, 1968, p. 58.

porque a crise das relações externas do café faz com que seus capitais sejam em parte investidos no setor industrial, onde as possibilidades de acumulação se mostravam mais satisfatórias. Deste modo, a burguesia industrial que se forma a partir dos proprietários do café e dos imigrantes, principalmente os italianos, não terá uma posição de corte radical com os setores agrários, mas necessitará inclusive do avanço destes no mercado industrial para importar o necessário à industrialização. Isto faz com que exista uma situação de acomodação entre o capitalismo e certas formas de acumulação pré-capitalista, entre a burguesia industrial e os proprietários rurais. Estes apenas serão colocados em posição secundária dentro da nova divisão nacional do trabalho[4] e perderão o controle do aparelho estatal.

Justo para liquidar politicamente as antigas oligarquias dominantes, a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras.

> Deste modo, una de las raíces de la capacidad de manipulación de los grupos dominantes sobre las masas está en su propia debilidad como clase, en su división interna y en su incapacidad de asumir, en su propio nombre, las responsabilidades del Estado.[5]

O desenvolvimento capitalista se fará então sob um Estado de compromisso, como designa Weffort. Ou seja, um pacto social entre o capital e o trabalho, onde os grupos urbanos dominados legitimariam o Estado burguês em troca do atendimento de seus interesses imediatos. Além deste elemento, a manipulação populista só é possível porque: 1. de certo modo é expressão das insatisfações populares; 2. a repressão política e policial durante o Estado Novo controlou e dizimou a liderança autenticamente operária, destruindo a memória das lutas proletárias ocorridas no início do século, o que, junto ao crescimento acentuado de um novo operariado[6] vindo do miserável e patriarcal campo brasileiro, permitiria a Getúlio criar o "mito da doação", fazendo crer aos proletários que as leis trabalhistas estavam sendo doados pela bondade do Estado-pai e não que foram resultados de violentas lutas de classe; 3. as relações políticas entre o Estado e as classes populares foram no es-

4. Almeida, José. *Industrialização e emprego no Brasil.* Rio de Janeiro, IPEA, 1974, p. 74-75. (Nesse estudo se vê a importância que vai adquirindo o setor secundário dentro da economia.)
5. Weffort, F. Ob. cit., p. 71.
6. Weffort, F. Ob. cit., p. 82.

sencial relações individuais, mascarando portanto o seu conteúdo classista. Junte-se a isto: 4. uma intensa propaganda ideológica e 5. a aceitação das teses de um pacto capital-trabalho para o desenvolvimento nacional por grande parte dos grupos de esquerda que trabalhavam com as massas urbanas.

O certo é que o populismo enquanto proposta político-ideológica de uma burguesia dita nacionalista enraizou-se profundamente na sociedade brasileira, em particular na cultura produzida no período. Diversas são as manifestações da cultura industrializada (aquela que utiliza os meios de comunicação de massa), onde a visão populista da sociedade estava presente: no rádio, na sua fase áurea, nos períodos iniciais da televisão e no cinema, tanto de maneira "ingênua" nas chanchadas quanto de forma mais trabalhada no Cinema Novo.

Antes, porém, de deslocarmos nossa atenção para o cinema brasileiro vigente na época, serão precisas algumas observações.

A partir da década de 50, a penetração cada vez maior do capital estrangeiro, inclusive buscado e incentivado pelo governo desenvolvimentista de Juscelino, repercutirá de duas formas na sociedade nacional, primeiro inicia o processo de oligopolização de nossa economia (vide indústria automobilística) e segundo "el desarollo industrial pasó a depender cada vez más de capitales extranjeros, sin que se formara um grupo empresarial capaz de formular una política independiente de estos intereses".[7]

Neste período surgem tentativas de elaboração mais acabada da ideologia do populismo desenvolvimentista, como, por exemplo, no ISEB, mas o pacto capital-trabalho caminha aceleradamente para a sua destruição, o que ocorre em 1964, quando o compromisso social em que se apoiava o regime se viu condenado por todas as forças que o compunham. O golpe de Estado coloca um ponto final nesta fase da história do Brasil.

No campo restrito do cinema, é um período muito rico aparecerão diversas manifestações significativas, principalmente no pós-45, quando Getúlio é deposto e são criados novos partidos e inaugurada uma fase caracteristicamente populista.

A década de 30 representará, em termos cinematográficos, a superação dos ciclos de produção regional, dado fundamental dos idos de 20, e a centralização da criação do cinema no eixo Rio-São Paulo, principalmente na capital federal. A centralização cor-

7. Weffort, F. Ob. cit., p. 82.

responderia portanto a um movimento geral da sociedade no pós-30: o deslocamento para o centro-sul do setor dinâmico da economia e do poder político agora não mais nas mãos das oligarquias regionais, mas controlado por um governo forte e centralizado.

A época é marcada pela atração para o sul de muitos cineastas, como, por exemplo, Humberto Mauro, para trabalharem nas duas grandes produtoras de então: a Brasil Vita, de Cármen Santos, e a Cinédia, de Ademar Gonzaga. É nesta última companhia, juntamente com a Sonofilmes, que encontraremos o embrião da chanchada, gênero predominante no cinema brasileiro depois da Segunda Guerra Mundial.

Durante os anos 39-45 a produção cinematográfica é bastante reduzida devido à falta de película virgem no mercado internacional. Em 1942 são realizados apenas dois filmes, mas a partir do ano seguinte cresce a produção até atingir 20 filmes, em 1949.

> Neste período a recém-fundada Atlântida (1941) foi a companhia de maior importância, criação de Moacir Fenelon, Alinor Azevedo e José Carlos Burle. Estreou com *Moleque Tião*, filme que deu o tom das primeiras produções: assuntos brasileiros e cuidado na feitura dos trabalhos. Logo porém, predominou o gênero chanchada, particularmente após a associação da Atlântida à poderosa cadeia de exibição de Luiz Severino Ribeiro. (...) Em 1947, porém, o resultado mais evidente da almejada confluência de interesses industriais e comerciais foi a solidificação da chanchada e sua proliferação durante mais de quinze anos.[8]

No seu manifesto de fundação,[9] a Atlântida fala da natureza industrial das realizações cinematográficas e na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento industrial. Era a industrialização que tinha início no cinema nacional.

A importância da chanchada pode ser pensada em vários níveis: 1. pela sua predominância numérica — Alberto Silva[10] dá uma ligeira estatística dos anos de apogeu da chanchada (logo depois viria a decadência). Assim "em 1958, dos 38 filmes brasileiros lançados no Rio, 23 eram chanchadas, e em 1959, das 27 fitas nacionais, 18 eram daquele gênero"; 2. pela presença das massas urbanas nas salas onde eram exibidos os filmes brasileiros, fato inédito na cinematografia nacional.

---

8. Gonzaga, Ademar e Gomes, Paulo Emílio Salles. *70 anos de cinema brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1966, p. 88.
9. Viany, Alex. *Introdução ao cinema brasileiro*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro — MEC, 1959, p. 113.
10. Silva, Alberto. *Cinema e humanismo*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975, p. 54.

A característica fundamental da chanchada será o esculacho, a avacalhação.

> Ao avacalhar o senhor, a chamada o confirma no seu cargo de Senhor e o agride. Mas na medida em que o escravo se limita a esta avacalhação, ele se avacalha a si próprio, ele se afirma pela avacalhação, ele não se oferece outra opção.[11]

Talvez isto explique tanto a aceitação do gênero pelas massas urbanas, quanto à utilização, pela chanchada, do plágio e da paródia, inclusive dos suntuosos filmes musicais americanos de uma época, onde Hollywood domina o cinema mundial. No final dos anos 40, surge outro acontecimento importante no campo cinematográfico. A burguesia paulista, já relativamente solidificada pelo desenvolvimento da produção de bens materiais, lança-se à produção de bens culturais.[12] Surgiram em poucos anos: dois museus de arte, o Teatro Brasileiro de Comédia, uma filmoteca, a Bienal Internacional de Artes Plásticas, a revista *Anhembi* e três grandes companhias cinematográficas: a Vera Cruz, a Maristela e a Multifilmes.

São Paulo torna-se o cenário cinematográfico: no Rio, as chanchadas continuam a ser produzidas, mas as atenções estão voltadas aos grandes estúdios construídos nas terras paulistas. A Vera Cruz tem como lema produzir caro, filmes que por seu custo representassem a garantia de poder vencer o mercado interno e se projetar no exterior. Importam-se aparelhos e técnicos estrangeiros, Alberto Cavalcanti é convidado a dirigir o fabuloso empreendimento. O resultado foi a produção de 18 filmes, muitos deles inacabados. Em 1954, a grande euforia provocada pelo surto paulista está praticamente acabada, malograra a tentativa de industrialização do cinema brasileiro.

Diversos fatores contribuíram para o fracasso dos paulistas. Os empreendimentos industriais-artísticos estavam completamente desligados da realidade brasileira, em termos econômicos e culturais, mas é ao nível da distribuição-exibição onde estão os pontos explicativos fundamentais para o declínio. Parecia não se fazer caso do domínio do mercado pela produção estrangeira, mas a decadência do surto paulista demonstra basicamente a impotência do capital privado nacional ante o internacional. "No cenário internacional,

11. Bernardet, Jean Claude. Cantando o sol. In: *Movimento*, 10-11-75, p. 17.

12. Galvão, Maria Rita. *Vera Cruz, a fábrica de sonhos*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de São Paulo.

com o pós-guerra, o cinema passava por uma revolução de linguagem/conteúdo — neo-realismo (Itália), *nouvelle-vague* (França), *underground* (EUA), geração raivosa (Inglaterra), realismo crítico (Polônia) etc." [13] Hollywood encontra-se em crise.

Os filmes significativos do final da década são considerados precursores do ciclo baiano e Cinema Novo. Eles utilizarão as lições do cinema internacional (especialmente o neo-realismo e também a *nouvelle-vague*), retratando a nossa realidade e buscando uma forma/conteúdo próprios, que só serão alcançados nos anos 60. Três deles destacam-se dos demais, são *Rio 40 graus* (53-54), *Rio zona norte* (57) de Nelson Pereira dos Santos e *O grande momento* (58) de Roberto Santos, realizado em São Paulo.

Chegamos finalmente aos anos 60 e os acontecimentos que então ocorrem terão tanta importância a ponto de serem comparados aos da Semana de Arte Moderna, de 1922. A década de 60, fora de dúvidas, representa o ponto alto do cinema brasileiro. Não que tenha garantido sua independência financeira, atingido e formado um grande público e/ou alcançado uma imensa produção. Esta importância se dá antes em outros aspectos; seja por conseguir uma forma/conteúdo brasileira, seja pela produção dos filmes mais criativos do cinema nacional ou pela repercussão e reconhecimentos internacionais, através essencialmente de sua premiação em inúmeros festivais, o que o faz considerado neste momento um dos mais significativos do mundo.

A movimentação cinematográfica se desenvolve em pontos distintos do país. No início da década a "meca" do cinema é Salvador, mas o surto baiano vai se esvanecendo e se desloca para o sul, em particular para o Rio de Janeiro.

Muitos estudiosos designam estes momentos do ciclo baiano e Cinema Novo, e alguns deles vão mais longe ainda, propondo uma diferenciação entre o ciclo e a escola baiana de cinema.[14] Outros autores [15] passam por cima da diferente nomenclatura, utilizan-

13. Umberto, José. A Bahia contribuirá com o futuro do cinema brasileiro. In: *Jornal da Bahia*, 14-11-77, p. 1. (2.º caderno.)

14. Setaro, André. *Panorama do cinema baiano*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1976, p. 18-19. (Enquanto ao ciclo pertenciam os filmes realizados na Bahia no período, independente de sua produção-direção, só aqueles realizados por pessoas da terra fariam parte da escola.)

15. Bernardet, Jean Claude. *Brasil em tempo de cinema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

do indistintamente o conceito "Cinema Novo", dado que buscam semelhanças estéticas e ideológicas nos dois pontos de produção.[16]

As confluências estéticas são aceitas pelos estudiosos do cinema nacional, mas são poucos os autores que discutem as ligações ideológicas entre os dois momentos. Um deles é o ex-professor da UNB e crítico Jean Claude Bernardet e é a partir de suas idéias [17] que proporemos a questão provocadora deste projeto.

De início, é preciso ressaltar que o Cinema Novo não tinha um projeto político comum aos seus participantes. Eles, em sua maior parte, provenientes da classe média, colocavam-se nos seus setores mais progressistas, alimentando-se de idéias elaboradas pela inteligência de esquerda, ficando cada realizador totalmente livre para tratar o tema escolhido como bem entendesse.

"Si bien el 'Cinema Novo' nunca ha tenido un programa político, si se ha inspirado en una ideología política. Esta ideología se derrumbó em 1964 (...)" [18] Mas o cinema não é uma exceção no campo artístico: "cineastas, poetas, romancistas, homens de teatro, artistas plásticos tentam resolver pelo populismo, que é a manifestação cultural do presente momento social e político do Brasil, (a crise cultural nacional)" [19].

Justo por esta visão marcada populista é que os momentos cinematográficos baiano e sulista (basicamente carioca) são ideologicamente afins e não representam uma ruptura. Antes afirmam-se como momentos de um processo existente no quadro cultural brasileiro. Para comprovar esta afirmativa e buscar as articulações entre as várias películas é que Jean Claude analisa de forma pormenorizada os filmes mais elaborados do Cinema Novo.

Poderíamos sintetizar em quatro pontos centrais as observações de Jean Claude sobre os vários filmes do Cinema Novo: 1. a influência do pacto populista na escolha dos personagens grupos sociais presentes nas películas; 2. existência de um indivíduo, dito claramente de classe média ou não, que pela sua ambigüidade ganha importância dramática e ideologicamente dentro dos filmes, fazendo

16. Particularmente acreditamos nas semelhanças entre os filmes baianos e sulistas da época. Entretanto, a nomenclatura sugerida por André Setaro pode ser utilizada, por questões didáticas, sem, no entanto, perder de vista as semelhanças.

17. Bernardet, Jean Claude. Ob. cit. e Bernardet, J. C., El Cinema Novo y la sociedad brasileña: In: *Brasil: hoy*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1968.

18. Bernardet, J. C. El cinema..., p. 214.

19. Bernardet, J. C. *Brasil em...*, p. 35.

com que estes discutam em grande parte a indefinição do papel da classe média dentro da política populista. (É bom frisar que a maioria ou a totalidade dos cineastas se identificam como de classe média); 3. o debate da relação líder-massa dentro dos padrões fortemente populista; 4. finalmente, as películas representam muito mais um diálogo com os dirigentes que uma fala ao povo. Vamos ver como cada um destes pontos é desenvolvido, vinculando-os à produção do Cinema Novo.

A aceitação do pacto populista por amplos setores das classes médias progressistas brasileiras terá uma repercussão muito grande sobre "o Brasil recriado nas telas", assim, tanto a temática quanto os personagens escolhidos serão altamente sucetíveis a estas influências. A aliança nacionalista do povo (entendido como abrangendo todos os grupos não ligados ao capital estrangeiro) contra o imperialismo americano e o latifúndio fará destes últimos tema constante do Cinema Novo. No primeiro caso está, por exemplo, *A grande feira* (Roberto Pires), quando os tanques e interesses da Esso representam um perigo e um inimigo para os feirantes. Exemplificação do caso dois estaria em *Deus e o Diabo na terra do sol* (Glauber Rocha) ou em *Vidas secas* (Nelson Pereira dos Santos).

As contradições internas à sociedade capitalista nacional estarão ausentes do Cinema Novo.

> A burguesia industrial é tabu e os cineastas brasileiros tomarão os devidos cuidados para que ela não seja posta em questão nos filmes, e para que tão pouco apareçam os operários, que não poderiam deixar de estar relacionados com a burguesia, tudo isso sem ferir a oriantação política dos líderes de esquerda.[20]

Deste modo teremos uma sociedade capitalista sem burgueses e operários, sem seu antagonismo fundamental entre capital e trabalho. Logo será necessário criar ou impor outras contradições como se fossem as básicas da nossa sociedade. Por isto, num primeiro momento, os filmes se deslocam para as massas urbanas, sendo o marginal tomado como herói e/ou símbolo da transformação (*Cinco vezes favela, A grande feira, Sol sobre a lama* etc.). Com o agravamento da questão agrária (vide Francisco Julião e Ligas Camponesas), o tema predileto passa a ser o campo e as massas rurais tornam-se os elementos de transformação da sociedade (*Os fuzis, Vidas secas, Deus e o Diabo na terra do sol* etc.). Os dominados sempre têm suas vidas embelezadas, são sempre boas pessoas e trabalhadores. Os dominantes bêbados, maus, inativos, perversos.

20. Bernardet, J. C. *Brasil em...*, p. 36.

> Esta presentación esquemática de la sociedad brasileña — aun estando sugerida por violentos contrastes de la sociedad subdesarrollada, aun si quiere justificarse por raziones didácticas — nada tiene de realista. Eliminando las fuerzas activas de la sociedad brasileña, tanto las que desean una transformación como las que se openen a ella, se falsea la comprensión de esta sociedad, se deforman los mecanismos y el punto de vista escogido, que habría podido ser sociológico o político, se vuelve moral.[21]

Partindo desta visão bipolar da sociedade (de um lado o grã-fino, forma depreciada e não concreta do burguês ou latifundiário perverso, de outro o povo, em geral, o marginal sem defeitos ou o camponês injustiçado), Jean Claude vê, nos filmes do Cinema Novo, uma organização social sem setores médios. Mas uma análise mais aguçada das películas mostrará, no primeiro momento, um elemento intermediário, contraditório, que não se integra em nenhum dos pólos sociais. Aí está um personagem não símbolo ou claramente de classe média, mas que tem na estrutura dramática das fitas a mesma posição da classe média na estrutura da sociedade.

Aruã e Firmino (*Barravento*), Rõni (*A grande feira*) e Valente (*Sol sobre a lama*), por exemplo, são estes personagens. Sobre Valente, assim escreve J. Claude:

> Tudo faz dele um elemento da classe média, intermediário entre o povo e a burguesia. Ele é a única personagem da fita que tem tal posição intermediária: é, em realidade, graças à ação legal de um indivíduo classe média junto à burguesia que são resolvidos os problemas do povo.[22]

A evolução do Cinema Novo levará esta ambigüidade a um impasse, "resolvido" pela derrubada do populismo janguista. A utilização do personagem intermediário evolui e se torna complexa: Tônio (*Bahia de Todos os Santos*), Fabiano (*Vidas secas*), Gaúcho (*Os fuzis*) e principalmente Antônio das Mortes (*Deus e o Diabo na terra do sol*), chegando ao ponto de se mistificar a si mesmo, como é o caso do personagem de Glauber. Não é possível ir mais adiante. Mas o movimento de 1964 força uma mudança no Cinema Novo: o discurso da classe média, pelo cinema, antes discutindo o problema de sua participação de forma obscura em meio aos problemas populares, agora se volta para analisar-se diretamente. Os filmes seguintes serão marcadamente políticos e/ou urbanos (*São Paulo S.A., O desafio, Terra em transe, Todas as mulheres do mun-*

21. Bernardet, J. C. El cinema..., p. 202.
22. Bernardet, J. C. *Brasil em*..., p. 57.

do) e neles a classe média é quem está no primeiro plano. Entretanto, mesmo antes do golpe de Estado, a produção cinematográfica baiana já tinha praticamente desaparecido. Voltemos pois a estudar os aspectos das fitas pré-64.

Com respeito à relação líder-massa ficará caracterizada de forma profunda a impregnação populista dos filmes. Sobre a primeira produção de Glauber podemos ler as seguintes palavras:

> O enredo de *Barravento* é uma questão política, e trata-se de uma política de cúpula. Se tanta importância foi dada às personagens de Firmino e Aruã é porque sua estrutura e as relações que mantêm, no filme, com a comunidade, são equivalentes à estrutura de um comportamento fundamental na vida política brasileira, independentemente das ideologias, da direita ou da esquerda, o populismo. O povo, proletariado e pequena burguesia, sem força para delinear uma ação própria e agir com um comportamento autônomo, entrega-se a um líder de quem espera as palavras de ordem e as soluções(...) [23]

À inércia das massas (não tomadas como sujeito das transformações, mas seu objeto) contrapõe-se a figura do líder. Este geralmente de classe média (ou um dos famosos personagens intermediários), não pertence à comunidade, nem mesmo consegue se tornar vanguarda destes setores, sua ação é muito mais voltada às autoridades que à educação política e mobilização das massas. Pela prática política, estes líderes não querem/conseguem se integrar à comunidade para liderá-la. De fato tentam solucionar seus problemas, como se fosse possível dar aos grupos populares uma revolução feita, ilusão vivida por muitos anos por certa intelectualidade de esquerda.

A ruptura entre as massas e os seus dirigentes reflete uma política populista praticada normalmente nos tempos de Goulart. Em *Sol sobre a lama* este comportamento político é apresentado sobre forma de tese. A fita, de Alex Viany, talvez aquela que tenha levado esta visão política às últimas conseqüências, é um dos seus mais significativos testemunhos.

Um comentário sobre o filme certamente seria elucidativo:

> Lá onde a ação popular fracassou, a ação legal junto a autoridades constituídas obteve sucesso. Donde se conclui que para resolver os problemas do povo, este, em vez de agir diretamente, deve solicitar às autoridades as soluções; e, de fato, as autoridades, embora haja sempre algumas intolerantes, resolvem os problemas.

23. Bernardet, J. C. *Brasil* em..., p. 63.

> É a vitória do reboquismo. É estabelecer a não-atuação popular como programa para o povo. É elevar ao nível do programa popular a tática governista que desde Getúlio Vargas consiste em esvaziar a possível evolução política para o povo.[24]

A aceitação e legitimação dos governantes, resultado concreto desta postura, e a descrença prática nas possibilidades de uma ação popular concreta como alternativa política fazem com que as fitas, não esquecendo outros enormes problemas impostos ao cinema brasileiro, não consignam um diálogo com o povo.

> Se os filmes não conseguiram esse diálogo é porque não apresentavam realmente o povo e seus problemas, mas antes encarnações da situação social, das dificuldades e hesitações da pequena burguesia, e também porque os filmes se dirigiam, de fato, aos dirigentes do país. É com estes últimos que os filmes pretendiam dialogar, sendo o povo assunto do diálogo. É aos dirigentes que se apontam as favelas e as condições subumanas de vida. Aqueles também são homens! Isso não pode continuar! Senhores governantes, façam alguma coisa![25]

Terminado este quadro geral da sociedade-cinema brasileiro podemos agora colocar a questão básica que orienta nosso anteprojeto e sua posterior realização. Acreditamos que seria fácil explicar a presença da ideologia populista nos filmes cinema-novistas realizados no centro-sul porque lá, além da presença marcante deste comportamento/ideário político em toda a fase pós-30, temos uma intelectualidade de esquerda fortemente ligada à política populista (vide ISEB etc.). Entretanto, diante do quadro traçado uma pergunta se impõe: por que as relações e idéias populistas impregnam os filmes do ciclo-escola baiano?

A esta pergunta tentaremos responder com a realização deste anteprojeto, testando as respostas esboçadas (hipóteses), que servirão de guias para encontrar as soluções concretas e corretas para o problema proposto.

Como já vimos, o pós-30 representou uma redefinição econômica e política para o Brasil. Buscaremos agora traçar um pequeno quadro da situação da Bahia — certamente falho, pois nos falta maior conhecimento de história da Bahia — para buscarmos nossas duas respostas para o problema proposto.

Com a hegemonia-econômico-política alcançada pelo centro-sul, será imposta ao Nordeste uma nova posição na divisão nacional

---

24. Bernardet, J. C. *Brasil em...*, p. 55.
25. Bernardet, J. C. *Brasil em...* p. 52.

do trabalho, bem como exigida a reestruturação política a partir do pacto político-social que está se gerando no sul entre a burguesia industrial-proletariado-oligarquia agrária. Uma série de fatores desta conjuntura histórica fará com que o populismo tenha pouca penetração no Nordeste.[26] A Bahia não foge a esta regra, ao menos em seu momento inicial. Aqui, a Revolução de 1930 será recebida pela elite baiana como revolução madrasta, tendo duas conseqüências da maior gravidade, segundo Clemente Mariani: [27] perda de prestígio político, inclusive pela incompatibilidade com o movimento vitorioso, e prejuízo com a política econômica do novo governo. Esta postura das elites baianas marcadamente antigetulistas (antipopulistas) terá, como veremos, importantes repercussões no Estado, antes precisamos observar o que acontece em Salvador.

O pós-guerra impõe uma nova divisão nacional do trabalho, tornando a indústria o centro dinâmico da economia. Isto terá amplas repercussões para a Bahia-Salvador. O avanço capitalista imposto fará com que hajam modificações importantes na vida baiana; grandes levas de baianos migram para o sul (em 1952, dos nordestinos chegados a São Paulo os baianos estão em primeiro lugar), mas a migração atinge também Salvador. No início dos anos 50, a seca é novo impulso ao abandono das terras. Aparecem as primeiras favelas em Salvador, e o centro comercial se desenvolve expulsando cada vez mais para a periferia as populações das classes dominadas. Começam as discussões e depois os trabalhos iniciais para exploração do petróleo. Inaugura-se a CHESF. A população de Salvador cresce de 290.000 (1940) para 417.000 (1950),[28] dando início à urbanização crescente, com o aparecimento das massas urbanas.

A elite dominante parece não querer perder o controle do processo de mudança. No governo Otávio Mangabeira são realizados diversos estudos sobre o Estado. Logo inaugura-se a CPE. A elite cada vez mais ganha concepções desenvolvimentistas, como a defesa da industrialização da Bahia, sua postura abrirá amplo espaço cultural para os setores burgueses e as classes médias, fora do quadro de uma cultura populista que se desenvolve no sul.

---

26. Oliveira, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
27. Mariani, Clemente. Análise do problema econômico baiano. In: Brandão, Paulo. *Textos sobre a economia baiana.* Salvador, UFBA, s/d.
28. Brandão, Maria. Salvador: por uma disciplina do crescimento horizontal. In: *Alternativas.* Salvador, ASEB, novembro de 1976.

Daí o clima cultural dos anos 50,[29] alimentado pelas grandes modificações econômicas ocorridas na região (por exemplo a implantação da Petrobrás). Em 1950 surge o Clube de Cinema da Bahia — cuja primeira exibição será realizada no auditório da Secretaria de Educação de Anísio Teixeira.[30] Aparecem revistas (*Mapa, Angulus* etc.), a Editora Progresso publica inúmeras obras de autores baianos, surge a jogralesca no Colégio Central, a literatura se encontra em ebulição, a arquitetura está presente nas construções do Hotel da Bahia e da Fonte Nova, estão circulando inúmeros jornais de idéias (*O Momento, Sete Dias*), a Universidade é criada, inaugura-se o Hospital das Clínicas e o reitor Edgar Santos incentiva as artes, criando as Escolas de Teatro, Dança e Música. Enfim, há um amplo debate cultural em determinados setores da sociedade baiana, mas a visão populista parece não estar ainda presente neste contexto ao menos de forma significativa). A implantação da Petrobrás modificará amplamente o panorama regional. Assim, na Bahia, "A presença do Estado como produtor direto através da Petrobrás havia criado condições semelhantes, relacionamento semelhante com a sociedade, quase da mesma natureza que no centro-sul".[31]

As repercussões da Petrobrás terão efeito multiplicador: a desagregação da já cambaleante economia do Recôncavo,[32] intensificando a migração para Salvador, a expansão do comércio em toda a região — em especial na capital, o aparecimento e/ou crescimento de cidades e vilas, o desenvolvimento da rede bancária (diversos bancos mineiros se instalam na Bahia, por exemplo), o aparecimento de outras indústrias (como fábrica de cimento em Aratu), a inflação que atinge toda a região, a criação de cursos na Universidade para aperfeiçoamento do seu pessoal técnico e o aumento substancial no operariado baiano.[33]

O fortalecimento de um proletariado industrial na Bahia, junto às relações grandemente populistas presentes nas empresas estatais

29. Silveira, Walter da. Uum filme de transição. In: *Deus e o Diabo na terra do sol.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. Setaro, André. *Panorama de cinema baiano.* Salvador, Fundação Cultural do Estado, 1976.
30. Setaro, André. Ob. cit., p. 10.
31. Oliveira, Francisco de. Ob. cit., p. 82.
32. Canuto, Tibério. A região metropolitana de Salvador. In: *Cadernos do CEAS, 45.* Salvador, Mensageiro da Fé, 1976, p. 6-7.
33. Azevedo, Thales de. Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia. In: Brandão, Paulo. *Textos sobre a economia baiana.* Salvador, UFBA, s/d.

é que "abrirão as portas" do Estado ao populismo, já que as massas urbanas vêm se formando desde os fins da década de 40.

O papel da Petrobrás na aceitação-difusão do populismo pode ser medido pelo seguinte texto: "O desenvolvimento da cidade deve-se ao comércio e ao petróleo; nos últimos anos têm-se desenvolvido o movimento do porto, a rede bancária, o grande e o pequeno comércio. Grande parte da atividade sindical e da luta popular deve-se aos portuários e aos operários da Petrobrás".[34] A passagem das décadas 50-60 já encontra o populismo presente na sociedade baiana, seja na atividade da CPE, em sindicatos e/ou pela presença de políticos, como Fernando de Santana, Valdir Pires e Virgildásio Sena. Mas o populismo apenas começa a se estabelecer na Bahia, quando o movimento de 1964 acontece. Daí se deriva nossa primeira hipótese: o populismo presente na sociedade baiana faria com que os criadores cinematográficos, consciente ou inconscientemente, o assimilassem e o refletissem em suas obras, mesmo porque os filmes baianos somente serão produzidos de 1959 em diante.

Entretanto, acreditemos que tal hipótese possa ser um tanto ou quanto simplificadora do complexo objeto em estudo, inclusive, se pensarmos na fragilidade do populismo baiano, na tradição elitista da intelectualidade baiana — mesmo a de esquerda — ou nas origens do movimento cultural e cinematográfico estadual. Por isso, propomos uma outra resposta, que, apesar de parecer oposta à primeira, pensamos ser complementar a ela.

A segunda hipótese privilegia as determinações supra-estruturais (diferentemente da inicial, que enfatiza os aspectos infra-estruturais): a presença do populismo nos filmes baianos seria explicado, prioritariamente, pela relação intelectual com as elites culturais do sul, onde predomina o populismo cultural. Esta hipótese daria importância ao papel de Walter da Silveira ("a ideologia suprema é a ideologia nacional") [35] e principalmente a Glauber Rocha ("a cinematografia baiana anseia por uma ideologia, e esta última lhe tem sido fornecida de forma caótica e improvisada pelos tateamentos apaixonados de Glauber Rocha").[36] O autor de *Barravento* tinha contatos, desde 1957, com um grupo de cineastas cariocas, depois

34. Bernardet, J. C. *Brasil em...*, p. 40.
35. Silveira, Walter da. *A grande feira*: origem e significado. In: *A grande feira*. Salvador, ACC da Bahia, 1963, p. 3.
36. Gomes, Paulo Emílio Salles. Perfis baianos. In: *A grande feira*. Salvador, ACC da Bahia, 1963, p. 13.

ativos participantes do Cinema Novo,[37] além de ter escrito estas linhas:

> Posso dizer que a minha iniciação cinematográfica no plano prático foi dada pelo Nelson. Ele influenciou profundamente na mudança das minhas concepções a respeito do cinema — eu tinha uma visão esteticista e formalista completamente afastada de nosso problema cultural. Decidi fazer cinema no dia em que vi *Rio 40 graus*(...) [38]

Conjugando cuidadosamente as determinações infra e supra-estruturais, esperamos obter uma resposta concreta para o problema estudado. Coisa que só ocorrerá com um trabalho de pesquisa que nos permite corrigir e completar estas respostas iniciais.

37. Rocha, Glauber. Cinema Novo, 2. In: *Angulus, 17.* Salvador, Centro Acadêmico Ruy Barbosa, 1961, p. 123.

38. Rocha, Glauber. O século está entrando numa barra pesada. In: *Revista de cabeceira do homem.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967, p. 55.

GETÚLIO VARGAS PARA CRIANÇAS: A EXCEÇÃO E A REGRA *

Edmir Perroti e Mirna Pinsky

A descoberta de uma biografia de Getúlio Vargas dirigida para crianças põe o pesquisador de literatura infantil frente a um fato inusitado na produção cultural para essa faixa etária: a tentativa de integrar a criança à esfera do político, pelo menos da forma explícita como se encontra em *Getúlio Vargas para crianças*.[1] E, ainda, se, por um lado, esse texto tem em comum com outras biografias, o fato de o biografado comandar o espetáculo, determinar o ângulo narrativo e funcionar como o centro de uma engrenagem ao redor da qual giram todas as outras personagens e acontecimentos, de outro, ele foi escrito três anos após a instituição do Estado Novo, ou seja, quando o biografado se encontrava vivo e no auge de sua carreira política.

Assim, ao estudarmos esta biografia, a partir de uma análise de texto, pretendemos levantar subsídios para se entender o significado da excepcionalidade do texto — sua contemporaneidade. Por isso dirigimos o trabalho para a compreensão das contradições que a narrativa impunha ao leitor, num movimento que fazia convergir as soluções para a figura do biografado. A partir daí, fez-se clara a construção do herói, esboçado como predestinado no momento da infância, confirmado, num segundo momento, através de seu esforço voluntário, para se traduzir na única opção digna de um país que se pretendia excepcional.

* Este trabalho contou com várias observações de Fúlvia Rosemberg.

1. Barroso, Alfredo. *Getúlio Vargas para crianças*. Ed. (?), 1940. (Ilustração de Fernando Dias da Silva.)

Esboçada a estrutura do texto, sua enunciação, procuramos fornecer alguns elementos dos conteúdos explícitos — os enunciados —, no sentido de se compreender como existiu entre os dois uma convergência de sentidos. Assim, o explicitado na relação Getúlio Vargas × povo, que se observa no interior do texto, é retomado na relação narrador × destinatário, relação externa que privilegia o primeiro em nome de um projeto que desenvolve relações desiguais de poder e que pretende justificar-se através do discurso.

Nessa medida, o estudo passa a ter um sentido que extrapola a área da produção cultural dirigida à criança e constitui-se subsídio para a compreensão de um momento político particular: o Estado Novo. Em outras palavras, se, de um lado, o estudo da produção destinada à criança revela a existência de um discurso com características próprias, de outro — e por isso —, poderá revelar aspectos da vida social que, normalmente, outro tipo de produção cultural poderá não deixar entrever.

Assim, se a relação narrador-destinatário, no texto em questão, privilegia o primeiro, sem o menor pudor, isso nos leva a pensar que o autoritarismo do narrador resulta de uma condição histórica que reserva um papel submisso à criança em sua relação com o adulto.

Ora, cabe, então, a pergunta. Por que um segmento populacional é destinado a um papel secundário dentro do jogo social? Por razões etárias, pode-se alegar. Contudo, o que é etário aqui, mais adiante não se transformaria em "ignorância", "falta de cultura", "indolência" etc., termos com os quais se tenta justificar a dominação?

Visto assim o problema, a dominação imposta à criança adquire outra dimensão, revelando-nos que a coerção exercida sobre ela não é nada mais nada menos que uma das faces de um movimento maior que atinge outros segmentos. Revela-se assim, a partir da leitura desta produção cultural dirigida à criança, uma das faces do sistema social que a veiculou.

Assim, se o Estado Novo produziu um discurso para a criança, e esse discurso deixa entrever a forma como ela era vista pelo momento — como futura produtora e futura sustentadora do sistema —, esse discurso, tal qual se apresenta, revela também e, principalmente, o regime em si. Regime imposto de cima para baixo e, talvez, por isso, incapaz de superar o estado de dominação que até hoje pesa sobre segmentos diversos de nossa população, desfavorecidos em nome das mais variadas razões.

Se à dominação ocorrida durante a vigência do Estado populista corresponderam medidas efetivas no sentido de amenizar a dor dos dominados, isto, contudo, não eliminou a disparidade de forças que a lucidez crítica não pode aceitar. Afinal, enquanto o homem for tomado por adjetivos que buscam justificar a dominação — infantil, trabalhador, aposentado, louco etc. — parece haver lugar para o inconformismo.

Esperamos, pois, que este trabalho seja lido de duas formas, que se complementam: como contribuição, de um lado, ao estudo da produção cultural dirigida à criança; de outro, como subsídio para a compreensão de um período que marcou profundamente a vida brasileira contemporânea.

CARTAS MARCADAS

Uma leitura, ainda que rápida, do texto deixa claro as intenções do autor: integrar o leitor-criança em um projeto político cujo expoente e mentor é Getúlio Vargas, homem capaz de levar o Brasil à conquista de "seus gloriosos destinos".

"Honremos Getúlio Vargas! Apoiemos decididamente as idéias triunfantes que ele realiza, dia-a-dia, para o bem do Brasil! Prestigiemos todos os seus passos e todos os seus gestos, porque com Getúlio Vargas o Brasil será unido e será forte e marchará, na senda da ordem e do progresso, para a conquista dos seus gloriosos destinos" (p. 112). É assim que o narrador encerra o seu discurso, explicitando a sua intenção. O uso da função conotativa mostra um discurso voltado para o destinatário e o uso da primeira pessoa do plural, o desejo de fazer o destinatário participar do universo do narrador, universo que se acha totalmente ocupado pelo projeto político e pela figura de Getúlio Vargas.

Contudo, a função conotativa não aparece senão na página final do texto, indicando de um lado que, se a intenção é a inclusão do destinatário no projeto getulista, de outro, pretende-se que essa inclusão não seja um ato de força, mas um processo brando de eficácia garantida. Branda, mas firme, a atitude do narrador em direção ao leitor, segundo o anunciado no texto, repetirá a atitude de Getúlio Vargas em direção ao povo: Getúlio Vargas é "a bondade em pessoa", "ouve a todos, atende a todos", ao mesmo tempo que é "corajoso e decidido" (p. 110).

Assim, ao invés de se tentar impor ao destinatário o getulismo, procura-se outorgá-lo. A dádiva, contudo, não esconde o caráter

autoritário que lhe é inerente em tais condições. Antes, o jogo narrativo procurará, durante todo seu transcorrer, esconder essa faceta sob o tom paternal, manifestando-se mais expressamente somente no final.

Na verdade, se o tom é brando durante todo o discurso e somente no final adquire dimensões mais ríspidas, nem por isso a atitude deixa de ser a mesma durante todo o seu transcorrer. Dotado de um poder, o poder do discurso, o narrador utiliza-o, articulando sua fala de tal forma que não sobra espaço para o destinatário tentar respostas outras que não as do narrador mesmo. As cartas do jogo estão, portanto, marcadas.

Dessa forma, a dávida que poderia ser entendida como uma ação do outorgante em direção ao outorgado, objetivando uma promoção do último, ao contrário, visa a enredar o segundo no universo do primeiro, sem consentimento refletido.

Compete, pois, verificarmos como isso ocorre, a fim de sabermos se estamos tratando da regra ou da exceção. Ou, ainda, das duas coisas: exceção e regra.

EM BUSCA DO HERÓI

O estudo das estruturas narrativas deste *Getúlio Vargas para crianças* indica que o texto mantém, do ponto de vista de sua enunciação, uma forte unidade que consiste na repetição sistemática de um procedimento dado: a criação de contradições e a sua posterior resolução. Trata-se, portanto, de uma enunciação monocórdia que opera a diversidade somente ao nível dos enunciados. Assim, cabe aqui relatar quais foram as contradições criadas pelo narrador ao longo de seu discurso e quais as soluções dadas a elas.

O texto principal pela apresentação do Rio Grande do Sul. Este é um espaço privilegiado, "de grandeza e heroísmo", onde "legendas decorrem em cenários de epopéia". Contido neste gigante, encontra-se o singelo município de São Borja, terra de dedicados pastores. O grande e o pequeno aparecem, pois, aí, e convivem harmoniosamente nessas paragens que espelham e que são um espelho de seus ocupantes. As primeiras contradições estão, portanto, formuladas e solucionadas pelo narrador. Grande × pequeno, terra × homem são conflitos superados no Rio Grande do Sul.

Nesse cenário idealizado surge Getúlio Vargas, para quem, desde o início, serão transferidos os atributos da terra. Contudo, Getúlio Vargas, informa o narrador, "mais do que qualquer outro", sentia a ligação com a terra, sendo, portanto, um privilegiado dentre os

privilegiados. Surge, assim, nova contradição, resolvida em Getúlio: o único e o vário. Tal caráter justificará a ascendência de Getúlio sobre os elementos que participam de seus grupos de infância e adolescência bem como a posição que ocupará mais tarde em seu Estado natal. Assim, Getúlio Vargas participará das brincadeiras de seus colegas de classe, mas enquanto comandante de "combates simulados, tal como o jovem Napoleão Bonaparte na escola de Brienne" (p. 12). Assim, participará de "brigas de papagaios de papel", dirigindo-as. Assim, qualquer desrespeito "dos amiguinhos para com sua criação de bicho da seda era imediatamente coibido com palavras e conselhos do jovem Vargas, que fazia valer os direitos dos indefesos bichos da amoreira" (p. 14).

Mas, se Getúlio Vargas sentia "mais que qualquer outro" a ligação com a terra, o telurismo não é marca suficiente para justificar o herói. A nova época nasce sob a ideologia do progresso, do avanço técnico e material que só o refinamento da cultura acadêmica pode propiciar. Getúlio Vargas vai então para a escola, revela-se aluno brilhante e dedicado, é orador da turma, soluciona, enfim, a contradição natureza × cultura.

Assim, "plasmada a mentalidade" conhecendo de perto "os homens e os livros", conforme indica o narrador, Getúlio Vargas pode dar início à sua ascensão política. Constituiu-se o herói, compete agora realizá-lo.

A ASCENSÃO POLÍTICA: OU DE COMO UM PRESIDENTE PARTE EM DIREÇÃO AO SEU DESTINO

O destino, ao dotar Getúlio Vargas de um caráter dual, reunindo nele, como já vimos, o vário e o único, assegura-lhe condições para a liderança dos gaúchos. Contudo, o destino, aqui, não se realiza sem a intervenção do herói. Cabe a este realizá-lo, através do esforço pessoal. Assim, é mediante seus próprios esforços que Getúlio chega ao poder local. Ou esforços do narrador, pois este, antes de entronar o predestinado, enumera exaustiva e insistentemente as ações de Getúlio Vargas, ressaltando aí sua tenaz vontade. Dessa forma, enquanto o Rio Grande do Sul aparece como ilha de paz, sob Getúlio Vargas, "a desorganização política imperava em todo o território nacional, os cabos eleitorais transformavam-se em pequenos caudilhos regionalistas, impedindo qualquer surto de progresso e renovação". Forjada a contradição, o narrador pode introduzir a solução. E é o que efetivamente faz: "Getúlio Vargas sabia disso e pensou decididamente em dar remédio à desordem" (p. 34). Daí à Revolução de 30 é um passo.

DO PRESIDENTE À CONSTRUÇÃO DO DITADOR E O DESEJO DE VÊ-LO MANTIDO NO PODER

A Revolução, segundo informa o narrador, não conseguiu, contudo, dar ao já então presidente e ao país a paz necessária para o trabalho, meio de o Brasil chegar a seus "altos destinos". "Baderneiros", "a soldo de idéias estranhas aos interesses nacionais" atrapalhavam o presidente em sua missão de arrancar o país do atraso em que este se encontrava para levá-lo em direção à sua vocação: o progresso. Assim, resguardadas as características próprias de cada uma, todas as tentativas de rebelião contra Getúlio Vargas aparecerão como tentativas de desviar o país de seu destino. Compete, assim, eliminar com firmeza o que se opõe. E Getúlio Vargas realiza isso com perfeição.

Mas não são somente as agitações ocasionais que obstruem a marcha da nação em direção a seu destino. Segundo o narrador, a vida política institucional é o que, sobretudo, atrapalha a marcha. Assim, é forçada mais uma contradição — trabalho × vida política —, a fim de justificar a sua eliminação pela diluição dos opostos em Getúlio Vargas. Para isso, o narrador institui um paralelo entre as duas categorias: "Enquanto os representantes do povo preparavam a nova carta política do país, Getúlio Vargas continuava trabalhando" (p. 54). A seguir, força uma oposição entre os dois termos, nomeando exaustivamente as realizações de Getúlio, as quais contrastam com a atividade única da Assembléia Constituinte e atividade mal solucionada: "A constituição de 1934 não preencheria os seus fins e a agitação das idéias voltaria a ameaçar a tranqüilidade nacional", diz o narrador à p. 76.

Assim, se a vida política é desestabilizadora, cumpre criar um modelo político que harmonize os contrários: O Estado Novo. O caráter do herói e o caráter do modelo adequado à nação se encontram, situando-se acima da contradição. O país achou sua identidade; o modelo getulista é a solução que se interpõe entre o passado e o futuro.

Vencidas as contradições, governo e povo se encontram em Getúlio Vargas. Sendo as duas coisas ao mesmo tempo, este é o condutor que se afina perfeitamente aos interesses dos conduzidos, exprimindo-se com este, por este. O ditador tornou-se indispensável.

E o leitor, a que assistiu? A um jogo retórico, criado para enredá-lo mais facilmente nos propósitos da narrativa. Esse jogo, por sua vez, estaria montado sob critérios que pertencem à esfera da lógica. Assim, dada uma proposição, apresenta-se a seguir uma

outra que a ela se opõe e que por isso gera tensão, criando-se, dessa forma, espaço para a intervenção de um terceiro elemento superador da tensão. Em outras palavras, o narrador cria artificialmente um conflito, solucionando-o através de Getúlio, que termina, assim, elevado a alturas únicas. O narrador justifica, pois, o ditador.

A lógica (tese/antítese/síntese) passa, no caso, a disfarçar o autoritarismo do narrador, que não oferece, dentro do jogo, opções para o leitor modificá-lo. O narrador cria a História, determina-lhe os rumos, tentando conduzir o leitor ao que ele, narrador, pretende: o culto da ditadura e do ditador.

A manipulação do código é, pois, tentativa de manipulação do leitor. O contexto penetra o texto. O projeto populista em sua versão getulista tenta alcançar a criança.

Tal jogo com a estrutura responde a necessidades que a leitura dos conteúdos evidenciam. Na verdade, o projeto getulista é um projeto ambíguo, pois, da mesma forma que encontra sua força no povo, trata o povo como força inexpressiva, fraca e passiva, justificando, assim, a necessidade de intervenção de um terceiro elemento estabilizador. Vale a pena, pois, acercarmo-nos da idéia de *povo* que transparece no texto, a fim de compreendermos melhor a face que o discurso assume aqui.

O POVO

No texto, *povo* é sinônimo de população brasileira. Abolindo as classes, a polarização se faz. De um lado, o Estado; de outro, o povo; Getúlio a reuni-los.

Aos governados é reservado um papel passivo, basicamente de suporte para as ações de Getúlio, tanto que em algumas passagens, o *status* de *povo* só é conferido a quem apoie os passos do líder. Quem se lhe opõe é taxado de desordeiro, agressor, mercenário a soldo estrangeiro etc. Ou seja, os "outros" são qualificados pela negativa, como na p. 50: "mas o velho espírito decaído dos chamados 'políticos carcomidos' não perdia ocasião de prejudicar, em conspirações e agitações públicas, a obra renovadora do governo de Getúlio Vargas".

Assim, é no aplauso mudo ou explícito que o povo é trazido para o texto. Aplauso mudo, traduzido num comportamento eficiente, produtivo (p. 88) que é interpretado, pelo narrador, como um sinal da satisfação do povo com respeito à Constituição outorgada por Getúlio; mas também um sinal da adequação do rumo escolhido

por Vargas, uma vez que daí para a frente se poderia trabalhar em paz. E aplauso explícito, como o encontrado à p. 82: "Sua coragem foi exaltada sinceramente por todo o povo brasileiro que, ainda uma vez, depôs as homenagens de sua admiração aos pés desse corajoso e indomável gaúcho". Ou, como na p. 86: "O Estado nascia assim, em atmosfera de satisfação geral".

Mesmo em situações em que ele, povo, pode surgir como sujeito da ação, passa, através da munipulação do narrador, a um papel secundário. Como na p. 33, onde há a ilustração de um campo de trigo com três homens trabalhando em primeiro plano e outro passando ao fundo, guiando um arado. A legenda se refere a Getúlio e diz: "criou e organizou o serviço de Agricultura; impulsionou, decididamente, a plantação de trigo..." O produto agrícola, assim, não é resultado do trabalho do povo, mas deve-se a Getúlio que trabalhou sem cessar e impulsionou a agricultura, como também criou escolas etc. Assim, a ação concreta do homem comum fica banalizada, neutralizada, em benefício de Getúlio Vargas, que se torna sujeito da ação. Esse procedimento se repete em outros pontos do texto.

A manipulação do narrador também se dá quando ele passa a se erigir em porta-voz do povo. Na p. 38 diz ele: "as urnas falaram como o Governo quis que elas falassem" e que "O povo inteiro, ofendido em seus verdadeiros brios, não se poderia conformar com esse resultado impossível e falso". Assim, falando pelo povo, o narrador depõe a favor de Vargas. Novamente o apoio do povo a Getúlio. Imediatamente após isto, no entanto, há uma grande ênfase na responsabilidade de Getúlio sobre estes acontecimentos, passando o povo para um plano secundário e até saindo de cena. Na p. 44, volta à sua condição de fornecedor de aplausos: comemorando "festivamente a deposição do governo de uma república que faltara aos compromissos assumidos para com a Nação".

Enfraquecido e confinado pelo narrador a um papel sem importância, o povo está na medida certa para merecer um comportamento paternalista por parte de Getúlio: "Aos operários (que ninguém antes havia protegido) Getúlio Vargas deu leis de efetiva assistência: leis de férias, leis de pensões e aposentadorias (...) O operário recebeu de Getúlio Vargas os mais paternais cuidados" (p. 60). Assim, as conquistas do povo são atribuídas à generosidade de Getúlio.

Recebendo o tratamento de um pai, a conseqüência é a eliminação das "agitações de classe e as sementes de desordem tão costumeiras em outras épocas". Assim, como não há reivindicações e

conquistas de classes, porque não há classes, os conflitos sociais são resolvidos através de um comportamento paternalista. Alcançada a tranqüilidade social, eliminado, como vimos, o fantasma da política que impedia o progresso do país, realizável através do trabalho produtivo, o povo todo se reúne em torno de um ideal comum: a pátria. Defendido do perigo interno (comunistas, agitadores) através da ação do Exército, unificado em função do perigo externo do qual a Marinha o protege, o povo está próximo a realizar, pelo trabalho, "os desejos de engrandecimento aninhado em cada coração brasileiro".

Assim, poderíamos avançar a hipótese de que o discurso populista expõe uma prática populista que consistiria na tentativa de eliminar a contradição em favor do mito. Neste caso, o Estado getulista. Mas até onde isso não se repete em outras práticas, na nossa prática, é o grande desafio.

Para concluir:

Quando comparada à produção biográfica disponível no país, esta biografia de Getúlio Vargas parece se situar entre o comum e o excepcional, o que lhe confere, e ao momento histórico em que se situa, um grande interesse heurístico.

Comum é a tentativa de se impingir ao destinatário — a criança e o jovem — um universo modelar e necessário que desemboca em um discurso demonstrativo, cujo desfecho é o esperado. É comum, pois, a tentativa de condução do leitor na direção do produtor-reprodutor dentro do modelo proposto.

A grande excepcionalidade deste texto é sua atualidade. Para quem está habituado a lidar com produção literária para crianças e jovens o fato de um momento político destinar a seus jovens uma produção literária atual chama a atenção, habituados que estamos a relegar nossas infâncias a "uma contemporaneidade do passado". Daí, as curiosidades suscitadas extrapolam em muito o texto, aproximando-se do contexto: Qual o significado social da criança neste período? Por que o projeto getulista incluiu a criança no povo, dirigindo-lhe ação proselitista? O conhecimento desta circunstância excepcional incita, portanto, não apenas a curiosidade sobre a infância e a produção cultural dirigida a ela, mas também sobre o que o conhecimento desses elementos pode trazer para a compreensão do período.

Esta contemporaneidade entre texto e momento histórico gera também, no próprio texto, outra excepcionalidade, quando comparado a outras biografias de homens ilustres: a impossibilidade de se escamotear, ou minimizar, as contradições, ou, pelo menos, a opo-

sição. Quando se relata a biografia de um vulto histórico do passado, a visão da historiografia oficial pode, sem muito esforço, ser transmitida, e com ela a minimização das contradições, dos conflitos, e da oposição. A história foi vivida. O homem ilustre aparece depurado. Ele é biografado, e enquanto tal, excepcional, um modelo talvez.

Ora, a biografia de Getúlio Vargas traz a história para o atual. O biografado está vivo, é o político mais importante do país e o homem que acaba de instituir (três anos antes), o Estado Novo, uma forma autoritária de governo. É preciso fortalecer esse homem de hoje. Assim, através da manipulação habilíssima do tempo da narrativa, quebrada sistematicamente pela introdução do presente histórico ou pelo tempo do narrador, o conteúdo é manobrado na direção desejada. Demonstra-se a predestinação de Getúlio, assegura-se a continuidade de seu caráter (integridade, bondade, eficiência, capacidade de trabalho), envolve-se o leitor pelo tempo compartilhado e, mais freqüentemente, rompe-se com a tensão do narrador, antecipando um final feliz para o conflito que se avizinha, convergindo tudo para a figura do herói. Ou seja, através de um jogo de passado × presente, o reforço do presente: a conclusão de que Vargas é o homem certo para levar, da forma que determinou, o país ao encontro de seus grandes destinos. Críticas, contradições e oposições não poderiam ser eliminadas, pois outras fontes de informação as desmentiriam. Então, recupera-se a oposição política, transformando-a em instigadora do bom-trabalhador. Diferindo das demais, esta biografia não toma a dinâmica da ação do ciclo de vida do herói biografado, mas de uma oposição maniqueísta: o trabalho bom × a ociosidade política. A revolução do progresso não pode considerar a lentidão do jogo democrático. O modelo getulista se impõe no vazio forjado pelo narrador.

O Conto na Década de 70: Popular ou Populista?

Ligia Chiappini Moraes Leite

Este trabalho tenta resumir algumas conclusões de uma pesquisa em andamento sobre o nacional-popular na literatura brasileira, bem como de um texto feito com mais outras três pessoas [1] sobre alguns contistas brasileiros da década de 70.

Trata-se, sobretudo, de expor algumas idéias sobre o conto nessa década, sem querer, como pode parecer o título desta comunicação, classificar ou rotular uns e outros de popular e/ou populista, mas, ao contrário, pela análise de toda uma problemática mais amplas, mostrar como esses rótulos são precários e como, nessa relação, aparentemente dualista — popular-populismo —, há outras variáveis a considerar.

Pode-se dizer que nos contos publicados na década de 70 se revela um desejo de "falar do povo" ou "dar voz ao povo", entendido como as camadas subalternas da população brasileira: o operário, o bóia-fria, os marginais.

1. Trata-se de Neyde Rezende, Suzana Ancona Lopes e José Dias, que foram meus colegas no seminário sobre Dependência e Literatura Latino-Americana, dirigido por Luiz Bocaz, na Ecole de Hautes Etudes, de Paris, contexto no qual foi apresentado esse trabalho, que tinha aproximadamente oitenta páginas, contendo análises detalhadas de obra de oito contistas e referências breves a uma série de outros.

Um resumo, não tão breve como este, do mesmo trabalho, mantendo algumas das análises que comprovam as conclusões aqui apresentadas, sairá brevemente na revista do Cedec. Tal resumo terá aproximadamente vinte páginas e será fruto do trabalho do grupo todo, que reviu e reescreveu o texto original, ao contrário do presente texto, cuja responsabilidade assumo inteiramente.

Se formos rastrear esse desejo de falar o povo, assim entendido, na história da literatura brasileira, vamos encontrar antecedentes, pelo menos a partir da segunda metade do século XIX, começo do XX (Lima Barreto, Manuel Antônio de Almeida, Aluísio de Azevedo, o regionalismo, de um modo geral), sendo que, depois de 1930 isso se percebe de forma muito mais marcante.

A crítica dessas tentativas já demonstrou como esse desejo muitas vezes se concretiza na visão artificial do povo, pela mediação do intelectual que, na verdade, fala de si mesmo ao tentar falar do outro (de classe, de raça e/ou de cultura).

A partir de 1930, especialmente, o popular na literatura tem como contraface, muitas vezes inevitável, o populismo. Os críticos de Jorge Amado entram em cheio nessa polêmica, como aponta um ensaio recente de Roberto Ventura (em *Encontros com a Civilização Brasileira*). Mas essa crítica se limita muitas vezes a rotular, sem descer ao fundo das questões que estão implicadas nos rótulos que aplica. Daí a cautela a guardar, atacando a questão do popular e do populismo, indiretamente, para esclarecê-la, como manda a dialética, com a ajuda de vários desvios. É um pouco o método que se tenta nesta análise dos contos.

O *corpus* sobre o qual nos debruçamos foi misto: constituído de autores que foram lançados em livro em 1970 e, de outros que, tendo começado a publicar em 1960, se tornaram conhecidos na década seguinte, e aparecem muitas vezes em publicações conjuntas com os mais jovens (veja-se o número especial da revista *Realidade Extra* sobre os "malditos escritores", os contos reunidos em *Ficção,* a participação dos contistas em jornais como *Movimento,* ou antologias: *Antologia escolar, Antologia dos escritores paulistas, Antologia dos gaúchos etc.*).

Sendo grande o número de contistas que tínhamos para estudar (falava-se num *boom* que apelidamos de "*boom* tupiniquim"), optamos por aprofundar o estudo de alguns livros de João Antônio, Roniwalter Jatobá, Murilo Carvalho, Tania Faillace, Wander Pirolli, Luiz Vilela, Deonísio da Silva e Domingos Pellegrini Jr., abordando mais genericamente os outros, reunidos num *corpus* considerado de controle: Aguinaldo Silva, Marcio Souza, Antonio Torres, Álvaro Cardoso Gomes, Socorro Trindade, Abel Silva, Luis Puntel, Sergio Faraco, Moacyr Scliar, Oswaldo Viera, Antonio Bulhões, Elias José, Rubem Mauro Machado.

Resumindo grosseiramente as principais conclusões do trabalho, pode-se dizer que, na maior parte dos contos estudados, existe um desejo de fazer literatura comprometida com a realidade histórica do

Brasil, no auge da repressão e da censura. O conto parece querer cumprir a função que é negada ao jornal, daí o seu parentesco com a crônica. Mesmo aqueles que poderíamos situar numa corrente mais intimista ou, até, os que querem trilhar as vias do fantástico estão presos à denúncia da fome, da tortura, da miséria material e moral do povo e do intelectual sob a ditadura.

Há os que se declaram mesmo "escritores malditos", assumindo a condição de adversários dos "donos do poder", dispostos a revelar "os intestinos da realidade brasileira" (expressão de João Antonio), a chocar pela temática e pela forma que se quer tosca, bruta, como a realidade que representa. No programa de João Antônio que, no trabalho em questão, analisamos longamente, essa posição fica bem clara. Fica claro também que, tanto o intelectual que quer falar do marginal, como é o caso de João Antonio, do operário (Roniwalter Jatobá), do bóia-fria (Murilo Carvalho), como aqueles que oscilam entre as classes subalternas e a classe média (fazendo crítica das instituições básicas do modo de produção capitalista e da posição das camadas médias, especialmente dos intelectuais, dentro delas, como a escola e a família), se consideram povo, mais povo do que certamente se consideravam os escritores funcionários públicos anteriores à década de 50.

O escritor, aqui, trabalhador assalariado, lutando com dificuldade para se manter como professor ou jornalista, escrevendo seus contos apressadamente, nas horas vagas, nos feriados e domingos (conforme depoimento de muitos deles), parece introjetar na sua escrita e proletarização da classe média que, enquanto proletarizada, sente-se mais próxima das camadas pobres.

Mas, junto com esse movimento de identificação, há um movimento de separação que, também se revela nos textos, e que persegue a tradição da categoria dos intelectuais, como uma "casta" à parte. Isso é evidente tanto naqueles que se declaram marginais ao sistema (caso de João Antonio), quanto naqueles que, ante a dificuldade de falar do povo, se limitam a desenvolver pela ficção uma reflexão crítica sobre a sua própria classe: a classe média e, dentro dela, a categoria dos intelectuais em que se enquadram.

Desse impasse e dessa oscilação nos fala Domingos Pellegrini Jr. numa entrevista à revista *Escrita,* comentando na sua própria obra essa dualidade: desejo de falar do povo; necessidade de falar de si mesmo.

Analisando os vários contos, tanto do ponto de vista temático quanto do ponto de vista formal, chega-se à conclusão que esse impasse se corporifica em certas constantes: do tema da imigração

ao caráter autobiográfico de muitos contos; deste, ao uso do foco narrativo que se confunde com as personagens, assumindo uma perspectiva interna, através de um indireto livre que, no entanto, volta e meia deixa transparecer a distância do intelectual em relação ao povo e a idealização da vida pobre resvalando da intenção de ser popular para um resultado populista.

Os próprios autores muitas vezes, como acontece na entrevista citada de Pellegrini, analisam, ou em relação a si mesmos, ou em relação aos outros, essas limitações e esse impasse. Assim, na crítica que Rubem Mauro Machado faz a João Antônio:

> Começa a aparecer uma literatura proletária (...) ao contrário de alguns anos, quando só se falava e endeusava o malandro, o marginal (vide João Antonio), o que não deixava de ser uma maneira de escamotear os problemas da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que os escritores de classe média pacificavam sua má consciência. (Depoimento.)

Às vezes, a crítica fica nessa mera condenação da camada social tematizada pelos contos; outras, ela desce à maneira artificial de representar as camadas populares, como a crítica que João Antonio tece a Murilo de Carvalho, sobre a incapacidade deste penetrar no mundo interior de suas personagens, reduzidas a tipos pitorescos, observados de fora, imóveis como em um quadro.

Em outras, o que se tematiza são os limites mesmo do próprio projeto: "Num país em que a maioria é analfabeta ou semialfabetizada, e os poucos alfabetizados estão totalmente sob o jugo da cultura de massa e dos sucessos editoriais pré-fabricados nas matrizes multinacionais (...) Ser intelectual no Brasil é ter uma consciência incômoda, é sentir-se supérfluo, e, ao mesmo tempo, anacrônico". A citação é de Tania Faillace em depoimento a nós enviado. O mesmo problema aparece em um dos seus contos, "O momento", que retrata uma discussão à mesa de um bar, um momento de "papo", onde o importante é usar do poder da palavra, sob a ilusão de que falar garante a não omissão. A personagem, uma mulher, entra e sai da discussão, refletindo e saboreando o eco de suas palavras, nas quais ela própria não acredita:

> Assim, aos poucos, sem nada querer e pretender acabou dormitando sobre idéias e palavras (...) Era isso viver, ser gente? os outros negavam, insistiam, ser gente é pensar, criar no abstrato, fazer coisas fora de si. Ela concordava, por vezes.

Escrever contos, para muitos deles, é às vezes sentido claramente como uma busca não tanto de falar o povo, mas de entender-se

a si mesmo e a sua relação com o povo que sabem explorado e faminto. Escrever, como num conto de Antonio Torres, é tentativa de compreender, mas é também simples catarse, sublimação da miséria e da loucura:

> Escreve-se porque se gosta de escrever, porque se tem isso no sangue, porque ou se escreve ou se morre ou se fica louco antes do tempo. Escreve-se por vocação ou por provocação ou simplesmente para se reinventar (ou inventar) um mundo pessoal possível. (Antonio Torres, depoimento.)

Muito se tem falado da forma fragmentária do romance da década de 70, aparentado ao jornal e à crônica. É ainda a idéia de fragmento que explicaria, para Domingos Pellegrini, e muitos outros, a proliferação do conto nessa época. Há também quem identifique um movimento curioso de totalização dos contos numa narrativa coesa maior, e de fragmentação do romance em pequenos contos independentes. Também já é um pouco lugar comum falar da crise da literatura e da fragmentação da forma literária como sintoma da perda da dimensão da totalidade, perda de uma visão coerente do mundo. Há quem fale em crise de identidade do escritor classe média no mundo e no Brasil de hoje. Tudo isso podemos localizar nos contos estudados. E, comparando a produção da década de 70 com a das anteriores, sente-se a perda quase total das utopias. A literatura de 70 é uma literatura descrente de utopias, ou uma literatura de pobres utopias, mediana como é média a classe que a produz. Isso parece ser algo de certa forma proposital. Os contos parecem querer afirmar a mediocridade como única produção possível nessa conjuntura.

Assim é que, desiludida das utopias sonhadas e falhadas na década de 60, a literatura de 70 oscila entre o desejo de ser realista, o simples projeto de ser documentário, substituindo o jornal censurado e silenciado e a impossibilidade de ser prospectiva, coerente, épica.

Daí a tendência para o fragmento e o alegórico. O intelectual que agora alegoriza, transformado de funcionário público em trabalhador assalariado, sente-se mais povo. Mais uma das ilusões da classe média? Ou possibilidades novas para o salto-político-participante? É o que resta como questão para esta década de 80 e "abertura".

Tematizar o bóia-fria, o operário, o marginal, jornalisticamente por *flashes,* fazer a autocrítica do intelectual ingênuo e populista da década de 60, denunciar realística ou fantasmagoricamente a censura e a tortura, foram tarefas que o conto e o romance-mosaico de 70

se impuseram, como formas possíveis de resistência. Um projeto, pelo menos na intenção, cada vez mais popular, coletivo, na indiferenciação do "guarda-chuva" homogeneizante das oposições pré-78. Projeto cada vez mais popular e cada vez mais nacional, enquanto tematiza aspectos muito concretos da vida de brasileiros, concretamente definidos. Projeto mais nacional, enquanto aproveita formas de narrar transmitidas já pelo menos desde o Modernismo brasileiro. Projeto de elite, enquanto se enreda muitas vezes nas obsessões dos próprios intelectuais e mitifica mais uma vez o povo que quer observar e expressar. Projeto mais cosmopolita, enquanto incorpora tudo o que cai na rede: do fantástico hispano-americano ao brutalismo ianque.

Brasileira pela pequenez, pelo "complexo de diminuição" (a expressão é de Antonio Candido) que ainda carrega, essa literatura será vista por uns como produto pobre de um "tempo de homens partidos", como retrocesso em relação às grandes obras do passado. E, por outros, como prenúncio de algo novo que não podemos medir com os mesmos instrumentos, tão nossos quanto herdados, com que nós — críticos — lemos e avaliamos as obras literárias.

O Populismo e a Educação: Uma Tentativa de Síntese

Moacir Gadotti

O período da história brasileira chamado de *populista* é extremamente rico e contraditório para que possa ser simplificado numa curta sinopse. Rico em movimentos sociais e políticos e em transformações econômicas, foi também um período de muita agitação de idéias pedagógicas, marcado por longos debates em torno de várias reformas educacionais.

Embora seja difícil estabelecer um critério para a sua periodização, havendo controvérsia entre historiadores e politicólogos, sobretudo quanto a delimitação de suas fases, para efeito de apresentação dessa síntese, consideramos *período populista* os anos compreendidos entre 1930 e 1964. Dividimos esse período em *duas fases*, tomando a data de 1945, com o fim do Estado Novo, como linha demarcatória.

Por "período populista" entendemos o período em que a classe hegemônica, dominante no final da Primeira República, formada notadamente por latifundiários cafeicultores, é forçada a dividir o poder com a nova classe média burguesa emergente urbano-industrial. O período se caracteriza, portanto, por uma passagem do processo econômico onde predominava a atividade agroexportadora, para um processo econômico onde predomina a produção industrial e, conseqüentemente, o que é chamado de "substituição de importações". Nessas duas fases completa-se o *ciclo de unidade e ruptura* da aliança *policlassista* (aliança desenvolvimentista, pois era essa a ideologia que cimentava essa aliança) e que vem caracterizar propriamente o populismo, do ponto de vista político. Esse caráter é que o torna um movimento em tensão constante e, portanto, que possibilita o jogo de pressões de ambas as partes.

É somente no final da segunda fase que essa aliança se torna insustentável, com a nítida afirmação dos interesses antagônicos em jogo e a tensão sendo insuportável, a burguesia industrial consolidada não hesitou em usar da violência para impor a sua ditadura formando um novo *bloco industrial-militar,* amparado pela burguesia internacional.

PRIMEIRA FASE (1930-1945): REFLEXOS SOBRE A EDUCAÇÃO

Ao *ensino oligárquico,* nitidamente elitista (tradição que vinha desde a Colônia, onde a Igreja detinha o monopólio da educação), os novos "pioneiros" da educação opunham outra concepção: uma educação fundamental, universal, voltada para o trabalho produtivo, baseada no modelo norte-americano. Por isso, o final da década de 20 e o início da de 30 foi marcado pela *pregação liberal* da educação que defendia a gratuidade, a obrigatoriedade do ensino primário, bem como a laicidade e a co-educação. Essa pregação opunha-se à concepção dominante na educação, representada pelos católicos. Concretamente, católicos e liberais se defrontavam para garantir a hegemonia de sua concepção na elaboração da *Carta Constitucional* de 1934.

A luta dos inovadores liberais começara por volta de 1924, quando se reuniram em torno de uma associação, a ABE, criada naquele ano e que culminou em 1932 com o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova* e a realização de várias Conferências Nacionais de Educação, entre as quais as mais importantes desse período foram a IV e a V, nas quais as duas ideologias se defrontaram. Como diz Otaíza de Oliveira Romanelli,

> (...) é possível perceber que, subjacentes aos objetivos explícitos dessa luta, estavam, na verdade, objetivos implícitos, que consubstanciavam o verdadeiro sentido do movimento. A reafirmação dos princípios e valores da educação confessional significa, em realidade, a determinação dos grandes grupos, que até então vinham monopolizando o ensino, de impedir, a todo custo, a perda desse monopólio que a ação do Estado naturalmente haveria de acarretar.[1]

Para o *Estado nacional-populista* a escola representava o instrumento ideal para a *disseminação da nova ideologia desenvolvimentista,*

1. Romanelli, O. de Oliveira. *História da educação no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1978, p. 130.

isto é, o mito do desenvolvimento capaz de produzir o bem-estar de todos, independentemente de classe social. Como diz Marx em *O Capital,* a implantação do capitalismo financeiro e da grande indústria supõe a cooperação e a nova burguesia encontrava na educação um instrumento para prepará-la.

Dessa forma, a sociedade política que já exercia sua hegemonia sobre todas as instituições da sociedade civil impõe a sua hegemonia sobre as instituições de ensino.

Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde. Seu primeiro-ministro (Francisco Campos) cria o Conselho Nacional de Educação ao mesmo tempo em que reforma o ensino secundário; cria o ensino comercial e estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras (Reforma Campos).

A *Constituição de 1934* estabelece a elaboração de um *Plano Nacional da Educação,* institui a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e declara o ensino religioso facultativo, transformando o sistema escolar num verdadeiro "aparelho ideológico do Estado".

A *Constituição de 1937* introduz o *ensino profissionalizante* e a obrigatoriedade das indústrias e sindicatos de criarem escolas de aprendizagem. Além de declarar obrigatória a disciplina de educação moral e política.

Em conseqüência, são criadas em quase todos os Estados as *escolas técnicas profissionalizantes* exigidas pelos vários ramos da indústria, que necessitava de maior qualificação e diversificação da força de trabalho. Essas escolas eram destinadas apenas aos filhos das classes trabalhadoras. A escola torna-se assim um aparelho de reprodução da mão-de-obra, da reprodução da divisão social do trabalho e da ideologia dominante, consolidando a estrutura de classes.

O quadro abaixo nos mostra a evolução do ensino oficial e a involução do ensino particular em relação ao *ensino primário*:

Estabelecimentos e matrículas	*1933*	*1945*
N.º de estabelecimentos oficiais	21.726	33.423
N.º de estabelecimentos particulares	6.044	5.908
N.º de matrículas no ensino oficial	1.739.613	2.740.755
N.º de matrículas no ensino particular	368.006	498.085

Fonte: IBGE/MEC. *Brasil: séries retrospectivas, 1970.* Rio de Janeiro.

SEGUNDA FASE (1945-1964): REFLEXOS SOBRE A EDUCAÇÃO

A formação do *Estado populista-desenvolvimentista* parece, nessa segunda fase, não encontrar inimigos. A aliança entre o empresariado e os setores populares, atrelados notadamente ao Ministério do Trabalho, contra as antigas oligarquias, parecia estável. Mas, o *capital estrangeiro,* muito bem aceito no início, torna-se, pouco a pouco, o verdadeiro inimigo interno. Ele viria cavar o fosso que levaria ao rompimento da aliança. As crescentes reivindicações dos setores populares constituíam para o capital estrangeiro uma barreira para o seu projeto de expansão com o mínimo de freios institucionais. Surge no interior da sociedade política uma *tendência antipopulista* contra a participação popular. O bode expiatório da crise foi o comunismo e a ideologia do novo bloco era a defesa da civilização ocidental cristã. Esse bloco era formado pelo capital estrangeiro monopolista e por setores da burguesia nacional aliados às antigas oligarquias. Para completar definitivamente o quadro o apoio dos setores conservadores das Forças Armadas foi decisivo.

Com referência à educação, a *Constituição de 1946* fixa a necessidade de elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino. Começa a longa gestação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que só seria sancionada em 1961. Essa Lei visava substituir a *Reforma Capanema de 1942.* Gustavo Capanema, ideólogo da educação durante o Estado Novo, inspirava-se notadamente na reforma educacional italiana empreendida com Gentile sob a ditadura fascista. A Lei Orgânica do Ensino secundário determinava, por exemplo, como função principal do ensino secundário a formação da "consciência patriótica e da consciência humanística". Embora as reações fossem imediatas, as Leis Orgânicas do Ensino continuaram em vigor durante muitos anos devido à longa discussão em torno da LDB. Com isso os setores privados retomaram grande parte dos seus privilégios.

Toda essa fase foi dominada, até 1960, pelo debate das "diretrizes e bases" da educação nacional.

Em 1948, o ministro Clemente Mariani encaminha o primeiro projeto de lei que fazia algumas concessões às classes trabalhadoras, propondo a extensão da rede escolar gratuita até o secundário e criando a equivalência dos cursos de nível médio, mediante prova de adaptação. Mas esse projeto foi engavetado.

Em 1957 outro projeto de lei, chamado *Substitutivo Lacerda,* ao contrário, propunha que a sociedade civil assumisse o controle da educação, pregando, portanto, a *privatização do ensino.* A educação

seria financiada pelo Estado mas este não poderia fiscalizá-la. Alegava-se então a chamada "liberdade de ensino". A reação a esse projeto por intelectuais e educadores culminou em 1959 com o *Manifesto dos educadores*. Era a segunda grande campanha nacional em defesa do ensino público e gratuito.

A Lei 4.024 de 1961 é o resultado de compromisso entre essas duas tendências (Projeto de lei Mariani e Lacerda). A LDB representa um certo triunfo do setor privado, garantindo-lhe até o direito, em alguns casos, de ser financiado pelo Estado. A conquista popular é representada pela equivalência do ensino profissionalizante. Mas representava "meia vitória", como dizia Anísio Teixeira. Porque as taxas continuavam sendo a primeira barreira para a criança pobre. Assim, a LDB já nasceu ultrapassada.

Apesar de a LDB garantir o direito e o dever da educação fundamental para todos, a escola continua privilégio de classe. A origem sócio-econômica do estudante continua determinante para o rendimento escolar. Em 1964, apenas dois terços das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas na escola. A *seletividade* pode muito bem ser representada pelos dados fornecidos pelo MEC, no seu Plano Setorial da Educação e Cultura de 1975-79. De 1.000 alunos que iniciam em 1960 a primeira série do primário apenas 56 chegaram em 1972, no primeiro ano universitário.

1.ª (1960)	2.ª (1961)	4.ª (1963)	5.ª (1964)	8.ª (1967)	3.ª C (1971)	1.ª U (1972)
1.000	466	239	152	91	84	56

O quadro acima mostra as altas taxas de evasão. Como conclui Bárbara Freitag,

> (...) a escola brasileira (baseada na LDB) não só reproduz e reforça a estrutura de classes, como também perpetua as relações de trabalho que produziram essa estrutura, ou seja, a divisão social do trabalho que separou o trabalho manual do trabalho intelectual.[2]

Parece ser essa a *herança do período populista*: tratar igualmente os desiguais, ignorando as classes sociais. Os ricos obtêm as vagas no Estado enquanto os pobres pagam o ensino particular. A opção pela escola profissionalizante não representa a "liberdade de ensino"

2. Freitag, B. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979, p. 64.

como defendiam os promotores do ensino privado, mas representa uma verdadeira opção de classe, ou melhor, uma determinação de classe.

Duas questões merecem destaque particular nessa fase. Trata-se da evolução da *posição da Igreja* em relação à educação e o desenvolvimento da *educação popular*.

1. Quanto à posição da Igreja no Brasil, em tese, é indubitável que ela nunca esteve desligada das classes dominantes. A Igreja apoiava o Estado Novo sob a alegação de que Vargas estaria fazendo as reformas sociais inspirado na doutrina social da Igreja. Sob o Estado Novo a JEC e a JUC não tiveram um papel de destaque. Maldosamente dizia-se que o papel da JUC era apenas preparar a "Páscoa do universitário".

Entretanto, a partir de 1951 alguns novos sacerdotes, como Lima Vaz, Frei Josapha, Frei Mateus, Frei Carbonnel, voltavam da Europa com idéias novas, inspiradas em Mounier e Lebret e deram outro impulso ao movimento estudantil católico. Assim, em 1960, a JUC tem participação ativa na organização do movimento estudantil e na UNE. Uma parcela da JUC, mais comprometida, funda em 1961 a AP (Ação Popular), optando por uma política de *preparação revolucionária*.

Ao lado dessas organizações destacavam-se ainda o *Movimento de Educação de Base* (MEB), que nasceu de movimento de escolas radiofônicas de Natal, em 1958, absorvido imediatamente pelo governo de Jânio Quadros, que estabeleceu em 1961 um convênio financiando suas atividades. A partir daí o MEB cresceu muito e foi, em parte, absorvido pelos regimes militares. Em 1966, 400 mil estudantes já tinham completado seus cursos e 13 mil líderes de base tinha recebido seus diplomas. Aos poucos, contudo, a Igreja perdeu a autonomia e o Estado desinteressou-se pela iniciativa, criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

2. Quanto à educação popular, em tese, pode-se dizer que as campanhas nesse sentido visavam ampliar as *bases eleitoras populistas*.

De 1945 a 1958 implanta-se, por iniciativa do INEP, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que chega até 1963, com o objetivo explícito de sedimentar o poder e as estruturas sócio-econômicas. Para isso o CEAA cria os Centros de Iniciação Profissional (1951) e os Centros Sociais de Comunidade (o que são hoje os Centros Sociais Urbanos).

O ano de 1968 marca uma fase decisiva no movimento de educação popular com a criação da Campanha Nacional de Erradi-

cação do Analfabetismo e com a realização do *II Congresso Nacional de Educação de Adultos*. Nesse encontro tomaram posição não apenas o ministro da Educação, Clóvis Salgado, mas até o presidente Juscelino Kubitschek. Como fórum de opiniões e de debates, o Congresso foi a manifestação de toda a contradição e a ambigüidade dos movimentos populares. Os representantes dos vários Estados defenderam posições diferentes e até contraditórias. As contradições se evidenciaram e os grupos mais radicais puderam se fortalecer.

De 1959 a 1964 esse movimento cresceu, diversificando-se. Nasceram os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCP). A euforia era grande, com sambas ideológicos, peças teatrais do tipo *A mais-valia vai acabar,* filmes como *Cinco vezes favela* e não faltaram inclusive *jingles* gravados para campanhas eleitorais que defendiam a cultura popular. Cria-se a UNE-volante, nasceram os Festivais de Cultura e Música popular, os *Cadernos do Povo* etc.

Sem dúvida, todo esse movimento popular, embora primitivo, desorgnizado, desarticulado e, muitas vezes, anárquico e improvisado, teve grande influência sobre a cultura popular brasileira, mas não foi suficiente para resistir à barbárie que se sucedeu após 1964 em matéria de cultura. Foi um "ensaio de democracia" com um final melancólico, conduzido por nacionalismos e por alianças de classe. Foi um vôo curto, o máximo que permitiu a inexistência de uma organização popular, ampla e de massa.

CONCLUINDO

Sem dúvida, a história populista da educação nos oferece preciosas lições. O que nos assusta hoje é ver ressurgir o movimento popular com muitas semelhanças ao movimento que precedeu o golpe militar de 1964. Certamente a história não se repete e a qualidade desse movimento é superior ao dos anos 60. Mas, as classes médias mostram-se ainda muito conservadoras (elas ganharam com o "modelo" de (sub)desenvolvimento implantado pelo regime militar). Por isso lutam hoje muito mais pelo controle das verbas públicas, como lutavam católicos e liberais na década de 30. Enquanto as preocupações com a carreira do magistério e os baixos salários monopolizarem o programa das associações de profissionais do ensino, enquanto a questão do ensino pago — as taxas e sobretaxas — monopolizarem as atividades estudantis, dificilmente um *novo projeto de educação nacional,* que vise atender aos interesses das classes marginalizadas e dos trabalhadores, poderá brotar. Certamente a *fase crítica* do

movimento popular na educação precisa ser superada pela *fase orgânica*, a fase das propostas alternativas viáveis.

Passado o momento da euforia, o tempo em que degustamos a liberdade de falar, mesmo que seja hoje "tutelada", só nos resta deixar a improvisação e passarmos ao segundo ato, que é o da organização e o da racionalidade, propondo estratégias e programas de ação visando a transformação do que aí está.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Fernando de. *A cultura brasileira.* Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963.

Freitag, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade.* São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

Paiva, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos.* São Paulo, Ed. Loyola, 1972.

Ribeiro, Maria L. S. *História da educação brasileira.* São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

Romanelli, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1978.

Sá, Nicanor Palhares. *Política educacional e populismo no Brasil.* São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

A Educação no Estado Novo

Vera Lúcia Góis

Ao falar a respeito da educação no período que abrange o Estado Novo (1937-1945), levando-se em conta a temática do populismo, há que se atentar, desde o primeiro instante, para o encargo que assume o Estado nesse período, ou seja, o de tomar a si a tarefa de educar, cultivar e orientar o povo. Tal aspiração autonomista se apresenta como a nota fundamental contida especialmente nas reformas de cunho social, como as que se verificam no campo do trabalho e da educação, consideradas as áreas fundamentais de atuação por parte do governo estadonovista.

Esse atributo concedido à educação é ressaltado tão logo se implanta o Estado Novo. Getúlio Vargas, num discurso proferido por ocasião da comemoração do centenário do colégio D. Pedro II, a 2 de dezembro de 1937, não perde tempo em considerá-lo como o mais poderoso instrumento a ser utilizado no fortalecimento da estrutura moral e econômica do país. A conotação pedagógica que irá assumir a orientação política do Estado Novo parece dessa forma encontrar no setor educacional um de seus alvos preferidos, onde é depositada a crença de que a educação poderá contribuir, se devidamente utilizada, para a atividade saneadora do regime. Isto porque a tarefa pedagógica do Estado Novo vai caminhar lado a lado com a declarada ação preventiva de sua atuação. A educação não foge à regra. Getúlio, ainda no breve período de vigência do Estado Novo, define sua orientação como sendo a de sanear a desordem no domínio da inteligência, o que pode ser percebido claramente neste trecho de seu discurso:

> (...) Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras infiltradas, pelas

> mais variadas formas, nas inteligências moças, responsáveis pelo futrro da Nação; precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento de nossa estrutura moral e econômica(...) [1]

Como se pode verificar, a ação paternalista do Estado é justificada através da referência ao caos. Esse mecanismo de alerta servirá de justificativa para a formação de instituições diversas, visando congregar as diversas camadas da população urbana.

No caso da educação, se procura absorver parte da juventude, especialmente a oriunda da classe média. Esta juventude é, antes de mais nada, transformada em grande vítima da "desordem", para em seguida ser conclamada a participar das iniciativas que irão se verificar no campo da educação, tais como o reconhecimento oficial da UNE, a 13 de fevereiro de 1942, e a organização da Juventude Brasileira. Ambas, a UNE, decretada como entidade representativa dos estudantes de ensino superior, e a Juventude Brasileira, como entidade cívica destinada a congregar os alunos do então curso primário e secundário, foram eleitas acima de tudo como organizações estabelecidas em estreita colaboração com o Estado, devendo a sua atuação se limitar a assuntos puramente acadêmicos.

Aderir a essas, entre outras iniciativas do Estado Novo, é apresentado a nível das realizações efetivas do governo, como uma forma de participação popular. A participação política se desvia dessa forma para uma participação particular e limitada a organismos, cuja atuação o Estado pretende orientar e controlar.

À criação da UNE e da organização da Juventude Brasileira, pode se somar a Reforma Capanema de Ensino, ocorrida em 1942, onde se poderá verificar a veiculação do nacionalismo, que parece ter se apresentado para o Estado como a cura de todos os males, dada a sua larga utilização nas justificativas dos empreendimentos estadonovistas.

Com relação à lei que rege o ensino industrial, é prescrita uma base uniforme, na qual a educação aparece vinculada, segundo exposição de motivos do ministro Gustavo Capanema, à necessidade de promover o desenvolvimento econômico, através da expansão das indústrias nacionais. Observe-se o trecho a seguir:

> (...) É preciso que o Brasil não seja apenas um país agrícola, é preciso que entremos no poderoso número das nações indus-

1. Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil*, vol. V.

trializadas, é preciso que transformemos as nossas vastas matérias-primas em fabricações próprias ao bem-estar geral, especialmente naqueles elementos capazes de assegurar a normalidade de nosso trabalho e a invunerabilidade de nossa defesa(...) [2]

O industrialismo apresenta-se como um ideal recente a ser perseguido pelo Estado, em face da necessidade de se recuperar do atraso econômico do país em relação à economia mundial, devendo o Brasil emergir de seu estágio de economia agrícola de exportação, para o de nação industrializada. A lógica de tal medida, justificada pelo nacionalismo econômico e de segurança nacional, é explicada em razão de essas idéias partirem, de um lado, dos militares, grupo de apoio do governo, os quais visavam com a implantação da indústria siderúrgica poder cuidar da defesa do país de maneira autônoma, sem depender de outros países para obterem o arsenal bélico destinado à defesa do país. De outro, dos conselheiros empresários, Roberto Simonsen, presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Euvaldo Lodi, então presidente do CNI (Conselho Nacional das Indústrias). Este último, em apoio à instalação do Senai, profere as seguintes palavras: "(...) Impõe-se prosseguir com dobrado esforço na tarefa de construir a nossa independência econômica e ao mesmo tempo condição de nossa independência política (...)" [3]

O ensino industrial encarnado no Senai, vem ainda reforçar sobretudo a função do novo sindicato, de orientar a classe trabalhadora dentro das regras prescritas pelo Estado, bem como de cooperação de classe, como pretendiam enfatizar seus protagonistas, os quais se apegam ao fato deste órgão dever funcionar em íntima colaboração com os estabelecimentos industriais, através dos respectivos órgãos de sindicalização, tanto de empregados como de empregadores, é a oportunidade de pôr em prática o lema da união do patronato e do operariado em torno de um ideal comum.

Por outro lado, as exigências de admissão dos candidatos a este órgão deixa bem nítido o caráter elitista do ensino industrial, dada a exigência de conclusão do curso primário, num período em que se sabe, grande parte do operariado provinha do campo, sendo a grande maioria constituída de semi-analfabetos. Na mesma época em que é implantada a Lei Orgânica de Ensino Industrial é feita a comunicação da instalação de oito escolas denominadas *escolas operárias,* pelo Instituto Brasileiro de Ensino Primário com o Sindicato dos Trabalhadores de Sal do Rio de Janeiro, destinadas à alfabetização de adultos e de menores abandonados.

2. *Anais do Ministério da Educação e Saúde,* 1942.
3. *Anais do Ministério da Educação e Saúde,* 1942.

Neste particular, se percebe que aos trabalhadores são destinadas escolas diversas, se reforçando na base a diferença de tratamento entre o trabalho qualificado e o não-qualificado.

Da mesma maneira, o ensino secundário vai se contrapor ao ensino industrial, visto que segundo a justificativa de motivos de Gustavo Capanema, o ensino secundário seria destinado à

> (...) preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens aos quais estariam reservadas as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo.[4]

Mais uma vez, o nacionalismo servirá de apoio para uma realização do governo, só que desta vez este se apresentará como um grande ufanismo. Como bem define a lei da reforma, a sua finalidade fundamental é a formação da personalidade do adolescente, de forma a adaptá-lo às exigências da sociedade. A formação de uma cultura geral a ser cultivada pelas humanidades antigas e modernas, na medida em que estas áreas possam contribuir para a acentuação da consciência patriótica e humanista, parece ser o requisito básico para a formação dos jovens freqüentadores do ensino secundário, tidos em potencial como futuros dirigentes.

Para tal objetivo, são acionados os dispositivos para a prática da educação moral e cívica, sendo as áreas de história, geografia e educação física, as selecionadas para atender a esse propósito do ensino secundário.

A prescrição em lei da prática da educação moral e cívica veio apenas endossar ou enfatizar a atividade corriqueira do Estado Novo, de fazer uso da história como meio de propaganda nacionalista, incitando a juventude ao culto dos heróis e à busca de inspiração em seus feitos e também de divulgar a prática da educação física, reservando-lhe não só uma revista especial denominada *Educação física* — revista de esporte e saúde, mas também realizando apresentações cívicas como os Jogos da Primavera, comemorações da Semana da Pátria, onde oportunamente se apresentava a performance e disciplinamento da juventude.

A estas práticas, previstas pela reforma, alia-se a educação militar, que situa a escola como um organismo a reger-se pela defesa do Estado e, conseqüentemente, pela sua própria defesa, resguardando não só a instituição, mas os preceitos morais, políticos e econômicos nela encarnados.

---

4. *Anais do Ministério da Educação e Saúde*, 1942.

A forma apelativa que assume o nacionalismo na reforma de ensino secundário dá margem para que esta seja alimentada por teóricos que se apegam constantemente a modelos e conceitos fascistas, daí muitas vezes se atribuir à orientação dada pelo Estado Novo à política educacional como sendo de tendências fascistas. Não cabe aqui delimitar os parâmetros em que se percebe uma direção nesse sentido, mesmo porque tal procedimento acabaria encobrindo o rumo que tiveram as iniciativas no campo da educação, no desenrolar da própria conjuntura do Estado Novo.

As disparidades entre as justificativas governamentais e as suas realizações, a necessidade dos diferentes grupos em se definirem e posicionarem com relação às controvérsias do regime, promove uma alteração nas regras do jogo. Já em 1943 torna-se difícil a sustentação do nacionalismo, tendo como um importante fator de sua inviabilidade a aproximação declarada do Brasil com os Estados Unidos e a interferência deste relacionamento no rumo dos assuntos econômicos e na política interna do país.

A União Nacional dos Estudantes se torna mais combativa, passando a interferir e questionar as decisões do governo e reclamar pelo estabelecimento de um regime de amplas liberdades democráticas.

A extensão do movimento dos estudantes de ensino superior aos estudantes de ensino secundário leva o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a proibir, em agosto de 1943, a União de Estudantes de Ensino Secundário e a impedir a reunião destes no então edifício-sede da UNE. Com relação aos estudantes de ensino superior, o tratamento solidário dispensado a estes pelo Estado torna-se cada vez mais agressivo, culminando na interferência da Polícia Especial no meio universitário, sendo o fechamento da Sociedade Amigos da América, pelo governo, um exemplo típico da intransigência do Estado com relação ao meio universitário, quando não era mais possível manter o acordo de cavalheiros firmado inicialmente.

No período que se instala a seguir, 1945, saudado como a fase de "redemocratização", são retomados parte dos mecanismos criados pelo Estado Novo. O exemplo de se recorrer a organizações da sociedade civil para obtenção de apoio político permanece, desta vez, ganhando uma maior extensão, ante a possibilidade de grupos e entidades se fazerem representar através de partidos políticos, intenção esta que esbarrará numa série de limitações, especialmente no que se refere às camadas populares da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

Anais do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1942 a 1943.

Cultura poltica — revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, 1941 a 1943.

Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo.* São Paulo, DIFEL, s/d.

Educação física — revista de esporte e saúde — CBE. Rio de Janeiro, 1940 a 1944.

Faoro, Raymundo. *Os donos do poder,* vol. II, Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Ed. Globo; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Martins, Luciano. *Politique e développement économique: structure de pouvoir et système de décisions au Brésil (1930-1964).* Paris, Thèse pour le doctorat d'Etat, 1973.

Medeiros, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945).* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.

Paoli, Niuvenius Junqueira. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção.* São Paulo, Cortez Editora, 1980.

Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil.* Rio de Janeiro, J. Olympio, s/d.

Wirth, John D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

Notas Sobre Industrialização, Populismo e Educação

Raquel Pereira Chainho Gandini

Nosso objetivo neste simpósio tem propósitos limitados: o que se segue configura apenas uma reflexão sobre os problemas educacionais durante o período populista no Brasil e o levantamento de algumas questões às quais o assunto dá margem.

Os trabalhos por nós conhecidos sobre o populismo no Brasil mostram que três de seus aspectos são marcantes: a manipulação, a ambigüidade e a crise de hegemonia. Enquanto fenômeno político, no caso brasileiro, esses traços do populismo estão intimamente associados às características assumidas pelo processo de industrialização no Brasil, que podem, *grosso modo,* ser sintetizadas na necessidade de realizar a acumulação interna à base da exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se necessitava de apoio a oligarquia rural.

Essa constatação nos leva a afirmar a estreita ligação, no caso do Brasil, entre o populismo e a industrialização. Por esse motivo nos parece bastante compreensiva a definição de Weffort sobre *sistema populista*:

> (...) estrutura institucional de tipo autoritário e semicorporativa; orientação política de tendência nacionalista, antiliberal e antioligárquica; orientação econômica de tendência nacionalista e industrialista; composição social policlassista mas com apoio majoritário das classes populares.[1]

No período inicial da industrialização, há a *ambigüidade* estrutural do Estado no processo de acumulação urbano-industrial:

1. Weffort, F. *O populismo na política brasileira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 84-85.

> O Estado dirige a força de seu aparato, crescentemente, em benefício da acumulação; já é, inegavelmente, um Estado burguês, da burguesia industrial. Mas, para fazê-lo nascer, depois da República Velha, aquela burguesia teve por necessidade admitir a existência da classe operária — antes, "questão social" era uma questão de polícia — o Estado burguês nasce no Brasil ajudado, tendo como parteiras a burguesia industrial e a classe operária. Nesse momento, a burguesia industrial trata de colocar a classe operária sob a tutela do Estado recém-nascido. Mas a contradição do período está em que, pelas determinações férreas da acumulação industrial, pela luta econômico-política contra as oligarquias rurais, esse Estado recém-nascido (...) não poderá ser nem repressivo, nem explorador. O populismo é essa face não-repressora do Estado burguês brasileiro".[2]

Além da face não-repressora, o Estado burguês terá outras facetas que serão repressoras. A legislação trabalhista, segundo o próprio Chico de Oliveira, configura uma síntese e expressão da nova relação política e funcionou como poderoso potenciador da acumulação do capital industrial" [3]. Esse caráter repressivo do Estado está ligado, como já dissemos, ao tipo de industrialização brasileira, iniciada no final do século passado, cujo arranco se dá a partir de 1930, sobre uma base capitalista pobre e apoiada na exploração intensiva da força de trabalho. A possibilidade de se "queimar etapas", presente quando do citado arranco, incorporando trabalho morto sob a forma de tecnologia avançada, tem feito aprofundar a distância entre a relação entre os ganhos do capital em relação aos trabalhos. Essa distância está intimamente associada à concentração de renda de molde exagerado, tão claramente visível atualmente.

A ambigüidade do Estado populista brasileiro que está ligada ao tipo de industrialização que ocorria, acarreta também o crescimento das funções do Estado

> (...) em direção aos serviços de *transporte*, *educação* e *saúde* para as massas, e no fornecimento de matérias-primas e certos bens intermediários para a burguesia industrial (...); é essa ambigüidade *permitida* em primeiro lugar exatamente pelo enorme crescimento industrial e da produtividade do trabalho. O urbano é aí a chamada mobilidade horizontal-vertical, que socialmente legitimava o crescimento industrial, oferecia perspectivas individuais e mesmo de classe aos que saíam do campo em demanda das cidades e fundava o *pacto*.[4]

2. Oliveira, F. de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo, CEDEC; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 73.
3. Oliveira, F. de. Ob. cit., p. 76, nota 4.
4. Oliveira, F. de. Ob. cit., p. 72 (grifos meus).

Temos então que a *ambigüidade* do Estado e o caráter de *pacto policlassista* tinha suas bases econômicas. Ao mesmo tempo, o Estado não somente manipula, mas também *assume* certas funções sociais, entre elas a educação, como foi dito acima. Daí a correção da afirmação de Weffort sobre a manipulação populista:

> A manipulação, pelo menos nas dimensões observadas no populismo, não é possível sem envolver — e por certo que contraditoriamente — algum grau de *real expressão* dos interesses das classes sociais emergentes. Seria um contra-senso supor-se que estas possam ter servido como base de apoio, e até certo ponto de legitimação, de um regime que ignorasse os problemas postos por sua situação social.[5]

O período populista termina quando o Estado é forçado a definir-se e abandona o caráter policlassista em que se fundava para fins de legitimação e acumulação. Essa definição tem seu embrião no governo de Juscelino Kubitschek, quando se inicia o período chamado de internacionalização da economia. É o fim da ambigüidade, cujo abandono

> (...) é fatal para suas relações com as classes trabalhadoras; passa a ser ele mesmo um explorador da mais-valia, com a passagem das empresas estatais deficitárias para superavitárias e, mais importante do que isso, passa a converter o conjunto da riqueza nacional em pressuposto indelével da acumulação privada, por exigência do processo de financiamento da concentração do capital, cujos limites se viam estreitos quando o Estado persistia numa pauta de não-produtor de mercadorias em sentido estrito.[6]

Populismo e industrialização são eventos intimamente relacionados e, no caso brasileiro pelo menos, não podem ser analisados separadamente. Dão forma à passagem do Brasil para a predominância do modo capitalista de produção, e "(...) ainda que não exclusivo, mas redefine, inclusive, o papel das outras formas de organização da economia e da sociedade a seu favor".[7]

A educação é um desses setores que é redefinido a partir da nova situação e em seu benefício, mas marcada pelas mesmas ambigüidades, que também caracterizam esse período histórico ao nível da sociedade mais ampla. As transformações que ocorrem no âmbito educacional não deixam de expressar também a necessidade que tem o Estado de assumir funções ao nível social, a contrapartida da

5. Weffort, F. Ob. cit., p. 124.
6. Oliveira, F. de. Ob. cit., p. 73.
7. Oliveira, F. de. Ob. cit., p. 76.

manipulação. A crise de hegemonia do Estado torna-o suscetível ao surgimento de experiências educacionais extra-oficiais, ao nível da sociedade.

Entre as iniciativas oficiais as mais importantes foram a organização do ensino industrial de grau médio, a criação do SENAI e do SENAC e a reforma do ensino secundário, chamada Reforma Capanema. Essas iniciativas foram clara e explicitamente destinadas às "classes desfavorecidas" (ensino industrial) e à formação de "individualidades condutoras" (reforma do ensino médio), como escreveu Gustavo Capanema. A evolução do período populista, devido, como já o dissemos, à sua ambigüidade, deu margem a surgimentos de iniciativas extra-oficiais muito ricas, como o Movimento de Educação de Base, os Centros e Movimentos de Cultura Popular, onde foi marcante a presença de estudantes universitários e de uma ala da Igreja Católica. A experiência mais importante do período foi obviamente aquela realizada por Paulo Freire.

Neste trabalho preliminar, tendo por base as características do período e em estudos sobre a política educacional dessa fase histórica, interessa-nos ressaltar que, nem as iniciativas oficiais se revelaram tão tendenciosas na prática, no sentido nazi-fascista como são rotuladas quando se leva em conta apenas o texto da lei, como também as experiências extra-oficiais não foram tão "populares", mas tinham subjacente a ideologia nacional-desenvolvimentista.

As experiências extra-oficiais, que por sinal foram cortadas com muita violência [8] nos anos 60, vêm sendo revistas e a tentativa de equacioná-las rigorosamente mostram que a ideologia nacional-desenvolvimentista, teorizada pelo ISEB, perpassa seus pressupostos teóricos, pelo menos até o final da década de 50.[9] Também Vanilda Pereira Paiva, em trabalho recente, analisa a "consciência crítica" que Paulo Freire pretendia desenvolver e mostra como esta não pretendia chegar à "consciência e classe": "a compreensão da 'fase', o atendimento de suas exigências, implica que o trabalhador confunda seus objetivos com os objetivos da burguesia a eles".[10] Ainda mais, a autora escreve taxativamente: "A política de reconciliação de classes e de instrumentalização da 'massa' executora das tarefas

8. O que revela, segundo Paoli, "(...) a impossibilidade da realização de uma hegemonia que fosse calcada num equilíbrio entre dominação e direção intectual e moral". Paoli, Niuvenius. *Ideologia e hegemonia.* São Paulo, Cortez Editora, 1980, p. 61.

9. Sá, Nicanor Palhares. *Política educacional e populismo no Brasil.* São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

10. Paiva, Vanilda P. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 182.

necessárias ao desenvolvimento nacional corresponde a práticas populistas de controle político-ideológico e Freire as traduz pedagogicamente nos anos 50".[11] Embora compreensível, enquanto uma forma possível de radicalização durante a época considerada, não há por que fugir à constatação de certos aspectos negativos de experiências em educação, por mais atraentes que elas nos possam parecer. É no sentido de recuperação e superação que entendemos essa "revisão" que leva a observações como a que se segue: "Se aceitamos que o isebianismo é uma expressão teórica do populismo, não podemos deixar de perceber tal caráter nesta tradução pedagógica do nacionalismo-desenvolvimentista por Freire".[12]

Por outro lado, as iniciativas oficiais, cuja ideologia explícita era de caráter nacional-desenvolvimentista, deram resultados, a nosso ver, defasados dessa intenção em virtude, principalmente, do fato de terem sido caracterizadas no segundo período do populismo, após o fim do Estado Novo. A ambigüidade do Estado populista não se traduz em suas iniciativas, ao nível do discurso. O ensino médio recebe sua maior atenção e é rigorosa e meticulosamente estruturado. A incisiva afirmação de Gustavo Capanema quanto à sua destinação e quanto à necessidade de se formar a consciência patriótica durante todas as atividades escolares e não em uma *disciplina,* que seria educação moral e cívica, não deixam dúvidas quanto ao papel que o Estado esperava que a escola cumprisse. Entretanto, a divisão estanque das classes sociais, distribuindo-as pelas escolas de ensino industrial e ensino secundário não se concretizou, apesar dos desejos de seus idealizadores. Tal fato está ligado à função da escola dentro do modo de produção capitalista.

Segundo Niuvenius Paoli, a relação entre o processo de industrialização de molde capitalista e o papel assumido pela escola nesse processo não é tão linear e mecânica. Situando em 1956, no Brasil, a conversão definitiva do setor industrial e de suas empresas em unidade-chave do sistema (e para isso apóia-se em Francisco de Oliveira), acentua a passagem da exploração da força de trabalho para a *máquina* como ponto de partida. "É a partir deste momento que efetivamente se *estrutura* a *organização do trabalhador coletivo,* articulando funções-posições dentro de uma hierarquia complexa de produção. Mas sempre contendo a sua não-generalização."[13] Isto significa a concomitância de trabalho qualificado e não-qualificado, este predominando, com emprego intensivo. Entretanto, e é aí que

11. Idem, p. 185.
12. Idem, p. 179.
13. Paoli, N. Ob. cit., p. 51.

entra o papel assumido pela escola nesse processo de industrialização, o aparecimento dos setores dinâmicos irá promover a hierarquização da força de trabalho coletiva:

> Por um lado, os setores dinâmicos da indústria servem de referência para a procura de empregos e ocupações superiores; na medida em que representam a possibilidade de "carreira" dentro do trabalhador coletivo destas unidades; isto, evidentemente, já implica um reconhecimento de uma posição hierárquica superior do trabalhador coletivo destas unidades em relação às demais. Por outro lado, graças à sua existência, institui-se o reconhecimento da escolarização formal como meio de redefinição do valor da força de trabalho individual, na medida em que, diversificando-se as funções do capital, impõe-se a necessidade da qualificação e o recrutamento se faz predominantemente através do grau de escolarização. (...) Assim, vê-se que a presença do sistema educacional tem efeitos precisos, mesmo quando não está suposta a generalização da qualificação da força de trabalho. Ela torna "natural" a desigualdade de oportunidades sociais, transformando as determinações de classe em incapacidade e pouca motivação dos que não passam pelo sistema educacional, ou dos que nele entrando não realizam o percurso com "sucesso"! *Escolaridade* e *produtividade* ficam assiminonimizados, compondo a base ideológica de uma hierarquização vertical da força de trabalho.[14]

Embora seja conhecido o fato de que o sistema educacional brasileiro opera por *exclusão,* e o próprio Paoli também mostra isso, é inegável que esse mesmo sistema hierarquiza funções a partir da escolarização. É por essa linha que caminha nosso raciocínio nestas notas que pretendem apenas levantar hipóteses e não afirmar conclusões. Supondo-se que o fato de que a escolaridade passa a significar a possibilidade de ascender na escala social, ainda que remota e vista sob os limites do quadro do trabalhador coletivo, é viável pensar que o ensino secundário, e não o industrial, tivesse se tornado, nessa época, mais atraente para os alunos das diferentes frações de classe. Dessa forma, o ensino que se pretendia elitizante acabou por se estender a uma grande parte dos alunos, democratizando-se.

A democratização acima referida está ligada não apenas ao aumento da quantidade de alunos, mas também ao fato de determinado tipo de ensino ter sido dado a alunos de diferentes frações de classe. Entramos por aqui em um assunto polêmico, o do conteúdo dos cursos, mas explicamos nossa proposta ao situá-la comparativamente ao atual estado de esvaziamento dos cursos de formação primária e secundária.

A Reforma Capanema propunha um currículo rigidamente estruturado e às vezes chamado de enciclopédico, adaptado às inten-

14. Paoli, N. Ob. cit., p. 52 (grifos meus).

ções que a inspiraram, nitidamente endereçadas à acentuação da divisão social do trabalho. Mas a formação da elite dirigente tinha pontos muito interessantes, como, por exemplo, ensinar física, filosofia e história no curso científico. Não seria isto melhor do que os cursos superiores tecnocráticos e superespecializados que temos hoje? Na medida em que não somente as *futuras* "individualidades condutoras" mas também outras crianças freqüentaram esse tipo de escola e em um período onde o clima social e político era seguramente um intervalo entre regimes centralizados (período 1945-64), em uma época onde ocorriam comícios, eleições, enfim, uma maior participação da sociedade em problemas políticos, nesse sentido é que acreditamos que os resultados da Reforma Capanema possam ter sido melhores do que se pode pensar quando se lê apenas a exposição de motivos.

Estas colocações que fazemos neste simpósio caracterizam-se, e é essa nossa intenção explícita, como um levantamento de questões. As observações que fazemos sobre a Reforma Capanema estão baseadas em um texto de Gramsci e vale, não somente para as iniciativas educacionais oficiais e extra-oficiais do período populista mas também para que, ao revê-las, tenhamos condições de analisar a evolução que se dá após aquele período. Nesse sentido é que consideramos que está havendo um retrocesso. O latim não está mais na escola de segundo grau atual e nem em outra qualquer. Mas o que está em seu lugar? A tendência profissionalizante precoce não nos parece desejável em qualquer situação, mas é particularmente negativa quando é tão acentuada a divisão social do trabalho, como se verifica hoje. Sobre este assunto, e para finalizar esta exposição, Gramsci escreveu o seguinte:

> Este estudo (latim) educava sem uma intenção expressamente declarada, com a mínima intervenção educativa do professor: *educava porque instruía.* Experiências lógicas, artísticas, psicológicas eram adquiridas automaticamente, sem olhar-se continuamente no espelho, e se adquiria sobretudo uma grande experiência "sintética", filosófica, de desenvolvimento histórico-real. Isto não quer dizer (e seria errôneo pensá-lo) que o latim e o grego, como tais, tenham qualidades intrinsecamente taumatúrgicas no campo educativo. É toda a tradição cultural que vive também e especialmente fora da escola a que produz tais conseqüências em determinado ambiente. Por outro lado, observa-se que, uma vez mudada a tradicional instituição da cultura, a escola entrou em crise, assim como o estudo do latim e do grego.
>
> Será preciso substituir ao latim como suporte da escola formativa, disso não há dúvida, mas não é procedente dispor a nova matéria em uma ordem didática que dê resultados equivalentes em educação e formação geral da personalidade, partindo da criança até chegar às portas da escolha profissional. Com efeito,

neste período, o estudo ou a maior parte do estudo deve ser (ou aparecer aos alunos) desinteressado, isto é, que não tenha objetivos práticos imediatos ou demasiadamente imediatos; deve ser formativo ainda que seja "instrutivo", isto é, rico em *noções concretas*. Na escola atual, por causa da crise profunda da tradição cultural e a concepção profunda da vida e do homem, verifica-se um processo de *progressiva degeneração*: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas por satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, desinteressada de fins imediatos. O aspecto mais paradoxal está em que este novo tipo de escola *aparece* e se *apresenta* como democrático, enquanto que em troca, não somente está destinado a perpetuar as diferenças sociais, senão a cristalizá-las em formas *"chinas"*.[15]

15. Gramsci, Antonio. *La alternativa pedagógica.* Editorial Nova Terra, Barcelona, 1976, p. 199-200. (Seleção de texto e introdução por Maria A. Manacorda.)

Obs.: Responsabilizamo-nos pela tradução do espanhol mas não conseguimos encontrar o equivalente para o termo *chinas*. O dicionário traduz como: *rameira, índia, meretriz*. A expressão também pode ser entendida como significando *frágil*, no sentido de um vaso chinês ou *complicada, complexa*, se entendida como referência à ortografia chinesa.

ANEXOS

III Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

Taboão da Serra (SP), 4 a 6 de setembro de 1980

Promoção: INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação)

Dia 4 (Quinta-feira)

08:30 — Inscrições — Entrega de pastas — Distribuição de alojamento

09:00 — Simpósio: POPULISMO E NEOPOPULISMO

Coordenador — José Marques de Melo (Metodista — SBC, USP)

1.1. Emergência do populismo no contexto latino-americano
Maria Ligia Prado (USP)
1.2. Trajetória do populismo brasileiro
Regis de Castro Andrade (CEDEC)
1.3. Poder local e populismo
Neusa Meirelles Costa (Metodista — SBC)

12:00 — Almoço

14:00 — Simpósio: O DISCURSO POPULISTA ONTEM E HOJE: CONFRONTOS

Coordenadora — Jeanne Marie (USP)

3.1. A herança e os herdeiros: deslocamentos de uma fala cansada
Jeanne Marie (USP)
3.2. O discurso populista: uma discussão do objeto
Hakira Ozakabe (UNICAMP)
3.3. Populismo e participação política
Guita Grim Debert (PUC-SP)
3.4. Populismo, cruzamento de vários caminhos
Maria Lúcia Montes (USP)

16:30 — Cafezinho

17:00 — Simpósio: A COMUNICAÇÃO POPULISTA: DO DIP À SECOM

Coordenador — J. S. Faro (Metodista — SBC)

2.1. Populismo, totalitarismo e políticas de comunicação: o referencial nazi-fascista
José Manoel Morán Costas (FAAP, Metodista — SBC)
2.2. A comunicação populista do Estado Novo: estrutura e funcionamento do DIP
J. S. Faro (Metodista — SBC)
2.3. A comunicação populista de Aluizio Alves: Rio Grande do Norte, 1960-1980
Carlos Eduardo Lins da Silva (UFRN)
2.4. Aparato da comunicação neopopulista em São Paulo: o caso Maluf
Gaudêncio Torquato do Rêgo (USP, Cásper Líbero)

19:30 — Jantar

20:30 — Exibição e debate do filme *Getúlio Vargas*, de Ana Carolina

Dia 5 (Sexta-feira)

08:30 — *Sala 1* — COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE POPULISMO

Coordenador — Carlos Eduardo Lins da Silva (UFRN)

1. Getúlio Vargas na imprensa paranaense: 1930-1945
Ana Maria de Souza Crippa (UFPR)
2. *Voz Comerciária*: o elogio de Getúlio Vargas
Elcio Riva (Metodista — SBC)
3. Gênese da imprensa operária no ABC: influências populistas
Lino Tucunduva Neto (Metodista — SBC)
4. Ciclo baiano e populismo
Lindinalva Silva Oliveira Rubim (UFPB)
5. Igreja, poder, povo e política
Francisco Assis Fernandes (UNAERP, UMC)

Sala 2 — COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE TEMAS LIVRES

Coordenador — José Manoel Morán Costas (FAAP)

1. Reflexões sobre a greve dos jornalistas: São Paulo, 1979
Regina Festa (Metodista — SBC)
2. Os jornais dos sindicatos de metalúrgicos no ABC: análise comparativa
Antonio Cerveira de Moura (Metodista — SBC, UMC)
3. Imprensa alternativa: a emergente comunicação das classes subalternas
Ricardo Rosado Holanda (UFRN)

12:00 — Almoço

14:00 — Simpósio: O POPULISMO NOS MCM

Coordenadora — Anamaria Fadul (USP)

4.1. O populismo na imprensa
Maria Helena Capelato (USP)
4.2. O populismo no cinema
Maria Dora Genis Mourão (USP)
4.3. O populismo no rádio
Elysabeth Carmona Leite (IDART)
4.4. O populismo na televisão
Luiz Fernando Santoro (Metodista — SBC, USP)

16:30 — Cafezinho

17:00 — Simpósio: O POPULISMO NA ARTE

Coordenador — Rogério Bastos Cadengue (UFRN)

5.1. O populismo no teatro
Nilce Bueno Soncin (Metodista — SBC)
5.2. A utilização do cartaz em governos populistas
Jorge Luiz Salim (FIAM)
5.3. O populismo e a música popular
Vicente Alberto Serejo Gomes (UFRN)
5.4. O populismo nas histórias em quadrinhos
Sandra Maria de Oliveira (UNICAMP)
5.5. O populismo na literatura de cordel
Rogério Bastos Cadengue (UFRN)

19:30 — Jantar

20:30 — Reunião aberta: Avaliação das atividades da INTERCOM — Troca de idéias sobre as eleições para a diretoria

Coordenadora — Anamaria Fadul (USP)

Dia 6 (Sábado)

08:30 — *Sala 1* — COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE POPULISMO

Coordenador — Luiz Fernando Santoro (Metodista — SBC)

1. Notas críticas sobre o tema do "autoritarismo das classes populares"
Michel Thiollent (UFRJ)
2. Notas sobre os efeitos dos meios de produção simbólica dos dominantes nas classes subalternas no Brasil
Albino Rubim (UFPB)
3. Neopopulismo e cultura da pobreza
Carlos Eduardo Lins da Silva (UFRN)

4. O populismo e o caráter nacional brasileiro
   Carlos Alberto Adi Vieira (UFSC)
5. *Hora do Povo:* um jornal popular ou populista?
   Jomar Moraes (USP)

Sala 2 — COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE TEMAS LIVRES

Coordenadora — Rhea Sylvia Gartner (UFSM)

1. Relações de poder na imprensa do ABC paulista
   Valdenzio Petrolli (Metodista — SBC)
2. Relações públicas: um instrumento de dominação
   Cicilia Peruzzo (UFES)
3. A reprodução da fala nos jornais diários de São Paulo
   Maria do Socorro Nóbrega (USP)
4. TV Educativa: análise crítica de experiências brasileiras
   José Manoel Morán Costas (FAAP)
5. Evolução da estrutura de uma estação de TV: o caso Bandeirantes
   Maria Elvira B. Federico (USP)

12:00 — Almoço

14:00 — Simpósio: O POPULISMO NA LITERATURA

Coordenador — Luiz Roberto Alves (Metodista — SBC, USP)

6.1. Considerações sobre música e populismo no Brasil: Mário de Andrade, Villa-Lobos, canção de protesto
   José Miguel Wisnick (USP)
6.2. Criança, literatura e populismo
   Edmir Perrotti (Metodista — SBC, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato), Fúlvia Rosenberg (Fundação Carlos Chagas) e Mirna Pinsky (Biblioteca Infantil Monteiro Lobato)
6.3. Os poemas do Violão de Rua
   João Luis Lafetá (USP)
6.4. O conto na década de 70: popular ou populista?
   Ligia Chiappini Moraes Leite (USP)

16:30 — Cafezinho

17:00 — Simpósio: O POPULISMO NA EDUCAÇÃO

Coordenador — Moacir Gadotti (CEDES, UNICAMP)

7.1. Proposta educacional do Estado Novo
   Vera Lúcia Gói (CEDES, UNICAMP)
7.2. Industrialização, populismo e educação
   Raquel Chainho Gandini (CEDES, UNICAMP)

19:30 — Jantar

20:30 — Avaliação do ciclo

LISTA DE PARTICIPANTES

ANA MARIA DE SOUZA CRIPPA (Curitiba — PR)
Professora do curso de Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

ANAMARIA FADUL (São Paulo — SP)
Professora da Escola de Comunicações e Artes da USP.

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM (João Pessoa — PB)
Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba.

ANTONIO CERVEIRA DE MOURA (São Bernardo do Campo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social da Metodista — SBC.

ANTONIUS JACK ESCOBAR (São Paulo — SP)
Doutorando em Filosofia (USP), Bolsista da FAPESP.

ATTILIO IGNACIO HARTMANN (Porto Alegre — RS)
Jornalista da TV Difusora.

CARLOS ALBERTO ADI VIEIRA (Florianópolis — SC)
Professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

CARLOS ALBERTO MANENTE (São Paulo — SP)
Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP.

CARLOS ALVES MÜLLER (Porto Alegre — RS)
Mestrando em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA (Natal — RN)
Professor-visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CICILIA MARIA KROHLING PERUZZO (Vitória — ES)
Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

DULCILIA HELENA SCHROEDER BUITONI (São Paulo — SP)
Professora da Escola de Comunicações e Artes da USP.

EDMIR PEROTTI (São Paulo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social da Metodista — SBC.

ELCIO RIVA (São Bernardo do Campo — SP)
Mestrando em Comunicação Social, Instituto Metodista de Ensino Superior.

ELYSABETH CARMONA LEITE (São Paulo — SP)
Pesquisadora de Assuntos Culturais do IDART.

ERASMO DE FREITAS NUZZI (São Paulo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero.

FÁTIMA DAS GRAÇAS ARAGÃO GONDIM (Belém — PA)
Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará.

FRANCISCO ASSIS MARTINS FERNANDES (Ribeirão Preto — SP)
Professor do curso de Comunicação Social da UNAERP.

GAUDÊNCIO TORQUATO (São Paulo — SP)
Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP.

GERALDO JOSÉ DE O. LEITE (São Paulo — SP)
Radialista, Rádio Bandeirantes.

GISELA SWETLANA ORTRIWANO (São Paulo — SP)
Jornalista da Fundação Padre Anchieta, TV Cultura (Canal 2).

GUITA GRIM DEBERT (São Paulo — SP)
Professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP.

HAKIRA OZAKABE (Campinas — SP)
Professor do Departamento de Lingüística da UNICAMP.

INALDO DA SILVA MENEZES (São Luís — MA)
Professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

ISAAC EPSTEIN (São Paulo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social da FAAP.

IVONETE DE FREITAS CADENGUE (Natal — RN)
Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

JÂNIO MARIA CARLOS VIDAL (Natal — RN)
Professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

JEAN CLAUDE BERNARDET (São Paulo — SP)
Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP.

JEANNE MARIE MACHADO DE F. INTERLANDI (São Paulo — SP)
Professora da Escola de Comunicações e Artes da USP.

JOÃO LUIS LAFETÁ (São Paulo — SP)
Professor do Departamento de Teoria Literária da FFLCH-USP.

JOMAR MORAES (São Paulo — SP)
Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP.

JORGE LUIS SALIM (São Paulo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social Alcântara Machado — FIAM.

JOSÉ CRIPPA (Curitiba — PR)
Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná.

JOSÉ MANUEL MORÁN COSTAS (São Paulo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social Anhembi.

JOSÉ MARQUES DE MELO (São Paulo — SP)
Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP e do Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior.

JOSÉ MIGUEL WISNICK (São Paulo — SP)
Professor do Departamento de Teoria Literária da FFLCH-USP.

JOSÉ SALVADOR FARO (São Bernardo do Campo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social da Metodista — SBC.

JUSSARA MOREIRA DA SILVA (Porto Alegre — RS)
Jornalista.

LEA BUSATTO ZARDO (Porto Alegre — RS)
Professora da Faculdade dos Meios de Comunicação Social da PUC-RS.

LIGIA CHIAPPINI MORAES LEITE (São Paulo — SP)
Professora do Departamento de Teoria Literária da FFLCH-USP.

LINO TUCUNDUVA NETO (São Bernardo do Campo — SP)
Mestrando em Comunicação Social, Instituto Metodista de Ensino Superior.

LINDINALVA RUBIM (João Pessoa — PB)
Professora do Departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal da Paraíba.

LUIZ ANASTÁCIO MOMESSOO (São Bernardo do Campo — SP)
Mestrando em Comunicação Social, Instituto Metodista de Ensino Superior.

LUIZ FERNANDO SANTORO (São Paulo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social da Metodista — SBC.

LUIZ ROBERTO ALVES (São Bernardo do Campo — SP)
Professor do Departamento de Letras do Instituto Metodista de Ensino Superior e da FFLCH-USP.

MARGARIA MARIA KROHLING KUNSCH (São Paulo — SP)
Professora da Faculdade de Comunicação Social da Metodista — SBC.

MARIA DO CARMO DE SOUZA REIS (João Pessoa — PB)
Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba.

MARIA DO SOCORRO NÓBREGA (São Paulo — SP)
Professora da Escola de Comunicações e Artes da USP.

MARIA DORA GENIS MOURÃO (São Paulo — SP)
Professora da Escola de Comunicações e Artes da USP.

MARIA ELVIRA FEDERICO (São Paulo — SP)
Professora da Escola de Comunicações e Artes da USP.

MARIA HELENA R. CAPELATO (São Paulo — SP)
Pesquisadora do jornal *Folha de S. Paulo.*

MARIA HELENA WEBER (Porto Alegre — RS)
Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARIA LIGIA PRADO (São Paulo — SP)
Professora do Departamento de História da FFLCH-USP.

MARIA LUCIA MONTES (Campinas — SP)
Professora do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP e da FFLCH-USP.

MARISTELA BAPTISTA (Vitória — ES)
Estudante do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

MICHEL JEAN-MARIE THIOLLENT (Rio de Janeiro — RJ)
Professor do COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MIGUEL DE ABREU ROCHA (São Bernardo do Campo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social da Metodista — SBC.

MIRNA PINSKY (São Paulo — SP)
Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

MOACIR GADOTTI (Campinas — SP)
Diretor do CEDES e professor da Faculdade de Educação da UNICAMP.

NEUSA MEIRELLES COSTA (São Paulo — SP)
Professora do Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior.

NILCE BUENO SONCIN GONZALEZ (São Paulo — SP)
Mestranda em Comunicação Social e professora da Faculdade de Comunicação Social da Metodista — SBC.

ONÉSIMO DE OLIVEIRA CARDOSO (São Bernardo do Campo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social e do Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior.

PAULO JOSÉ DA CUNHA BRITO (Florianópolis — SC)
Professor do curso de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina.

RAQUEL PEREIRA CHAINHO GANDINI (Campinas — SP)
Professora da Faculdade de Educação da UNICAMP.

REGINA FESTA (São Paulo — SP)
Mestranda em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior e professora da Escola de Comunicações e Artes da USP.

REGIS DE CASTRO ANDRADE (São Paulo — SP)
Pesquisador do CEDEC — Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

REJANE MARIA NÉRI MACAU (São Luís — MA)
Estudante de Comunicação da UFMA e Assessora da SECOM do governo do Maranhão.

RHEA SYLVIA GARTNER (Santa Maria — RS)
Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

RICARDO ANTONIO ROSADO DE HOLANDA (Natal — RN)
Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ROBERTO PERES DE QUEIROZ E SILVA (Santos — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social da Sociedade Visconde de São Leopoldo.

ROGERIO BASTOS CADENGUE (Natal — RN)
Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RUBEN GEORGE OLIVEN (Porto Alegre — RS)
Professor do curso de Pós-Graduação em Cências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANDRA MARIA VICENTIM DE OLIVEIRA (Campinas — SP)
Mestranda em Ciências Sociais, UNICAMP.

SEBASTIÃO BARROS JORGE (São Luís — MA)
Professor do curso de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão.

SEBASTIÃO CARLOS M. SQUIRRA (São Paulo — SP)
Professor da Faculdade de Comunicação Social Alcântara Machado — FIAM.

SILVIA ANJOS DE CARVALHO (Rio de Janeiro — RJ)
Mestranda em Comunicação, Escola de Comunicação da UFRJ.

SYLVIO ROMERO CORREA DA COSTA (Vitória — ES)
Estudante do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo.

VALDENÍZIO PETROLLI (São Bernardo do Campo — SP)
Mestrando em Comunicação Social, Instituto Metodista de Ensino Superior.

VERA LÚCIA GÓI (Campinas — SP)
Pesquisadora do CEDES — Centro de Estudos de Educação e Sociedade.

VERA LUCIA RODRIGUUES (São Paulo — SP)
Jornalista de *O Estado de S. Paulo*, mestranda em Jornalismo pela ECA-USP.

NOTA SOBRE A INTERCOM

A INTERCOM — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que reúne pessoas interessadas em estudos avançados de comunicação, numa perspectiva interdisciplinar. Constituem suas finalidades básicas: contribuir para a reflexão pluralista sobre problemas emergentes da comunicação e para a formulação de modelos de análise da comunicação consentâneos com a sociedade e a cultura brasileiras e capazes de superar a dependência do sistema nacional de comunicação.

Criada em São Paulo, a 12 de dezembro de 1977, a INTERCOM é dirigida atualmente pelos sócios: José Marques de Melo (presidente), Anamaria Fadul (vice-presidente), Rogerio Bastos Cadengue (secretário-geral), J. S. Faro (tesoureiro), Luiz Fernando Santoro (1.º secretário) e Roberto Peres Queiroz (2.º secretário). Integram o Conselho Fiscal: Isaac Epstein, Carlos Eduardo Lins da Silva, José Manuel Morán Costas, Regina Festa e Vera Lucia Rodrigues.

Contando com associados em todo o território nacional, a INTERCOM tem, porém, o seu núcleo mais numeroso em São Paulo. Mensalmente, os sócios se encontram para analisar e debater temas da atualidade ou para estudar projetos específicos que são encaminhados à sociedade.

Anualmente, a INTERCOM promove um ciclo de estudos interdisciplinares da comunicação. O primeiro foi realizado em Santos, em 1978, tendo como tema central Estratégias do ensino em comuicação. O segundo em São Paulo, em 1979, sobre Modos de comunicação das classes subalternas. O terceiro, em Taboão da Serra, em 1980, destinando-se a analisar as relações entre Estado, populismo e comunicação no Brasil. O quarto vai ocorrer, na Via Anhangüera, no período de 4 a 7 de setembro de 1981, estudando o tema Comunicação, hegemonia e contra-informação.

Mensalmente, a INTERCOM edita o *Boletim INTERCOM*, informativo que sumaria os principais acontecimentos nacionais e internacionais sobre comunicação, no âmbito acadêmico e político-social. Essa publicação tem um encarte — *Bibliografia corrente de comunicação* — contendo uma relação, com snteses de conteúdo, dos principais lançamentos editoriais que interessam aos pesquisadores e professores da área. Bienalmente, publica a *Bibliografia brasileira de comunicação*, um inventário analítico dos livros, artigos de revistas, teses e monografias editados no país. Lança também, a cada ano, um volume contendo os trabalhos apresentados no ano anterior ao ciclo de estudos inter-

disciplinares da comunicação. O primeiro foi lançado em 1979, sob o título *Ideologia e poder no ensino de comunicação,* em co-edição com Cortez & Moraes. O segundo foi lançado em 1980 — *Comunicação e classes subalternas* (Cortez Editora).

Outra publicação avulsa da INTERCOM, lançada em co-edição com a Editora Vozes, de Petrópolis, é a coletânea *Meios de comunicação de massa e educação,* reunindo os trabalhos de um simpósio apresentado durante a I Conferência Brasileira de Educação, realizada em São Paulo em 1980. Além disso, matérias do *Boletim INTERCOM* são transcritas na revista semestral *Comunicação & Sociedade,* editada pela Comissão de Pós-Graduação em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior.

A INTERCOM tem sua sede no edifício da representação paulista da ABI — rua Augusta, 555 — sobreloja — São Paulo — SP, CEP: 01305.

Impressão e Acabamento
MILESI EDITORA LTDA.
Rua 21 de Abril, 1.154 — Fone: 292-6480
C.G.C. 51.235.208/0001-20 — São Paulo